

RELATÓRIO E CONTAS 2017

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONTAS CONSOLIDAS

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2

ÓRGÃOS SOCIAIS

3

O NOSSO GRUPO

Principais Indicadores
A Nossa História
Sobre o Grupo Fidelidade
Estratégia do Grupo
Outros

4

A NOSSA PERFORMANCE

Síntese de Acontecimentos
2017
Atuação do Grupo Fidelidade
Performance Operacional
e Financeira

5

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO

Evolução Macroeconómica
Perspetivas para o Mercado
Segurador em 2018
Principais Desafios para o Futuro
Posicionamento do Grupo
Fidelidade no Futuro

6

EMPRESAS INTEGRADAS NO GRUPO FIDELIDADE

7

GESTÃO DE RISCOS

8

RESPONSABILIDADE SOCIAL

9

CONSIDERAÇÕES FINAIS

1

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Em 2017 Portugal ultrapassou as expectativas mais otimistas, apresentando os melhores resultados económicos e financeiros da última década. Esta recuperação contribuiu decisivamente para melhorar a imagem externa do país, atraindo investimentos, talentos e, naturalmente, mais visitantes, que quiseram conhecer esta nação, pequena em extensão mas grande em história e riqueza cultural e paisagística.

Lamentavelmente, o ano também ficará na memória pelos terríveis incêndios que assolaram a região Centro do país, por duas ocasiões, em junho e outubro, provocando mais de 100 vítimas mortais e inúmeros danos materiais, estimando-se em mais de 300 milhões de euros os danos segurados.

O setor segurador, e a Fidelidade em particular, estiveram, mais uma vez, à altura das necessidades dos seus clientes e das populações afetadas, agindo com rapidez e equidade para avaliar os prejuízos e indemnizá-los. Podemos afirmar com orgulho que a atitude e o espírito “We Care”, que preside à atuação da companhia perante as vítimas mais vulneráveis, foi assumido por todo o setor. Com efeito, a criação de um Fundo Solidário no âmbito da APS permitiu apoiar as vítimas e os seus familiares na altura em que mais precisavam, como foi publicamente reconhecido pelos próprios e pelas autoridades locais e nacionais.

Pese embora o aumento da sinistralidade derivado destes eventos catastróficos, podemos considerar os resultados da Fidelidade bastante positivos. Nas páginas seguintes encontrarão informação detalhada sobre os principais indicadores económicos e financeiros, pelo que limitar-me-ei a assinalar o crescimento no conjunto dos ramos (1,6%), com um contributo muito relevante do negócio Não Vida (7,4%), que evidenciou um crescimento acima do mercado, conforme informação publicada pela ASF. De realçar ainda o excelente desempenho da área de investimentos e a melhoria do rácio de solvência, que se terá situado próximo de 150%, um aumento de cerca de 20 pp face a 2016.

Outros dados relevantes são o valor revertido à sociedade em 2017 em pagamento de remunerações, indemnizações e impostos de 3.680 milhões de euros, assim como os lucros obtidos de 216 milhões de euros. Desde 2014, a Fidelidade gerou 891 milhões de euros de benefícios integralmente retidos, sem distribuição de dividendos aos acionistas.

Dando seguimento ao trabalho iniciado em 2015, a Fidelidade prosseguiu com a implementação dos projetos para preparar a Companhia para os desafios da economia digital e para melhorar a eficiência e qualidade de serviço. Neste contexto, gostaria de destacar o lançamento do serviço de Medicina Online, que, pela primeira vez em Portugal permite aceder a equipas médicas especializadas via telefone ou videoconsulta, serviço que está a ter uma altíssima valorização pelos utilizadores; o lançamento da App MyFidelidade, que permite aos clientes aceder aos seguros de forma rápida, a partir de qualquer lugar, e solicitar assistência quando necessário; a comercialização de dois novos produtos, o Proteção Vital das Famílias, com mais de 25.000 pessoas seguras, e um novo seguro Casa. É também de referir o lançamento da aplicação de telemática Fidelidade Drive, que permite aos utilizadores conhecer melhor o risco associado ao seu estilo de condução.

Também em 2017 realizámos mais uma edição do evento Pensar Maior, um evento que reuniu cerca de 3.000 pessoas, para partilhar com os colaboradores e parceiros os projetos transformadores que estamos a desenvolver e apresentar o novo membro da família Fidelidade e símbolo na comunicação – Trusty, o pequeno cão robot – reforçando o nosso posicionamento enquanto empresa humana e tecnologicamente avançada.

No capítulo do reconhecimento dos meios especializados, a Fidelidade foi, pela primeira vez, premiada pela revista *Exame* simultaneamente como a melhor grande seguradora Vida e Não Vida; o Reputation Institute premiou a Fidelidade e a Multicare, duas companhias que foram também a Escolha do Consumidor. De acordo com o estudo BASEF Seguros – Barómetro de Serviços Financeiros 2017, a Fidelidade destacou-se, significativamente, como a melhor oferta de seguros, com os melhores preços, maior aposta na inovação e maior clareza na informação.

O exercício de 2017 foi profícuo na criação de alicerces para aprofundar a expansão internacional da companhia, estando em curso iniciativas para reforçar a presença em África, nomeadamente em Angola, Moçambique e África do Sul, e em vários países da América Latina.

Sem a confiança dos nossos mais de 2 milhões de clientes particulares e 200.000 empresas, sem o esforço diário dos nossos mais de 3 mil colaboradores e o apoio dos nossos acionistas, nada disto teria sido possível.

O meu mais sincero agradecimento a todos.

ÓRGÃOS SOCIAIS

2





FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

Conselho de Administração

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidentes	Lan KANG José Manuel Alvarez Quintero
Vogais	Xiaodong YU Lingjiang XU José João Guilherme Francisco Ravara Cary João Eduardo de Noronha Gamito de Faria António Manuel Marques de Sousa Noronha Rogério Miguel Antunes Campos Henriques Wai Lam William MAK Jun Li André Simões Cardoso Tao Li

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidente	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogais	José Manuel Alvarez Quintero António Manuel Marques de Sousa Noronha Wai Lam William MAK Jun Li André Simões Cardoso

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

3

O NOSSO
GRUPO





a. Principais Indicadores

**€3.787
milhões**

Total de prémios emitidos
(inclui montantes relativos a contratos
de investimento)

Vida: € 2.417 milhões
Não Vida: € 1.369 milhões

30,7%

Quota de mercado (PT)

Vida: 32,9%
Não Vida: 27,2%

11,1%

Peso da operação
internacional Não Vida

**€17,3 mil
milhões**

Ativo líquido

3.220

Colaboradores da área
seguradora

100,0%

Rácio combinado
Não Vida

**€216,2
milhões**

Resultado líquido

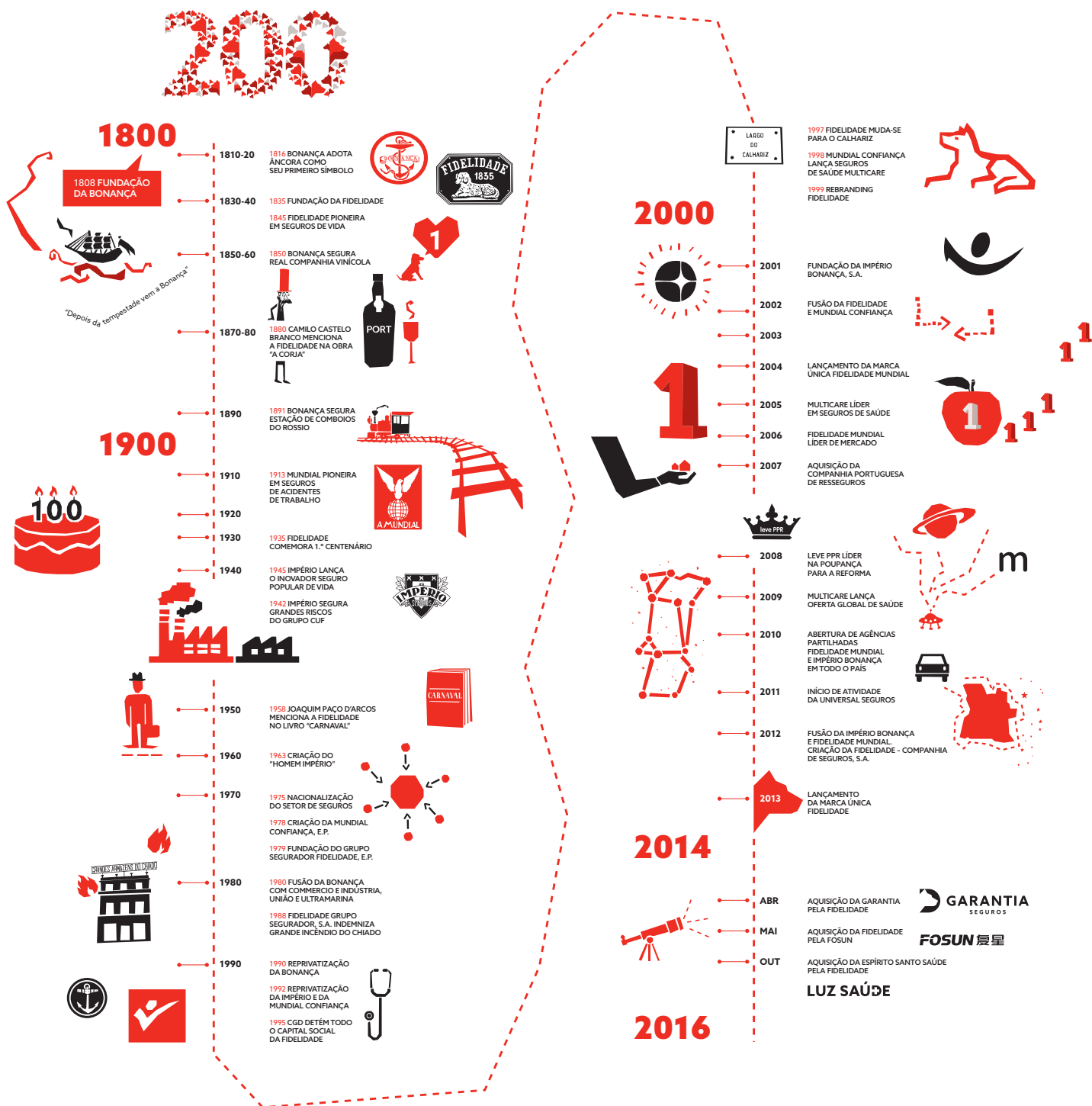
**€2.681
milhões**

Capitais próprios

9,2%

Rentabilidade dos
capitais próprios

b. A Nossa História



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez da Fidelidade.

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores players do setor: a Fidelidade Mundial (doravante “FM”) e a Império Bonança (doravante “IB”), detidas pelos dois maiores grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD – acionista único da Fidelidade Mundial – adquire também a Império Bonança, lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a Fidelidade entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

É já nesse contexto que o Grupo Fidelidade avança, ainda em 2014, para a aquisição da Garantia, seguradora líder em Cabo Verde, e para a aquisição da Espírito Santo Saúde, empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal, atualmente denominada Luz Saúde.

Descrição dos maiores Acionistas

Fosun

Conglomerado de investimento chinês de dimensão mundial, com enfoque na indústria seguradora e presença em diversos setores de atividade.

Caixa Geral de Depósitos

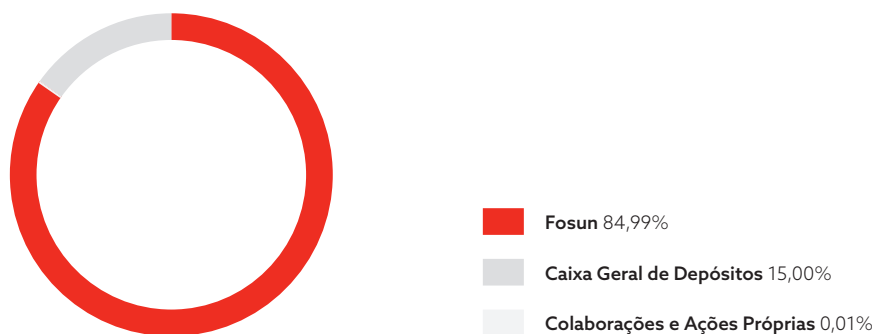
Banco estatal português, considerado a maior instituição financeira em Portugal, com aproximadamente 4 milhões de clientes e com presença em mais de 20 países.

c. Sobre o Grupo Fidelidade

i. Estrutura Acionista

A estrutura acionista da Fidelidade resulta do processo de privatização ocorrido em 2014. Atualmente, a Fosun é detentora de 84,99% do capital, sendo que a CGD detém uma participação de 15,00%. Estes dois acionistas de referência, pela sua complementaridade e ambição, são garante de estabilidade e dinamização das operações da Companhia.

Estrutura Acionista



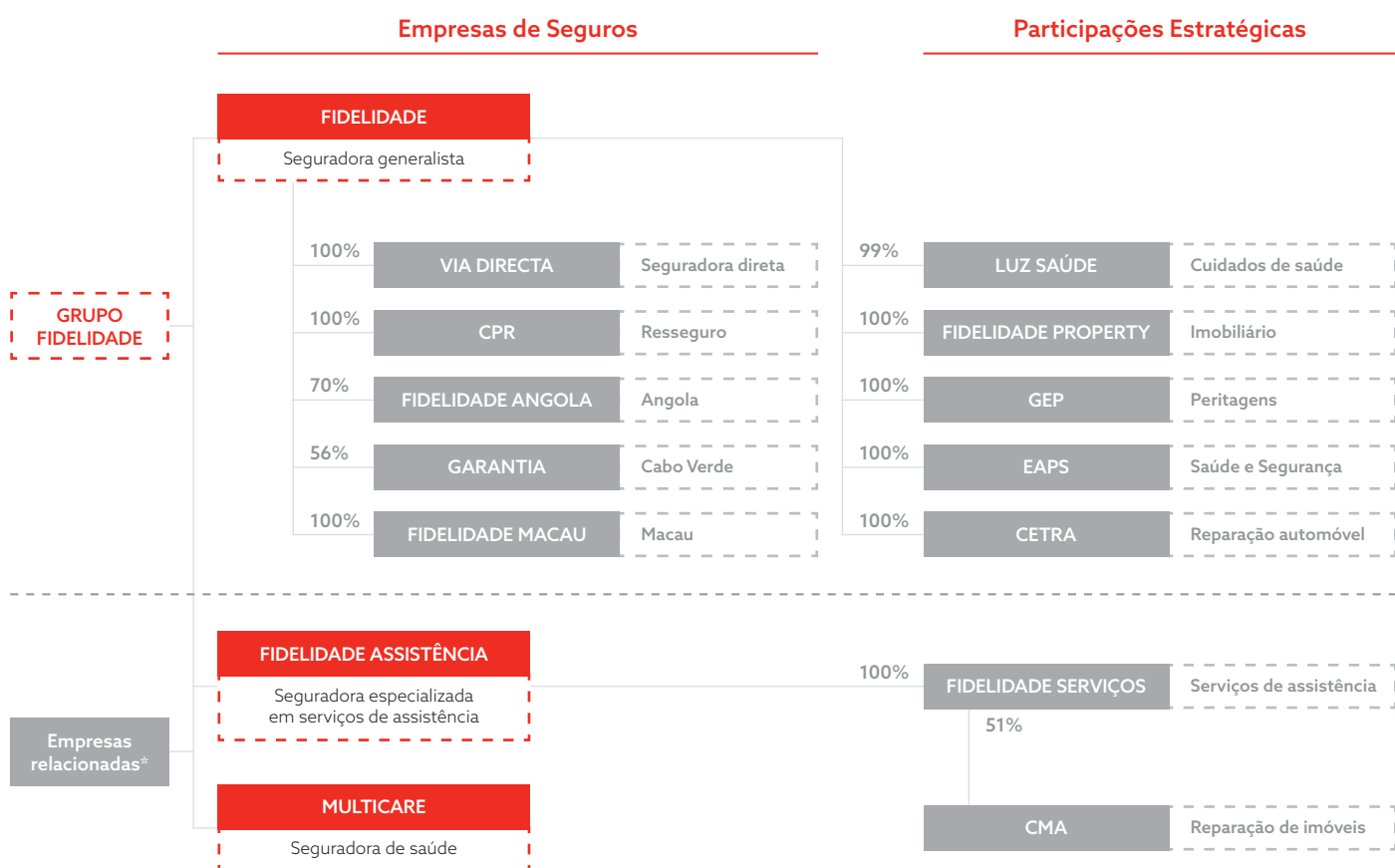
ii. Estrutura do Grupo

O Grupo Fidelidade opera no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau-Ramos Vida e Moçambique), quer através de empresas seguradoras participadas, nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau (ramos Não Vida).

A Fidelidade mantém ainda uma relação próxima com outras empresas seguradoras que partilham uma estrutura acionista semelhante, a Multicare e a Fidelidade Assistência. Em ambos os casos as seguradoras operam de forma totalmente coordenada com a Fidelidade por forma a garantir a robustez da oferta de produtos e serviços.

Por fim, o Grupo Fidelidade integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.



* Empresas parceiras com estrutura acionista semelhante (Fosun: 80% e CGD: 20%), mas não detidas pela Fidelidade

iii. Missão e Valores

**SER FIDELIDADE É ESTAR NO MUNDO DE UMA FORMA ESPECIAL.
É SABER ESTAR PRÓXIMO, IMPULSIONAR A MUDANÇA.
É REINVENTAR O FUTURO COM ORGULHO NO NOSSO PASSADO.
É SUPERAR DESAFIOS E LIMITES PARA CHEGAR CADA DIA MAIS LONGE.**

A Fidelidade tem como missão apoiar o desenvolvimento e a construção de uma sociedade sustentável. Compromete-se a educar, servir, acompanhar e cuidar das pessoas ao longo da vida com produtos e serviços inovadores que efetivamente as protegem para que a vida não pare.

Desde a nossa origem que somos uma empresa humana feita de pessoas que pensam nas pessoas. Somos verdadeiros em tudo o que dizemos e fazemos. As pessoas sabem que podem confiar em nós. Este é o compromisso que alimenta a estabilidade das relações com todos os que são Fidelidade – clientes, colaboradores, parceiros, acionistas e a própria sociedade.

É ao partilhar os nossos valores que somos Fidelidade!

Be proud of our past, inspire our future.

Somos Fidelidade sempre que reinventamos o passado com o futuro. A nossa história orgulha-nos, desafia-nos, dá-nos força, responsabilidade e inspiração para reinventar o futuro. Honramos a nossa história partilhando o conhecimento.

Be innovative, chase the progress.

Somos Fidelidade sempre que impulsionamos a mudança. Acreditamos que é sempre possível encontrar melhores soluções para proteger a vida. É este espírito que nos impulsiona a mudar e a reinventar o que fazemos.

Be outstanding, overcome your limits.

Somos Fidelidade sempre que nos superamos. Queremos saber sempre mais e tentamos ir sempre mais além em tudo o que fazemos. Ousamos sonhar e superamo-nos para continuar a transformar a sociedade.

Be people driven, be there.

Somos Fidelidade sempre que estamos próximos. O Grupo Fidelidade é feito de pessoas que contribuem para proteger e cuidar de pessoas. Somos confiáveis, honrando os nossos compromissos. As pessoas sabem que podem contar com a nossa competência. Porque cada história é parte da nossa.

iv. Posicionamento

A área seguradora do Grupo Fidelidade atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2017, o Grupo Fidelidade manteve a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 30,7%, que correspondeu, no entanto, a um decréscimo de -1,5 pp face ao ano anterior.

Nos ramos Vida, o Grupo Fidelidade reforçou a sua quota de mercado ao nível dos produtos referentes a anuidades. No caso dos produtos para a reforma, e fruto da aposta continuada nessa vertente, o Grupo Fidelidade detém uma quota de 50%, traduzindo a elevada confiança dos clientes na solidez do Grupo.

Ramos Vida – Quota de Mercado



Ao nível dos ramos Não Vida, o Grupo Fidelidade cresceu acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,2 pp para 27,2%, sendo de destacar o incremento de 1,4 pp no ramo Saúde (quota de 35,7%).

Ramo Não Vida - Quota de Mercado



Grupo Fidelidade

Vida Risco **17,4%**
Anuidades **28,6%**
Vida Capitalização **26,7%**
PPRs **50,0%**

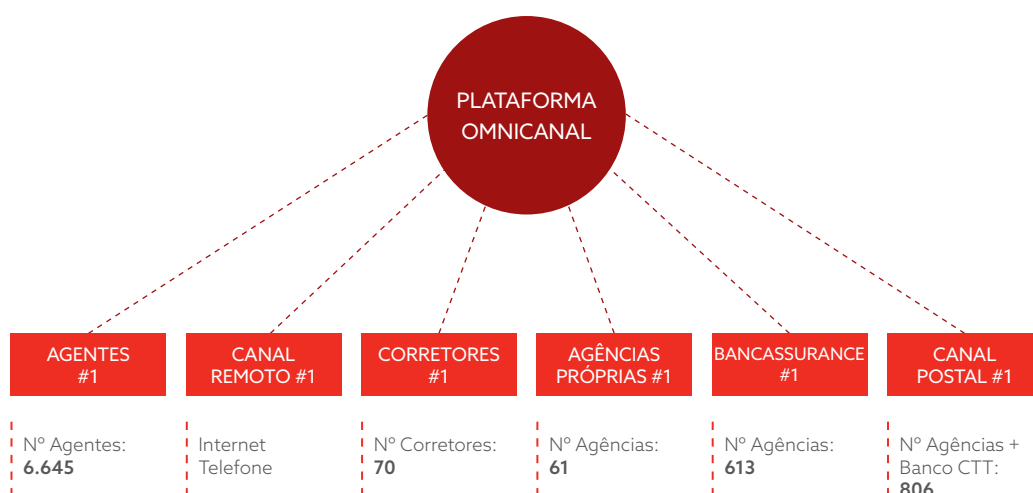
Grupo Fidelidade

Automóvel **27,8%**
Acidentes de Trabalho **24,4%**
Acidentes Pessoais **13,7%**
Saúde **35,7%**
Multirriscos Habitação **23,3%**
Multirriscos Comércio e Indústria **30,8%**
Restantes Incêndios & Outros Danos **38,2%**
Responsabilidade Civil **27,0%**
Transportes **33,4%**

v. Rede de Distribuição

As seguradoras do Grupo Fidelidade comercializam produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, o Grupo Fidelidade procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, o Grupo Fidelidade tem vindo a desenvolver uma estratégia omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza.

vi. A Oferta e as Marcas do Grupo Fidelidade

O Grupo Fidelidade tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta do Grupo Fidelidade inclui seguros Vida (Risco, Anuidades e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multirriscos Habitação, entre muitos outros, sendo ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

Adicionalmente, o Grupo Fidelidade tem vindo a desenvolver um conjunto de novos produtos no sentido de tornar a sua oferta de seguros mais inovadora e abrangente, sendo de destacar os novos produtos Proteção Vital Família, com um conjunto de coberturas pessoais que se ajustam às necessidades do Cliente, e Seguro Casa, que incorpora uma amplitude de coberturas única no mercado nacional no conjunto dos produtos Multirriscos Habitação.

Há ainda a destacar o lançamento da aplicação de telemática Fidelidade Drive, que permite aos utilizadores conhecer melhor o risco associado ao seu estilo de condução, bem como o lançamento, em fase piloto, de novos produtos com uma forte componente tecnológica, quer no segmento Vida, quer no segmento Não Vida.

A oferta do Grupo Fidelidade chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a Ok! teleseguros.

	• Produtos Vida e Não Vida • Marca de referência presente em todos os canais de distribuição
	• Seguros de saúde • Ampla oferta de seguros de saúde
	• Venda online de seguros • Foco em produtos Não Vida (ex. Auto, Habitação) vendidos pelo canal remoto

vii. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade para o Grupo Fidelidade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. O Grupo Fidelidade destaca-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

Ao longo dos últimos anos, a Fidelidade orgulha-se de ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2017

Melhor nível de satisfação e intenção de compra por parte dos consumidores



MARCA DE CONFIANÇA 2017

Marca de Confiança dos Portugueses na categoria de Companhia de Seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2017

Melhor Grande Seguradora Não Vida, na categoria da Banca e Seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2017

Melhor Grande Seguradora Vida, na categoria da Banca e Seguros



MARCA MAIS REPUTADA 2017

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros (Fidelidade)



MARCA MAIS REPUTADA 2017

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros de Saúde (Multicare)

viii. Presença Internacional

A área seguradora do Grupo Fidelidade tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), com várias unidades de negócio, sejam sucursais ou participadas.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização da Fidelidade visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, o Grupo Fidelidade considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados.

PORTUGAL

- Sede e principal centro de operações
- Líder de Mercado com uma quota global de 30,7%

ESPAÑA

- Presente desde 1995
- Foco no canal banca seguros com o BCG, negócio bilateral e brokers

FRANÇA/ LUXEMBURGO

- Presente desde 1997
- Foco na comunidade luso-descendente

MACAU VIDA/ MACAU NÃO VIDA

- Representa a presença da Fidelidade no continente asiático
- 5ª maior empresa em Vida e 7ª maior empresa em Não Vida

CABO VERDE

- Participação maioritária na Garantia, líder de mercado com 56% de quota global

ANGOLA

- Participação maioritária na Fidelidade Angola
- Regista um crescimento contínuo do negócio (crescimento de 14% em 2017 na moeda local)

MOÇAMBIQUE

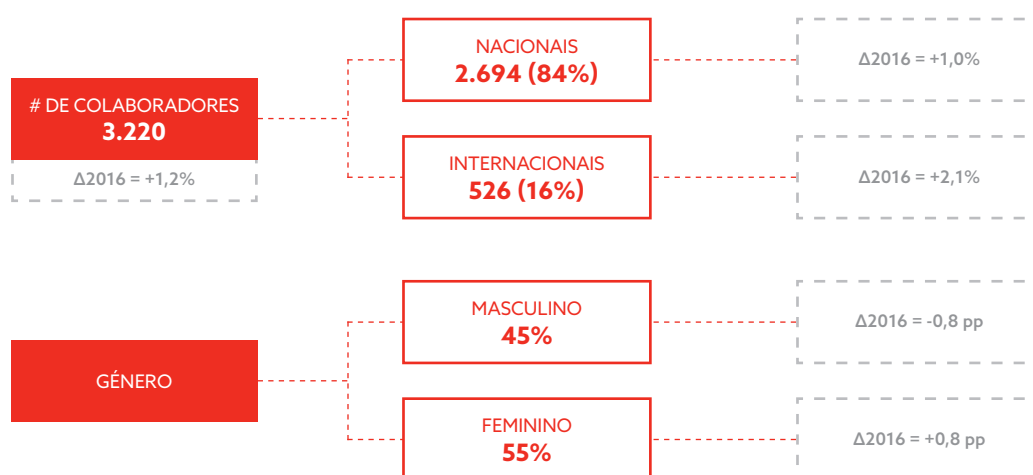
- Operação lançada em dezembro de 2014 para os ramos Vida e Não Vida

- Portugal
- Sucursais Participadas
- Participadas

ix. A Equipa do Grupo Fidelidade

No final de 2017, o número total de colaboradores na área seguradora do Grupo Fidelidade ascendeu a 3.220, estando 84% em Portugal e 16% nas operações internacionais.

Face a 2016, o número de colaboradores aumentou em 1,2%, refletindo a evolução do conjunto de empresas do Grupo em Portugal (+1,0%), devido ao substancial aumento do volume de negócios e à necessidade de desenvolvimento de novas valências. No mesmo sentido, nas operações internacionais verificou-se um aumento de 2,1%, em linha com a crescente internacionalização do Grupo.



Em 2017, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu igualmente a uma redução da idade média de 46,3 anos em 2016 para 46,2 anos em 2017 (considerando o conjunto dos colaboradores em Portugal), contrariando o efeito do envelhecimento natural de um ano no quadro de pessoal.

A antiguidade dos colaboradores das empresas da área seguradora do Grupo Fidelidade continua a refletir a tendência de rejuvenescimento acima referida, sendo que, em 2017, cerca de 31,4% dos colaboradores têm menos de 10 anos de antiguidade face a 30,9% em 2016.

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2017 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e contou com um grande envolvimento por parte de todos os colaboradores.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas verificado, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia do Grupo

O Grupo Fidelidade é líder incontestado do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- Liderança destacada no mercado, materializada numa base de aproximadamente 2,2 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais online;
- Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão de sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, o Grupo Fidelidade assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional no total dos ramos Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente, destacando-se pelas suas competências operacionais e de gestão multicanal.

Assim, o Grupo Fidelidade tem vindo a operar de acordo com os seguintes vetores estratégicos:

- Consolidação da posição no mercado nacional;
- Expansão do negócio internacional;
- Otimização da gestão de investimentos;
- Transformação digital e analytics.

PONTO DE PARTIDA FIDELIDADE

- Liderança no mercado nacional, com uma base de 2,1 milhões de clientes
- Marca única no mercado pelo seu valor e reconhecimento pelos clientes
- Competências técnicas de referência, ampla gama de produtos
- Qualidade na gestão de sinistros, reconhecida pela sua eficiência

VETORES ESTRATÉGICOS

- 1. Consolidação da posição no mercado nacional**
- 2. Expansão do negócio internacional**
- 3. Otimização da gestão de investimentos**
- 4. Transformação digital e analytics**

No decorrer do ano de 2017, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação do Grupo Fidelidade, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas da Companhia.

Consolidação da posição no mercado nacional

Apesar da posição de liderança detida pelo Grupo Fidelidade, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado, sendo de destacar a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos.

Neste contexto, o Grupo Fidelidade está a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português, razão pela qual tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição do Grupo Fidelidade no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que o Grupo está ou pretende vir a estar presente.

Expansão do negócio internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização do Grupo Fidelidade visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A Fidelidade seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que este banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados francês e luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio. Em África, e numa fase mais recente, o Grupo Fidelidade expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e, mais recentemente, Moçambique.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica para o Grupo Fidelidade, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo do Grupo Fidelidade passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, o Grupo Fidelidade tem vindo a analisar ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso da Fidelidade.

Otimização da gestão de investimentos

O objetivo do Grupo Fidelidade nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação da empresa.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, o que tem constituído um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja, garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portefólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto de que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde janeiro de 2016.

Transformação digital e analytics

O Grupo Fidelidade tem também mantido um enfoque na vertente digital, com diversas iniciativas suscetíveis de dotar as seguradoras do Grupo de ferramentas capazes de responder ao potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, o Grupo Fidelidade tem vindo a desenvolver diversas iniciativas em várias áreas:

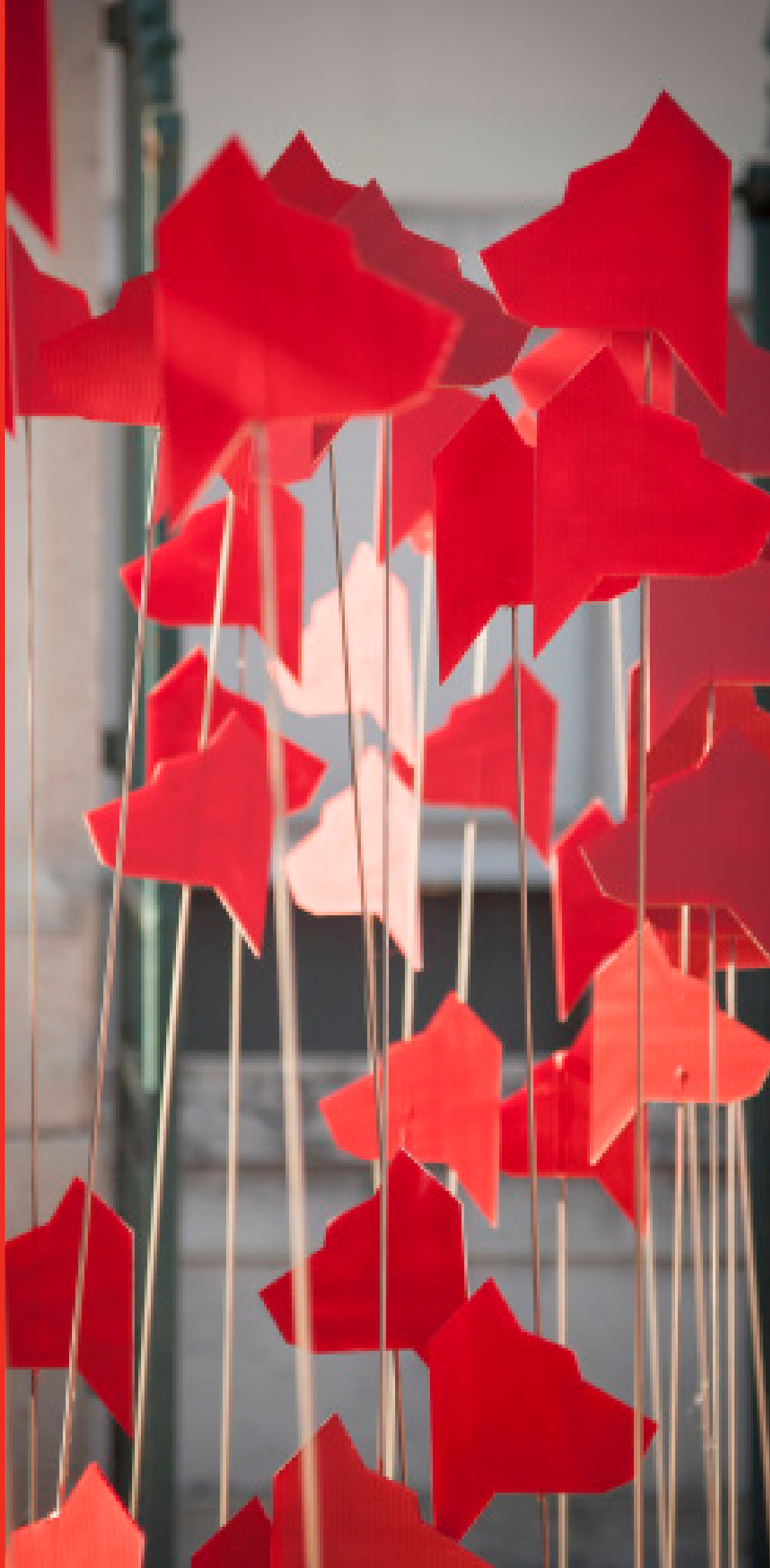
- Desenvolvimento do MyFidelidade e de novas App, que permitem a utilização da internet para a contratação de produtos, acompanhamento da carteira de seguros, participação de sinistros, etc;
- Novos produtos ligados à utilização de novas tecnologias, em particular no ramo Automóvel e Multirriscos Habitação;
- Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente.

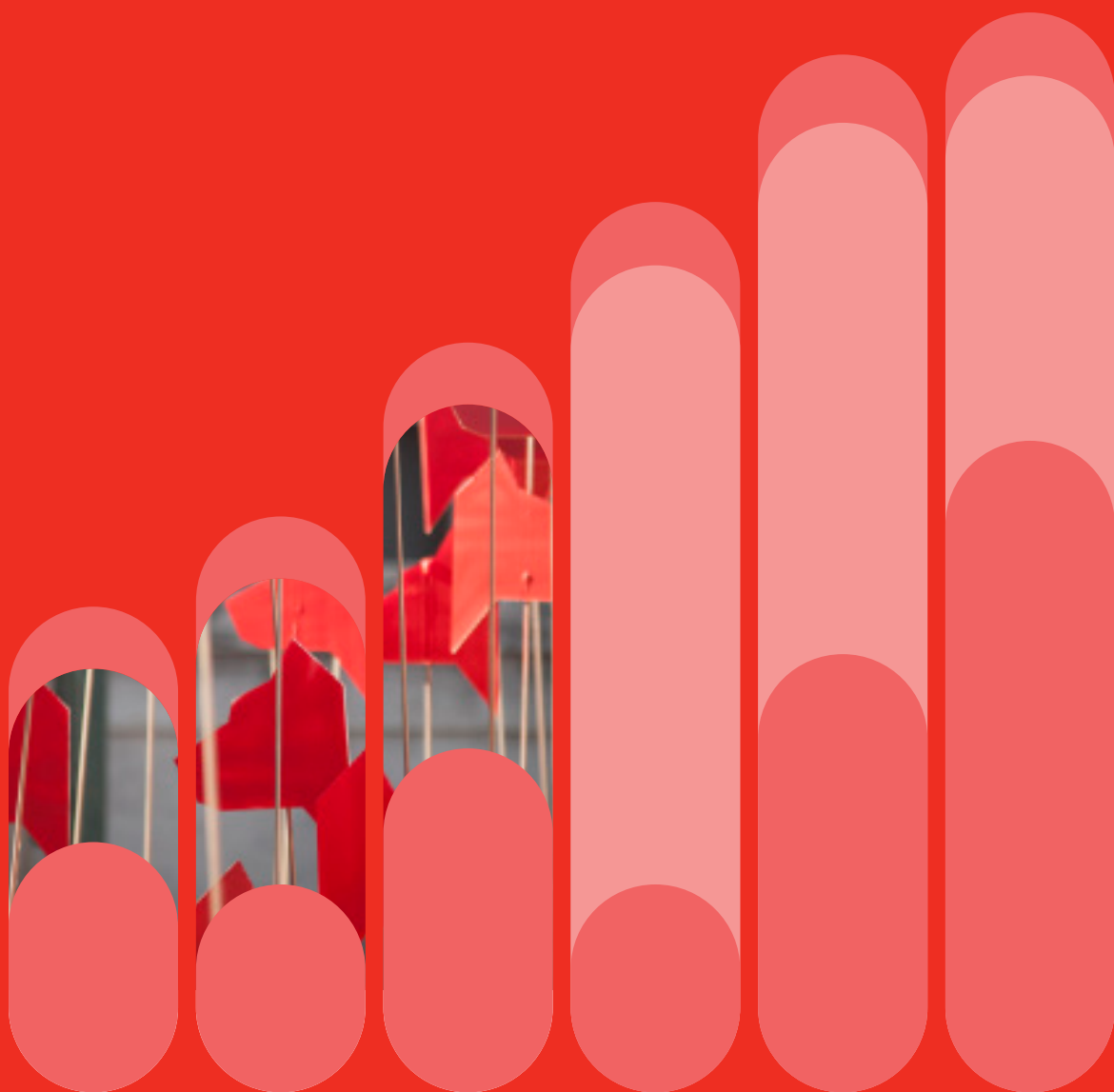
e. Outros

Nos termos do nr. 7 do art. 66º B do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o Grupo fica isento de apresentar a demonstração não financeira prevista no nr. 1 do referido art. 66º B do CSC. A demonstração não financeira será apresentada no relatório de gestão consolidado da empresa mãe Longrun, SGPS, S.A.

4

A NOSSA
PERFORMANCE





a. Síntese de Acontecimentos 2017

JANEIRO	Saúde – lançamento do novo serviço de Orientação Médica Online da Multicare, enquanto serviço inovador no mercado português. O serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, sendo o aconselhamento médico realizado via telefone ou email.
FEVEREIRO	Pensar Maior – realização de evento no MEO Arena com os stakeholders da Fidelidade, que serviu não só para olhar para os resultados de 2016, mas também para projetar os próximos anos, com um foco claro na inovação tecnológica, centrada nas pessoas. App "MyFidelidade" – lançamento de uma aplicação móvel que permite gerir os seguros dos ramos Automóvel, Saúde e Casa num só sítio. Permite também solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real.
MARÇO	Campanha "A Nova Fidelidade de Sempre" – nova campanha que assenta no reposicionamento da marca, através da adaptação ao mundo digital, construindo um caminho que pretende colocar a tecnologia ao serviço das pessoas e promover a inovação como forma de simplificar as interações. "Fidelidade Casa" – lançamento de um produto disruptivo que se caracteriza por uma maior simplicidade, disponibilizando novos planos e coberturas adicionais e, desta forma, uma melhor adequação às necessidades e disponibilidade dos clientes.
ABRIL	Fidelidade Challenge 2017 – iniciativa que potencia a inovação através da intervenção direta da sociedade com o Grupo Fidelidade. Consiste num concurso para alunos universitários que pretende destacar e premiar projetos inovadores que respondam a um determinado desafio.
MAIO	Digital Lab – criação, em parceria com a Deloitte Digital, de um laboratório digital com o objetivo de potenciar a criação e geração de novas ideias, onde são estudados e explorados conceitos com uma forte componente tecnológica, como são exemplos: IoT para Casas e a Assistência Sénior.
JUNHO	Digitalização do cartão OK! Saúde – lançamento do Cartão de Saúde Digital como a mais recente funcionalidade da app OK! teleseguros, que permite gerar um cartão digital que substitui o cartão físico OK! Saúde. "Proteção Vital da Família" – lançamento de um seguro de vida inovador, que proporciona um acompanhamento durante o ciclo de vida da família, garantindo a proteção das diferentes necessidades que vão surgindo ao longo das várias etapas deste ciclo.
JULHO	Protechting 2.0 – realização da fase final da nova edição deste programa que promove a aceleração de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-i, promovendo a inovação nas áreas de saúde e assistência.
SETEMBRO	Fidelidade Angola – realização do evento de lançamento da Fidelidade Angola, em Luanda, que assinala a mudança da imagem da empresa neste mercado. Prémio Fidelidade Comunidade – no âmbito do seu programa de responsabilidade social, a Fidelidade lançou este prémio com um valor global de €500.000 e que pretende apoiar projetos nas áreas de Empregabilidade e Apoio a deficiência, Estilos de vida saudável e Envelhecimento ativo.
OUTUBRO	"Fidelidade GO" – lançamento de um produto de Acidentes Pessoais, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro, nomeadamente no contexto da realização do programa Erasmus. Garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente.
NOVEMBRO	Campanha Fidelidade Auto em Angola – introdução da cobertura de Assistência em Viagem do Seguro Fidelidade Auto, nomeadamente a assistência em caso de acidente com a oferta de reboque e transporte de ocupantes, disponível 24 horas em todo o país. Campanha Multicare Medicina Online – Lançamento da nova imagem institucional da Multicare, renovada e mais associada ao Grupo Fidelidade, e do novo serviço Medicina Online, que permite aos clientes ter aconselhamento médico à distância 24h através de teleconsulta e videoconsulta.
DEZEMBRO	Acordo Bancassurance com CGD – conclusão das negociações para reformulação do atual acordo, reforçando as condições da parceria e alargando-a a novas geografias.

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2017 a produção de seguro direto totalizou cerca de 11.580 milhões de euros, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 6,5%. Este crescimento foi influenciado pela evolução positiva dos segmentos Não Vida e Vida.

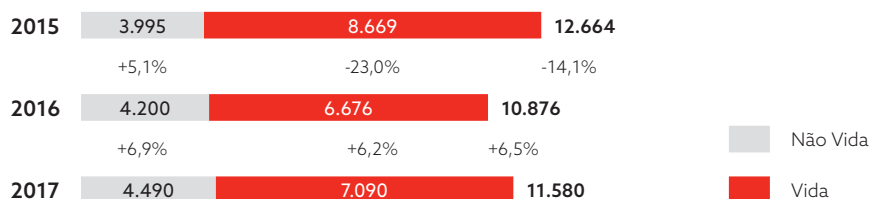
No segmento Vida, após a queda acentuada em 2016 (-23%), registou-se um crescimento significativo de 6,2% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 7.090 milhões de euros. O crescimento verificado no mercado contraria a tendência negativa registada nos últimos anos e reflete o comportamento verificado ao nível dos produtos financeiros.

Por seu lado, o segmento Não Vida revelou também um progresso assinalável em 2017, com um crescimento de 6,9% para 4.490 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015. Com efeito, o crescimento verificado em 2017 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2004, quer em termos nominais, quer em termos reais.

Prémios Mercado Segurador

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

(milhões de euros)



O ano de 2017 ficou ainda marcado por acontecimentos relevantes na estrutura empresarial do mercado segurador português, tendo-se verificado várias operações de aquisição por parte de grupos internacionais que, em alguns casos, conduziram a um aumento dos níveis de concentração, com particular incidência nos ramos Não Vida.

ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida apresentou em 2017 um volume de prémios de 7.090 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,2% face ao ano anterior. A evolução registada ao nível dos produtos financeiros foi o principal catalisador para o aumento do volume de produção do total do ramo, refletindo, igualmente, a volatilidade dos prémios associados a estes produtos.

Prémios do Segmento Vida

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

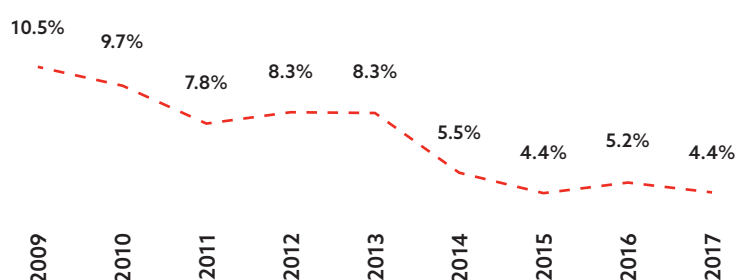
(milhões de euros)



Neste âmbito, merece particular destaque a evolução de produtos ligados a contribuições para Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%. Num contexto de baixas taxas de juro de longo prazo e de uma nova diminuição da taxa de poupança, esta evolução significativa revela a crescente apetência do mercado português por este tipo de produtos.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

Fonte: INE



Por outro lado, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Assim, e tendo em conta ainda o crescente dinamismo do mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito e, consequentemente, o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

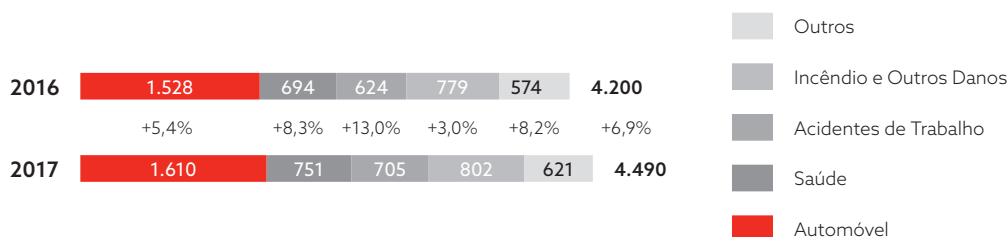
iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento do ramo como um todo foram os ramos Acidentes de Trabalho (+13,0%) e Saúde (+8,3%).

Prémios do Segmento Não Vida

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

(milhões de euros)



Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2017, foi o ramo do segmento Não Vida que apresentou o maior crescimento, com um aumento de 13,0% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 705 milhões de euros.

Também o ramo Saúde registou um crescimento robusto (8,3%), atingindo um volume de prémios de 751 milhões de euros em 2017. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do prémio médio associado ao crescimento do parque automóvel, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 5,4% face ao ano anterior.

O ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multirriscos, registou um crescimento de 3,0% atingindo um montante de prémios de 802 milhões de euros em 2017. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português e pelo aumento dos níveis de investimento empresarial.

As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida também evidenciaram uma boa evolução, tendo, em 2017, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentado 8,2% face ao ano anterior, para 621 milhões de euros.

b. Atuação do Grupo Fidelidade

i. Principais Indicadores de Atividade

Num ano de 2017 marcado pelas tendências já referidas, o Grupo Fidelidade apresentou uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.787 milhões de euros.

Ao nível da atividade em Portugal, o Grupo Fidelidade contabilizou 3.549 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1,4% face a 2016, o que lhe permitiu manter a posição de liderança de mercado, com uma quota de mercado de 30,7% (um decréscimo de 1,5 pp face ao ano anterior com origem nos ramos Vida).

Também o negócio internacional registou um aumento do montante de prémios de 4,2% refletindo o reforço das operações internacionais já existentes.

Total de Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida

(em M€)

2016	2.452	1.274	3.727
	-1,4%	+7,4%	+1,6%
2017	2.417	1.369	3.787

■ Não Vida
■ Vida

Quota de Mercado Total em Portugal

(em %)

2016	32,2%
	-1,5 pp
2017	30,7%

Prémios Emitidos no Negócio Internacional

(em M€)

2016	228
	+4,2%
2017	238

Quota de Mercado Vida em Portugal

(em %)

2016	35,5%
	-2,6 pp
2017	32,9%

Quota de Mercado Não Vida em Portugal

(em %)

2016	27,0%
	+0,2 pp
2017	27,2%

ii. Principais Linhas de Atuação do Grupo Fidelidade

A performance robusta do Grupo Fidelidade ao longo do ano 2017 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave para o Grupo:

- I. Produtos e Serviços;
- II. Distribuição;
- III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica do Grupo Fidelidade, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas uma seguradora.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos clientes, através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas do Grupo Fidelidade, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel, o Grupo Fidelidade preparou-se para o lançamento de produtos ligados à telemática, que visam, através da gravação em tempo real dos comportamentos de condução, contribuir para uma melhoria da qualidade e segurança da condução. Assim, o cliente poderá avaliar diversos parâmetros da sua condução, como sejam, o número de pausas em viagens de longa duração, velocidades praticadas, acelerações ou travagens bruscas, que são registados automaticamente numa aplicação que o informa sobre oportunidades de melhoria, incentiva a uma condução segura e diminui o risco de sofrer acidentes. A nível económico, a oferta deste novo serviço é também vantajosa para o cliente: por um lado, tende a diminuir o prémio de seguro automóvel e, por outro, incentiva à geração de poupança, através da oferta de diversas opções de descontos.

Ao nível da assistência em viagem e após o lançamento da app da OK! Telesseguros com a funcionalidade de pedido de assistência e de participação de sinistros com recurso à georreferenciação, a aplicação da Fidelidade Assistance, disponível desde 2016, simplificou a realização de pedidos, permitindo a gestão por esta via, não só da assistência automóvel, mas também da assistência em viagem, assistência médica, ao lar ou informática.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento do Grupo Fidelidade, nomeadamente com o lançamento da "**Orientação Médica Online**", um serviço inovador no mercado português. Desenvolvido pela Multicare, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O cliente tem a oportunidade de escolher o serviço pretendido, efetuando um pedido online ou telefónico que lhe garante apoio e aconselhamento para melhorar o seu estado de saúde. Após identificação dos sinais e sintomas comunicados, os especialistas sugerem a utilização dos meios mais adequados ao tipo de situação, indicando a eventualidade de a mesma carecer de cuidados médicos presenciais ou outras medidas de salvaguarda. A resposta poderá ser dada, conforme opção do cliente, por telefone ou e-mail.

No ramo de Multiriscos Habitação, a Fidelidade lançou um novo produto – **"Fidelidade Casa"**. Esta inovação caracteriza-se por um plano de oferta mais alargado, disponibilizando um portefólio de coberturas que permite satisfazer as necessidades dos clientes em função da sua perceção do risco e da sua capacidade financeira. Por isso, este produto tem por trás um simulador multifunções com um processo de recomendação ajustado ao perfil dos seus clientes.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criadas, em colaboração com a Luz Saúde, unidades específicas de tratamentos médicos na área geográfica do Porto e Lisboa, o que tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes, bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

No ramo de Acidentes Pessoais, a Fidelidade lançou o **"Fidelidade GO"**, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro. Este produto garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente que ocorra durante o período da estadia.

No ramo Vida, o Grupo Fidelidade tem também vindo a disponibilizar novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, o Grupo Fidelidade tem vindo a consolidar a sua oferta em termos de produtos de capital e rentabilidades garantidas.

Em Vida Risco, a Fidelidade lançou o produto **"Proteção Vital das Famílias"**. Trata-se de um seguro de vida inovador dirigido às famílias, abrangente, que inclui na sua cobertura base, para além do serviço de funeral, novas coberturas de Saúde, Assistência e de Acidente, integradas num único contrato, coberturas essas que se vão ajustando ao longo do tempo ao ciclo de vida dos vários elementos da família.

Para além deste novo produto, o Grupo Fidelidade tem vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário português, que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo.

Finalmente, e ao nível do serviço prestado ao cliente, a Fidelidade lançou a aplicação móvel **"MyFidelidade"**. Através da app, os clientes podem gerir os seus seguros dos ramos Automóvel, Casa e Saúde num só sítio, de uma forma intuitiva e acessível. Adicionalmente, podem solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real, e ainda pesquisar a rede de prestadores de saúde da Multicare e oficinas da Fidelidade.

II. Distribuição

A Fidelidade tem nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, a Fidelidade tem promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais online.

Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

III. Pessoas e Organização

Pensar nas pessoas e na organização do Grupo Fidelidade é ajudar a construir o futuro da Fidelidade.

Num mundo em constante transformação, com um grau de incerteza cada vez maior, a proteção das pessoas e a entrega de soluções mais ágeis e simples, que reflitam mais proximidade e apoio aos clientes e parceiros, só é possível se à tecnologia e inovação for aliado o mais importante: as pessoas Fidelidade fazem a diferença.

Seguindo as linhas de atuação definidas para a Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Pessoas, Transformação Organizacional, Gestão da Mudança, Parceria com o Negócio e Cultura Corporativa –, a Fidelidade tem vindo a implementar novos modelos e novas formas de trabalho, das quais se destacam:

- **Desenvolvimento de Pessoas** – com o intuito de garantir a preparação das pessoas para os novos desafios, o Grupo Fidelidade tem vindo a implementar, de forma faseada, um novo Modelo Integrado de Gestão de Pessoas, que visa apoiar a clarificação de objetivos e responsabilidades de cada função e também a identificação de competências necessárias a cada função, a configuração de percursos naturais de carreira e a tomada de decisões de sucessão, promoção/progressão e evolução profissional.

Adicionalmente, o Grupo Fidelidade tem vindo a manter a aposta no rejuvenescimento e na captação de novos talentos, bem como o desenvolvimento de competências essenciais ao negócio, através, por exemplo, da formação de líderes, da formação comercial e da formação em novos produtos e em nova regulamentação do sector.

- **Transformação Organizacional** – o Grupo Fidelidade tem vindo a adaptar a sua organização, através da revisão e construção de estruturas organizacionais que respondam de forma mais adequada aos desafios do negócio e que garantam a introdução de novas competências e formas de trabalho. Além disso, o Grupo Fidelidade tem procurado implementar processos de monitorização e planificação da força de trabalho, essenciais para garantir as pessoas certas para as estruturas e funções da Organização.

- **Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio** – com o objetivo de conhecer, de estar do lado do negócio de forma a apoiar os seus responsáveis na gestão das suas pessoas, o Grupo Fidelidade tem vindo a trabalhar no rejuvenescimento da sua estrutura, passagem de conhecimento, mobilidade e sucessão e preparação dos líderes para motivarem as suas equipas tendo como foco as pessoas Fidelidade, o mercado, a proximidade ao cliente e os resultados.

- **Cultura Corporativa** – como forma de promover uma cultura corporativa, que promova a identidade cultural da empresa (Visão; Valores), o compromisso e reconhecimento das pessoas que todos os dias contribuem para o sucesso do Grupo Fidelidade, a Fidelidade criou recentemente uma intranet moderna e ágil, que é atualmente o seu principal canal de comunicação interno.

iii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade – ramo Vida

Em 2017, o Grupo Fidelidade evidenciou um ligeiro decréscimo do montante de prémios do ramo Vida, refletindo quer as condições de mercado para os produtos financeiros, quer o facto de ter registado, em 2016, um montante de prémios consideravelmente elevado que possibilitou atingir uma quota de mercado superior a 35%.

A Fidelidade continua a deter a liderança destacada do mercado, detendo uma quota de 32,9%.



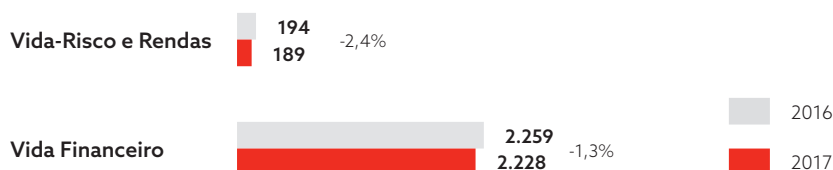
Evolução por ramo do segmento Vida

O segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 92% dos mesmos.

No Grupo Fidelidade, os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma redução de 2,4% para um total de 189 milhões de euros, refletindo ainda um volume de novos contratos ligados ao crédito à habitação inferior ao nível de contratos que terminaram no ano em análise.

Os prémios de Vida Financeiro decresceram 1,3% para um total de 2.228 milhões de euros, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares.

Prémios dos ramos do segmento Vida – Grupo Fidelidade



Evolução por canal de distribuição do segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do segmento Vida, representando cerca de 81% do volume de vendas e tendo obtido um crescimento de cerca de 2,7% face a 2016, beneficiando sobretudo do canal bancário.

Por outro lado, os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) registaram um decréscimo do volume de vendas de 19,1%.

Segmento Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	375	464	-19,1%
Bancário e CTT	1.957	1.906	+2,7%
Estrangeiro	85	83	+3,1%
Grupo Fidelidade	2.417	2.452	-1,4%

iv. Segmento Não Vida

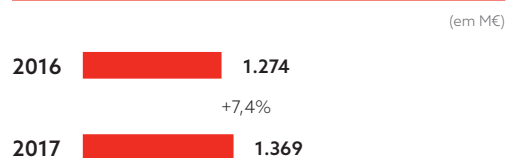
Principais indicadores de atividade – segmento Não Vida

O Grupo Fidelidade apresentou uma performance francamente positiva no segmento Não Vida, tendo os prémios emitidos aumentado 7,4% para um total de 1.369 milhões de euros.

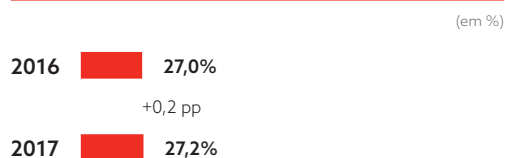
A performance comercial do Grupo Fidelidade suplantou a tendência positiva da generalidade do mercado, sendo que, em particular no mercado português, o Grupo Fidelidade verificou um crescimento de 7,8% nos seus prémios, que compara com um aumento de 6,9% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição de liderança do Grupo Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 27,2%, o que representa um aumento de 0,2 pp face ao ano 2016.

A contribuir para esta performance positiva do Grupo Fidelidade no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical do Grupo Fidelidade, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.

Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



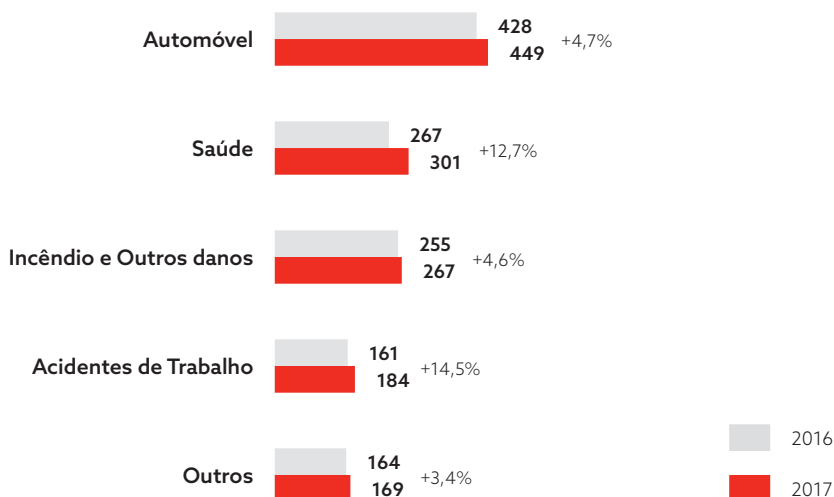
Evolução por ramo do segmento Não Vida

O segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos – Acidentes de Trabalho, Doença, Automóvel e Incêndio e Outros Danos, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2017, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde e Acidentes de Trabalho, com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare, com a inclusão de aconselhamento médico telefónico e online.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance deste ramo foi bastante sólida, tendo os prémios aumentado 4,7% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade de o Grupo Fidelidade capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios dos ramos do segmento Não Vida – Grupo Fidelidade



Evolução por canal de distribuição do segmento Não Vida

Todos os canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do segmento Não Vida no ano 2017 face ao ano 2016.

Em particular, os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do segmento Não Vida, representando cerca de 78% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento significativo de 8,4% contribuindo fortemente para a performance no segmento.

Segmento Não Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	1.065	982	+8,4%
Bancário e CTT	104	101	+2,7%
Remoto	48	46	+5,1%
Estrangeiro	153	145	+4,8%
Grupo Fidelidade	1.369	1.274	+7,4%

v. Atividade Internacional

A área seguradora do Grupo Fidelidade tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia).

Numa fase inicial, o processo de internacionalização da Fidelidade visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

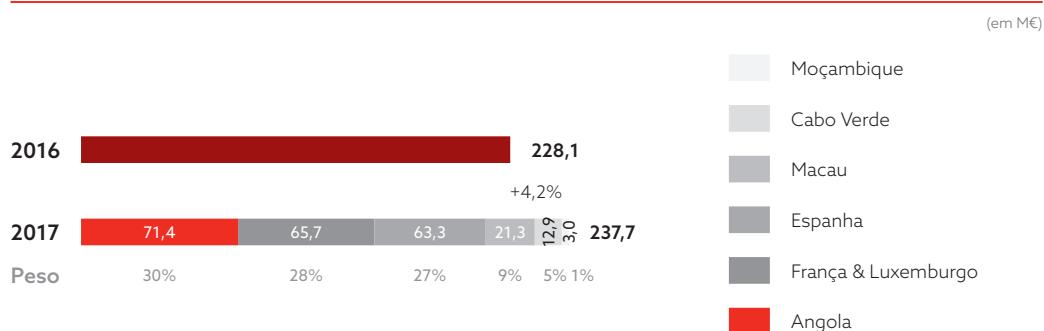
Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, o Grupo Fidelidade considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados, sempre consciente da importância de garantir a sustentabilidade financeira e operacional de cada operação.

O negócio internacional do Grupo Fidelidade verificou um crescimento substancial de 4,2% no decorrer do ano 2017, alcançando um total de 237,7 milhões de euros de prémios emitidos, com o reforço das operações internacionais já existentes. O negócio internacional encontra-se maioritariamente concentrado nas operações de França, Angola e Espanha, cujos prémios representam mais de 80% do total do negócio internacional.

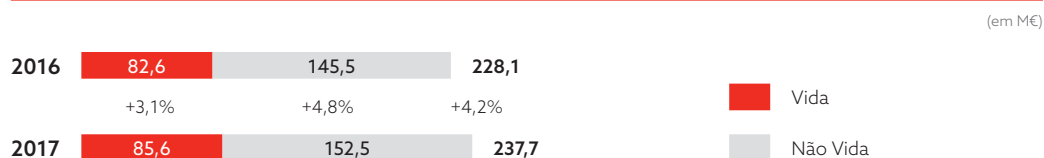
A evolução favorável do negócio internacional beneficiou do comportamento positivo tanto dos ramos Vida (com um crescimento de 3,1% para 85,2 milhões de euros) como dos ramos Não Vida (com um crescimento de 4,8% para 152,5 milhões de euros).

O conjunto dos ramos Não Vida do negócio internacional apresentou em 2017 um peso de 11,1% no total de prémios consolidados do Grupo Fidelidade.

Prémios emitidos no negócio internacional – Detalhe por geografia



Prémios emitidos no negócio internacional – Detalhe por Segmento Vida e Não Vida



c. Performance Operacional e Financeira

Principais indicadores da performance operacional e financeira

No ano de 2017 o Grupo Fidelidade apresentou uma rentabilidade sólida, tendo atingido um resultado líquido de 216,2 milhões de euros, o que representa um aumento de 2,4% face ao ano de 2016, tendo contribuído para isso, essencialmente, a boa performance da atividade financeira do Grupo, o que atesta a consistência e solidez da gestão de investimentos.

O rácio combinado atingiu os 100,0% em 2017, com um acréscimo de 2,4 pp face ao ano anterior, influenciado sobretudo pelos incêndios registados em Portugal nos meses de junho e de outubro, bem como as cheias registadas em Macau.

Já ao nível dos investimentos, verificou-se também uma boa performance tendo sido atingido um investment income de 538 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,6%, acima da média do mercado.

Rácio Combinado *

(em %)

2016		97,6%
2017		100,0%

* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

Investment Income **

(em M€)

2016		455
2017		538

** Inclui investment income de produtos Unit Link, net gains e imparidades. Não considera ganhos não realizados

Investment yield

(em %)

2016		3,3%
2017		3,6%

Resultado Líquido

(em M€)

2016		211
2017		216

Ativo Líquido

(em M€)

2016		15.897
2017		17.286

Capitais Próprios

(em M€)

2016		2.044
2017		2.681

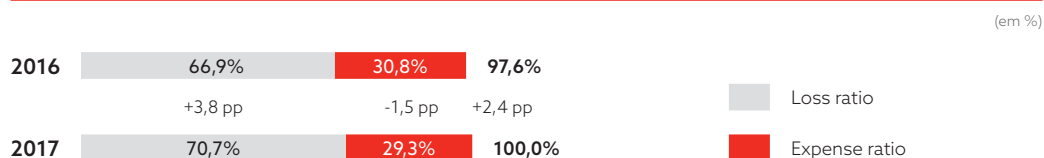
i. Performance Operacional

A performance operacional teve uma ligeira queda no decorrer do ano 2017, tendo o rácio combinado aumentado de 97,6% para 100,0% (+2,4 pp) devido ao rácio de sinistralidade, que refletiu os custos relacionados com os incêndios registados em Portugal nos meses de junho e de outubro e das cheias em Macau.

Relativamente ao rácio de despesas verificou-se uma redução de 1,5 pp, passando de 30,8% para 29,3% no ano 2017. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional do Grupo Fidelidade, bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios tem vindo a aumentar de forma expressiva.

Já no que diz respeito ao rácio de sinistralidade, verificou-se um agravamento de 3,8 pp, passando de 66,9% para 70,7% no ano 2017. Este incremento foi fortemente influenciado pelos incêndios registados em Portugal nos meses de junho e de outubro e pelas cheias em Macau.

Rácio Combinado Detalhado *



* Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido consolidado do Grupo Fidelidade situou-se em 17,3 mil milhões de euros no ano 2017, o que representa um acréscimo de 8,7% face ao ano 2016.

A política de investimentos aplicada pelo Grupo Fidelidade considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

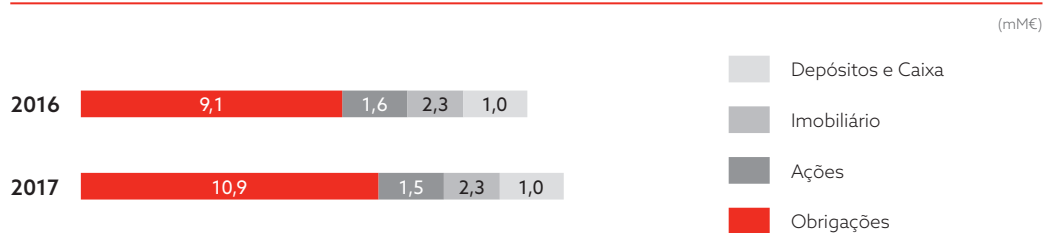
- O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- A necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos do Grupo Fidelidade (incluindo Depósitos Bancários e Caixa) ascendeu a 15,6 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 10% face a 2016.

Em 2017, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco.

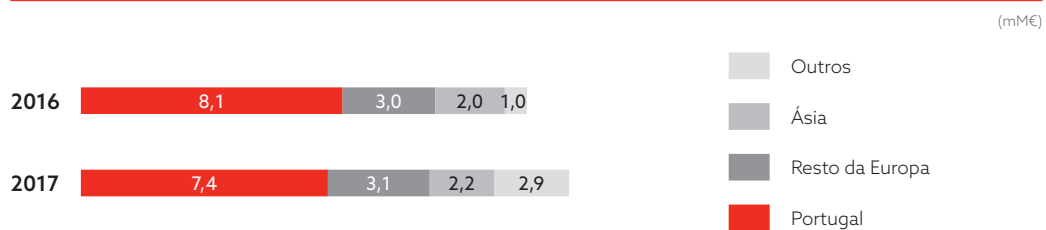
Globalmente verificou-se uma boa performance na área dos investimentos, tendo sido atingido um investment income de 538 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,6%.

Estrutura de investimentos por classe de ativos do Grupo Fidelidade



Ao nível da distribuição geográfica, o Grupo Fidelidade manteve uma diversificação adequada com a exposição ao mercado português a ser complementada pela exposição a um conjunto de outras geografias com maior potencial de crescimento económico.

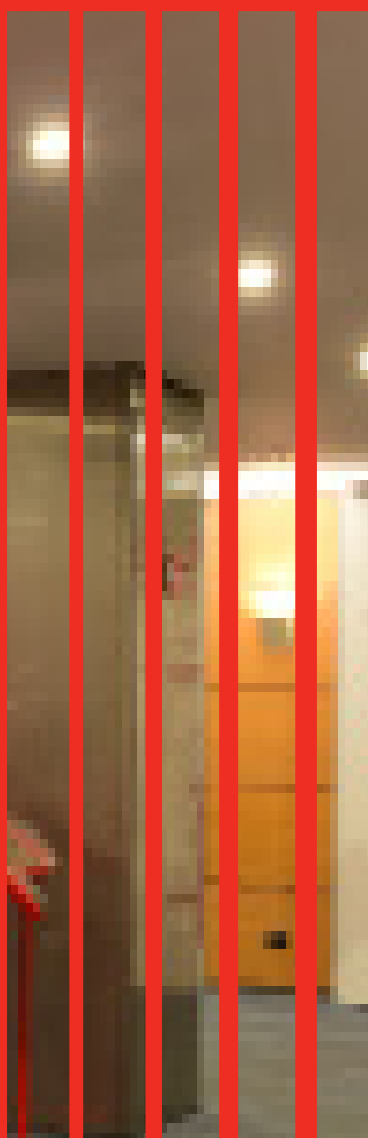
Distribuição geográfica dos investimentos do Grupo Fidelidade



5

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO





a. Evolução Macroeconómica

A economia portuguesa evidenciou em 2017 um ritmo de crescimento da atividade superior ao observado nos últimos anos, mantendo, desta forma, a dinâmica de recuperação iniciada em 2013. Com efeito, a atividade económica em Portugal beneficiou de um enquadramento externo favorável, caracterizado pela aceleração da procura externa e pela melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras.

As estimativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB próximo de 2,5% em 2017, valor superior ao registado em 2016 (1,5%) e semelhante ao projetado para a média da área do euro. A evolução evidenciada pela economia portuguesa encontra-se assente no maior dinamismo das exportações e do investimento.

As exportações de bens e serviços apresentaram uma elevada dinâmica (crescimento anual bruto de 7,7% em 2017 face a 4,4% em 2016), destacando-se o crescimento das exportações de serviços. Em particular, as exportações de turismo evidenciaram um forte desempenho, registando a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

Por seu lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou-se como a componente mais dinâmica da procura interna. Com efeito, depois de um ligeiro aumento de 1,6% em 2016, a FBCF terá crescido 8,3% em 2017, impulsionada essencialmente pelo setor habitacional, mas também pela manutenção do forte crescimento da FBCF empresarial (cerca de 7%).

O consumo privado manteve, em 2017, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,2%), refletindo o comportamento do consumo de bens correntes e de serviços, que permitiu anular o efeito de alguma desaceleração do consumo de bens duradouros, nomeadamente de veículos automóveis.

No mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+3,1%) e, consequentemente, para uma redução da taxa de desemprego, atingindo cerca de 9% no final de 2017 (11,1% em 2016).

Neste contexto, a economia portuguesa deverá ter mantido, em 2017, uma capacidade de financiamento positiva, pese embora o saldo da balança corrente e de capital evidencie uma ligeira redução face ao ano anterior (1,5% do PIB em 2017 face a 1,7% em 2016).

Relativamente à inflação, verificou-se em 2017 um aumento do nível de preços em 1,6% (face a 0,6% em 2016) refletindo a evolução da componente energética (aumento de 4%) e da componente não energética (aumento de 1,4%), esta última decorrente do crescimento significativo dos preços dos serviços, em especial os relacionados com a atividade do turismo.

Para 2018, as projeções disponíveis apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um crescimento mais moderado do PIB (2,3%), refletindo um menor dinamismo das exportações e do investimento (crescimento esperado de 6,5% e 6%, respetivamente), e uma estabilização do consumo privado (crescimento de 2,1%).

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2018

O mercado segurador português, após dois anos consecutivos em queda, registou um crescimento de prémios de 6,5% face a 2016, impulsionado pela evolução positiva dos seus dois grandes segmentos de negócio: os ramos Vida (+6,2%), fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida (+6,9%), cuja evolução se encontra intimamente ligada à atividade económica.

Relativamente ao segmento Vida, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um crescimento próximo de 7%, contrariando a tendência de queda acentuada do volume de produção registada nos dois anos anteriores. Para tal, contribuiu fortemente a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento (6,9% em 2017 face a 5,1% em 2016), registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2004, sendo de destacar o contributo dos ramos Acidentes de Trabalho e Doença.

Em 2018, é expetável a manutenção da trajetória de crescimento da produção associada a produtos financeiros, beneficiando da maior apetência do mercado português por produtos complementares do rendimento na reforma (em face da menor taxa de substituição por parte do sistema público).

Relativamente ao segmento Não Vida, a tendência mantém-se igualmente de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando do contributo esperado de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirrisco e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1 pp).

c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, a Fidelidade tem vindo a preparar-se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Envelhecimento da população;
- Novas necessidades no contexto digital;
- Alterações regulatórias;
- Incerteza nos mercados financeiros.

1. Envelhecimento da população

O **envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais impactos:

- Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

O Grupo Fidelidade pretende acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados às necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, long term care e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

A Fidelidade está consciente das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

A Fidelidade acredita que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

2. Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os clientes.

Principais impactos:

- Procura de novas soluções de proteção;
- Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias;
- Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O setor segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando de implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente customer centric, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado pela Fidelidade.

No âmbito da sua agenda digital, a Fidelidade tem em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (móvel, analytics, internet of things,...), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal, procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

3. Alterações regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicado a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais impactos:

- Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o setor segurador.

A Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

A Fidelidade rege-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

Consciente dos desafios macroeconómicos e da volatilidade nos mercados financeiros, a Fidelidade tem adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

4. Incerteza nos mercados financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do euro e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais, depois de uma muito boa performance durante o ano de 2017, constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo enquadramento atual.

Principais impactos:

- Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- Impactos na posição de solvência das companhias.

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Neste âmbito, a Fidelidade tem levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um exetável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, a Fidelidade procedeu às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.

d. Posicionamento do Grupo Fidelidade no Futuro

Nos últimos anos, a Fidelidade prosseguiu a sua estratégia com um balanço globalmente muito positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. A Fidelidade iniciou em 2014 um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2018 deverá ser, para a Fidelidade, mais um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável da Fidelidade.

A Fidelidade reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. A Fidelidade tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares à Fidelidade, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

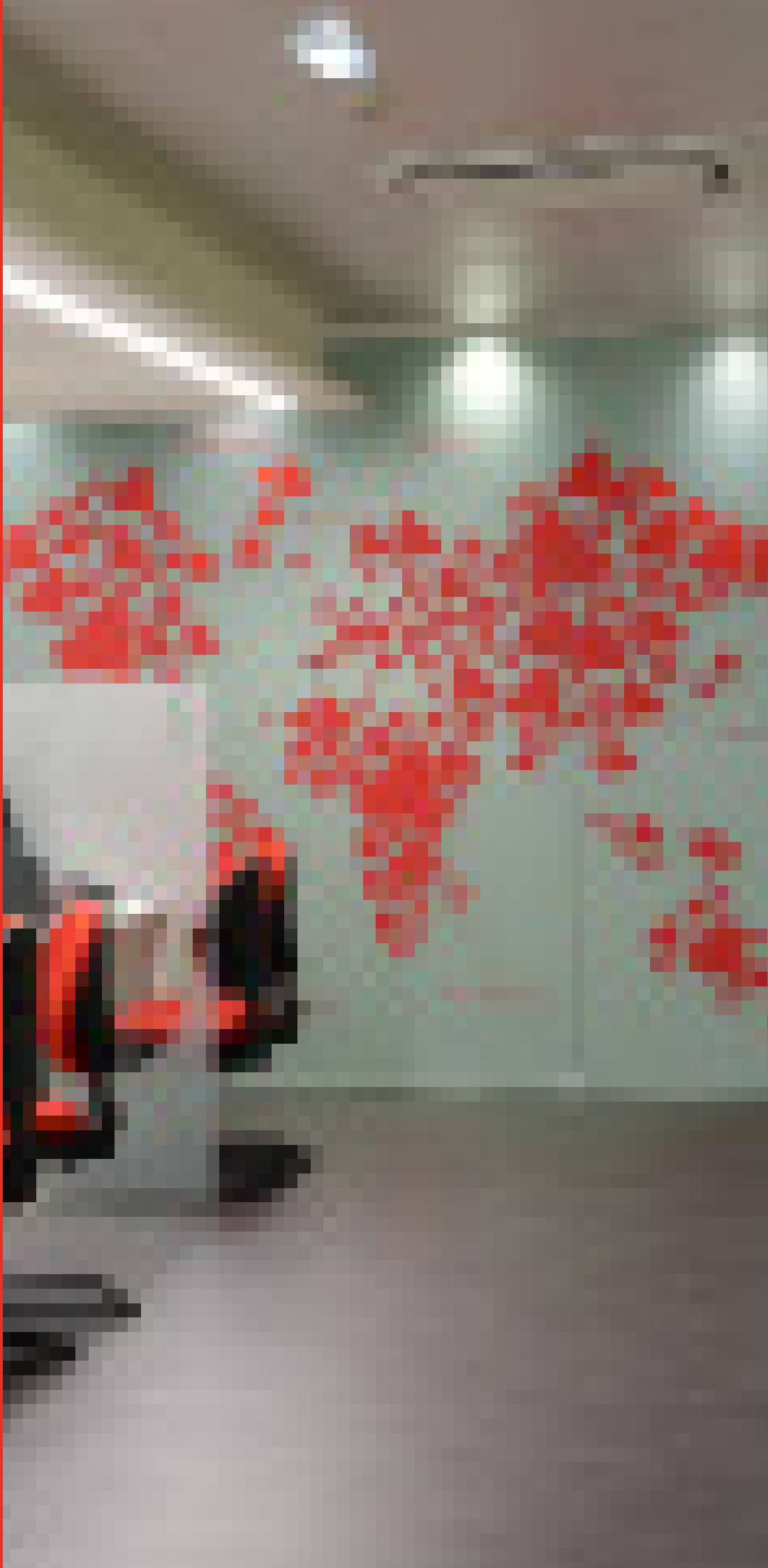
Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

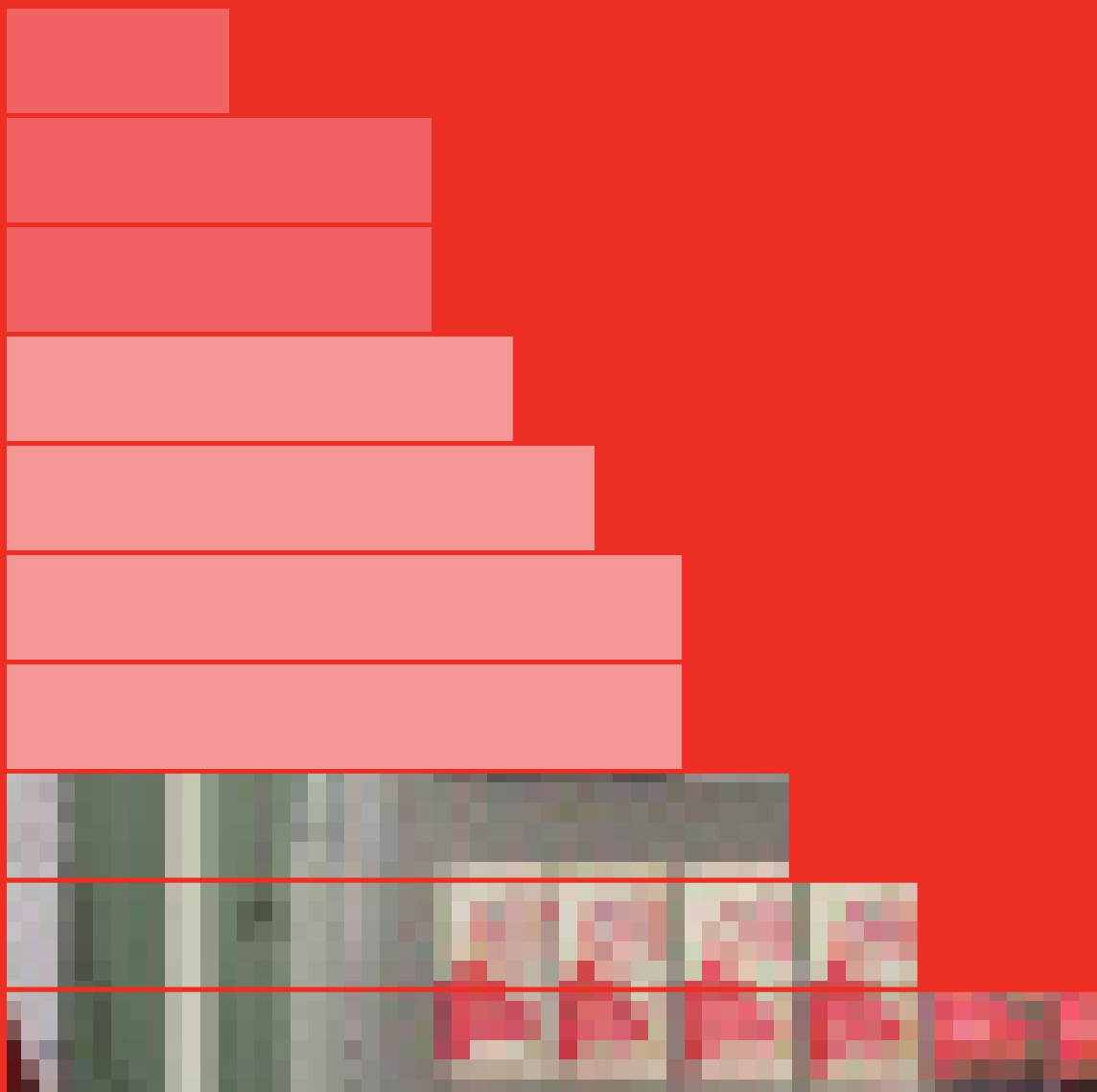
Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçada nas fortes competências que tem em Portugal, a Fidelidade pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Fidelidade, suportada no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa, está confiante no sucesso.

6

EMPRESAS INTEGRADAS NO GRUPO FIDELIDADE





O Grupo Fidelidade opera no mercado nacional diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente, para além das sucursais da Fidelidade, o Grupo Fidelidade está também presente no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau).

Por fim, o Grupo Fidelidade integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2017, principais indicadores e prioridades para 2018.

FIDELIDADE

Volume de Negócios = 3.651M€

Ativo Líquido = 15,9mM€

A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional, com forte presença nos ramos Vida e Não Vida, e a cabeça do Grupo Fidelidade. A Fidelidade é a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição nacional. Tem também presença a nível internacional através de sucursais em geografias como Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Reforço da sua presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nas principais linhas de negócio Não Vida;
- Consolidação do negócio internacional;
- Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao cliente;
- Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal;
- Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2018, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio e reforço do esforço de crescimento internacional através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.

VIA DIRECTA

Volume de Negócios = 47,8M€

Ativo Líquido = 69,9M€

A Via Directa – Companhia de Seguros S.A., é a seguradora do Grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros, através da internet, tendo como visão a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias. É, atualmente, a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos (internet e telefone).

Na qualidade de gestora da marca OK! Teleseguros, o ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- Lançamento do OK! Gestual, um serviço pioneiro que alia a tecnologia à inovação e garante o atendimento personalizado em Língua Gestual Portuguesa à comunidade surda;
- Lançamento do OK! Saúde GO, o primeiro programa do género em Portugal, baseado no conceito 'Pay As You Live' (PAYL), que tem como principal objetivo incentivar a adoção de um estilo de vida mais saudável, através da atribuição de um desconto no prémio do seguro de saúde consoante o número de kms percorridos;
- Lançamento do OK! Auto elétricos, com um desconto exclusivo na subscrição de seguros para este tipo de veículos;
- Disponibilização do simulador e contratador online do seguro OK! Viagem;
- Disponibilização da assistência georreferenciada no ramo Acidentes Pessoais, nas modalidades que incluem a proteção na prática de atividades desportivas, nomeadamente BTT e Escalada, permitindo aos clientes a rápida localização e prestação de auxílio também neste contexto;
- Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multirriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

Em 2018, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia atual de colocar as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes e da comunidade onde se insere, dando especial atenção aos temas relacionados com um estilo de vida e uma mobilidade mais sustentáveis. A prioridade não será o lançamento de novos produtos, mas sim potenciar a eficiência dos já existentes. Uma das áreas mais importantes a desenvolver no próximo ano é a área de fidelização, para a qual a Via Directa está atualmente a desenvolver um programa inovador.

COMPANHIA PORTUGUESA DE RESSEGUROS

Volume de Negócios = 2,8M€

Ativo Líquido = 33,9M€

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do portefólio existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão no âmbito do Grupo Segurador Fidelidade. Os riscos com exposição catastrófica estão excluídos do seu âmbito de aceitação, salvo os constantes no Tratado de Acidentes Pessoais.

A Companhia subscreve apenas riscos ao abrigo dos Tratados não Proporcionais, nomeadamente com a Fidelidade e as respetivas sucursais de Espanha e Moçambique.

No contexto de Resseguradora do Grupo Fidelidade, a título excecional, são aceites em Facultativo riscos subscritos pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. aos seus Grandes Clientes. Uma vez mais, respeitando o critério de máxima prudência, a percentagem retida pela Companhia destes resseguros é residual ou nula, utilizando a retrocessão para repassar o risco.

FIDELIDADE (ANGOLA)

Volume de Negócios = 71,4M€

Ativo Líquido = 197,3M€

Desde 2011 que a Fidelidade marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social. Em 2017 procedeu-se ao rebranding da marca, passando a Universal Seguros a denominar-se Fidelidade Angola.

A Fidelidade Angola tem participado ativamente no desenvolvimento da economia angolana, através da oferta global de produtos de seguros e procurando diferenciar-se pelas suas capacidades técnicas e nível de serviço.

Dotada de uma estrutura ágil e moderna no contexto do mercado segurador angolano, e apoiando-se nas sinergias com os seus acionistas, a Fidelidade Angola tem vindo a crescer de forma significativa e rentável, sustentando-se em fortes capacidades operacionais e elevado rigor na análise e gestão dos riscos.

A Fidelidade Angola tem vindo a consolidar a sua posição de referência no mercado através da afirmação da sua marca, da construção de uma gama cada vez mais completa de produtos para empresas e particulares e do desenvolvimento de novos canais de distribuição.

O ano de 2017 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se o seguinte:

- Mudança de marca e respetiva denominação social, de Universal Seguros S.A., para Fidelidade Angola – Companhia de Seguros S.A., assumindo a imagem corporativa da empresa mãe;
- Alteração do paradigma de Gestão de Sinistros, numa perspetiva de serviço ao Cliente e controlo de custos;
- Expansão da rede de lojas, com especial destaque para a abertura do Centro de Negócios na Marginal de Luanda, no Edifício Presidente Business Center;
- Aquisição das instalações para a nova sede social, localizadas na Cidade Financeira, em Talatona.

Para o ano de 2018 a Fidelidade Angola tem por objetivo prosseguir a sua estratégia de desenvolvimento do negócio em Angola, mantendo a tendência de crescimento de anos anteriores e garantindo um enfoque renovado no segmento de clientes individuais.

FIDELIDADE (MACAU)

Volume de Negócios = 13,6M€

Ativo Líquido = 75,5M€

A Fidelidade decidiu em 2015 reforçar a sua presença em Macau através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A., iniciou a sua operação em 1 de outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade neste território, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau tem como objetivo a exploração do segmento Não Vida em Macau, assegurando a disponibilização de uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas, específica para as necessidades deste mercado.

Em 2017, enfrentou um desafio importante com a ocorrência do tufão Hato, considerado o mais relevante dos últimos 50 anos no território. A Fidelidade Macau assumiu-se muito positivamente no apoio aos seus segurados, mantendo elevada solidez, o que revelou a resiliência da sua operação.

Para 2018, as principais linhas de orientação estratégica passam pelo reforço da parceria com o BNU, na eficiência operacional e na prestação de um serviço de qualidade acrescida e de proximidade junto dos seus clientes.

GARANTIA SEGUROS

Volume de Negócios = 12,9M€

Ativo Líquido = 26,3M€

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. é líder no mercado segurador cabo-verdiano e é distinguida, há 6 anos consecutivos, como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

A empresa está direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais e tem desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

Em 2018 a Garantia continuará a apostar na qualidade e inovação como estratégia de diferenciação face à concorrência e prevê uma maior dinamização do negócio, tendo por base um reforço dos canais de distribuição e a contínua melhoria da oferta de produtos.

GEP

Volume de Negócios = 22,5M€

Ativo Líquido = 3,5M€

A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras do Grupo Fidelidade.

Em 2017, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- Renovação da Certificação da qualidade ISO 9001 dada a deteção de zero “não conformidades”, o que aconteceu pelo nono ano consecutivo;
- Obtenção da certificação como entidade formadora, na sequência da candidatura da GEP à DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;
- Implementação do serviço de averiguação de sinistros na Fidelidade Angola em Maio de 2017;
- Identificação de necessidades do mercado nas áreas de negócio em que a Gep opera, que conduziram à contratação de novos clientes, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentado da atividade.

Para o ano de 2018, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação, nomeadamente na implementação do projeto "Peritagem Digital". A aposta passará também pela consolidação dos seus serviços nos mercados emergentes nomeadamente em Angola e implementação do projeto de peritagem automóvel em Cabo Verde.

FIDELIDADE CAR SERVICE

Volume de Negócios = 7,2M€

Ativo Líquido = 6,1M€

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A, é a empresa do Grupo Fidelidade que, operando sob a marca Fidelidade Car Service, está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel, estando também autorizada a efetuar locação automóvel.

A Fidelidade Car Service tem como missão prestar o melhor serviço do mercado, procurando atuar de uma forma diferenciadora, que seja percebida pelo Cliente, e adotou como keyword: "Fidelidade Car Service, mais do que um serviço, uma experiência".

Alinhada com a missão do Grupo, a Fidelidade Car Service pretende contribuir positivamente para a estratégia do seu acionista em prestar aos Clientes um serviço de excelência, aliado a uma perspetiva quantitativa de redução do custo do sinistro, quer pela via da redução sustentada do custo médio da reparação, quer pela racionalização dos custos de imobilização, adotando para o efeito as melhores práticas e técnicas do mercado.

No ano de 2017 destacam-se as seguintes atividades:

- A atividade em todas as oficinas (Lisboa, Queluz e Porto) consolidou-se e desenvolveu-se, sendo de assinalar, não só o aumento do número de reparações e do volume de negócios, como também significativos ganhos na qualidade do serviço prestado e no nível de satisfação dos Clientes, como o demonstra a forte redução do número de reclamações procedentes de 2,03% em 2016, para 0,62% em 2017;
- Realização de inquéritos de satisfação dos clientes recolhidos através da plataforma GepContact, com um resultado de 8,08 (escala de 1 a 10).

Para 2018 a CETRA prevê:

- Continuar a trajetória de aumento de atividade, de forma a melhorar a taxa de utilização da capacidade instalada nas três oficinas;
- Manter a política de redução de gastos de funcionamento e consolidar a sua reorganização interna no sentido de melhorar continuamente a satisfação dos clientes;
- Implementar um sistema de arquivo digital de toda a documentação dos processos de reparação, bem como um novo modelo de monitorização e tratamento da imagem externa da FCS, através do projeto "Online Reputation Management";
- Iniciar um estudo para uma nova oficina na margem Sul de Lisboa, a implementar em 2019.

SAFEMODE

Volume de Negócios = 2,9M€

Ativo Líquido = 1,5M€

A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. desenvolve e presta serviços de Análise de Risco, de Segurança e Saúde no Trabalho, bem como de Medicina no Trabalho.

Em 2017, a Safemode, no âmbito do Grupo Fidelidade, continuou a apoiar o negócio segurador no âmbito da Análise de Risco e da Medicina no Trabalho, tendo introduzido algumas inovações, como sejam as análises de risco remotas.

Em 2018 a empresa deverá prosseguir a sua aposta na inovação em termos de análise de risco para os vários ramos e no desenvolvimento do negócio de Medicina no Trabalho, contribuindo de forma decisiva para a competitividade da Fidelidade nas várias linhas de negócio.

FIDELIDADE PROPERTY

Volume de Negócios = 124,8M€

Ativo Líquido = 1,3 mM€

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International são as empresas do Grupo que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portefólio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Tóquio e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2017 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- Prossecução da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- Reorganização do portefólio internacional, com redução de posições nos Estados Unidos e na Austrália;
- Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios.

Em 2018, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portefólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portefólio de investimentos das seguradoras do Grupo.

LUZ SAÚDE

A Luz Saúde é um dos líderes no mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, com 98,79% de seu capital detido pela Fidelidade (a 31 de dezembro de 2017). A Luz Saúde possui doze hospitais privados, um hospital público em regime de parceria público-privada, nove clínicas privadas em regime de ambulatório e duas residências sénior. Como factos relevantes, a Luz Saúde iniciou atividade no arquipélago da Madeira no início de 2017 e adquiriu o Grupo British Hospital em Lisboa no segundo semestre do ano.

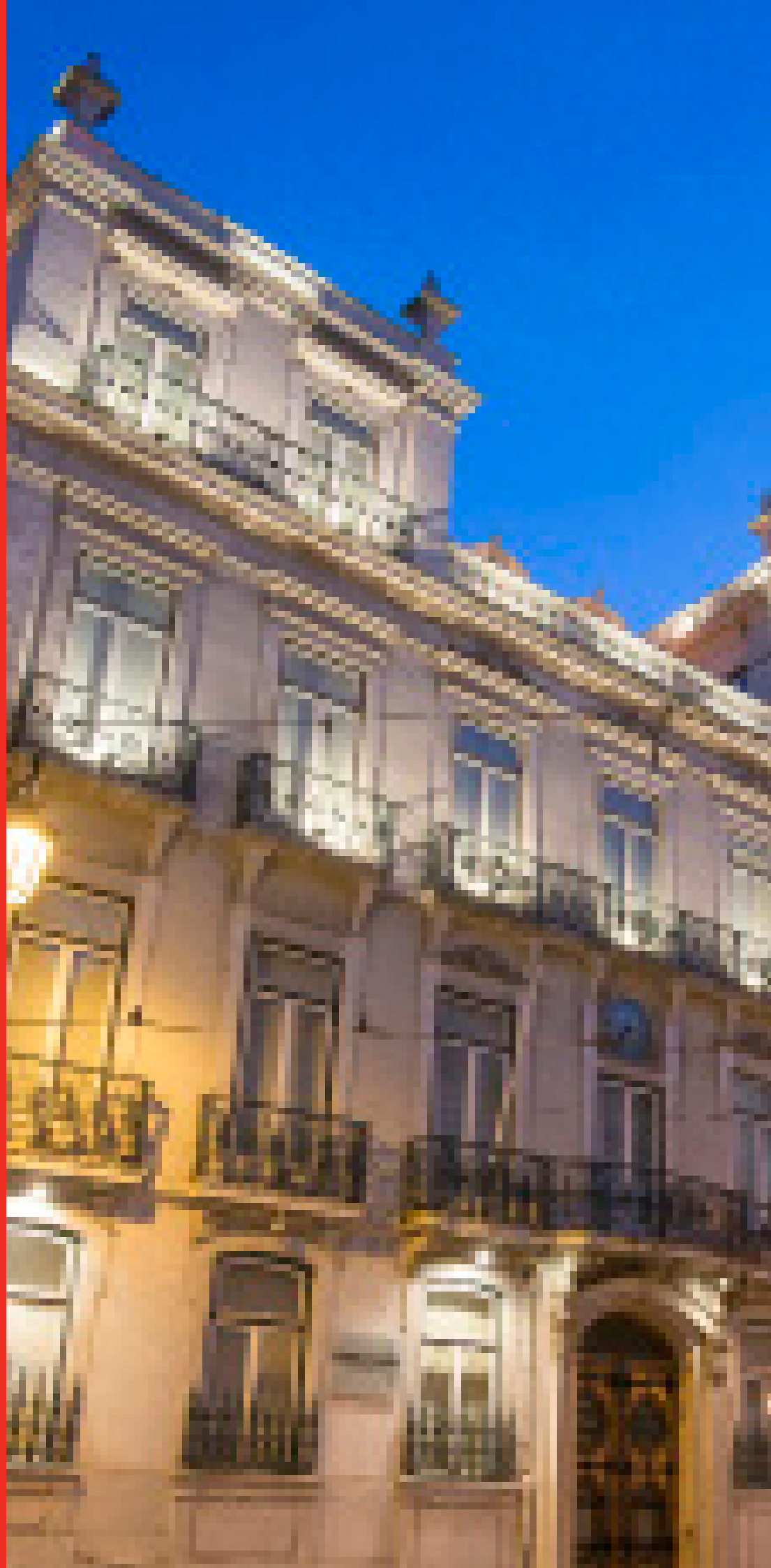
No final de 2017, a Luz Saúde assegurou 1.500 camas e manteve a sua trajetória de crescimento, impulsionada pelo desenvolvimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados, através da aquisição, acima mencionada, de um hospital e de uma clínica no arquipélago da Madeira e do Grupo British Hospital em Lisboa. Adicionalmente, a Luz Saúde abriu a área de expansão do Hospital da Luz Arrábida na região do Porto e um novo edifício no Hospital da Luz Oeiras, duplicando a capacidade deste e expandindo o portefólio de serviços prestados.

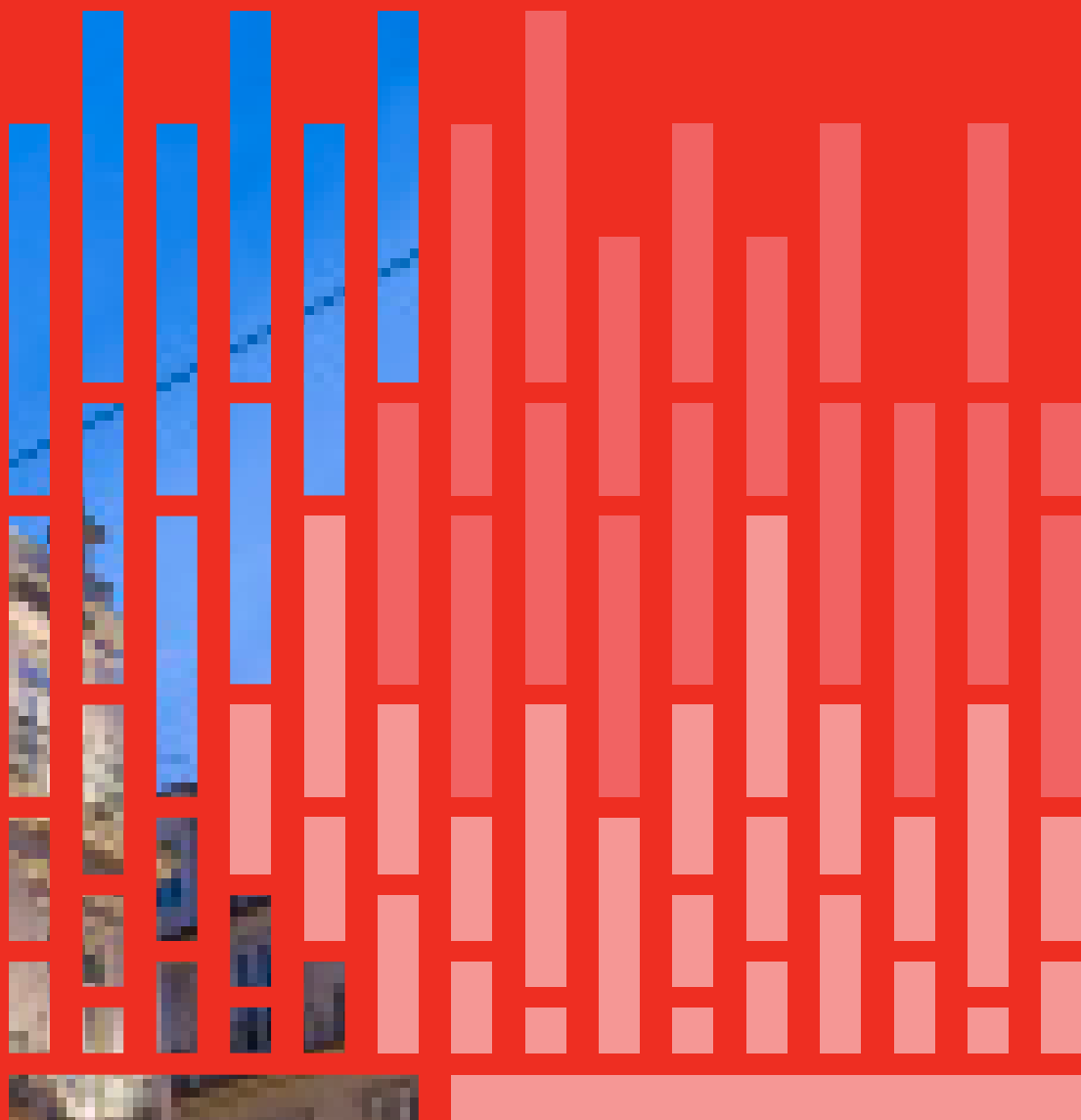
O Hospital da Luz Lisboa (atualmente o maior hospital privado do país) encontra-se em processo de expansão para aumento de capacidade até 80% para reforçar a sua posição de liderança no mercado, bem como para alargar o leque de serviços prestados. Adicionalmente, encontra-se em construção um novo hospital privado em Vila Real, para fortalecer a presença do Grupo Luz Saúde na região e expandir a sua base de clientes.

O investimento total em 2017 foi de 95 milhões de euros, um valor recorde para o Grupo Luz Saúde nos últimos 10 anos.

7

GESTÃO DE RISCOS





i. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, permitindo assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco da Companhia, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação, a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, a Companhia estabeleceu um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Companhia preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira", com referência a 31/12/2016, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

O rácio de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) aí apresentado era de 131,44% e 508,82%, respetivamente, o que representava um aumento considerável face aos valores em 1/1/2016.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2017, importa referir que a Companhia, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável, prevendo-se que os mesmos venham a ser reforçados face ao exercício de 2016.

ii. Gestão de Riscos Financeiros e Contabilidade de Cobertura

O Grupo Fidelidade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo Fidelidade a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, o Grupo Fidelidade prepara a necessária documentação formal, nos termos definidos pela IAS 39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

O Grupo Fidelidade começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

08

RESPONSABILIDADE SOCIAL





Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade do Grupo Fidelidade, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para as seguradoras do Grupo Fidelidade, a Responsabilidade Social assenta antes de mais no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

O Grupo Fidelidade mantém-se empenhado num conjunto vasto de programas de inovação, em produtos, modelos de serviço e estrutura organizacional, que permitiram posicionar-se entre as empresas mais avançadas, sofisticadas e eficientes do setor segurador europeu. Assumindo como prioridade absoluta praticar um negócio responsável através do melhor serviço a clientes e lesados, parceiros e fornecedores, desenvolveu, em conjunto com os seus colaboradores, uma política de envolvimento com a comunidade focada em áreas relacionadas com as preocupações de negócio: prevenção e promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Quando os sinistros ocorrem vamos além das obrigações legais através do nosso compromisso WeCare. No apoio a organizações ou iniciativas estamos presentes através de donativos, patrocínios, seguros oferecidos ou voluntariado, onde colocamos as competências dos nossos colaboradores ao serviço da comunidade.

Tudo isto é “Fidelidade Comunidade” – o Programa de Responsabilidade Social do Grupo Fidelidade cuja estratégia de atuação assenta na implementação de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a situações de desigualdade social.

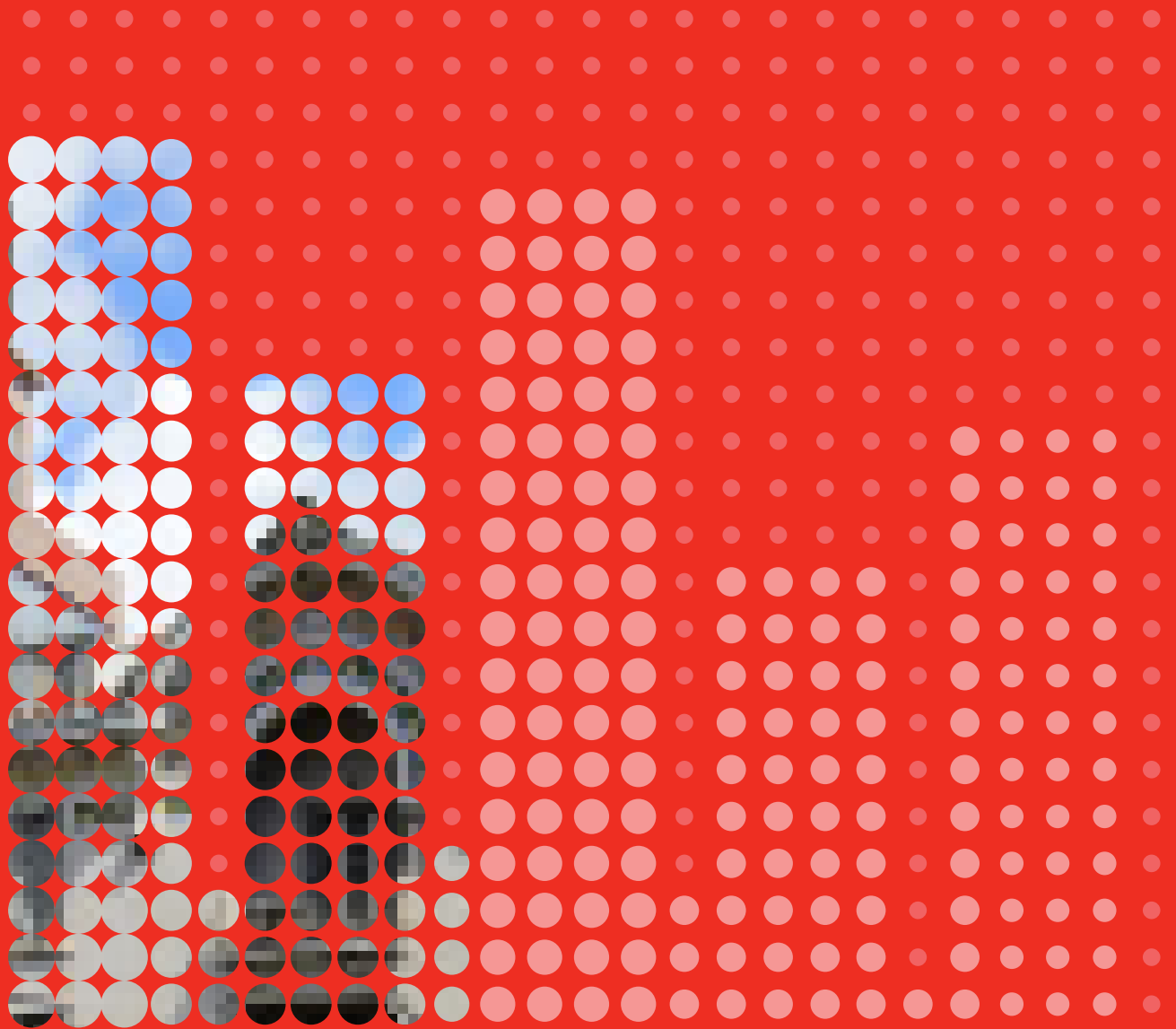
Em 2017 a Fidelidade lançou o Prémio Fidelidade Comunidade, que designa o modo como a empresa estrutura a sua resposta às problemáticas da sociedade. Com este prémio, a Fidelidade visa construir um modo de atuação transparente, eficiente, com critérios de avaliação pré-definidos, criação de sinergias com outras vertentes, como o voluntariado, mas também parcerias com partes interessadas, que são stakeholders importantes para a Companhia.

O Prémio Fidelidade Comunidade tem como missão promover o fortalecimento do setor social, através do investimento na estrutura das instituições que atuem no âmbito da inclusão social e prevenção na saúde – as áreas de intervenção eleitas para esta edição – e que correspondem à essência dos impactos da atividade da seguradora, que visa proteger as pessoas, o património e a atividade económica, no presente e numa perspetiva futura.

Com um valor global de 500.000€, o Prémio Fidelidade Comunidade destina-se a pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, com atividade em território nacional, legalmente constituídas e registadas, e materializa o compromisso da Fidelidade com o desenvolvimento sustentável através do fortalecimento das entidades que respondem diretamente às necessidades da sociedade. Vamos dedicar especial atenção à promoção da sustentabilidade de longo prazo destas entidades em áreas específicas e à criação de sinergias com o Grupo Fidelidade e os seus parceiros. Em 2018 o prémio Fidelidade Comunidade terá a sua 2ª edição.

O desempenho das seguradoras do Grupo Fidelidade em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade, que a partir de 2017 tem uma periodicidade anual. O relatório é certificado por uma entidade externa.





Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- Os colaboradores de todas as empresas integradas no Grupo Fidelidade, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes, pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Lan KANG
José Manuel Alvarez Quintero
Xiaodong YU
Lingjiang XU
José João Guilherme
Francisco Ravara Cary
João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
António Manuel Marques de Sousa Noronha
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Wai Lam William MAK
Jun LI
André Simões Cardoso
Tao LI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2017			2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	568.526.777	-	568.526.777	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11	1.506.320	-	1.506.320	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	53.137.930	-	53.137.930	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	807.553.697	-	807.553.697	666.343.350
Derivados de cobertura	7 e 11	28.178.377	-	28.178.377	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	10.794.639.837	-	10.794.639.837	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	9 e 11	1.182.673.453	-	1.182.673.453	1.011.170.690
Depósitos junto de empresas cedentes	9	167.023	-	167.023	875.620
Outros depósitos	9	1.136.006.020	-	1.136.006.020	954.405.677
Empréstimos concedidos	9	46.497.673	-	46.497.673	55.859.293
Outros	9	2.737	-	2.737	30.100
Terrenos e edifícios	10 e 11	1.957.019.240	(107.867.438)	1.849.151.802	2.186.271.505
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	540.459.856	(107.867.438)	432.592.418	429.456.714
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1.416.559.384	-	1.416.559.384	1.756.814.791
Outros ativos tangíveis	11 e 12	286.751.685	(233.657.412)	53.094.273	50.091.357
Inventários	13	11.879.805	-	11.879.805	10.558.460
Goodwill	14	390.401.491	-	390.401.491	379.461.136
Outros ativos intangíveis	15	82.099.396	(61.886.192)	20.213.204	18.670.318
Provisões técnicas de resseguro cedido		357.924.988	-	357.924.988	270.563.232
Provisão para prémios não adquiridos	16	58.632.074	-	58.632.074	71.716.464
Provisão matemática do ramo Vida	16	11.187.581	-	11.187.581	11.256.504
Provisão para sinistros	16	288.104.261	-	288.104.261	187.590.264
Provisão para participação nos resultados	16	1.072	-	1.072	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	34	12.344.589	-	12.344.589	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		547.824.984	(51.463.682)	496.361.302	493.232.171
Contas a receber por operações de seguro direto	17	232.304.421	(17.117.201)	215.187.220	188.078.872
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	47.752.500	(6.390.243)	41.362.257	14.988.084
Contas a receber por outras operações	17	267.768.063	(27.956.238)	239.811.825	290.165.215
Ativos por impostos		259.439.780	-	259.439.780	483.448.749
Ativos por impostos correntes	18	1.816.553	-	1.816.553	59.777.007
Ativos por impostos diferidos	18	257.623.227	-	257.623.227	423.671.742
Acréscimos e diferimentos	19	72.217.841	-	72.217.841	66.920.807
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	20	327.057.041	-	327.057.041	-
TOTAL ATIVO		17.741.177.231	(454.874.724)	17.286.302.507	15.896.943.229

Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
PASSIVO			
Provisões técnicas		4.135.248.764	3.839.559.113
Provisão para prémios não adquiridos	21	289.786.965	291.823.685
Provisão matemática do ramo Vida	21	1.762.942.406	1.648.505.455
Provisão para sinistros		1.864.990.686	1.728.447.610
De vida	21	132.483.735	121.052.056
De acidentes de trabalho	21	834.126.539	795.656.958
De outros ramos	21	898.380.412	811.738.596
Provisão para participação nos resultados	21	110.750.140	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	21	7.520.800	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21	24.405.064	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	21	25.630.188	24.056.289
Provisão para riscos em curso	21	49.222.515	49.238.127
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	22	8.583.639.740	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	23	5.656.794	15.072.639
Outros passivos financeiros		744.769.068	721.794.785
Derivados de cobertura	7 e 23	4.011.186	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	23	132.600.318	117.145.067
Empréstimos	23	573.125.604	562.887.131
Outros	23	35.031.960	28.293.305
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	85.665	73.618
Outros credores por operações de seguros e outras operações	24	399.310.290	342.062.910
Contas a pagar por operações de seguro direto	24	115.848.127	105.981.598
Contas a pagar por outras operações de resseguro	24	58.440.291	38.702.926
Contas a pagar por outras operações	24	225.021.872	197.378.386
Passivos por impostos	7 a 24	292.889.369	297.604.888
Passivos por impostos correntes	18	36.402.884	42.720.789
Passivos por impostos diferidos	18	256.486.485	254.884.099
Acréscimos e diferimentos	25	166.189.128	158.333.825
Outras provisões	26	214.412.990	140.042.113
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	20	26.888.083	-
TOTAL PASSIVO		14.569.089.891	13.807.734.226
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	381.150.000	381.150.000
(Ações Próprias)	27	(148.960)	(148.960)
Outros instrumentos de capital	27	521.530.515	521.530.515
Reservas de reavaliação		804.507.878	185.944.833
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	28	703.046.550	23.227.109
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	28	111.830.706	106.470.627
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	28	(2.678.535)	(4.092.767)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	28	84.397.655	43.109.385
De diferenças de câmbio	28	(92.088.498)	17.230.479
Reserva por impostos diferidos	28	(220.888.608)	(18.386.326)
Outras reservas	28	633.435.313	523.982.139
Resultados transitados	28	344.940.239	239.018.070
Resultado do exercício	28	216.232.495	211.108.365
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.680.758.872	2.044.198.636
Interesses não controlados	29	36.453.744	45.010.367
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		2.717.212.616	2.089.209.003
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		17.286.302.507	15.896.943.229

Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		430.637.172	884.274.815	-	1.314.911.987	1.138.341.582
Prêmios brutos emitidos	30	444.020.974	1.368.968.260	-	1.812.989.234	1.609.865.930
Prêmios de resseguro cedido	30	(13.401.427)	(452.488.836)	-	(465.890.263)	(456.462.392)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	20 e 30	24.859	(18.838.537)	-	(18.813.678)	(17.982.753)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	16 e 30	(7.234)	(13.366.072)	-	(13.373.306)	2.920.797
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	31	1.943.122	-	-	1.943.122	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(293.205.931)	(667.034.365)	-	(960.240.296)	(828.902.558)
Montantes pagos		(282.436.365)	(637.848.448)	-	(920.284.813)	(866.752.650)
Montantes brutos	32 e 33	(288.761.380)	(922.175.996)	-	(1.210.937.376)	(1.120.429.470)
Parte dos resseguradores	32	6.325.015	284.327.548	-	290.652.563	253.676.820
Provisão para sinistros (variação)		(10.769.566)	(29.185.917)	-	(39.955.483)	37.850.092
Montante bruto	32	(11.453.531)	(127.809.383)	-	(139.262.914)	20.796.033
Parte dos resseguradores	32	683.965	98.623.466	-	99.307.431	17.054.059
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	32	(3.149.742)	(1.598.684)	-	(4.748.426)	12.253.658
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro		(84.038.965)	-	-	(84.038.965)	(4.306.026)
Montante bruto	20 e 32	(84.291.038)	-	-	(84.291.038)	(3.148.319)
Parte dos resseguradores	32	252.073	-	-	252.073	(1.157.707)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	20 e 32	5.770.055	(205.279)	-	5.564.776	(9.659.593)
Custos e gastos de exploração líquidos		(79.270.934)	(259.287.154)	-	(338.558.088)	(338.969.287)
Custos de aquisição	33	(65.521.093)	(254.529.317)	-	(320.050.410)	(317.289.271)
Custos de aquisição diferidos (variação)	20	74.358	12.341.077	-	12.415.435	1.265.695
Gastos administrativos	33	(21.345.680)	(81.381.096)	-	(102.726.776)	(96.833.504)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33	7.521.481	64.282.182	-	71.803.663	73.887.793
Rendimentos		235.301.422	66.776.922	122.940.826	425.019.170	392.557.840
De juros de ativos financeiros não valorizados						
ao justo valor por via de ganhos e perdas	36	218.949.795	45.727.177	8.817.141	273.494.113	278.023.309
Outros	36	16.351.627	21.049.745	114.123.685	151.525.057	114.534.531
Gastos financeiros		(9.886.156)	(7.850.568)	(34.257.241)	(51.993.965)	(35.119.649)
De outros	33 e 37	(9.886.156)	(7.850.568)	(34.257.241)	(51.993.965)	(35.119.649)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas		113.908.204	75.791.496	76.601	189.776.301	62.699.855
De ativos disponíveis para venda	38	208.771.424	75.950.289	1.165.032	285.886.745	211.495.437
De empréstimos e contas a receber	38	(45.710)	(37.086)	(287.056)	(369.852)	(83.484)
De investimentos a deter até à maturidade	37	-	(121.707)	-	(121.707)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	21 e 38	(94.817.510)	-	-	(94.817.510)	(148.712.098)
De outros	38	-	-	(801.375)	(801.375)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	20	156.246.737	43.204.219	6.398.066	205.849.022	(81.343.781)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	39	170.964.045	41.565.891	5.504.457	218.034.393	(76.920.281)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	39	(2.071.643)	6.936.390	(2.063.658)	2.801.089	228.195
De outros	39	(12.645.665)	(5.298.062)	2.957.267	(14.986.460)	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	40	(206.923.013)	(33.136.899)	(26.388.018)	(266.447.930)	41.161.722
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	41	(204.893)	18.359.124	(1.284.153)	16.870.078	79.120.869
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(94.303.379)	(2.203.455)	(114.078.161)	(210.584.995)	(180.875.149)
De ativos disponíveis para venda	42	(94.303.379)	(2.752.181)	(35.714.426)	(132.769.986)	(185.719.193)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	42	-	(103.015)	724.587	621.572	199.651
De outros	42	-	651.741	(79.088.322)	(78.436.581)	4.644.393
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	43	600.346	3.801.470	-	4.401.816	1.455.847
Outros rendimentos/gastos	44	-	-	57.274.508	57.274.508	9.844.480
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	-	-	24.815.820
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	45	-	-	413.658	413.658	(6.263.473)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	20	-	-	791.078	791.078	-
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		173.424.045	120.891.642	11.887.164	306.202.851	279.363.968

(continuação)

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(111.398.582)	(111.398.582)	(98.232.406)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	24.710.478	24.710.478	31.620.428
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		173.424.045	120.891.642	(74.800.940)	219.514.747	212.751.990
Interesses não controlados	29	-	-	(3.282.252)	(3.282.252)	(1.643.625)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	173.424.045	120.891.642	(78.083.192)	216.232.495	211.108.365

Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada nos Exercícios de 2017 e 2016

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	
					Prêmios de emissão	Outras reservas
Saldos em 31 de dezembro de 2015	902.531.555	249.259.219	(45.501.996)	121.563.696	115.103.280	121.010.764
Aplicação do resultado	-	-	-	17.800.154	-	162.427.030
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(79.899.153)	22.370.531	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(3.876.740)	859.481	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	43.109.385	(9.406.249)	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	(56.126.303)	4.365.070	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	33.478.425	(2.067.698)	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3.128.922	-	-	(10.975.156)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	-	(45.616)	-	(2.169.468)
Outros	-	-	7.865.613	-	-	(732.545)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	902.531.555	185.944.833	(18.386.326)	139.318.234	115.103.280	269.560.625
Aplicação do resultado	-	-	-	11.367.497	-	90.617.509
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	658.697.963	(196.286.735)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	1.414.232	(239.817)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	41.288.270	(9.564.778)	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	(88.197.498)	4.225.813	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	7.796.738	386.493	-	-	-
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2.427.826)	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(1.023.258)	-	-	4.647.712
Reconhecimento de interesses minoritários	-	(8.834)	-	(161.496)	-	2.745.569
Outros	-	-	-	-	-	236.383
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	902.531.555	804.507.878	(220.888.608)	150.524.235	115.103.280	367.807.798

(continuação)

(valores em euros)

	Resultados transitados	Resultado do exercício	sub-total	Interesses não controlados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	141.113.706	286.286.890	1.891.367.114	33.763.755	1.925.130.869
Aplicação do resultado	106.059.706	(286.286.890)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	(57.528.622)	-	(57.528.622)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	(3.017.259)	-	(3.017.259)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	33.703.136	-	33.703.136
Diferenças de câmbio	-	-	(51.761.233)	-	(51.761.233)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	31.410.727	-	31.410.727
Desvios atuariais	-	-	(7.846.234)	11.246.612	3.400.378
Reconhecimento de interesses minoritários	225.690	-	(1.989.394)	-	(1.989.394)
Outros	(8.381.032)	-	(1.247.964)	-	(1.247.964)
Resultado líquido do exercício	-	211.108.365	211.108.365	-	211.108.365
Saldos em 31 de dezembro de 2016	239.018.070	211.108.365	2.044.198.636	45.010.367	2.089.209.003
Aplicação do resultado	109.123.359	(211.108.365)	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	462.411.228	-	462.411.228
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	-	1.174.415	-	1.174.415
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-	31.723.492	-	31.723.492
Diferenças de câmbio	-	-	(83.971.685)	-	(83.971.685)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	8.183.231	-	8.183.231
Alienação de imóveis de uso próprio	2.427.826	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3.624.454	(8.556.623)	(4.932.169)
Reconhecimento de interesses minoritários	(16.924.649)	-	(14.349.410)	-	(14.349.410)
Outros	11.295.633	-	11.532.016	-	11.532.016
Resultado líquido do exercício	-	216.232.495	216.232.495	-	216.232.495
Saldos em 31 de dezembro de 2017	344.940.239	216.232.495	2.680.758.872	36.453.744	2.717.212.616

Demonstração do Rendimento Integral Consolidada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	216.232.495	211.108.365
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	939.402.400	(63.553.534)
Imparidade	23.830.746	150.714.731
Alienação	(223.985.124)	(153.902.380)
Participação dos segurados – produtos Vida com participação	(59.428.581)	(2.591.419)
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(21.318.153)	(10.804.340)
Participação dos segurados – produtos Vida com participação	196.674	237.787
Imposto diferido	(188.595.436)	21.441.406
Imposto corrente – produtos Vida com participação	(7.691.298)	929.125
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	1.414.232	(3.876.740)
Imposto diferido	(239.817)	859.481
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	41.288.270	43.109.385
Imposto diferido	(9.564.778)	(9.406.249)
Varição em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	(88.197.498)	(56.126.301)
Imposto diferido	4.225.813	4.365.070
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Varição em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	7.796.739	33.478.425
Imposto diferido	386.493	(2.067.698)
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	4.515.994	(8.812.551)
Benefícios de saúde	131.718	(2.162.605)
Imposto corrente	(959.837)	2.246.746
Imposto diferido	(63.422)	882.176
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	423.145.135	(55.039.485)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	639.377.630	156.068.880

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1.347.098.971	1.153.403.538
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(733.123.987)	(727.375.229)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(123.778.835)	(118.674.715)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(2.685.154)	(5.535.233)
Pagamentos a fornecedores	(189.131.257)	(177.081.576)
Pagamentos a empregados	(166.831.391)	(169.101.968)
Contribuições para fundos de pensões	(10.090.175)	(18.421.934)
Outros	27.276.615	(22.661.942)
	148.734.787	(85.449.059)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(42.641.919)	(35.115.742)
Devedores por outras operações	47.412.637	(183.658.526)
Outros ativos	57.961.887	(58.632.561)
	62.732.605	(277.406.829)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	217.189.367	72.231.424
Depósitos recebidos de resseguradores	13.554.225	6.494.722
Credores por operações de seguro direto e resseguro	29.603.894	2.280.484
Credores por outras operações	23.862.284	123.354.083
Outros passivos	(4.461.173)	79.594.988
	279.748.597	283.955.701
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	491.215.989	(78.900.187)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(120.249.341)	(195.930.790)
	370.966.648	(274.830.977)
Caixa líquida das atividades operacionais		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	486.642.630	395.478.987
Ativos disponíveis para venda	4.396.884.793	2.996.431.964
Empréstimos e contas a receber	3.893.930.618	6.787.669.650
Propriedades de investimento	91.400.945	226.764.043
Ativos tangíveis e intangíveis	7.499.103	866.527
Rendimentos de ativos financeiros	577.646.005	267.866.021
Outros recebimentos	177.114.270	228.043.194
	9.631.118.364	10.903.120.387
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(379.612.258)	(151.805.476)
Ativos disponíveis para venda	(5.268.591.179)	(3.526.827.624)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	(121.707)	-
Empréstimos e contas a receber	(3.904.431.217)	(7.106.451.895)
Propriedades de investimento	(61.355.819)	(865.846.841)
Ativos tangíveis e intangíveis	(84.554.186)	(79.195.733)
Outros	(587.322.075)	(149.739.109)
	(10.285.988.442)	(11.879.866.678)
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	133.357.643	-
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(258.064.082)	(47.597.865)
	(124.706.439)	(47.597.865)
Caixa líquida das atividades de investimento	(779.576.517)	(1.024.344.156)

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros recebidos	7.794.451	2.088.676
Outros empréstimos obtidos	10.238.473	228.264.259
Outros juros suportados	(5.029.003)	(4.447.469)
Caixa líquida das atividades de financiamento	13.003.921	225.905.466
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(395.605.948)	(1.073.269.667)
Caixa e seus equivalentes no início do período	964.132.725	2.037.402.392
Caixa e seus equivalentes no fim do período	568.526.777	964.132.725

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1. Nota Introdutória

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade" ou "Sociedade"), com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima, resultante da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, o Grupo Fidelidade via Longrun Portugal, SGPS, S.A. passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd..

A Sociedade tem como objeto social o exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos, nos termos do respetivo estatuto que rege a sua atividade.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Sociedade dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Fidelidade.

As Companhias de seguro do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. ("Via Directa"), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. ("CPR"), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. ("Garantia"), Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. ("Universal") e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade Macau").

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da consolidação da Fidelidade e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

2.1.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2017, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

2.1.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica “Interesses não controlados”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

2.3. Concentrações de atividades empresariais e goodwill

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O goodwill é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o goodwill era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O goodwill, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera – denominada “moeda funcional”. Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na “Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio”;
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização, de acordo com a IAS 21.

2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial, estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (held for trading), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e

- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (Fair Value Option). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
- Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (accounting mismatch) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida que o Grupo Fidelidade tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda incluem:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros a seguir indicados são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado, com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar, são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locações

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (Corporate Income Tax) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC acresce a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2017 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros e de 7% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

A Lei n.º 114/2017 publicada em 29 de dezembro de 2017 que aprovou o Orçamento de Estado para 2018 procedeu ao aumento da taxa da Derrama Estadual do 3º escalão em 2% quando o rendimento tributável é superior a 35.000.000 euros. Por este motivo a Fidelidade ajustou os impostos diferidos registados nas suas contas à data de 31 de Dezembro de 2017 com base na taxa agregada de 31,5%.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e a benefícios de saúde.

Plano de benefício definido – Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 26).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42ª do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

A mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratada por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- O montante ou momento da distribuição dependa contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro Não Vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro Não Vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo Vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pro-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo Acidentes de Trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo Acidentes de Trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- **Pensões homologadas** - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- **Pensões definidas** - estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- **Pensões presumíveis** - estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente remíveis	Não remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IPs) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores, a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo Acidentes de Trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2016 e 2017, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de caráter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada – diz respeito a despesas de caráter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível – despesas de caráter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo Automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo Vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo Vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;

iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros Não Vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em "Outras contas a pagar ou a receber", de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUVs). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUVs sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUVs com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permutagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretation Committee" (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.21.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2017, o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento (Emenda)	19-01-2016	2017/1989	01-01-2017
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Emenda)	29-01-2016	2017/1990	01-01-2017
IFRS 12 - Divulgação de Interesses de Outras Entidades			
(Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2017

2.21.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes	28-05-2014	2016/1905	01-01-2018
IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes (Emenda)	11-09-2015	2016/1905	01-01-2018
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2018
IFRS 16 – Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRS 4 – Contratos de Seguros (Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4)	12-09-2016	2017/1988	01-01-2018
IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos			
Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

No sentido de se garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros e a nova norma dos contratos de seguros (IFRS 17), o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2021, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Os passivos do Grupo relacionados com a atividade seguradora são superiores a 90 por cento do total dos seus passivos, considerando-se assim que a atividade do Grupo é predominantemente relacionada com seguros tal como definido nos termos da emenda à IFRS 4. Neste enquadramento e tendo em consideração as comunicações da ASF, a Fidelidade cumpre com os requisitos impostos pela referida emenda e opta por diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos posteriores a 1 de janeiro de 2021.

2.21.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	15-05-2017	01-01-2021
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	08-12-2016	01-01-2018
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-05-2017	01-01-2019
IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos baseados em Ações (Emenda)	20-06-2016	01-01-2018
IAS 40 - Transferência de Propriedades de Investimento (Emenda)	08-12-2016	01-01-2018
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IAS 28 - Investimento de Longo Prazo em Associados e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital (melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	15 889 040 096	13 442 066 973	2 446 973 123	187 789 357	2 610 119 715
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	69 883 287	44 699 127	25 184 160	630 609	45 724 033
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	33 973 281	22 043 180	11 930 101	444 652	1 231 960
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (b)	69,13%	197 287 953	184 175 510	13 112 443	2 120 405	56 176 390
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26 339 506	15 756 946	10 582 560	1 105 911	10 184 963
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	75 507 159	55 095 432	20 411 727	1 608 097	9 915 228
Imobiliário						
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	835 534 189	67 247 384	768 286 805	(33 194 737)	32 215 227
Fidelidade – Property International, S.A.	100,00%	493 115 610	21 311 835	471 803 775	95 943 971	131 348 853
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste (e)	98,85%	157 218 112	22 755 631	134 462 481	15 281 046	19 898 791
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	12 435 567	85 802	12 349 765	965 531	1 420 442
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	52 132 207	6 404 298	45 727 909	8 663 254	17 567 219
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	268 676 570	618 493	268 058 077	(23 174 640)	12 346 357
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	364 979 472	1 933 090	363 046 382	1 192 329	3 906 514
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	153 368 517	3 991 013	149 377 504	3 873 469	16 305 741
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	132 608 472	124 381	132 484 091	(31 402)	6 410
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	360 707 184	218 639 731	142 067 453	13 998 546	26 988 887
Godo Kaisha Moana (h)	97,00%	108 138 391	9 339	108 129 052	11 922 814	11 966 921
Godo Kaisha Praia (h)	100,00%	457 503 784	314 522 917	142 980 867	16 638 779	25 567 950
Fundo Broggi	100,00%	373 029 773	7 982 777	365 046 996	8 446 996	46 292 427
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	252 081	13 319	238 762	(11 238)	-
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,79%	660 178 348	424 999 730	235 178 618	16 994 860	483 895 179
Outros setores						
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6 161 813	1 066 684	5 095 129	222 736	7 218 276
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	1 519 906	1 262 549	257 357	72 453	2 929 556
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3 538 968	3 107 663	431 305	93 420	22 462 636
FCM Beteiligungs GmbH	100,00%	17 299 917	346 309	16 953 608	(91 928)	376 940
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	844	12 863	(12 019)	(3 850)	-

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2017				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	2 269	4 585	(2 316)	(1 330)	113
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. (j)	80,00%	9 344	7 086	2 258	2 513	121 080
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	319 415 380	129 295 749	190 119 631	119 631	2 701 985
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-
Universal – Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	895	-	895	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 185,400 kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/184,86617 kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 110,265 escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,6532 patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 9,0653 patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 1,5346 dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 1,4732 dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 0,88723 libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 0,87667 libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 135,0100 ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 126,7100 ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,3720 dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,8045 dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 70,5700 meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 71,51167 meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	14 674 807 178	12 834 840 242	1 839 966 936	100 420 503	3 168 274 008
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72 872 039	51 492 895	21 379 144	(3 792 950)	40 714 618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15 715 603	4 927 959	10 787 644	350 067	1 034 224
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (b)	69,13%	99 692 896	87 600 437	12 092 459	1 859 850	80 870 354
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	56,35%	26 303 692	16 309 305	9 994 387	1 044 612	9 025 528
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	62 555 881	40 887 005	21 668 876	1 880 563	9 890 127
Imobiliário						
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	797 290 100	15 687 570	781 602 530	(2 958 151)	28 673 625
Fidelidade – Property Internacional, S.A.	100,00%	484 299 611	9 527 099	474 772 512	(40 025 590)	40 174 103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste (e)	98,85%	142 521 246	23 339 811	119 181 435	10 809 608	15 085 888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11 467 335	83 101	11 384 234	(896 508)	1 374 371
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	93 803 520	54 521 549	39 281 971	7 274 209	14 471 293
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	249 055 731	2 198 433	246 857 298	8 743 061	16 663 984
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	117 910 797	62 648 293	55 262 504	(9 362 576)	5 776
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	365 267 333	33 706 557	331 560 776	33 685 905	48 926 838

(continuação)

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	24 366 042	25 202	24 340 840	(43 142)	3
Higashi Shinagawa Two TMK (i)	96,56%	157 989 490	22 222 003	135 767 487	18 930 493	45 105 173
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	172 261 927	26 776 116	145 485 811	6 309 791	15 875 050
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (j)	99,30%	162 803 996	23 837 004	138 966 992	(39 287)	298
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (j)	100,00%	477 084 501	330 755 816	146 328 685	(4 792 663)	14 389 358
Thomas More Square (Lux) Investments Limited (j)	100,00%	104 739 338	20 440	104 718 898	(7 180)	14 744
Godo Kaisha Moana (l)	97,00%	114 760 163	274 424	114 485 739	8 017 248	8 776 264
Godo Kaisha Praia (l)	100,00%	487 402 382	348 054 350	139 348 032	7 862 661	12 222 887
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,96%	581 579 825	364 532 653	217 047 172	16 985 152	450 759 517
Outros setores						
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5 850 906	978 513	4 872 393	(37 078)	6 276 399
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855 536	601 631	253 905	72 736	1 793 741
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4 032 714	3 588 828	443 886	112 211	21 162 866
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10 508 705	40 238	10 468 467	(3 519 695)	714
FID I (HK) LIMITED (m)	100,00%	26 960 173	2 030 015	24 930 158	(3 801 405)	3 247 642
FID III (HK) LIMITED (m)	100,00%	-	9 797	(9 797)	(3 097)	-
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (n)	100,00%	3 670	3 327	343	(758)	52 571
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. (n)	80,00%	12 031	14 150	(2 119)	(3 759)	134 412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 184,475 kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 182,32425 kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 110,265 escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,4204 patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,81952 patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 1,4596 dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 1,48523 dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 0,85618 libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 0,82271 libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 1,0541 dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 1,10317 dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 123,4000 ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 120,44083 ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 0,85618 libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 0,79822 libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 123,4000 ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 120,95966 ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,1751 dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,56263 dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(n) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 74,54000 meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 69,82333 meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2017 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

As empresas subsidiárias, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. “Império Bonança” na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. “Fidelidade Mundial”, conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 4º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros Não Vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.** (anterior Universal Seguros, S.A.) com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos Vida e Não Vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, nº 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau, foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros Não Vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança – Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade – Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (US) 1 LLC**, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, County New Castle, estado de Delaware, Estados Unidos da América, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo e foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo e foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo e foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Investments Limited**, com sede em 31 Bruton Place, London W1J 6NN, foi constituída em 17 de setembro de 2007 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **Godo Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão e foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godo Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

O **Fundo Broggi**, constituído em 24 de março de 2017, ao abrigo das leis italianas, é um fundo de investimento imobiliário alternativo fechado. É gerido pela IDeA FIMIT – Società di Gestione del Risparmio S.p.A., uma sociedade gestora de fundos de investimento italiana.

O **Broggi Retail S.R.L.** é uma sociedade comercial italiana, 100% detida pela IDeA FIMIT – Società di Gestione del Risparmio S.p.A., na qualidade de sociedade gestora do Fundo Broggi, e no interesse do Fundo Broggi, cujo objecto social é, entre outros, a gestão, reestruturação, valorização e manutenção de ativos imobiliários, próprios e de terceiros.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa, onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal, e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro n.º 35 8º piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong, constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana, Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

A **FID Loans 1 (Ireland) Limited e FID Loans 2 (Ireland) Limited** são veículos especiais de investimento, com sede em 1st Floor, 118 Lower Baggot Street, Dublin 2, Irlanda, constituídas no dia 13 de junho de 2017.

A **Universal - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua Pedro de Castro Van Dunen Loy s/n, Morro Bento, Luanda, foi constituída no dia 21 de abril de 2017 e tem por objeto a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos, de formação e de apoio informático, de análise e prevenção de risco e apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas actividades.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2017 foram os seguintes:

Durante o ano de 2017 a Luz Saúde, S.A. alienou as suas ações próprias, no montante de 656.388,36 euros e a Fidelidade adquiriu ações desta empresa no montante de 541 euros, sendo a sua participação no capital social de 98,79% em 31 de dezembro de 2017.

Em 24 de março de 2017 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 19.873.562 euros.

Em 20 de abril de 2017 houve uma redução da prestação suplementar da Fidelidade – Property International, S.A., no montante de 98.912.709 euros.

No primeiro trimestre de 2017, foi realizada pela Fidelidade – Property International, S.A. uma redução no capital social da GK Kita Aoyoma Support 2 e da Higashi Shinagawa Two TMK no montante de 24.274.667 euros e de 25.993.865 euros, respetivamente.

Em 2017, a Fidelidade – Property Europe, S.A. concedeu à FPE (IT) Società per Azioni prestações suplementares no montante de 23.873.562 euros.

Em 24 de março de 2017 a FPE (IT) Società per Azioni constituiu o Fundo Broggi, tendo sido emitidas, a 27 de março, 7.132 unidades de participação, sendo a participação de 100% no capital social pelo montante de 356.600.00 euros.

Em junho de 2017 houve a liquidação da Thomas More Square (Lux) Investments Limited, com uma transferência de 100% para a Thomas More Square (Lux) S.à r.l..

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited com um capital social de 1 euro, detida a 100% pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Até ao final do ano foram efetuados aumentos de capital no valor total de 189.999.999 euros, totalizando 190.000.000 euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 2 (Ireland) Limited com um capital social de 1 euro, detida a 100% pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

Em 2017 foram alienadas ações próprias da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. aos colaboradores, reduzindo a participação efetiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. de 56,35% para 55,89%.

Em 2017 a FCM Beteiligungs GmbH adquiriu 49% de ações próprias, passando a participação efetiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a ser 100%.

Em setembro de 2017 foi constituído o Broggi Retail S.R.L., com um capital social de 250.000 euros, detido a 100% pelo Fundo Broggi.

Em setembro de 2017, ocorreu a operação de liquidação da totalidade do capital detido pela Fidelidade – Property International, S.A. na Higashi Shinagawa Two TMK.

Em outubro de 2017 a Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A constituiu a empresa Universal – Assistência e Serviços, Lda. com um capital social de 166.000 kwanzas angolanos, que convertidos em euros ao câmbio da data de constituição valem 895,42 euros, sendo a participação de 80% do capital social pelo montante de 132.800 kwanzas angolanos.

Em outubro de 2017, ocorreu a operação de liquidação da totalidade do capital detido pela Fidelidade – Property International, S.A. na GK Kita Aoyoma Support 2.

Em novembro de 2017, ocorreu a operação de alienação/venda da totalidade do capital detido pela FPI (UK) 1 LIMITED na FPI (US) 1 LLC.

4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Caixa e seus equivalentes		
Sede	9 394 749	2 403 081
Delegações	2 267 934	1 323 859
	11 662 683	3 726 940
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	410 083 826	546 512 000
Em moeda estrangeira	146 780 268	413 893 785
	556 864 094	960 405 785
	568 526 777	964 132 725

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017		2016	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Associadas				
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	14 400	10,00%	29 400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial				
Associadas				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	33,67%	1 149 917	33,67%	914 394
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	-	25,00%	-
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	356 403	37,50%	305 636
		1 506 320		1 220 030
Empreendimentos Conjuntos				
Madison 30 31 JV LLC	0,00%	-	77,00%	115 757 387
		1 520 720		117 006 817

(a) Valores de março de 2017 e junho de 2016, respetivamente (período contabilístico de junho de 2016 a março de 2017 e junho de 2015 a junho de 2016).

Em 2016 existia um ajuste de 15.000 euros na Luz Saúde classificado com a associada HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A. que foi retificado em 2017.

A Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresenta capitais próprios negativos. Consequentemente a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 24).

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2017					
Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1 667 714	904 515	763 199	102 592	1 294 344
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	4 912 866	1 497 509	3 415 357	699 506	4 647 330
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	280 258	492 181	(211 923)	(84 444)	1 515
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Madison 30 31 JV LLC	0,00%	-	-	-	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de março de 2017 (período contabilístico junho de 2016 a março de 2017).

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1 284 129	669 284	614 845	102 592	1 046 161
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	3 963 903	1 248 052	2 715 851	2 630	6 495 780
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	807 400	1 102 525	(295 125)	(125 538)	120 356
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	245 201 924	94 867 660	150 334 264	(8 142 310)	212 736

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do “Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures”.

A **Madison 30 31 JV LLC** foi constituída em 17 de dezembro de 2014, com sede em JD Carlisle LLC, 352 Park Avenue South – 15th Floor, New York 10010, Estados Unidos da América. É classificada como um empreendimento conjunto de acordo com JV Agreement, datado de 14 de janeiro de 2015.

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2017, foram os seguintes:

Em novembro de 2017, a Madison 30 31 JV LLC saiu do perímetro de consolidação na sequência da venda da FPI (US) 1 LLC.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	11 752	124 182 665	124 194 417	-	431 342 214	431 342 214
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	22 991 400	22 991 400	-	1 365 213	1 365 213
De emissores estrangeiros	-	387 554 042	387 554 042	-	233 631 326	233 631 326
	-	410 545 442	410 545 442	-	234 996 539	234 996 539
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De emissores nacionais	-	483 807	483 807	-	-	-
Outros						
De residentes	-	-	-	-	4 597	4 597
	-	483 807	483 807	-	4 597	4 597
Crédito e outros valores a receber		272 341 783	272 341 783			-
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Interest rate swaps	4 794	-	4 794	-	-	-
Futuros sobre divisas	52 663 739	-	52 663 739	7 770 368	-	7 770 368
Outros	457 645	-	457 645	-	-	-
	53 126 178	-	53 126 178	7 770 368	-	7 770 368
	53 137 930	807 553 697	860 691 627	7 770 368	666 343 350	674 113 718

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 410.545.442 euros e 234.996.539 euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 12.135.371 euros e de 14.784.742 euros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os investimentos afetos aos contratos Unit-Linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	102 855	49 920 465
De dívida pública		
De emissores nacionais	89 467 752	340 390 253
De emissores estrangeiros	8 443 100	12 646 763
De outros emissores		
De emissores nacionais	309 615	895 071
De emissores estrangeiros	7 694 157	10 255 555
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	11 139 207	12 029 626
De emissores estrangeiros	7 564 290	7 177 090
Contas a receber	189	(31)
Transações a liquidar	(538 500)	(1 972 578)
	124 182 665	431 342 214
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados	11 752	-
Outros ativos		
Depósitos à ordem	42 440 826	41 786 452
Depósitos a prazo	9 040 139	39 851 839
	51 480 965	81 638 291
Total (Nota 22)	175 675 382	512 980 505

O total dos investimentos afetos a contratos Unit-linked apresenta em 31 de dezembro de 2017 e 2016, uma diferença de 82.016 euros e 3.312 euros, respetivamente, para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 22), que corresponde ao justo valor negativo dos interest rate swaps que se encontra registado na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 23) e que estão afetos a Unit-linked.

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2017							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 23)	Ativo	Passivo (Nota 23)	
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	16 546	(5 654 647)	-	-	(5 638 101)
Futuros sobre divisas	2 762 000 000	940 500 000	3 702 500 000	52 663 739	(2 147)	14 922 591	-	67 584 183
Forwards cambiais	47 195 181	-	47 195 181	457 645	-	-	-	457 645
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180 000 000	180 000 000	-	-	-	(3 109 947)	(3 109 947)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	578 750 000	578 750 000	-	-	4 478 377	(769 417)	3 708 960
Forwards cambiais	-	161 602 464	161 602 464	-	-	8 777 409	(131 822)	8 645 587
	2 849 863 336	1 860 852 464	4 710 715 800	53 137 930	(5 656 794)	28 178 377	(4 011 186)	71 648 327

(valores em euros)

	2016							
	Montante Nominal			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo (Nota 6)	Passivo (Nota 23)	Ativo	Passivo (Nota 23)	
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40 668 155	-	40 668 155	-	(7 164 396)	-	-	(7 164 396)
Futuros sobre divisas	1 426 125 000	1 024 375 000	2 450 500 000	7 770 368	(7 908 243)	4 356 758	-	4 218 883
Forwards cambiais	-	13 341 558	13 341 558	-	-	314 098	-	314 098
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180 000 000	180 000 000	-	-	-	(4 731 582)	(4 731 582)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	511 625 000	511 625 000	-	-	1 369 636	(8 737 700)	(7 368 064)
Forwards cambiais	-	456 581 591	456 581 591	-	-	16 728 216	-	16 728 216
	1 466 793 155	2 185 923 149	3 652 716 304	7 770 368	(15 072 639)	22 768 708	(13 469 282)	1 997 155

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo Vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 23).

Os interest rate swaps contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY e EUR/AUD os instrumentos contratados são forwards negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017				Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	-	-	40 000 000	668 155	40 668 155
Futuros sobre divisas	1 888 125 000	1 814 375 000	-	-	3 702 500 000
Forwards cambiais	27 287 374	19 907 807	-	-	47 195 181
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	-	-	30 000 000	150 000 000	180 000 000
Cobertura de investimento líquido					
Futuros sobre divisas	471 000 000	107 750 000	-	-	578 750 000
Forwards cambiais	48 125 386	113 477 078	-	-	161 602 464
	2 434 537 760	2 055 509 885	70 000 000	150 668 155	4 710 715 800

(valores em euros)

	2016				Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	
Cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40 000 000	40 668 155
Futuros sobre divisas	1 714 750 000	-	735 750 000	-	2 450 500 000
Forwards cambiais	-	13 341 558	-	-	13 341 558
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	-	-	-	30 000 000	180 000 000
Cobertura de investimento líquido					
Futuros sobre divisas	398 375 000	-	113 250 000	-	511 625 000
Forwards cambiais	263 738 140	58 213 382	134 630 069	-	456 581 591
	2 376 863 140	71 554 940	983 630 069	70 000 000	3 652 716 304

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40 668 155	(5 638 101)	40 668 155	(7 164 396)
Outras instituições	180 000 000	(3 109 947)	180 000 000	(4 731 582)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	4 281 250 000	71 293 143	2 962 125 000	(3 149 181)
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras	208 797 645	9 103 232	469 923 149	17 042 314
	4 710 715 800	71 648 327	3 652 716 304	1 997 155

Nos exercícios de 2017 e 2016, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	132 599 074	(13 270 447)	119 328 627	336 597 725	(372 707 569)	(36 109 844)
Ativos cobertos	1 702 775	(136 017 862)	(134 315 087)	157 776 330	(126 318 181)	31 458 149
	134 301 849	(149 288 309)	(14 986 460)	494 374 055	(499 025 750)	(4 651 695)

Nos exercícios de 2017 e 2016, foram gerados os seguintes movimentos na Reserva de Reavaliação referentes à contabilidade de cobertura:

(valores em euros)

	2016		2015	
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido
Swaps de taxa de juro	(2 678 535)	-	(4 092 767)	-
Futuros sobre Divisas	-	57 938 222	-	28 667 820
Forwards cambiais	-	26 459 433	-	14 441 565
	(2 678 535)	84 397 655	(4 092 767)	43 109 385

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3 564 939 603	-	3 564 939 603	(1 096 495)	279 862 125	3 843 705 233
De emissores estrangeiros	1 790 345 030	-	1 790 345 030	(8 471 665)	19 751 576	1 801 624 940
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 422 596	-	3 422 596	-	266 257	3 688 853
De organismos financeiros internacionais	126 854	-	126 854	-	64 935	191 789
De outros emissores						
De emissores nacionais	208 599 496	(49 979 822)	158 619 674	-	3 356 570	161 976 244
De emissores estrangeiros	3 249 597 960	(86 749 787)	3 162 848 173	(178 073 717)	31 881 576	3 016 656 032
De empresas do Grupo	374 780 269	-	374 780 269	-	(1 709 110)	373 071 159
	9 191 811 807	(136 729 609)	9 055 082 198	(187 641 877)	333 473 929	9 200 914 250
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	106 692 023	(12 226 609)	94 465 414	-	1 800 316	96 265 730
De emissores estrangeiros	1 246 732 788	(301 686 606)	945 046 182	(24 695 762)	383 920 034	1 304 270 454
	1 353 424 811	(313 913 215)	1 039 511 596	(24 695 762)	385 720 350	1 400 536 184
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 434	-	27 434	-	(5 611)	21 823
Unidades de participação						
De residentes	170 746 960	(33 380 465)	137 366 495	-	46 161 784	183 528 279
De não residentes	10 417 597	(4 612 771)	5 804 826	(67)	3 955 318	9 760 077
Outros	(120 776)	-	(120 776)	-	-	(120 776)
	181 071 215	(37 993 236)	143 077 979	(67)	50 111 491	193 189 403
	10 726 307 833	(488 636 060)	10 237 671 773	(212 337 706)	769 305 770	10 794 639 837

(valores em euros)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 28)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5 292 288 134	-	5 292 288 134	-	(63 283 716)	5 229 004 418
De emissores estrangeiros	222 085 597	-	222 085 597	3 458 577	2 601 487	228 145 661
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3 421 701	-	3 421 701	-	381 188	3 802 889
De organismos financeiros internacionais	11 199 640	-	11 199 640	-	6 169 166	17 368 806
De outros emissores						
De emissores nacionais	215 327 484	(52 929 367)	162 398 117	-	496 985	162 895 102
De emissores estrangeiros	1 493 547 740	(103 731 642)	1 389 816 098	49 953 125	(2 759 849)	1 437 009 374
De empresas do Grupo	421 271 476	-	421 271 476	-	595 992	421 867 468
	7 659 141 772	(156 661 009)	7 502 480 763	53 411 702	(55 798 747)	7 500 093 718
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	98 778 703	(7 853 091)	90 925 612	-	1 495 608	92 421 220
De emissores estrangeiros	1 443 870 459	(278 682 063)	1 165 188 396	111 215 930	33 269 558	1 309 673 884
	1 542 649 162	(286 535 154)	1 256 114 008	111 215 930	34 765 166	1 402 095 104
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27 434	-	27 434	-	(11 519)	15 915
Unidades de participação						
De residentes	216 143 617	(41 688 312)	174 455 305	-	47 947 223	222 402 528
De não residentes	17 161 725	(5 867 238)	11 294 487	5	3 958 494	15 252 986
Outros	(66 583)	-	(66 583)	-	-	(66 583)
	233 266 193	(47 555 550)	185 710 643	5	51 894 198	237 604 846
	9 435 057 127	(490 751 713)	8 944 305 414	164 627 637	30 860 617	9 139 793 668

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	167.023	-	167.023	875.620	-	875.620
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	1.072.847.342	-	1.072.847.342	881.337.956	-	881.337.956
Contas margem	63.158.679	-	63.158.679	73.067.721	-	73.067.721
	1.136.006.021	-	1.136.006.021	954.405.677	-	954.405.677
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21.720.685	-	21.720.685	21.851.904	(29.803)	21.822.101
Empréstimos sobre apólices	1.592.222	(10.597)	1.581.625	1.328.653	(10.597)	1.318.056
Títulos de dívida	22.834.556	(236.590)	22.597.966	30.084.668	(108.729)	29.975.939
Outros	967.602	(370.205)	597.397	3.833.032	(1.089.835)	2.743.197
	47.115.065	(617.392)	46.497.673	57.098.257	(1.238.964)	55.859.293
Outros	2.737	-	2.737	30.100	-	30.100
	1.183.290.846	(617.392)	1.182.673.454	1.012.409.654	(1.238.964)	1.011.170.690

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Valor bruto	433.796.898	1.116.847.027	1.550.643.925
Amortizações e imparidade acumuladas	(63.106.398)	-	(63.106.398)
	370.690.500	1.116.847.027	1.487.537.527
Entradas / (saídas) do perímetro	6.495.649	832.117.813	838.613.462
Adições			
Por aquisições realizadas no período	42.380.273	16.054.586	58.434.859
Por dispêndios subsequentes	272.562	17.674.442	17.947.004
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	54.101.479	54.101.479
Por contrapartida de capitais próprios	33.478.425	-	33.478.425
Reforços / reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	(2.313.621)	-	(2.313.621)
Amortizações do exercício	(16.927.524)	-	(16.927.524)
Diferenças de câmbio	-	(57.834.016)	(57.834.016)
Transferências	(4.626.544)	4.626.544	-
Alienações e abates líquidos	(58.185)	(226.764.043)	(226.822.228)
Outros movimentos	65.179	(9.041)	56.138
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor bruto	517.884.943	1.756.814.791	2.274.699.734
Amortizações e imparidade acumuladas	(88.428.229)	-	(88.428.229)
	429.456.714	1.756.814.791	2.186.271.505
Entradas / (saídas) do perímetro	3.390.276	-	3.390.276
Adições			
Por aquisições realizadas no período	17.581.767	14.600.887	32.182.654
Por dispêndios subsequentes	35.843.311	46.647.230	82.490.541
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	7.993.096	7.993.096
Por contrapartida de capitais próprios	5.144.675	215.404	5.360.079
Reforços / reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	(883.986)	-	(883.986)
Amortizações do exercício	(21.415.250)	-	(21.415.250)
Diferenças de câmbio	(85.465)	(54.215.266)	(54.300.731)
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	(34.790.401)	(260.924.277)	(295.714.678)
Transferências	3.279.239	(3.279.239)	-
Alienações e abates líquidos	(4.990.823)	(91.293.243)	(96.284.066)
Outros movimentos	62.361	-	62.361
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Valor bruto	540.459.856	1.416.559.384	1.957.019.240
Amortizações e imparidade acumuladas	(107.867.438)	-	(107.867.438)
	432.592.418	1.416.559.384	1.849.151.802

Em 2017, as entradas no perímetro de consolidação referem-se à Sociedade Clínica Hospitalar, Lda e em 2016, estas entradas, no perímetro de consolidação, referem-se à aquisição das sociedades Hospital da Luz – Guimarães, S.A., Godo Kaisha Praia e Thomas More Square (Lux) S.à r.l..

Em 2017 as alienações de propriedades de investimento referem-se essencialmente ao imóvel 73 Miller Street, na Austrália, e em 2016 ao imóvel Shinagawa-ku, no Japão.

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação – Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento, a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;

b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada. Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 111.830.706 euros e 106.470.627 euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação é o seguinte:

(valores em euros)

	2017	2016
2017	88.414.115	-
2016	344.178.303	356.382.861
2015	-	73.073.853
	432.592.418	429.456.714

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contábilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)

	2017					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.187.550	1.459.203	61.009.337	(5.010.998)	495.881.685	568.526.777
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	591.926	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	5.977.151	1.040.133	30.053.154	9.676.131	6.391.361	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	83.168.405	1.290.547	283.129.377	147.709.992	292.255.376	807.553.697
Derivados de cobertura	251.956	83.774	10.332.662	4.254.200	13.255.785	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	1.399.067.658	199.426.144	7.395.248.894	1.607.736.330	193.160.811	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	413.164.959	10.835.519	410.059.605	100.930.890	247.682.480	1.182.673.453
Terrenos e edifícios	129.234	6.120.527	-	191.593.490	1.651.308.551	1.849.151.802
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	53.094.273	53.094.273
	1.916.946.913	220.255.847	8.190.747.423	2.056.890.035	2.953.622.248	15.338.462.466

(valores em euros)

	2016					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.597.476	29.889.541	196.222.828	7.889.384	574.533.496	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	116.092.423	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	2.008.194	254.497	4.218.997	1.288.680	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38.601.817	1.283.659	546.777.433	79.359.655	320.786	666.343.350
Derivados de cobertura	-	1.233	2.605.166	2.064.457	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	1.579.475.633	114.506.349	5.947.816.192	1.352.179.517	145.815.977	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	71.885.040	7.202.487	570.688.234	264.183.210	97.211.719	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	569.918	1.869.168	-	358.299.944	1.825.532.475	2.186.271.505
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	50.091.357	50.091.357
	1.848.138.078	155.006.934	7.269.243.244	2.065.264.847	2.827.696.085	14.165.349.188

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017										
	Saldos iniciais		Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada							Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento											
administrativo	25.577.747	(24.209.922)	57.250	915.297	(94.635)	(787.975)	(3.467)	-	25.939.620	(24.485.325)	1.454.295
Máquinas e ferramentas	8.836.371	(7.537.063)	-	467.137	(11.170)	(437.933)	(1.728)	(2.751)	8.524.984	(7.212.121)	1.312.863
Equipamento informático	17.236.954	(14.433.372)	-	1.171.923	206.158	(1.830.454)	(1.670)	-	18.335.614	(15.986.075)	2.349.539
Instalações interiores	22.878.779	(19.169.549)	-	1.408.963	204.337	(1.005.232)	(5.452)	-	24.437.721	(20.125.875)	4.311.846
Material de transporte	2.098.320	(1.224.954)	3.694	380.030	(7.733)	(382.130)	(19.275)	(26.455)	2.370.301	(1.548.804)	821.497
Equipamento hospitalar	146.305.912	(115.245.796)	-	12.822.275	506.165	(10.496.289)	-	-	158.335.048	(124.442.781)	33.892.267
Outro equipamento	38.399.345	(33.086.013)	1.011.250	1.756.434	(142.391)	(1.975.352)	14.855	(240.938)	40.588.823	(34.851.633)	5.737.190
Património artístico	1.999.474	-	-	34.601	-	-	(1.256)	-	2.032.819	-	2.032.819
Equipamento em											
locação financeira	726.339	(460.922)	-	-	190.408	(55.700)	-	(263.411)	356.585	(219.871)	136.714
Outros ativos tangíveis	5.531.825	(4.465.617)	-	664.305	(289.135)	(410.769)	-	(38.947)	5.776.589	(4.784.927)	991.662
Adiantamento por											
conta de tangíveis	333.499	-	-	-	(72.954)	-	-	(206.964)	53.581	-	53.581
	269.924.565	(219.833.208)	1.072.194	19.620.965	489.050	(17.381.834)	(17.993)	(779.466)	286.751.685	(233.657.412)	53.094.273

(valores em euros)

	2016										
	Saldos iniciais			Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldos finais	
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor bruto							Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento											
administrativo	26.077.039	(24.877.367)	-	1.046.192	(57.504)	(770.872)	(49.663)	-	25.577.747	(24.209.922)	1.367.825
Máquinas e ferramentas	8.310.311	(7.449.329)	-	736.782	74.203	(360.678)	(8.906)	(3.075)	8.836.371	(7.537.063)	1.299.308
Equipamento informático	16.291.568	(13.896.697)	-	3.265.591	(1.997)	(2.729.398)	(36.296)	(89.189)	17.236.954	(14.433.372)	2.803.582
Instalações interiores	22.817.366	(18.333.471)	-	710.393	(332.638)	(1.062.264)	(39.662)	(50.494)	22.878.779	(19.169.549)	3.709.230
Material de transporte	3.005.840	(1.463.329)	-	555.828	(275.988)	(374.524)	(66.088)	(508.373)	2.098.320	(1.224.954)	873.366
Equipamento hospitalar	130.495.005	(107.853.073)	3.272.734	13.797.435	1.052.281	(9.704.266)	-	-	146.305.912	(115.245.796)	31.060.116
Outro equipamento	37.135.686	(31.650.234)	-	2.222.973	(9.477)	(1.816.148)	(6.401)	(563.067)	38.399.345	(33.086.013)	5.313.332
Património artístico	1.616.153	-	-	386.724	-	-	286	(3.689)	1.999.474	-	1.999.474
Equipamento em											
locação financeira	7.107.788	(7.085.292)	-	146.701	285.044	(80.474)	-	(108.350)	726.339	(460.922)	265.417
Outros ativos tangíveis	5.432.270	(4.553.287)	-	743.531	(143.144)	(351.029)	-	(62.133)	5.531.825	(4.465.617)	1.066.208
Adiantamento por											
conta de tangíveis	48.585	-	-	284.914	-	-	-	-	333.499	-	333.499
	258.337.611	(217.162.079)	3.272.734	23.897.064	590.780	(17.249.653)	(206.730)	(1.388.370)	269.924.565	(219.833.208)	50.091.357

As entradas no perímetro de consolidação referem-se, em 2017, à aquisição de 81,35% da S.C.H – Sociedade Clínica Hospitalar e de 100% da C.C.H. – Capial Criativo Care Investments S.A. e, em 2016, à aquisição do Hospital da Luz – Guimarães, S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 201.879.948 euros e 148.193.018 euros.

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Mercadorias hospitalares	11.538.872	9.828.795
Imóveis	7.750	456.545
Mercadorias	44.277	42.607
Produtos e trabalhos em curso	88.788	114.663
Salvados	14.047	12.126
Outros inventários	186.071	168.277
	11.879.805	10.623.013
Imparidade de mercadorias (Nota 42)	-	(64.553)
	11.879.805	10.558.460

14. Goodwill

O goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Valor bruto	Perda por imparidade (Nota 42)	Valor líquido	Valor bruto	Perda por imparidade (Nota 42)	Valor líquido
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	8.665	-	8.665	8.665	-	8.665
Universal Seguros, S.A.	2.198.780	-	2.198.780	2.198.780	-	2.198.780
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	342.311	-	342.311	342.311	-	342.311
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
GK Kita Aoyoma Support 2	15.319	-	15.319	15.319	-	15.319
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075	-	16.025.075	16.025.075	-	16.025.075
Godo Kaisha Moana	710.601	-	710.601	710.601	-	710.601
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	-	-	-	906.244	-	906.244
Thomas More Square (Lux) Sarl	-	-	-	109	-	109
S.C.H. – Soc. Clínica Hospitalar	3.126.025	-	3.126.025	-	-	-
C.C.H. – Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	-	-	-
	390.401.491	-	390.401.491	379.461.136	-	379.461.136
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957.001	(957.001)	-	957.001	(957.001)	-
	957.001	(957.001)	-	957.001	(957.001)	-
	391.358.492	(957.001)	390.401.491	380.418.137	(957.001)	379.461.136

Nos exercícios de 2017 e 2016 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(valores em euros)

Goodwill (valor líquido) a 31 de dezembro de 2015	361.819.107
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	710.601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906.244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Sarl	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075
Goodwill (valor líquido) a 31 de dezembro de 2016	379.461.136
Hive-up Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(906.244)
Thomas More Square (Lux) Sarl	(109)
Compra de 81,35% da S.C.H. – Sociedade Clínica Hospitalar	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. – Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683
Goodwill (valor líquido) a 31 de dezembro de 2017	390.401.491

A determinação do goodwill das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

(valores em euros)

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 55,89% da Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	6.260.184
Capital Próprio da empresa adquirida (55,89%) em 30 de abril de 2014	(5.917.873)
	342.311
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457.827.530
Capital Próprio da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	98.683.752
	359.143.778
Compra de 68% da Universal Seguros, S.A.	6.059.590
Capital Próprio da empresa adquirida (70%) em 2011	(3.860.810)
	2.198.780
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102.843.643
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	(102.133.042)
	710.601
Compra de 100% do Hospital da Luz-Guimarães, S.A.	25.237.564
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em 2016	(9.212.489)
	16.025.075
Compra de 81,35% da S.C.H. – Sociedade Clínica Hospitalar	3.091.338
Capital Próprio da empresa adquirida (81,35%) em março de 2017	34.687
	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. – Capital Criativo Care Investments S.A.	7.163.382
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em agosto de 2017	1.557.301
	8.720.683

O goodwill adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos cash-flows futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2017, a Companhia efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo sido identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do goodwill apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2017 é como se segue:

(valores em euros)

	2017	
	S.C.H. – Soc. Clínica Hospitalar	C.C.H. – Capital Criativo Care Investments S.A.
Justo Valor dos Ativos e Passivos		
Ativos adquiridos	5.070.195	10.893.002
Passivos adquiridos	5.112.834	12.450.303
Total dos Ativos Líquidos	(42.639)	(1.557.301)
% detida dos Ativos	(34.687)	(1.557.301)
Preço de aquisição	3.091.338	7.163.382
Goodwill	3.126.025	8.720.683

15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017							
	Saldos iniciais							
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldo final
Sistemas de tratamento automático								
de dados (software)	63.288.996	(55.189.283)	3.763.781	2.227.361	(6.430.851)	(3.127)	(305.068)	69.136.542
Outros ativos intangíveis	335.606	(275.039)	-	-	(27.133)	-	-	335.606
Ativos intangíveis em curso	10.510.038	-	4.354.084	(2.227.361)	-	-	(9.513)	12.627.248
	74.134.640	(55.464.322)	8.117.865	-	(6.457.984)	(3.127)	(314.581)	82.099.396

(valores em euros)

	2016							
	Saldos iniciais							
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Saldo final
Sistemas de tratamento automático								
de dados (software)	60.063.579	(48.047.393)	1.701.872	1.687.728	(7.261.239)	(44.834)	-	63.288.996
Outros ativos intangíveis	335.606	(272.154)	-	-	(2.885)	-	-	335.606
Ativos intangíveis em curso	7.760.207	-	4.448.311	(1.687.728)	-	-	(10.752)	10.510.038
	68.159.392	(48.319.547)	6.150.183	-	(7.264.124)	(44.834)	(10.752)	74.134.640

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2017 e 2016, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 26.667.480 euros e 19.842.798 euros, respetivamente.

16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	129.360	58.502.714	58.632.074	136.594	71.579.870	71.716.464
Provisão matemática	11.187.581	-	11.187.581	11.256.504	-	11.256.504
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	8.085.106	256.429.536	264.514.642	7.365.124	168.203.588	175.568.712
Sinistros não declarados (IBNR)	2.638.421	20.951.198	23.589.619	2.674.438	9.347.114	12.021.552
	10.723.527	277.380.734	288.104.261	10.039.562	177.550.702	187.590.264
Provisão para participação nos resultados	-	1.072	1.072	-	-	-
	22.040.468	335.884.520	357.924.988	21.432.660	249.130.572	270.563.232

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros Vida	129.360	-	129.360	136.594	-	136.594
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	-	-	-	114.713	-	114.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.185.093	(1.460.726)	1.724.367	3.699.502	(1.608.289)	2.091.213
Doença	26.368.998	13.320	26.382.318	24.660.339	(200.837)	24.459.502
Incêndio e outros danos	28.282.964	(4.083.093)	24.199.871	24.556.605	(4.353.938)	20.202.667
Automóvel	389.253	(62.835)	326.418	476.463	(57.246)	419.217
Marítimo, aéreo e transportes	169.096	(23.599)	145.497	366.519	(34.560)	331.959
Responsabilidade civil geral	2.533.044	(178.122)	2.354.922	2.535.214	(215.308)	2.319.906
Crédito e caução	57.811	(3.024)	54.787	67.395	(1.604)	65.791
Proteção jurídica	4.271	(117)	4.154	1.913.599	(84)	1.913.515
Assistência	78.809	(2.077)	76.732	15.961.915	(1.604)	15.960.311
Diversos	5.249.565	(2.015.917)	3.233.648	5.640.714	(1.939.638)	3.701.076
	66.318.904	(7.816.190)	58.502.714	79.992.978	(8.413.108)	71.579.870
	66.448.264	(7.816.190)	58.632.074	80.129.572	(8.413.108)	71.716.464

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida				
Provisão para prémios não adquiridos	136.594	(7.234)	-	129.360
Seguros Não Vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	114.713	(114.713)	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.699.502	(471.525)	(42.884)	3.185.093
Doença	24.660.339	1.715.681	(7.022)	26.368.998
Incêndio e outros danos	24.556.605	3.976.882	(250.523)	28.282.964
Automóvel	476.463	(178.028)	90.818	389.253
Marítimo, aéreo e transportes	366.519	(193.286)	(4.137)	169.096
Responsabilidade civil geral	2.535.214	37.007	(39.177)	2.533.044
Crédito e caução	67.395	(9.584)	-	57.811
Proteção jurídica	1.913.599	(1.909.311)	(17)	4.271
Assistência	15.961.915	(15.828.046)	(55.060)	78.809
Diversos	5.640.714	(391.149)	-	5.249.565
	79.992.978	(13.366.072)	(308.002)	66.318.904
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	-	-	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.608.289)	130.988	16.575	(1.460.726)
Doença	(200.837)	213.771	386	13.320
Incêndio e outros danos	(4.353.938)	198.254	72.591	(4.083.093)
Automóvel	(57.246)	(1.971)	(3.618)	(62.835)
Marítimo, aéreo e transportes	(34.560)	11.555	(594)	(23.599)
Responsabilidade civil geral	(215.308)	32.404	4.782	(178.122)
Crédito e caução	(1.604)	(1.420)	-	(3.024)
Proteção jurídica	(84)	(33)	-	(117)
Assistência	(1.604)	(474)	1	(2.077)
Diversos	(1.939.638)	(76.279)	-	(2.015.917)
	(8.413.108)	506.795	90.123	(7.816.190)
	71.579.870	(12.859.277)	(217.879)	58.502.714
	71.716.464	(12.866.511)	(217.879)	58.632.074

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida				
Provisão para prémios não adquiridos	122.501	14.093	-	136.594
Seguros Não Vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	129.075	(14.363)	1	114.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.945.562	(284.337)	38.277	3.699.502
Doença	22.886.922	1.909.646	(136.229)	24.660.339
Incêndio e outros danos	25.004.063	(168.653)	(278.805)	24.556.605
Automóvel	590.432	(223.742)	109.773	476.463
Marítimo, aéreo e transportes	315.397	32.643	18.479	366.519
Responsabilidade civil geral	2.133.889	378.845	22.480	2.535.214
Crédito e caução	110.487	(43.076)	(16)	67.395
Proteção jurídica	1.908.501	5.707	(609)	1.913.599
Assistência	15.430.591	543.608	(12.284)	15.961.915
Diversos	4.870.287	770.426	1	5.640.714
	77.325.206	2.906.704	(238.932)	79.992.978
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(1.070)	1.070	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.780.912)	190.778	(18.155)	(1.608.289)
Doença	(38.203)	(169.172)	6.538	(200.837)
Incêndio e outros danos	(3.897.501)	(401.318)	(55.119)	(4.353.938)
Automóvel	(16.192)	5.017	(46.071)	(57.246)
Marítimo, aéreo e transportes	(30.858)	6.792	(10.494)	(34.560)
Responsabilidade civil geral	(181.938)	(21.430)	(11.940)	(215.308)
Crédito e caução	(4.106)	2.499	3	(1.604)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1.396)	(208)	-	(1.604)
Diversos	(1.468.715)	(470.923)	-	(1.939.638)
	(7.420.975)	(856.895)	(135.238)	(8.413.108)
	69.904.231	2.049.809	(374.170)	71.579.870
	70.026.732	2.063.902	(374.170)	71.716.464

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Vida	8.085.106	2.638.421	10.723.527	7.365.124	2.674.438	10.039.562
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	2.424.782	1.125.525	3.550.307	1.374.640	2.907	1.377.547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15.361.069	956.816	16.317.885	13.621.797	137.183	13.758.980
Doença	50.048.306	4.670.543	54.718.849	44.301.306	3.150.681	47.451.987
Incêndio e outros danos	151.078.402	10.662.565	161.740.967	73.891.898	5.305.728	79.197.626
Automóvel	9.394.597	997.724	10.392.321	7.957.051	3.900	7.960.951
Marítimo, aéreo e transportes	7.766.504	293.254	8.059.758	3.832.039	127.038	3.959.077
Responsabilidade civil geral	12.293.185	1.690.053	13.983.238	16.519.243	185.258	16.704.501
Crédito e caução	396	10.510	10.906	550	17.270	17.820
Diversos	8.062.295	544.208	8.606.503	6.705.064	417.149	7.122.213
	256.429.536	20.951.198	277.380.734	168.203.588	9.347.114	177.550.702
	264.514.642	23.589.619	288.104.261	175.568.712	12.021.552	187.590.264

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida	10.039.562	7.134.265	(6.450.300)	-	10.723.527
Seguros Não Vida					
Acidentes de trabalho	1.377.547	2.609.570	(335.310)	(101.500)	3.550.307
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.758.980	4.769.539	(2.175.945)	(34.689)	16.317.885
Doença	47.451.987	211.938.131	(210.058.821)	5.387.552	54.718.849
Incêndio e outros danos	79.197.626	144.419.411	(57.757.082)	(4.118.988)	161.740.967
Automóvel	7.960.951	10.324.815	(7.999.207)	105.762	10.392.321
Marítimo, aéreo e transportes	3.959.077	6.928.152	(2.827.221)	(250)	8.059.758
Responsabilidade civil geral	16.704.501	657.118	(3.347.064)	(31.317)	13.983.238
Crédito e caução	17.820	(6.914)	-	-	10.906
Diversos	7.122.213	16.659.951	(15.175.659)	(2)	8.606.503
	177.550.702	398.299.773	(299.676.309)	1.206.568	277.380.734
	187.590.264	405.434.038	(306.126.609)	1.206.568	288.104.261

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida	10.400.202	9.386.969	(9.747.609)	-	10.039.562
Seguros Não Vida					
Acidentes de trabalho	981.874	1.568.055	(1.189.987)	17.605	1.377.547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.924.932	8.026.653	(2.263.571)	70.966	13.758.980
Doença	49.485.822	179.985.682	(182.468.117)	448.600	47.451.987
Incêndio e outros danos	59.536.420	66.350.152	(46.957.142)	268.196	79.197.626
Automóvel	7.314.804	3.529.233	(2.598.068)	(285.018)	7.960.951
Marítimo, aéreo e transportes	6.016.312	(772.728)	(1.275.578)	(8.929)	3.959.077
Responsabilidade civil geral	22.155.456	(2.410.117)	(3.101.136)	60.298	16.704.501
Crédito e caução	27.837	34.461	(44.478)	-	17.820
Diversos	6.120.841	13.376.631	(12.375.246)	(13)	7.122.213
	159.564.298	269.688.022	(252.273.323)	571.705	177.550.702
	169.964.500	279.074.991	(262.020.932)	571.705	187.590.264

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	91.882.832	101.033.575
Reembolsos de sinistros	25.351.728	24.178.977
Mediadores	88.582.837	61.456.882
Co-seguradores	20.327.732	22.700.950
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3.483.966	3.711.125
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.043.999	2.132.479
Outros	631.327	547.837
	232.304.421	215.761.825
(Ajustamentos de recibos por cobrar – Nota 42)	(10.529.419)	(17.109.499)
(Ajustamentos IFAP – Nota 42)	(99.856)	(484.133)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 42)	(6.487.926)	(10.089.321)
	(17.117.201)	(27.682.953)
	215.187.220	188.078.872

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	46.627.012	19.384.440
Contas correntes de ressegurados	1.125.488	2.268.737
	47.752.500	21.653.177
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 42)	(6.390.243)	(6.665.093)
	41.362.257	14.988.084
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	4.818	151.113
Imposto agregado	5.103.617	10.085.354
Empresas associadas	703.126	1.370.436
Consultores, assessores e intermediários	-	38.957
Pessoal	683.327	1.142.834
Fundos de pensões	69.901	56.479
Clientes – contas correntes	110.766.425	114.524.906
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	7.944.013	4.442.829
Devedores por valores em depósito	312.159	273.962
Arrendamentos imobiliários	2.299.237	2.527.394
Transações a liquidar	-	125.714.856
Adiantamento a fornecedores	3.334.913	5.295.588
Outros devedores e credores diversos	135.442.985	42.475.203
Outros	1.103.542	7.080.789
	267.768.063	315.180.700
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 42)	(27.956.238)	(25.015.485)
	239.811.825	290.165.215
	496.361.302	493.232.171

Nos exercícios de 2017 e 2016 o valor na rubrica “Clientes – contas correntes” inclui os montantes de 110.766.425 euros e 109.091.814 euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Imposto agregado” corresponde ao valor de imposto a pagar das Empresas do Grupo à Longrun Portugal, SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	1.416.291	59.664.249
Outros	400.262	112.758
	1.816.553	59.777.007
Passivos por impostos correntes		
Outros		
Imposto do selo	(8.602.313)	(9.174.222)
Fundo de garantia automóvel	(2.011.623)	(2.300.366)
Fundo de acidentes de trabalho	(4.265.702)	(4.159.250)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(1.722.858)	(1.868.421)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.179.876)	(1.970.307)
Instituto nacional de emergência médica	(2.573.662)	(2.834.798)
Segurança social	(5.088.605)	(4.583.474)
Retenções	(7.986.051)	(8.130.420)
Outros	(1.972.194)	(7.699.531)
	(36.402.884)	(42.720.789)
Ativos por impostos diferidos	257.623.227	423.671.742
Passivos por impostos diferidos	(256.486.485)	(254.884.099)
	1.136.742	168.787.643
Total	(33.449.589)	185.843.861

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(111.338.490)	(98.232.406)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	6.994.028	3.953.604
Retenções na fonte	11.353.356	4.406.407
Pagamentos por conta	67.381.187	99.018.956
Outros	(4.821.507)	(3.606.858)
	(30.431.426)	5.539.703

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC, acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2017 e 2016, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo Vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	SalDOS iniciais	Entrada perímetro	2017 Variação em		SalDOS finais
			Capital próprio	Resultados	
Ativo					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	58.244.270	-	(38.999.694)	(17.760.696)	1.483.880
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	41.014.482	-	(23.088.183)	(9.147.625)	8.778.674
De rendimento	126.222.760	-	-	(91.311.728)	34.911.032
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	179.386.483	-	(63.422)	14.010.589	193.333.650
Benefícios com trabalhadores	14.217.745	-	(573.257)	1.713.527	15.358.015
Prejuízos fiscais reportáveis	2.081.902	-	-	5.232	2.087.134
Outros	2.504.100	-	(239.816)	(593.442)	1.670.842
	423.671.742	-	(62.964.372)	(103.084.143)	257.623.227
Passivo					
Valorização de ativos disponíveis para venda	(81.856.000)	-	(149.595.742)	17.972.718	(213.479.024)
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	(42.423.706)	-	22.171.832	1.232.494	(19.019.380)
De rendimento	(119.041.200)	(1.973.097)	-	102.158.855	(18.855.442)
Outros	(11.563.193)	-	-	6.430.554	(5.132.639)
	(254.884.099)	(1.973.097)	(127.423.910)	127.794.621	(256.486.485)
	168.787.643	(1.973.097)	(190.388.282)	24.710.478	1.136.742

(valores em euros)

	Saldos iniciais	Entrada perímetro	2016 Variação em		Outros	Saldos finais
			Capital próprio	Resultados		
Ativo						
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	64.014.717	-	(5.814.933)	44.486	-	58.244.270
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	14.873.633	-	26.140.849	-	-	41.014.482
De rendimento	36.924.164			89.298.596	-	126.222.760
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	141.584.663	-	882.176	36.919.644	-	179.386.483
Benefícios com trabalhadores	12.328.258	-	3.932.806	2.676.049	(4.719.368)	14.217.745
Prejuízos fiscais reportáveis	1.091.721	-	-	990.181	-	2.081.902
Outros	777.002	-	859.482	865.298	2.318	2.504.100
	271.594.158	-	26.000.380	130.794.254	(4.717.050)	423.671.742
Passivo						
Valorização de ativos disponíveis para venda	(109.112.339)	-	27.256.339	-	-	(81.856.000)
Terrenos e edifícios:						
De uso próprio	(14.753.710)	-	(28.208.548)	538.552	-	(42.423.706)
De rendimento	(17.663.582)	(7.831.874)	-	(93.545.744)	-	(119.041.200)
Outros	(5.464.553)	-	-	(6.166.634)	67.992	(11.563.193)
	(146.994.184)	(7.831.874)	(952.209)	(99.173.826)	67.992	(254.884.099)
	124.599.974	(7.831.874)	25.048.171	31.620.428	(4.649.058)	168.787.643

No exercício de 2017 a taxa de imposto diferido ascende a 31,5%, exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21% (quando aplicável).

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2017	2016
Impostos correntes		
Do exercício	84.041.640	73.264.680
Derrama municipal e estadual	25.765.989	23.630.612
Tributação autónoma	1.083.674	992.909
	110.891.303	97.888.201
Outros	507.279	344.205
	111.398.582	98.232.406
Impostos diferidos	(24.710.478)	(31.620.428)
Total de impostos em resultados	86.688.104	66.611.978
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	306.202.851	279.363.968
Carga fiscal	28,31%	23,84%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		306.202.851		279.363.968
Imposto apurado com base na taxa nominal	31,43%	96.246.091	25,43%	71.038.270
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(2,48%)	(7.590.581)	(0,99%)	(2.766.453)
Mais e menos-valias potenciais imóveis	(0,24%)	(749.333)	(2,23%)	(6.217.942)
Mais e menos-valias contabilísticas	(24,36%)	(74.597.623)	(14,30%)	(39.943.394)
Imparidades não dedutíveis	(0,01%)	(18.798)	0,00%	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(0,02%)	(72.426)	(1,84%)	(5.133.669)
Restituição de impostos não dedutíveis				
e excesso de estimativa de IRC	(0,02%)	(72.007)	(0,00%)	(4.476)
Gastos de benefícios de cessação de emprego,				
benefícios de reforma e outros benefícios				
pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	0,00%	-	(0,28%)	(788.548)
Correções relativas a exercícios anteriores	(2,19%)	(6.695.023)	0,00%	-
Outras	(0,12%)	(373.338)	(3,07%)	(8.583.106)

(continuação)

(valores em euros)

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	2,87%	8.790.857	0,19%	532.476
Imparidades não dedutíveis	4,41%	13.496.053	6,72%	18.770.686
Mais e menos valias potenciais imóveis	4,75%	14.541.186	0,00%	-
Mais e menos valias fiscais	15,12%	46.300.646	13,98%	39.045.828
Mais e menos valias Contabilísticas	0,00%	4.531	0,00%	-
Insuficiência de estimativa de IRC	0,02%	49.548	0,12%	325.615
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego ou a longo prazo dos empregados	0,02%	64.097	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,01%	21.815	0,13%	359.646
Outras	0,86%	2.625.213	0,00%	-
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,20%)	(606.376)	(0,56%)	(1.555.587)
Outros	0,00%	-	(0,16%)	(441.610)
Tributação autónoma	0,18%	562.694	0,53%	1.474.522
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	(1,71%)	(5.239.122)	0,18%	499.720
	28,31%	86.688.104	23,84%	66.611.978

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Fidelidade e das empresas do Grupo, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Acréscimos de rendimentos	46.846.154	41.675.209
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	14.000.665	13.779.734
Seguros	2.103.077	1.927.965
Rendas e alugueres	1.661.126	2.256.757
Assistência equipamento informático	1.037.237	1.750.288
Publicidade	315.022	412.216
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	304.734	527.041
Licenças de software	1.080.286	584.830
Outros	4.869.540	4.006.767
	72.217.841	66.920.807

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Acréscimos de rendimentos" inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 3.580.000 euros e 3.070.819 euros, relativas aos exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

A rubrica "Gastos diferidos - Comissões de emissão de produtos financeiros" corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

20. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

O Grupo Fidelidade está a efetuar uma reconfiguração do perfil do seu património imobiliário nacional. Para este efeito foram selecionados essencialmente ativos residenciais e ativos considerados não estratégicos, dado o seu estado de ocupação e localização dispersa e com custos de operação significativos, os quais se encontram desadequados à atual estratégia de investimento do Grupo. Esta nova estratégia pretende dar maior enfoque a projetos mais emblemáticos, de maior dimensão e rentabilidade, conseguindo uma renovação e otimização da carteira imobiliária da Fidelidade.

O processo de venda iniciou-se em novembro com a colocação no mercado dos ativos imobiliários, acessíveis a qualquer investidor nacional ou internacional, que permitiu, até ao final do ano, uma avaliação preliminar das carteiras e entrega de ofertas de compra não vinculativas pelos investidores. Seguidamente, foi selecionado, tendo por base as propostas não vinculativas, um grupo de investidores mais restrito, aos quais foi concedido acesso a informação mais detalhada sobre os ativos, bem como a possibilidade de realização de visitas técnicas aos diversos imóveis, para poderem avançar com suas ofertas finais. Terminada essa fase, apresentarão as suas ofertas finais e vinculativas, havendo a expectativa de que este processo possa estar concluído até ao final de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017
Ativos não correntes detidos para venda	
Terrenos e edifícios de uso próprio	34.790.400
Terrenos e edifícios de rendimento	260.924.276
Inventário	175.631
Ativos por impostos diferidos	31.166.734
	327.057.041
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	
Passivos por impostos diferidos	26.888.083
	26.888.083
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda	
Ganhos	
Rendas	1.053.766
Ganhos realizados	9.936
	1.063.702
Perdas	
Gastos com pessoal	(10.414)
Fornecimentos e Serviços Externos	
Eletricidade	(11.573)
Água	(2.934)
Conservação e reparação	(73.935)
Seguros	(20.754)
Honorários	(9.635)
Limpeza, higiene e conforto	(20.597)
Vigilância	(5.905)
Consultoria	(44.220)
Condomínios	(14.870)
Outros	(568)
Impostos e taxas	(38.787)
	(272.624)
	791.078

21. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.377	288.244.588	289.786.965	1.567.236	290.256.449	291.823.685
Provisão matemática do ramo Vida	1.762.942.406	-	1.762.942.406	1.648.505.455	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	108.769.639	1.653.719.696	1.762.489.335	97.246.776	1.543.416.854	1.640.663.630
Sinistros não declarados (IBNR)	23.714.096	78.787.255	102.501.351	23.805.280	63.978.700	87.783.980
	132.483.735	1.732.506.951	1.864.990.686	121.052.056	1.607.395.554	1.728.447.610
Provisão para participação nos resultados	110.749.826	314	110.750.140	68.711.511	314	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	7.520.800	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	24.405.064	21.750.883	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.630.188	25.630.188	-	24.056.289	24.056.289
Provisão para riscos em curso	-	49.222.515	49.222.515	-	49.238.127	49.238.127
	2.039.644.208	2.095.604.556	4.135.248.764	1.868.612.380	1.970.946.733	3.839.559.113

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros Vida	1.542.377	-	1.542.377	1.567.236	-	1.567.236
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	14.930.169	(2.655.666)	12.274.503	13.986.229	(2.177.246)	11.808.983
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.625.403	(2.126.911)	7.498.492	9.313.724	(1.654.211)	7.659.513
Doença	36.979.495	(3.873.185)	33.106.310	32.863.301	(3.441.321)	29.421.980
Incêndio e outros danos	95.429.856	(21.461.352)	73.968.504	91.148.439	(16.051.795)	75.096.644
Automóvel	162.822.957	(32.712.208)	130.110.749	162.493.841	(29.939.033)	132.554.808
Marítimo, aéreo e transportes	1.973.873	(308.757)	1.665.116	1.854.943	(267.826)	1.587.117
Responsabilidade civil geral	11.726.205	(2.825.983)	8.900.222	10.647.493	(1.830.900)	8.816.593
Crédito e caução	187.131	(11.759)	175.372	185.601	(12.841)	172.760
Proteção jurídica	2.118.131	(879.770)	1.238.361	2.448.240	(462.599)	1.985.641
Assistência	14.206.867	(2.993.940)	11.212.927	13.916.869	(2.539.718)	11.377.151
Diversos	12.083.446	(3.989.414)	8.094.032	12.085.552	(2.310.293)	9.775.259
	362.083.533	(73.838.945)	288.244.588	350.944.232	(60.687.783)	290.256.449
	363.625.910	(73.838.945)	289.786.965	352.511.468	(60.687.783)	291.823.685

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.236	(24.859)	-	1.542.377
Seguros Não Vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.986.229	1.129.683	(185.743)	14.930.169
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.313.724	431.702	(120.023)	9.625.403
Doença	32.863.301	4.172.001	(55.807)	36.979.495
Incêndio e outros danos	91.148.439	4.888.659	(607.242)	95.429.856
Automóvel	162.493.841	6.055.245	(5.726.129)	162.822.957
Marítimo, aéreo e transportes	1.854.943	123.097	(4.167)	1.973.873
Responsabilidade civil geral	10.647.493	1.131.570	(52.858)	11.726.205
Crédito e caução	185.601	1.609	(79)	187.131
Proteção jurídica	2.448.240	(233.761)	(96.348)	2.118.131
Assistência	13.916.869	1.140.836	(850.838)	14.206.867
Diversos	12.085.552	(2.104)	(2)	12.083.446
	350.944.232	18.838.537	(7.699.236)	362.083.533
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.177.246)	(385.986)	(92.434)	(2.655.666)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.654.211)	(478.556)	5.856	(2.126.911)
Doença	(3.441.321)	(269.222)	(162.642)	(3.873.185)
Incêndio e outros danos	(16.051.795)	(5.493.093)	83.536	(21.461.352)
Automóvel	(29.939.033)	(2.123.681)	(649.494)	(32.712.208)
Marítimo, aéreo e transportes	(267.826)	(40.061)	(870)	(308.757)
Responsabilidade civil geral	(1.830.900)	(1.002.663)	7.580	(2.825.983)
Crédito e caução	(12.841)	2.715	(1.633)	(11.759)
Proteção jurídica	(462.599)	(417.179)	8	(879.770)
Assistência	(2.539.718)	(454.230)	8	(2.993.940)
Diversos	(2.310.293)	(1.679.121)	-	(3.989.414)
	(60.687.783)	(12.341.077)	(810.085)	(73.838.945)
	290.256.449	6.497.460	(8.509.321)	288.244.588
	291.823.685	6.472.601	(8.509.321)	289.786.965

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.796.858	(229.622)	-	1.567.236
Seguros Não Vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.576.921	366.170	43.138	13.986.229
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.675.687	1.634.448	3.589	9.313.724
Doença	29.767.423	4.618.185	(1.522.307)	32.863.301
Incêndio e outros danos	91.305.491	175.985	(333.037)	91.148.439
Automóvel	158.667.505	5.510.100	(1.683.764)	162.493.841
Marítimo, aéreo e transportes	2.087.376	(225.892)	(6.541)	1.854.943
Responsabilidade civil geral	9.490.617	1.194.828	(37.952)	10.647.493
Crédito e caução	236.469	(50.248)	(620)	185.601
Proteção jurídica	2.448.341	4.340	(4.441)	2.448.240
Assistência	12.569.876	1.348.599	(1.606)	13.916.869
Diversos	8.449.690	3.635.860	2	12.085.552
	336.275.396	18.212.375	(3.543.539)	350.944.232
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.254.113)	80.876	(4.009)	(2.177.246)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.316.971)	(336.224)	(1.016)	(1.654.211)
Doença	(3.225.894)	(308.256)	92.829	(3.441.321)
Incêndio e outros danos	(15.890.424)	(172.347)	10.976	(16.051.795)
Automóvel	(30.153.372)	554.814	(340.475)	(29.939.033)
Marítimo, aéreo e transportes	(343.297)	74.950	521	(267.826)
Responsabilidade civil geral	(1.443.513)	(390.184)	2.797	(1.830.900)
Crédito e caução	(16.990)	4.159	(10)	(12.841)
Proteção jurídica	(487.963)	24.812	552	(462.599)
Assistência	(2.503.790)	(36.025)	97	(2.539.718)
Diversos	(1.609.743)	(700.550)	-	(2.310.293)
	(59.246.070)	(1.203.975)	(237.738)	(60.687.783)
	277.029.326	17.008.400	(3.781.277)	290.256.449
	278.826.184	16.778.778	(3.781.277)	291.823.685

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Vida	108.769.639	23.714.096	132.483.735	97.246.776	23.805.280	121.052.056
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	600.304.211	1.164.926	601.469.137	574.633.306	1.052.361	575.685.667
Provisão para assistência vitalícia	169.605.546	7.948.876	177.554.422	163.207.398	7.950.714	171.158.112
Provisão para assistência temporária	52.293.439	2.809.541	55.102.980	46.064.474	2.748.705	48.813.179
	822.203.196	11.923.343	834.126.539	783.905.178	11.751.780	795.656.958
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	25.934.364	2.413.928	28.348.292	21.575.264	421.092	21.996.356
Doença	47.904.803	5.265.865	53.170.668	48.994.731	3.623.134	52.617.865
Incêndio e outros danos	222.295.199	20.992.414	243.287.613	129.645.528	14.370.483	144.016.011
Automóvel	429.365.340	18.715.287	448.080.627	452.354.028	18.053.506	470.407.534
Marítimo, aéreo e transportes	11.045.119	1.712.526	12.757.645	8.587.938	987.915	9.575.853
Responsabilidade civil geral	83.164.668	16.494.147	99.658.815	88.614.349	13.876.011	102.490.360
Crédito e caução	625.979	79.011	704.990	746.565	65.765	812.330
Proteção jurídica	15.110	8.453	23.563	12.402	6.579	18.981
Assistência	98.450	54.179	152.629	61.453	37.159	98.612
Diversos	11.067.468	1.128.102	12.195.570	8.919.418	785.276	9.704.694
	831.516.500	66.863.912	898.380.412	759.511.676	52.226.920	811.738.596
	1.653.719.696	78.787.255	1.732.506.951	1.543.416.854	63.978.700	1.607.395.554
	1.762.489.335	102.501.351	1.864.990.686	1.640.663.630	87.783.980	1.728.447.610

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida	121.052.056	296.131.965	(284.700.513)	227	132.483.735
Seguros Não Vida					
Acidentes de trabalho	795.656.958	174.290.483	(135.907.590)	86.688	834.126.539
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.996.356	15.681.811	(9.329.902)	27	28.348.292
Doença	52.617.865	195.139.700	(194.346.850)	(240.047)	53.170.668
Incêndio e outros danos	144.016.011	247.081.065	(147.914.716)	105.253	243.287.613
Automóvel	470.407.534	340.495.700	(362.839.425)	16.818	448.080.627
Marítimo, aéreo e transportes	9.575.853	9.568.949	(6.387.163)	6	12.757.645
Responsabilidade civil geral	102.490.360	10.753.393	(13.585.833)	895	99.658.815
Crédito e caução	812.330	(33.608)	(73.732)	-	704.990
Proteção jurídica	18.981	4.836	(254)	-	23.563
Assistência	98.612	56.807	(2.791)	1	152.629
Diversos	9.704.694	24.723.232	(22.232.356)	-	12.195.570
	1.607.395.554	1.017.762.368	(892.620.612)	(30.359)	1.732.506.951
	1.728.447.610	1.313.894.333	(1.177.321.125)	(30.132)	1.864.990.686

(valores em euros)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros Vida	124.623.114	263.547.444	(267.119.415)	913	121.052.056
Seguros Não Vida					
Acidentes de trabalho	788.880.289	114.496.348	(109.699.376)	1.979.697	795.656.958
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22.702.406	8.175.403	(8.881.633)	180	21.996.356
Doença	51.906.204	196.274.568	(196.150.802)	587.895	52.617.865
Incêndio e outros danos	129.628.142	130.303.745	(116.052.112)	136.236	144.016.011
Automóvel	495.577.123	317.497.594	(343.400.847)	733.664	470.407.534
Marítimo, aéreo e transportes	12.165.164	1.042.756	(3.637.889)	5.822	9.575.853
Responsabilidade civil geral	108.646.265	7.194.091	(13.352.725)	2.729	102.490.360
Crédito e caução	902.128	177.708	(267.506)	-	812.330
Proteção jurídica	23.863	(3.177)	(1.705)	-	18.981
Assistência	103.013	6.695	(11.096)	-	98.612
Diversos	8.128.316	20.325.935	(18.749.557)	-	9.704.694
	1.618.662.913	795.491.666	(810.205.248)	3.446.223	1.607.395.554
	1.743.286.027	1.059.039.110	(1.077.324.663)	3.447.136	1.728.447.610

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Seguros Não Vida		
Acidentes de trabalho	6.113.713	16.283.252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	249.939	230.339
Doença	229.934	1.047
Incêndio e outros danos	7.784.688	2.891.055
Automóvel	29.135.581	23.896.420
Marítimo, aéreo e transportes	12.971	444
Responsabilidade civil geral	950.506	411.465
Crédito e caução	61.889	15.823
Proteção jurídica	384	-
Assistência	4.682.786	5.467.544
Diversos	124	40.738
	49.222.515	49.238.127

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Saldo inicial	2017 Dotações no período	Saldo final
Seguros Não Vida			
Acidentes de trabalho	16.283.252	(10.169.539)	6.113.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	230.339	19.600	249.939
Doença	1.047	228.887	229.934
Incêndio e outros danos	2.891.055	4.893.633	7.784.688
Automóvel	23.896.420	5.239.161	29.135.581
Marítimo, aéreo e transportes	444	12.527	12.971
Responsabilidade civil geral	411.465	539.041	950.506
Crédito e caução	15.823	46.066	61.889
Proteção jurídica	-	384	384
Assistência	5.467.544	(784.758)	4.682.786
Diversos	40.738	(40.614)	124
	49.238.127	(15.612)	49.222.515

(valores em euros)

	Saldo inicial	2016 Dotações no período	Saldo final
Seguros Não Vida			
Acidentes de trabalho	25.114.103	(8.830.851)	16.283.252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	368.105	(137.766)	230.339
Doença	3.682.055	(3.681.008)	1.047
Incêndio e outros danos	3.291.533	(400.478)	2.891.055
Automóvel	21.311.698	2.584.722	23.896.420
Marítimo, aéreo e transportes	39.286	(38.842)	444
Responsabilidade civil geral	1.036.256	(624.791)	411.465
Crédito e caução	55.297	(39.474)	15.823
Assistência	6.008.104	(540.560)	5.467.544
Diversos	36.429	4.309	40.738
	60.942.866	(11.704.739)	49.238.127

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo Vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	2017 Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	70.386.667	(194.702)	70.191.965	17.623.212	87.815.177
Vida risco grupo	140.151.023	-	140.151.023	16.723.361	156.874.384
Vida capitalização individual	21.137.628	(14.794)	21.122.834	145.172	21.268.006
Vida capitalização grupo	3.059.094	-	3.059.094	-	3.059.094
	234.734.412	(209.496)	234.524.916	34.491.745	269.016.661
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	211.509.978	(9.151)	211.500.827	20.562.261	232.063.088
Vida capitalização grupo	312.340.437	-	312.340.437	5.990.684	318.331.121
Vida PPR individual	1.004.599.979	(23.753)	1.004.576.226	49.705.136	1.054.281.362
	1.528.450.394	(32.904)	1.528.417.490	76.258.081	1.604.675.571
	1.763.184.806	(242.400)	1.762.942.406	110.749.826	1.873.692.232

(valores em euros)

			2016		
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	62.016.491	(77.110)	61.939.381	15.722.480	77.661.861
Vida risco grupo	148.230.463	-	148.230.463	16.441.868	164.672.331
Vida capitalização individual	30.781.307	(50.415)	30.730.892	40.937	30.771.829
Vida capitalização grupo	2.969.919	-	2.969.919	-	2.969.919
	243.998.180	(127.525)	243.870.655	32.205.285	276.075.940
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259.827.922	(11.462)	259.816.460	17.325.095	277.141.555
Vida capitalização grupo	301.373.041	-	301.373.041	4.585.661	305.958.702
Vida PPR individual	843.474.355	(29.056)	843.445.299	14.595.470	858.040.769
	1.404.675.318	(40.518)	1.404.634.800	36.506.226	1.441.141.026
	1.648.673.498	(168.043)	1.648.505.455	68.711.511	1.717.216.966

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo Vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

			2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	243.870.655	(10.405.666)	-	(81.972)	-	1.141.899	234.524.916
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.404.634.800	94.696.704	-	7.614	21.557.472	7.520.900	1.528.417.490
	1.648.505.455	84.291.038	-	(74.358)	21.557.472	8.662.799	1.762.942.406
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	32.205.285	1.935.342	4.253.758	-	-	(3.902.640)	34.491.745
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	36.506.226	(7.705.397)	54.978.149	-	-	(7.520.897)	76.258.081
	68.711.511	(5.770.055)	59.231.907	-	-	(11.423.537)	110.749.826
	1.717.216.966	78.520.983	59.231.907	(74.358)	21.557.472	(2.760.738)	1.873.692.232

(valores em euros)

	2016					
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Varição dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos
Seguro direto e resseguro aceite						
Provisão matemática						
De contratos de seguro	235.776.693	7.963.317	-	(72.598)	-	203.243
De contratos de investimento com participação						
nos resultados com componente discricionária	1.397.217.639	(4.814.998)	-	10.878	3.396.418	8.824.863
	1.632.994.332	3.148.319	-	(61.720)	3.396.418	9.028.106
Provisão para participação nos resultados						
De contratos de seguro	30.915.804	4.941.827	(475.398)	-	-	(3.176.948)
De contratos de investimento com participação						
nos resultados com componente discricionária	37.847.871	4.687.983	2.829.030	-	-	(8.858.658)
	68.763.675	9.629.810	2.353.632	-	-	(12.035.606)
	1.701.758.007	12.778.129	2.353.632	(61.720)	3.396.418	(3.007.500)
						1.717.216.966

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

22. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017				
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Saldo final
Valorizados ao justo valor					
Contratos unit-linked					
Unit-linked capitalização individual	485.306.767	1.970.476	(341.853.652)	3.778.131	-
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-
Unit-linked PPR	26.949.181	208.501	(1.622.669)	192.428	(57.042)
	512.977.193	2.178.977	(343.476.321)	3.970.559	(57.042)
Valorizados ao custo amortizado					
Outros contratos de investimento					
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.869.587.183	909.190.396	(686.292.227)	43.008.759	(21.500.430)
Vida Taxa Fixa individual	2.905.250.224	1.062.185.292	(730.237.269)	51.778.068	-
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.375.735	-	(330.040)	30.683	-
	7.780.213.142	1.971.375.688	(1.416.859.536)	94.817.510	(21.500.430)
	8.293.190.335	1.973.554.665	(1.760.335.857)	98.788.069	(21.557.472)
					8.583.639.740

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544.300.085	35.932.004	(94.527.512)	(397.810)	-	485.306.767
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	28.028.092	222.154	(1.367.109)	176.882	(110.838)	26.949.181
	573.049.422	36.154.158	(95.894.621)	(220.928)	(110.838)	512.977.193
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.517.190.923	869.171.791	(594.650.712)	81.160.761	(3.285.580)	4.869.587.183
Vida Taxa Fixa individual	2.979.955.085	1.211.410.102	(1.353.631.014)	67.516.051	-	2.905.250.224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.447.800	-	(107.351)	35.286	-	5.375.735
	7.502.593.808	2.080.581.893	(1.948.389.077)	148.712.098	(3.285.580)	7.780.213.142
	8.075.643.230	2.116.736.051	(2.044.283.698)	148.491.170	(3.396.418)	8.293.190.335

Os “Outros contratos de investimento” correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

23. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 7)	5.656.794	15.072.639
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	-	8.737.700
Cobertura fluxos de caixa (Nota 7)	3.109.947	4.731.582
Cobertura inv. Líquido - ME	901.239	
	4.011.186	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	3.823.879	4.438.349
Não Vida	128.776.439	112.706.718
	132.600.318	117.145.067

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Empréstimos		
Empréstimos bancários	573.125.604	562.887.131
Outros		
Locações financeiras	35.031.960	28.293.305
	744.769.068	721.794.785
	750.425.862	736.867.424

A rubrica "Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito" em 31 de dezembro de 2017 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,52%.

24. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	67.330.057	61.740.822
Tomadores de seguro	33.546.996	29.921.892
Co-seguradoras	14.971.073	14.318.884
	115.848.126	105.981.598
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	56.453.597	36.847.597
Contas correntes de ressegurados	1.986.694	1.855.329
	58.440.291	38.702.926

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	456.558	-
Imposto agregado	35.155.310	64.209.894
Empresas associadas	17.252	17.252
Fornecedores de ativos tangíveis	594.602	815.276
Fornecedores conta corrente	61.184.627	62.444.899
Pessoal	46.494	41.727
Consultores, assessores e intermediários	2.912	10.619
Fundos de pensões	385.937	386.363
Contas de regularização interna	7.394.698	9.639.021
Adiantamento de clientes	14.665.383	18.690.082
Credores diversos	105.118.099	41.123.253
	225.021.872	197.378.386
	399.310.289	342.062.910

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica "Credores diversos" inclui responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência de esta participada apresentar capitais próprios negativos (Nota 5).

25. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	8.951.541	16.088.013
Outros	111.719	301.952
	9.063.260	16.389.965
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	742.047	204.268
Férias e subsídios a pagar	34.114.404	31.555.835
Seguros	3.402.602	1.702.817
Remunerações variáveis, incluindo encargos	8.308.304	7.248.001
Prémios de desempenho da empresa	10.478.621	10.270.187
Prémio de permanência	717.337	609.574
Outros custos com pessoal	348.460	155.520
Provisão para prémios de angariação	526.592	395.980
Comissões a pagar	41.488.257	39.960.673
Pagamentos diferidos – Marketing	5.087.769	4.879.121
Imposto municipal de imóveis	1.738.639	1.747.210
Auditoria	854.293	511.121
Publicidade	99.167	326.487
Eletricidade	258.766	306.258
Faturas em conferência	5.462.884	4.300.996
Honorários médicos/enfermagem	20.559.308	17.250.784
Serviços de saúde	11.226.965	9.540.523
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	4.035.903	5.140.544
Outros	7.675.550	5.837.961
	157.125.868	141.943.860
	166.189.128	158.333.825

26. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017							
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	7.079.265	-	(3.799.154)	-	-	-	-	3.280.111
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)								
Benefícios de saúde	23.637.281	-	(541.532)	-	-	-	(131.718)	22.964.031
Encargos com pensões	3.320.882	-	(183.991)	-	-	-	(537.326)	2.599.565
Provisão para o Fundo								
de Acidentes de Trabalho	48.536.302	1.500.000	-	-	-	-	-	50.036.302
Provisão para reestruturação	35.424.918	-	(14.247.472)	-	-	-	-	21.177.446
Outras	22.043.465	92.423.432	-	(166.378)	63.298	(8.282)	-	114.355.535
	140.042.113	93.923.432	(18.772.149)	(166.378)	63.298	(8.282)	(669.044)	214.412.990

(valores em euros)

	2016							
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	24.978.918	3.207.175	(20.056.488)	(1.050.340)	-	-	-	7.079.265
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 34)								
Benefícios de saúde	22.191.389	-	(716.713)	-	-	-	2.162.605	23.637.281
Encargos com pensões	3.034.877	-	(65.318)	(1.091)	-	-	352.414	3.320.882
Provisão para o Fundo								
de Acidentes de Trabalho	47.036.302	1.500.000	-	-	-	-	-	48.536.302
Provisão para reestruturação	60.524.302	-	(25.099.384)	-	-	-	-	35.424.918
Outras	29.407.134	14.147.995	(23.508.248)	(129.575)	473.442	1.652.717	-	22.043.465
	187.172.922	18.855.170	(69.446.151)	(1.181.006)	473.442	1.652.717	2.515.019	140.042.113

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores, que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.299.163 euros. No desenvolvimento deste plano, em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7.038.236 euros. Em 31 de dezembro, para 2014, encontrava-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.153.917 euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 o Grupo Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25.100.000 euros. No desenvolvimento deste plano, em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16.914.149 euros. Em 31 de dezembro, para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60.524.302 euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25.099.384 euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 35.424.918 euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2017 saíram 194 colaboradores, o que originou a utilização de 14.247.472 euros. Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 21.177.446 euros. No mesmo período foram contratados 247 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses. Em 2018, o custo efetivo é calculado tendo por base a idade legal de reforma de 66 anos e 4 meses.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2017 e 2016, as rubricas "Outras Provisões" inclui constituições de 88.288.859 euros e utilizações de 6.663.078 euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)".

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 35).

27. Capital

O capital social, no valor de 381.150.000 euros, é constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 euros e encontra-se integralmente realizado.

Em dezembro de 2015 foram realizadas, pelos acionistas, prestações suplementares por forma a construírem um reforço dos capitais próprios da Fidelidade no montante global de 521.530.515 euros nos seguintes termos:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A. pelo montante de 500.000.000 euros;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. pelo montante de 21.530.515 euros.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da assembleia geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 euros, perfazendo o valor total de 148.960 euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

A estrutura acionista, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

Acionistas	2017		2016	
	Número de Ações	% Participação	Número de Ações	% Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102.833.140	84,9861%	102.833.140	84,9861%
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18.150.000	15,0000%	18.150.000	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	3.560	0,00290%	3.560	0,00290%
Ações Próprias	13.300	0,01100%	13.300	0,01100%
	121.000.000	100%	121.000.000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade via Longrun Portugal, SGPS, S.A., o Grupo Fidelidade passou a integrar o Grupo Fosun.

Os resultados do exercício de 2016 e 2015 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2016	2015
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	11.367.497	17.800.154
Reservas livres	90.617.509	162.427.030
Resultados transitados	109.123.359	106.059.706
	211.108.365	286.286.890

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	216.232.495	211.108.365
Número de ações (no final do exercício)	121.000.000	121.000.000
Resultado por ação	1,79	1,74

28. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas	770.108.639	30.860.617
Montante atribuível aos segurados	(67.062.089)	(7.633.508)
	703.046.550	23.227.109
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 10)	111.830.706	106.470.627
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos		
de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(2.678.535)	(4.092.767)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	84.397.655	43.109.385
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	(92.285.172)	17.230.479
Montante atribuível aos segurados	196.674	-
	(92.088.498)	17.230.479
	804.507.878	185.944.833
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(212.233.639)	(23.638.203)
De terrenos e edifícios de uso próprio	(10.992.661)	(11.379.154)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos		
de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	619.663	859.481
Por ajustamentos no justo valor de cobertura		
de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(18.971.027)	(9.406.249)
De diferenças de câmbio	8.590.883	4.365.070
De desvios atuariais		
Pensões de reforma	26.555.729	24.732.643
Benefícios de saúde	130.168	2.976.512
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14.587.724)	(6.896.426)
	(220.888.608)	(18.386.326)

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	583.619.270	167.558.507
Outras reservas		
Reserva legal	150.524.237	139.318.234
Prémios de emissão	115.103.280	115.103.280
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(50.748.865)	(55.264.857)
Benefícios de saúde	(6.284.084)	(6.415.803)
Outras reservas	424.840.745	331.241.285
	633.435.313	523.982.139
Resultados transitados	344.940.239	239.018.070
Resultado do exercício	216.232.495	211.108.365
	1.778.227.317	1.141.667.081

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

O resultado consolidado dos exercícios de 2017 e 2016 foi determinado da seguinte forma:

(valores em euros)

	2017	2016
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	187.789.354	100.420.503
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	630.609	(3.792.950)
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	444.652	350.067
Universal Seguros, S.A.	2.120.405	1.859.851
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.	1.608.097	1.880.563
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1.105.911	1.044.612
Imobiliário		
Fidelidade – Property Europe, S.A.	(33.194.737)	(2.958.150)
Fidelidade – Property International, S.A.	95.943.971	(40.025.590)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudelInvest	15.281.046	10.809.608
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	965.531	(896.508)
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.		
(método da equivalência patrimonial)	(21.111)	(31.384)
FPI (UK) 1 LIMITED	(23.174.640)	8.743.061
FPI US 1 LLC	(289.525)	(9.362.576)

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	8.663.254	7.251.171
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	3.873.469	6.309.791
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	(31.402)	(39.287)
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	13.998.546	(4.792.663)
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(6.122)	(7.180)
FPE (IT) Società per Azioni	1.192.329	33.685.905
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	148.320	(6.269.579)
GK Kita Aoyoma Support 2	21.408.777	(43.142)
Higashi Shinagawa Two TMK	(20.795)	18.930.493
Godo Kaisha Praia	16.638.779	7.862.661
Godo Kaisha Moana	(44.103)	(66.803)
Fundo Broggi (Maranello)	8.446.996	-
Broggi Retail S.R.L	(11.238)	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	11.362.235	14.512.862
Outros setores		
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	93.420	112.211
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	72.453	72.736
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	214.582	(47.116)
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	(1.330)	(758)
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda.	2.513	(3.759)
FCM Beteiligungs GmbH	(69.266)	(3.519.695)
FID I (HK) LIMITED	-	(3.801.405)
FID II (HK) LIMITED	-	-
FID III (HK) LIMITED	(3.850)	(3.097)
FID Loans 1 Irl	119.630	-
FID Loans 2 Ireland Limited	-	-
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	235.524	886
Eliminação de dividendos	(113.761.630)	(1.309.088)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 28)	(3.232.648)	(1.643.625)
Anulação de perdas por imparidade liquidas de reversões	(36.579.093)	60.744.992
Ajustamentos em imobiliário	21.307.060	(6.862.509)
Contabilidade de cobertura	(34.015.374)	(33.703.136)
Correção de resultados de anos anteriores	(186.483)	987.997
Anulação das diferenças de câmbio em transacções intra-grupo	19.913.287	18.581.585
Outros	27.295.092	36.126.810
	216.232.495	211.108.365

29. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2017	2016
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	1,15%	1.543.361	1.367.965
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	4.774.300	4.468.080
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,87%	4.210.075	3.732.889
FCM Beteiligungs GmbH	0,00%	-	5.129.549
Luz Saúde, S.A.	1,21%	4.918.193	4.311.980
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.028.925	14.064.342
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	452	(424)
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	1.273	1.354
Higashi Shinagawa Two TMK	0,00%	-	3.961.812
Godo Kaisha Praia	3,00%	3.968.121	3.950.477
Godo Kaisha Moana	3,00%	2.674.427	3.160.090
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,00%	-	810.915
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	(45.287)	28
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	21.416	51.310
Fundo Broggi	4,24%	358.786	-
Broggi Retail S.R.L	4,24%	(477)	-
Universal Assistência e Serviços, Lda	20,00%	179	-
		36.453.744	45.010.367

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2017 e 2016 apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	% Interesses não controlados	2017	2016
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	1,15%	(175.396)	(124.073)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	(487.110)	(455.955)
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,87%	(670.831)	(445.852)
FCM Beteiligungs GmbH	0,00%	(18.934)	1.724.650
Luz Saúde, S.A.	1,21%	(340.544)	218.279
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	(50.579)	(1.428.908)
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	20,00%	(887)	752
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	0,01%	(100)	(117)
Higashi Shinagawa Two TMK	0,00%	(702.469)	(930.512)
Godo Kaisha Praia	3,00%	(380.769)	(236.178)
Godo Kaisha Moana	3,00%	1.325	2.007
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,00%	-	50
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	198	275
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	(97.847)	31.957
Fundo Broggi	4,24%	(358.786)	-
Broggi Retail S.R.L	4,24%	477	-
Universal Assistência e Serviços, Lda	20,00%	-	-
		(3.282.252)	(1.643.625)

30. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161.953.532	(12.281.832)	149.671.700	161.814.697	(13.680.197)	148.134.500
Contrato seguro com participação nos resultados	33.750.746	(1.119.595)	32.631.151	40.952.059	(1.228.286)	39.723.773
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	248.316.696	-	248.316.696	132.874.006	-	132.874.006
	444.020.974	(13.401.427)	430.619.547	335.640.762	(14.908.483)	320.732.279
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	183.822.094	(5.310.803)	178.511.291	160.661.550	(5.578.518)	155.083.032
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	31.830.507	(9.846.853)	21.983.654	30.394.775	(12.796.047)	17.598.728
Doença	300.692.850	(271.197.483)	29.495.367	266.818.207	(241.856.138)	24.962.069
Incêndio e outros danos	266.650.268	(108.627.052)	158.023.216	254.940.538	(101.455.733)	153.484.805
Automóvel	448.613.263	(3.628.257)	444.985.006	428.265.940	(2.814.562)	425.451.378
Marítimo, aéreo e transportes	19.964.050	(10.899.168)	9.064.882	18.509.706	(10.850.486)	7.659.220
Responsabilidade civil geral	38.766.192	(10.928.829)	27.837.363	36.860.678	(11.675.506)	25.185.172
Crédito e caução	820.011	(432.690)	387.321	799.255	(447.359)	351.896
Proteção jurídica	5.522.009	(2.031.190)	3.490.819	5.751.855	(3.864.482)	1.887.373
Assistência	38.075.594	(18.131.915)	19.943.679	34.025.192	(32.364.002)	1.661.190
Diversos	34.211.422	(11.454.596)	22.756.826	37.197.472	(17.851.076)	19.346.396
	1.368.968.260	(452.488.836)	916.479.424	1.274.225.168	(441.553.909)	832.671.259
	1.812.989.234	(465.890.263)	1.347.098.971	1.609.865.930	(456.462.392)	1.153.403.538
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	(34.046)	7.150	(26.896)	246.544	18.840	265.384
Contrato seguro com participação nos resultados	61.272	(14.384)	46.888	(10.765)	(4.747)	(15.512)
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(2.367)	-	(2.367)	(6.157)	-	(6.157)
	24.859	(7.234)	17.625	229.622	14.093	243.715

(continuação)

(valores em euros)

		2017			2016	
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	(1.129.683)	(114.713)	(1.244.396)	(366.170)	(14.363)	(380.533)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(431.702)	(471.525)	(903.227)	(1.634.448)	(284.337)	(1.918.785)
Doença	(4.172.001)	1.715.681	(2.456.320)	(4.618.185)	1.909.646	(2.708.539)
Incêndio e outros danos	(4.888.659)	3.976.882	(911.777)	(175.985)	(168.653)	(344.638)
Automóvel	(6.055.245)	(178.028)	(6.233.273)	(5.510.100)	(223.742)	(5.733.842)
Marítimo, aéreo e transportes	(123.097)	(193.286)	(316.383)	225.892	32.643	258.535
Responsabilidade civil geral	(1.131.570)	37.007	(1.094.563)	(1.194.828)	378.845	(815.983)
Crédito e caução	(1.609)	(9.584)	(11.193)	50.248	(43.076)	7.172
Proteção jurídica	233.761	(1.909.311)	(1.675.550)	(4.340)	5.707	1.367
Assistência	(1.140.836)	(15.828.046)	(16.968.882)	(1.348.599)	543.608	(804.991)
Diversos	2.104	(391.149)	(389.045)	(3.635.860)	770.426	(2.865.434)
	(18.838.537)	(13.366.072)	(32.204.609)	(18.212.375)	2.906.704	(15.305.671)
	(18.813.678)	(13.373.306)	(32.186.984)	(17.982.753)	2.920.797	(15.061.956)
Prémios adquiridos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161.919.486	(12.274.682)	149.644.804	162.061.241	(13.661.357)	148.399.884
Contrato seguro com participação nos resultados	33.812.018	(1.133.979)	32.678.039	40.941.294	(1.233.033)	39.708.261
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	248.314.329	-	248.314.329	132.867.849	-	132.867.849
	444.045.833	(13.408.661)	430.637.172	335.870.384	(14.894.390)	320.975.994
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	182.692.411	(5.425.516)	177.266.895	160.295.380	(5.592.881)	154.702.499
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	31.398.805	(10.318.378)	21.080.427	28.760.327	(13.080.384)	15.679.943
Doença	296.520.849	(269.481.802)	27.039.047	262.200.022	(239.946.492)	22.253.530
Incêndio e outros danos	261.761.609	(104.650.170)	157.111.439	254.764.553	(101.624.386)	153.140.167
Automóvel	442.558.018	(3.806.285)	438.751.733	422.755.840	(3.038.304)	419.717.536
Marítimo, aéreo e transportes	19.840.953	(11.092.454)	8.748.499	18.735.598	(10.817.843)	7.917.755
Responsabilidade civil geral	37.634.622	(10.891.822)	26.742.800	35.665.850	(11.296.661)	24.369.189
Crédito e caução	818.402	(442.274)	376.128	849.503	(490.435)	359.068
Proteção jurídica	5.755.770	(3.940.501)	1.815.269	5.747.515	(3.858.775)	1.888.740
Assistência	36.934.758	(33.959.961)	2.974.797	32.676.593	(31.820.394)	856.199
Diversos	34.213.526	(11.845.745)	22.367.781	33.561.612	(17.080.650)	16.480.962
	1.350.129.723	(465.854.908)	884.274.815	1.256.012.793	(438.647.205)	817.365.588
	1.794.175.556	(479.263.569)	1.314.911.987	1.591.883.177	(453.541.595)	1.138.341.582

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios de contratos de seguro do ramo Vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(valores em euros)

	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto	444.020.974	335.640.762
Contratos individuais	262.390.786	137.978.212
Contratos de grupo	181.630.188	197.662.550
	444.020.974	335.640.762
Periódicos	212.700.260	271.462.555
Não periódicos	231.320.714	64.178.207
	444.020.974	335.640.762
Contratos sem participação nos resultados	162.075.255	161.888.542
Contratos com participação nos resultados	281.945.719	173.752.220
	444.020.974	335.640.762
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-	-
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	444.020.974	335.640.762
Saldo de resseguro	1.373.873	(5.370.599)

31. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2017 e 2016 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.943.122 euros e a 2.551.811 euros, respetivamente.

32. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo Vida						
Seguro direto e resseguro aceite	288.761.380	11.453.531	300.214.911	268.902.357	(3.569.348)	265.333.009
Resseguro cedido	(6.325.015)	(683.965)	(7.008.980)	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)
	282.436.365	10.769.566	293.205.931	260.299.339	(3.208.707)	257.090.632
Ramo Não Vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	145.963.802	39.970.651	185.934.453	149.188.850	7.732.394	156.921.244
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	12.587.379	6.473.925	19.061.304	10.882.584	(722.043)	10.160.541
Doença	221.791.389	(5.080.007)	216.711.382	197.557.734	734.202	198.291.936
Incêndio e outros danos	152.283.757	104.598.750	256.882.507	122.096.911	12.972.677	135.069.588
Automóvel	346.391.118	(21.228.398)	325.162.720	334.193.191	(30.796.727)	303.396.464
Marítimo, aéreo e transportes	6.345.085	3.186.381	9.531.466	3.726.557	(2.583.066)	1.143.491
Responsabilidade civil geral	12.701.481	(2.728.234)	9.973.247	13.540.480	(6.052.702)	7.487.778
Crédito e caução	408.761	62.451	471.212	373.172	(73.023)	300.149
Proteção Jurídica	108.704	4.581	113.285	89.052	(4.881)	84.171
Assistência	702.075	54.010	756.085	497.377	(4.202)	493.175
Diversos	22.892.445	2.495.273	25.387.718	19.381.205	1.570.686	20.951.891
	922.175.996	127.809.383	1.049.985.379	851.527.113	(17.226.685)	834.300.428
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(258.707)	(2.274.261)	(2.532.968)	(804.760)	(378.068)	(1.182.828)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.105.562)	(2.593.595)	(4.699.157)	(1.764.887)	(5.763.082)	(7.527.969)
Doença	(202.939.125)	(1.879.311)	(204.818.436)	(179.237.440)	2.482.436	(176.755.004)
Incêndio e outros danos	(52.742.567)	(86.662.327)	(139.404.894)	(46.047.669)	(19.393.010)	(65.440.679)
Automóvel	(6.574.762)	(2.325.609)	(8.900.371)	(1.332.320)	(931.164)	(2.263.484)
Marítimo, aéreo e transportes	(2.760.605)	(4.100.931)	(6.861.536)	(976.427)	2.048.304	1.071.877
Responsabilidade civil geral	(2.825.368)	2.689.946	(135.422)	(2.578.503)	5.511.253	2.932.750
Crédito e caução	1.846	6.914	8.760	(35.272)	10.017	(25.255)
Assistência	(195)	1.098	903	(8.041)	(1.116)	(9.157)
Diversos	(14.122.503)	(1.485.390)	(15.607.893)	(12.288.483)	(1.000.270)	(13.288.753)
	(284.327.548)	(98.623.466)	(382.951.014)	(245.073.802)	(17.414.700)	(262.488.502)
	637.848.448	29.185.917	667.034.365	606.453.311	(34.641.385)	571.811.926
	920.284.813	39.955.483	960.240.296	866.752.650	(37.850.092)	828.902.558

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo Vida apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017						Total
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	105.423.238	9.778.751	115.201.989	2.654.182	(10.405.666)	1.935.342	109.385.847
De contratos de investimento com participação							
discricionária nos resultados	183.338.142	1.674.780	185.012.922	495.560	94.696.704	(7.705.397)	272.499.789
	288.761.380	11.453.531	300.214.911	3.149.742	84.291.038	(5.770.055)	381.885.636
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(6.325.015)	(683.965)	(7.008.980)	-	(252.073)	-	(7.261.053)
	(6.325.015)	(683.965)	(7.008.980)	-	(252.073)	-	(7.261.053)
Líquido							
De contratos de seguro	99.098.223	9.094.786	108.193.009	2.654.182	(10.657.739)	1.935.342	102.124.794
De contratos de investimento com participação							
discricionária nos resultados	183.338.142	1.674.780	185.012.922	495.560	94.696.704	(7.705.397)	272.499.789
	282.436.365	10.769.566	293.205.931	3.149.742	84.038.965	(5.770.055)	374.624.583

(valores em euros)

	2016						Total
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96.511.633	(3.168.143)	93.343.490	(3.521.275)	7.963.317	4.941.827	102.727.359
De contratos de investimento com participação							
discricionária nos resultados	172.390.724	(401.205)	171.989.519	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.209
	268.902.357	(3.569.348)	265.333.009	(2.122.570)	3.148.319	9.629.810	275.988.568
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	-	1.157.707	-	(7.084.670)
	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	-	1.157.707	-	(7.084.670)
Líquido							
De contratos de seguro	87.908.615	(2.807.502)	85.101.113	(3.521.275)	9.121.024	4.941.827	95.642.689
De contratos de investimento com participação							
discricionária nos resultados	172.390.724	(401.205)	171.989.519	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.209
	260.299.339	(3.208.707)	257.090.632	(2.122.570)	4.306.026	9.629.810	268.903.898

Nos exercícios de 2017 e 2016, a variação das outras provisões técnicas inclui a dotação da provisão para estabilização de carteira, no montante de 2.654.182 euros e a reversão de 3.521.275 euros, respetivamente. Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica inclui ainda a dotação de 495.560 euros e de 1.398.705 euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

33. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2017	2016
Custos com pessoal (Nota 34)	303.116.112	297.493.108
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	7.888.653	7.687.918
Combustível	2.256.286	2.208.928
Água	1.272.529	1.223.008
Impressos	422.549	410.315
Material de escritório	764.383	718.863
Conservação e reparação	17.303.978	15.689.091
Rendas e alugueres	25.031.071	25.657.091
Despesas de representação	2.129.923	2.266.481
Comunicação	8.929.557	8.503.020
Deslocações e estadas	6.115.647	5.485.977
Seguros	2.913.257	2.786.133
Gastos com trabalho independente	70.523.182	66.388.196
Publicidade e propaganda	16.625.437	14.655.801
Contencioso e notariado	1.918.701	790.276
Vigilância e segurança	4.268.861	3.832.541
Trabalhos especializados	85.385.569	76.066.271
Quotizações	2.593.806	1.697.822
Limpeza, higiene e conforto	2.457.617	2.180.294
Gastos com cobrança de prémios	3.588.386	3.220.680
Licenças de software	6.069.346	5.286.823
Subcontratos	100.707.227	94.425.729
Outros	88.793.894	12.400.054
	457.959.859	353.581.312
Impostos e taxas	18.773.378	18.281.776
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	45.255.066	41.441.301
Outras provisões	(13.137.306)	(43.927.903)
Comissões	12.702.955	25.456.649
Juros suportados	12.875.294	11.163.577
	837.545.358	703.489.820

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos Vida	(2.941.378)	5.380.499	2.439.121
Relativos aos ramos Não Vida	64.469.503	6.979.169	71.448.672
	61.528.125	12.359.668	73.887.793

(valores em euros)

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos Vida	716.622	1.722.499	2.439.121
Relativos aos ramos Não Vida	64.469.503	6.979.169	71.448.672
	65.186.125	8.701.668	73.887.793

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017			
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	7.630.486	120.719.844	-	128.350.330
Custos técnicos	281.130.894	801.456.152	-	1.082.587.046
	288.761.380	922.175.996	-	1.210.937.376
Custos de aquisição				
Custos imputados	29.507.823	105.720.788	-	135.228.611
Comissões de mediação	35.953.096	146.813.737	-	182.766.833
Outros	60.174	1.994.792	-	2.054.966
	65.521.093	254.529.317	-	320.050.410
Gastos administrativos				
Custos imputados	21.283.025	72.476.548	-	93.759.573
Remunerações de mediação	62.540	8.891.191	-	8.953.731
Outros	115	13.357	-	13.472
	21.345.680	81.381.096	-	102.726.776
Gastos financeiros (Nota 37)				
Custos imputados	9.467.890	7.702.524	34.094.405	51.264.819
Outros	418.266	148.044	162.836	729.146
	9.886.156	7.850.568	34.257.241	51.993.965
Outros custos (Nota 44)	-	-	428.942.025	428.942.025
Total dos custos de exploração imputados	67.889.224	306.619.704	463.036.430	837.545.358

(valores em euros)

	2016			Total
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6.085.373	116.079.802	-	122.165.175
Custos técnicos	262.816.984	735.447.311	-	998.264.295
	268.902.357	851.527.113	-	1.120.429.470
Custos de aquisição				
Custos imputados	28.986.608	107.681.221	-	136.667.829
Comissões de mediação	40.468.201	139.552.525	-	180.020.726
Outros	(279.898)	880.614	-	600.716
	69.174.911	248.114.360	-	317.289.271
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.624.181	67.366.213	-	87.990.394
Remunerações de mediação	63.877	8.825.961	-	8.889.838
Outros	(464)	(46.264)	-	(46.728)
	20.687.594	76.145.910	-	96.833.504
Gastos financeiros (Nota 37)				
Custos imputados	2.693.691	10.333.817	21.087.041	34.114.549
Outros	728.156	195.920	81.024	1.005.100
	3.421.847	10.529.737	21.168.065	35.119.649
Outros custos (Nota 44)	-	-	322.551.873	322.551.873
Total dos custos de exploração imputados	58.389.853	301.461.053	343.638.914	703.489.820

34. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos sociais	9.512.015	8.091.183
Pessoal	208.065.485	199.743.671
Encargos sobre remunerações	46.294.168	44.088.469
Benefícios pós-emprego	12.546.787	17.233.071
Benefícios de cessação de emprego	5.331.691	10.572.821
Seguros obrigatórios	2.819.712	2.716.051
Gastos de ação social	13.795.982	12.403.011
Outros gastos com pessoal	4.750.272	2.644.831
	303.116.112	297.493.108

Nos exercícios de 2017 e 2016, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 35)	10.463.420	15.261.017
Plano individual de reforma	1.336.107	1.213.510
Cedência de pessoal	(47.556)	(32.752)
Outros encargos	794.816	791.296
	12.546.787	17.233.071

Em 2017 e 2016, a rubrica "Benefícios pós-emprego - Cedência de pessoal" corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2017 e 2016, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2017	2016
Dirigentes	104	129
Gestores	577	427
Técnicos	3.131	3.551
Operacionais	4.593	4.253
Apoio	488	503
	8.893	8.863

Nos exercícios de 2017 e 2016, o Grupo registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 234.960 euros e 17.745 euros, respetivamente. A rubrica "Acréscimos e diferimentos" inclui 717.337 euros relativos ao prémio de permanência.

35. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativo		
Plano de benefício definido	12.344.589	8.739.168
Passivo		
Plano de contribuição definida	(85.665)	(73.618)
	12.258.924	8.665.550

Relativamente ao exercício de 2017, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.199.260 euros, ficando pendente de pagamento o montante de 85.665 euros, que corresponde às contribuições de dezembro de 2017 e que foi pago em janeiro de 2018.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo Fidelidade para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades e ativos do plano individual de reforma das empresas do Grupo Fidelidade ascendiam a:

(valores em euros)

	Fidelidade	CPR	Multicare	Via Directa	Total
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2016	22.769.492	24.657	272.749	179.383	23.246.281
Gastos de ano	1.166.960	-	62.057	32.300	1.261.317
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2017	23.936.452	24.657	334.806	211.683	24.507.598
Ativo em 31 de dezembro de 2016	22.697.218	24.657	269.367	178.038	23.169.280
Contribuições para o fundo	1.155.817	-	61.584	31.396	1.248.797
Ativo em 31 de dezembro de 2017	23.853.035	24.657	330.951	209.434	24.418.077
Diferencial	1,00	1,00	0,99	0,99	1,00
Nível de financiamento	99,65%	100,00%	98,85%	98,94%	99,63%

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado, alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram determinadas pelo departamento de atuariado Vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2017	2016
Método atuarial	Projected	Projected
	Unit Credit	Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	1,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2017 e 2016 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2017		2016	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,53%	2,00%	1,12%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,28%	0,75%	0,24%

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	7.218.484	39.303	7.257.787	10.217.625	43.477	10.261.102
Reformados e pré-reformados	173.886.543	284.462	174.171.005	182.184.965	321.169	182.506.134
	181.105.027	323.765	181.428.792	192.402.590	364.646	192.767.236
Fundos de pensões autónomos	148.777.396	536.517	149.313.913	153.835.385	572.475	154.407.860
Provisões matemáticas	44.459.468	-	44.459.468	47.098.544	-	47.098.544
	193.236.864	536.517	193.773.381	200.933.929	572.475	201.506.404
Diferencial	12.131.837	212.752	12.344.589	8.531.339	207.829	8.739.168
Nível de financiamento	106,70%	165,71%	106,80%	104,43%	156,99%	104,53%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da Segurança Social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

Dado o atual nível de financiamento do fundo, não é previsível que sejam necessárias contribuições no próximo ano.

Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe S.A.	18 anos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de beneficiários era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	1.010	1.120
Reformados e pré-reformados	2.106	2.121
Rendeiros	508	541
	3.624	3.782

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	201.837.142	618.873	202.456.015
Contribuições	18.421.934	-	18.421.934
Variação nas provisões matemáticas	(3.546.435)	-	(3.546.435)
Pensões pagas	(18.556.669)	(51.909)	(18.608.578)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(581.429)	-	(581.429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3.359.386	5.511	3.364.897
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200.933.929	572.475	201.506.404
Contribuições	10.090.175	-	10.090.175
Variação nas provisões matemáticas	(2.639.075)	-	(2.639.075)
Pensões pagas	(19.277.840)	(52.173)	(19.330.013)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(599.149)	-	(599.149)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4.728.824	16.215	4.745.039
Saldos em 31 de dezembro de 2017	193.236.864	536.517	193.773.381

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fundos de pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(valores em euros)

	Preço de mercado			2017			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	16.817.556	18.754	16.836.310	-	-	-	16.817.556	18.754	16.836.310
Fundos de investimento									
Ações americanas	717.289	62.629	779.918	-	-	-	717.289	62.629	779.918
Ações nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações europeias	5.409.819	-	5.409.819	-	-	-	5.409.819	-	5.409.819
Imóveis	16.289.386	39.666	16.329.052	-	-	-	16.289.386	39.666	16.329.052
Obrigações									
De dívida pública	16.791.265	53.709	16.844.974	-	-	-	16.791.265	53.709	16.844.974
De outros emissores	91.899.098	201.049	92.100.147	-	-	-	91.899.098	201.049	92.100.147
Hedge funds	849.723	-	849.723	-	-	-	849.723	-	849.723
Tesouraria	-	7.678	7.678	-	-	-	-	7.678	7.678
	131.956.581	364.731	132.321.312	-	-	-	131.956.581	364.731	132.321.312
Outros	3.259	153.032	156.291	-	-	-	3.259	153.032	156.291
	148.777.396	536.517	149.313.913	-	-	-	148.777.396	536.517	149.313.913

(valores em euros)

	Preço de mercado			2016			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros		Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes									
de caixa	25.177.330	40.211	25.217.541	-	-	-	25.177.330	40.211	25.217.541
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	56.904	56.904	-	-	-	-	56.904	56.904
Ações nacionais	663.286	-	663.286	-	-	-	663.286	-	663.286
Ações europeias	5.627.802	-	5.627.802	-	-	-	5.627.802	-	5.627.802
Outras ações	97.814	-	97.814	-	-	-	97.814	-	97.814
Imóveis	12.731.703	42.079	12.773.782	2.281.180	-	2.281.180	15.012.883	42.079	15.054.962
Obrigações									
De dívida pública	17.424.477	84.379	17.508.856	-	-	-	17.424.477	84.379	17.508.856
De outros emissores	85.373.345	196.901	85.570.246	-	-	-	85.373.345	196.901	85.570.246
Hedge funds	636.026	-	636.026	-	-	-	636.026	-	636.026
Tesouraria	-	990	990	-	-	-	-	990	990
	122.554.453	381.253	122.935.706	2.281.180	-	2.281.180	124.835.634	381.253	125.216.887
Outros	11.033	151.011	162.044	-	-	-	11.033	151.011	162.044
	151.554.204	572.475	152.126.679	2.281.180	-	2.281.180	153.835.385	572.475	154.407.860

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8.616.998	18.754	8.635.752	24.603.410	40.211	24.643.621
Fundos de investimento						
Ações nacionais	710.956	-	710.956	657.727	-	657.727
Ações europeias	-	62.629	62.629	-	-	-
Imóveis	2.306.702	15.391	2.322.093	2.281.180	15.221	2.296.401
Obrigações						
De outros emissores	6.796.324	128.548	6.924.872	14.626.113	127.150	14.753.263
Tesouraria	-	994	994	-	990	990
	9.813.982	207.562	10.021.544	17.565.020	143.361	17.708.381
	18.430.980	226.316	18.657.296	42.168.430	183.572	42.352.002

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrada da seguinte forma:

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de									
dezembro de 2015	188.157.605	260.025	188.417.630	201.837.142	618.873	202.456.015	13.679.537	358.848	14.038.385
Custo do serviço corrente	100.714	1.201	101.915	-	-	-	(100.714)	(1.201)	(101.915)
Juro líquido de									
benefício definido	2.885.271	5.624	2.890.895	3.193.061	4.155	3.525.392	307.790	(1.469)	306.321
Custo do exercício	2.985.985	6.825	2.992.810	3.193.061	4.155	3.197.216	207.076	(2.670)	204.406
Acréscimos de									
responsabilidades									
por pré-reformas	14.770.494	113.500	14.883.994	-	-	-	(14.770.494)	(113.500)	(14.883.994)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(581.429)	-	(864.972)	(581.429)	-	(581.429)
Variações com									
impacto em									
resultados (Nota 33)	17.756.479	120.325	17.876.804	2.611.632	4.155	2.332.244	(15.144.847)	(116.170)	(15.261.017)
Ganhos e perdas atuariais									
Retorno dos ativos do									
plano, não incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	166.327	6.618	172.945	166.327	6.618	172.945
Resultantes de alterações									
nos pressupostos									
financeiros	5.397.670	3.243	5.400.913	-	(5.262)	(5.262)	(5.397.670)	(8.505)	(5.406.175)
Resultantes de diferenças									
entre os pressupostos									
e os valores realizados	3.193.944	32.962	3.226.906	-	-	-	(3.193.944)	(32.962)	(3.226.906)
Variações com impacto									
em capitais próprios	8.591.614	36.205	8.627.819	166.327	1.356	167.683	(8.425.287)	(34.849)	(8.460.136)
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas									
Companhias	-	-	-	18.421.936	-	18.421.936	18.421.936	-	18.421.936
Variação das provisões									
matemáticas	(3.546.434)	-	(3.546.434)	(3.546.434)	-	(3.546.434)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Situação em 31 de									
dezembro de 2016	192.402.590	364.646	192.767.236	200.933.929	572.475	201.506.404	8.531.339	207.829	8.739.168
Custo do serviço corrente	269.286	1.265	270.551	-	-	-	(269.286)	(1.265)	(270.551)
Juro líquido de benefício									
definido	2.441.973	6.613	2.448.586	2.595.537	3.737	2.599.274	153.564	(2.876)	150.688
Custo do exercício	2.711.259	7.878	2.719.137	2.595.537	3.737	2.599.274	(115.722)	(4.141)	(119.863)
Acréscimos de									
responsabilidades									
por pré-reformas	9.751.552	(7.145)	9.744.407	-	-	-	(9.751.552)	7.145	(9.744.407)
Outras variações									
em resultados	-	-	-	(599.149)	-	(599.149)	(599.149)	-	(599.149)
Variações com									
impacto em									
resultados (Nota 33)	12.462.811	733	12.463.544	1.996.388	3.737	2.000.125	(10.466.423)	3.004	(10.463.419)
Ganhos e perdas atuariais									
Retorno dos ativos do									
plano, não incluído no									
rendimento dos juros	-	-	-	2.133.287	6.704	2.139.991	2.133.287	6.704	2.139.991
Resultantes de alterações									
nos pressupostos									
financeiros	-	5.776	5.776	-	5.776	5.776	-	-	-
Resultantes de diferenças									
entre os pressupostos									
e os valores realizados	(1.843.460)	4.784	(1.838.676)	-	-	-	1.843.460	(4.784)	1.838.676
Variações com impacto									
em capitais próprios	(1.843.460)	10.560	(1.832.900)	2.133.287	12.480	2.145.767	3.976.747	1.920	3.978.667
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas									
Companhias	-	-	-	10.090.174	-	10.090.174	10.090.174	-	10.090.174
Variação das provisões									
matemáticas	(2.639.074)	-	(2.639.074)	(2.639.074)	-	(2.639.074)	-	-	-
Pagamentos efetuados									
pelo plano									
pensões pagas	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	-	-	-
Situação em 31 de									
dezembro de 2017	181.105.027	323.765	181.428.792	193.236.864	536.517	193.773.381	12.131.837	212.752	12.344.589

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas responsabilidades ascendem a 22.964.031 euros e a 23.637.281 euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 26). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referente a este benefício ascenderam a (669.044) euros e 2.515.019 euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado Vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2017	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial pré-reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de crescimento de pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de reforma	0	0	0	0

(valores em euros)

Responsabilidades em 31 de dezembro 2017		2017	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	56.449.916	57.604.200	55.335.889	60.782.941
	Antecipação	14.473.747	14.801.382	14.157.771	15.597.766
	Invalidez	10.156.308	10.499.963	9.829.969	10.450.948
Pensionistas	Viuvez	4.255.461	4.348.408	4.166.078	4.271.104
	Orfandade	153.463	160.351	147.033	154.501
Pré-Reformados	Pensão até INR	34.324.385	34.567.203	34.084.898	34.378.628
	Encargos até INR	6.067.430	6.113.129	6.022.384	6.091.210
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3.272.866	3.384.874	3.166.037	3.478.646
	> Plano Complementar	273.500	284.860	262.734	278.493
Ativos	Plano CCT	3.681.627	3.898.301	3.479.750	3.872.810
	Plano Complementar	3.536.856	3.783.947	3.308.309	3.731.517
Totais		136.645.559	139.446.618	133.960.852	143.088.564

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 44.459.468 euros.

36. Rendimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017				2016			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida								
Terrenos e edifícios	-	-	23.398	23.398	-	-	21.222	21.222
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	939.149	-	-	939.149	497.344	-	-	497.344
Ativos financeiros disponíveis								
para venda	44.822.272	7.351.003	-	52.173.275	46.086.045	991.200	-	47.077.245
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	1.028.030	-	-	1.028.030	3.815.150	-	-	3.815.150
Depósitos à ordem	892	-	-	892	27.148	-	-	27.148
	46.790.343	7.351.003	23.398	54.164.744	50.425.687	991.200	21.222	51.438.109

(continuação)

(valores em euros)

	2017				2016			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos relativos a contratos								
considerados para efeitos								
contabilísticos como contratos								
de investimento								
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(1.534.347)	-	-	(1.534.347)	(1.491.921)	-	-	(1.491.921)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	16.776.034	147.393	-	16.923.427	22.264.680	155.370	-	22.420.050
Ativos financeiros disponíveis								
para venda	146.129.543	17.614.675	-	163.744.218	174.077.687	9.298.064	-	183.375.751
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	2.003.134	-	-	2.003.134	3.144.985	-	-	3.144.985
Depósitos à ordem	246	-	-	246	119.041	-	-	119.041
	163.374.610	17.762.068	-	181.136.678	198.114.472	9.453.434	-	207.567.906
	210.164.953	25.113.071	23.398	235.301.422	248.540.159	10.444.634	21.222	259.006.015
Investimentos afetos às provisões								
técnicas dos ramos Não Vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18.090.691	18.090.691	-	-	18.611.018	18.611.018
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	2.959.053	-	-	2.959.053	1.543.336	-	-	1.543.336
Ativos financeiros disponíveis								
para venda	25.772.421	16.725.835	-	42.498.256	27.013.338	8.988.142	-	36.001.480
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	3.201.410	-	-	3.201.410	3.042.900	-	-	3.042.900
Depósitos à ordem	27.512	-	-	27.512	-	-	-	-
	31.960.396	16.725.835	18.090.691	66.776.922	31.599.574	8.988.142	18.611.018	59.198.734
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	111.664.750	111.664.750	-	-	72.933.726	72.933.726
Ativos financeiros detidos								
para negociação	2.891	-	-	2.891	(460)	-	-	(460)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	2.456.044	-	-	2.456.044	215	-	-	215
Ativos financeiros disponíveis								
para venda	1.798.521	684.756	-	2.483.277	593.222	5.249	-	598.471
Empréstimos concedidos								
e contas a receber	6.035.661	-	-	6.035.661	872.489	-	-	872.489
Depósitos à ordem	298.203	-	-	298.203	(51.350)	-	-	(51.350)
	10.591.320	684.756	111.664.750	122.940.826	1.414.116	5.249	72.933.726	74.353.091
	252.716.669	42.523.662	129.778.839	425.019.170	281.553.849	19.438.025	91.565.966	392.557.840

37. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017				2016			
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 33)								
Custos imputados	9.467.890	7.702.524	34.094.405	51.264.819	2.693.691	10.333.817	21.087.041	34.114.549
Outros gastos de investimentos	418.266	148.044	162.836	729.146	728.156	195.920	81.024	1.005.100
	9.886.156	7.850.568	34.257.241	51.993.965	3.421.847	10.529.737	21.168.065	35.119.649

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos disponíveis para venda	22.507.213	(2.010.414)	20.496.799	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414
	22.507.213	(2.010.414)	20.496.799	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	205.785.259	(17.510.634)	188.274.625	152.637.370	(15.075.270)	137.562.100
Empréstimos e contas a receber	-	(45.710)	(45.710)	-	(83.484)	(83.484)
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22.380	(94.839.890)	(94.817.510)	342	(148.712.440)	(148.712.098)
	205.807.639	(112.396.234)	93.411.405	152.637.712	(163.871.194)	(11.233.482)
	228.314.852	114.406.648	113.908.204	184.307.315	(176.340.383)	7.966.932
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos disponíveis para venda	78.864.646	(2.914.357)	75.950.289	51.567.792	(3.150.128)	48.417.664
Empréstimos e contas a receber	-	(37.086)	(37.086)	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	(121.707)	(121.707)	-	-	-
	78.864.646	(3.073.150)	75.791.496	51.567.792	(3.150.128)	48.417.664
Investimentos não afetos						
Investimentos em subsidiárias, associadas e emp. conjuntos	139.531.769	(139.531.769)	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	1.350.776	(185.744)	1.165.032	7.811.392	(1.496.133)	6.315.259
Empréstimos e contas a receber	-	(287.056)	(287.056)	-	-	-
Outros	-	(801.375)	(801.375)	-	-	-
	140.882.545	(140.805.944)	76.601	7.811.392	(1.496.133)	6.315.259
	448.062.043	(258.285.742)	189.776.301	243.686.499	(180.986.644)	62.699.855

39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(508.775)	(508.775)	-	(26.311.206)	(26.311.206)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.072.269	(2.487.957)	(1.415.688)	1.182.238	(525.056)	657.182
	1.072.269	(2.996.732)	(1.924.463)	1.182.238	(26.836.262)	(25.654.024)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	135.354	(885.016)	(749.662)	83.278	(74.903.075)	(74.819.797)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	11.077.266	(10.265.012)	812.254	38.470.125	(3.031.295)	35.438.830
	11.212.620	(11.150.028)	62.592	38.553.403	(77.934.370)	(39.380.967)
	12.284.889	(14.146.760)	(1.861.871)	39.735.641	(104.770.632)	(65.034.991)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(253.538)	(253.538)	-	(13.384.794)	(13.384.794)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2.685.393	(1.296.846)	1.388.547	3.079.876	(6.960.452)	(3.880.576)
	2.685.393	(1.550.384)	1.135.009	3.079.876	(20.345.246)	(17.265.370)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	3	(54.155)	(54.152)	-	(9.054.831)	(9.054.831)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(201.170)	(201.170)	12.292	(19.359)	(7.067)
	3	(255.325)	(255.322)	12.292	(9.074.190)	(9.061.898)
	14.970.285	(15.952.469)	(982.184)	42.827.809	(134.190.068)	(91.362.259)

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(7.858.465)	51.797.957	106.677.897	(98.715.172)	7.962.725
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3.762.152	(380.948)	3.381.204	1.134.621	(1.915.217)	(780.596)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)
	65.141.089	(9.716.044)	55.425.045	112.407.140	(106.362.308)	6.044.832
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.104.772	(26.680.247)	120.424.525	271.117.079	(233.451.677)	37.665.402
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	13.755.089	(18.604.502)	(4.849.413)	9.216.071	(37.080.944)	(27.864.873)
Outros	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	251.316.994	(148.633.431)	102.683.563	639.721.988	(628.491.615)	11.230.373
	316.458.083	(158.349.475)	158.108.608	752.129.128	(734.853.923)	17.275.205
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.478.185)	41.819.429	69.445.695	(73.444.296)	(3.998.601)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	6.780.620	(1.232.777)	5.547.843	3.081.121	(6.433.790)	(3.352.669)
Outros	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	95.243.169	(53.173.959)	42.069.210	202.917.411	(215.212.923)	(12.295.512)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	16.694.030	(11.135.421)	5.558.609	52.840.589	(47.819.768)	5.020.821
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	117.707	(1.980.195)	(1.862.488)	43.555	(25.591)	17.964
Outros	2.957.267	-	2.957.267	-	-	-
	19.769.004	(13.115.616)	6.653.388	52.884.144	(47.845.359)	5.038.785
	431.470.256	(224.639.050)	206.831.206	1.007.930.683	(997.912.205)	10.018.478

(valores em euros)

Total	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(8.367.240)	51.289.182	106.677.897	(125.026.378)	(18.348.481)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4.834.421	(2.868.905)	1.965.516	2.316.859	(2.440.273)	(123.414)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)
	66.213.358	(12.712.776)	53.500.582	113.589.378	(133.198.570)	(19.609.192)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.240.126	(27.565.263)	119.674.863	271.200.357	(308.354.752)	(37.154.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24.832.355	(28.869.514)	(4.037.159)	47.686.196	(40.112.239)	7.573.957
Outros	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	262.529.614	(159.783.459)	102.746.155	678.275.391	(706.425.985)	(28.150.594)
	328.742.972	(172.496.235)	156.246.737	791.864.769	(839.624.555)	(47.759.786)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.731.723)	41.565.891	69.445.695	(86.829.090)	(17.383.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9.466.013	(2.529.623)	6.936.390	6.160.997	(13.394.242)	(7.233.245)
Outros	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	97.928.562	(54.724.343)	43.204.219	205.997.287	(235.558.169)	(29.560.882)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	16.694.033	(11.189.576)	5.504.457	52.840.589	(56.874.599)	(4.034.010)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	117.707	(2.181.365)	(2.063.658)	55.847	(44.950)	10.897
Outros	2.957.267	-	2.957.267	-	-	-
	19.769.007	(13.370.941)	6.398.066	52.896.436	(56.919.549)	(4.023.113)
	446.440.541	(240.591.519)	205.849.022	1.050.758.492	(1.132.102.273)	(81.343.781)

40. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.721.685)	(1.735.182)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.665.476)	1.446.002
Ativos disponíveis para venda	(56.797.985)	14.290.983
Empréstimos e contas a receber	(5.325.898)	1.544.633
Depósitos à ordem	495.999	(1.256.939)
Outros	6.647	(44.556)
	(66.008.398)	14.244.941
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.974.818)	(3.968.620)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(6.894.024)	716.302
Ativos disponíveis para venda	(127.830.385)	19.590.088
Empréstimos e contas a receber	(4.071.592)	946.368
Depósitos à ordem	4.321.062	(432.336)
Outros	(2.464.858)	(3.580.468)
	(140.914.615)	13.271.334
	(206.923.013)	27.516.275
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.362.854)	(1.096.369)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.421.177)	5.318.983
Ativos disponíveis para venda	(26.240.164)	559.538
Empréstimos e contas a receber	(1.725.979)	3.247.659
Depósitos à ordem	9.507.894	4.586.154
Outros	(894.619)	(1.315.727)
	(33.136.899)	11.300.238
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	(104.765)	(147.686)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(64.457)	(1.332)
Ativos disponíveis para venda	(3.619.465)	(603)
Empréstimos e contas a receber	(4.450.714)	(731.132)
Depósitos à ordem	(18.148.604)	3.225.960
Outros	(13)	2
	(26.388.018)	2.345.209
	(266.447.930)	41.161.722

41. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	21.023	-	21.023	55.493	(62.642)	(7.149)
	4.286.223	-	4.286.223	55.493	(62.642)	(7.149)
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	4.590.363	(17.770)	4.572.593	25.026.539	-	25.026.539
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	24.150	(5.984)	18.166	-	-	-
	4.614.513	(23.754)	4.590.759	25.026.539	-	25.026.539
	8.900.736	(23.754)	8.876.982	25.082.032	(62.642)	25.019.390

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	38.167.817	(24.094.916)	14.072.901	21.220.121	(8.796.229)	12.423.892
	38.167.817	(24.094.916)	14.072.901	21.220.121	(8.796.229)	12.423.892
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	40.819.089	(46.694.001)	(5.874.912)	59.891.204	(18.213.617)	41.677.587
	40.819.089	(46.694.001)	(5.874.912)	59.891.204	(18.213.617)	41.677.587
	78.986.906	(70.993.810)	7.993.096	81.111.325	(27.009.846)	54.101.479

(valores em euros)

Total	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	38.188.840	(24.094.916)	14.093.924	21.275.614	(8.858.871)	12.416.743
	42.454.040	(24.094.916)	18.359.124	21.275.614	(8.858.871)	12.416.743
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	45.409.452	(46.711.771)	(1.302.319)	84.917.743	(18.213.617)	66.704.126
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	24.150	(5.984)	18.166	-	-	-
	45.433.602	(46.717.755)	(1.284.153)	84.917.743	(18.213.617)	66.704.126
	87.887.642	(71.017.564)	16.870.078	106.193.357	(27.072.488)	79.120.869

42. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	156.661.009	23.156.286	(917.819)	(42.169.867)	-	136.729.609
Instrumentos de capital	286.535.154	105.845.364	-	(78.467.303)	-	313.913.215
Outros instrumentos	47.555.550	4.686.155	-	(14.248.469)	-	37.993.236
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.238.964	145.811	(767.383)	-	-	617.392
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.237.416	2.080.972	(1.196.986)	(1.762.503)	-	10.358.899
Imparidade de inventários (Nota 13)	64.553	-	(79.479)	14.926	-	-
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	17.109.499	-	(7.029.138)	-	449.058	10.529.419
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	484.133	-	(384.277)	-	-	99.856
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	41.769.899	-	(3.243.100)	-	2.307.608	40.834.407
	563.613.178	135.914.588	(13.618.182)	(136.633.216)	2.756.666	552.033.034

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	118.739.319	46.024.868	(8.103.178)	-	-	156.661.009
Instrumentos de capital	149.669.620	143.828.125	-	(6.962.591)	-	286.535.154
Outros instrumentos	62.825.937	3.969.378	-	(19.239.765)	-	47.555.550
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.438.615	141.117	(340.768)	-	-	1.238.964
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.129.770	2.676.291	(362.670)	(2.205.975)	-	11.237.416
Imparidade de inventários (Nota 13)	3.343	79.479	(18.269)	-	-	64.553
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	14.320.358	3.557.720	-	(768.579)	-	17.109.499
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	424.635	59.498	-	-	-	484.133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	44.584.989	-	(3.973.364)	(33.219)	1.191.493	41.769.899
	404.093.587	200.336.476	(12.798.249)	(29.210.129)	1.191.493	563.613.178

No exercício de 2017, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui constituições de "Outras provisões" (Nota 26) no montante de 88.288.859 euros. No exercício de 2016, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações de "Outras provisões" (Nota 26) no montante de 6.663.078 euros.

43. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo Vida						
Comissões de gestão de co-seguro	13.808	(16.752)	(2.944)	12.610	(21.730)	(9.120)
Comissões de gestão de fundos de pensões	559.420	-	559.420	516.727	-	516.727
Outros	53.034	(9.164)	43.870	21.047	(4.900)	16.147
	626.262	(25.916)	600.346	550.384	(26.630)	523.754
Relativos ao ramo Não Vida						
Comissões de gestão de co-seguro	723.829	(468.895)	254.934	721.084	(235.923)	485.161
Outros	3.707.723	(161.187)	3.546.536	482.721	(35.789)	446.932
	4.431.552	(630.082)	3.801.470	1.203.805	(271.712)	932.093
	5.057.814	(655.998)	4.401.816	1.754.189	(298.342)	1.455.847

44. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	3.778.309	419.503
Outros	622.790	2.098.760
	4.401.099	2.518.263
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	995.585	307.736
Diferenças de câmbio favoráveis	67.568.801	30.649.763
Descontos de pronto pagamento	1.083.305	770.643
Outros	230.088	887.502
	69.877.779	32.615.644
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	39.808	168.631
	39.808	168.631
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	11.880	13.388
	11.880	13.388
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	177.626	101.444
Prestação de serviços	435.644.479	418.560.949
	435.822.105	418.662.393
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(526.042)	(163.345)
Mecenato	(755.285)	(646.667)
Ofertas a clientes	(129.135)	(49.731)
Multas e penalidades	(41.234)	(50.947)
Quotizações diversas	(289.358)	(206.191)
Insuficiência estimativa impostos	(631.230)	(3.221.601)
Correções a exercícios anteriores	(154.463)	(507.896)
Dívidas incobráveis	(1.836.890)	(4.357.474)
Regularização de saldos	(301.424)	(534.415)
Outros	(1.177.234)	(1.359.367)
	(5.842.295)	(11.097.634)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(98.736)	(26.395)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(12.805.225)	(34.749.247)
Serviços bancários	(405.604)	(525.432)
Outros	(1.242.543)	(2.832.642)
	(14.552.108)	(38.133.716)

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(344.750)	-
Perdas em outros ativos tangíveis	(426.947)	(203.016)
	(771.697)	(203.016)
Outros gastos não técnicos		
Alocação de gastos não técnicos (Nota 33)		
Custos com pessoal	(119.855.280)	(112.020.247)
Fornecimento de serviços externos	(267.352.372)	(179.404.916)
Amortizações do exercício	(33.321.512)	(25.118.063)
Juros	(5.936.117)	(4.328.174)
Outros	(2.476.744)	(1.680.473)
	(428.942.025)	(322.551.873)
Custo das mercadorias vendidas	(2.770.038)	(72.147.600)
	57.274.508	9.844.480

45. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	235.524	886
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	(20.951)	(33.752)
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	50.766	38.973
Madison 30 31 JV LLC	148.319	(6.269.580)
	413.658	(6.263.473)

46. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeu os seguintes subsegmentos:

Subsegmento:	Ramos do subsegmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de trabalho	Acidentes de trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeu os seguintes:

- Portugal
- União Europeia
- África
- Ásia
- Resto do mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

2017

(valores em euros)

	Segmento seguradoras			Segmento	Ajustes de	
	Vida	Não Vida	Não afetos	Saúde	consolidação	Total
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	430.637.172	884.204.181	-	-	70.634	1.314.911.987
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.943.122	-	-	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(293.309.453)	(706.550.724)	-	(42.842.329)	82.462.210	(960.240.296)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3.149.741)	(1.598.685)	-	-	-	(4.748.426)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(78.268.910)	(205.279)	-	-	-	(78.474.189)
Custos e gastos de exploração líquidos	(79.766.391)	(261.025.161)	(116.963)	-	2.350.427	(338.558.088)
Rendimentos	245.424.403	70.294.699	201.770.495	44.468	(92.514.895)	425.019.170
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	53.117.629	116.039.363	(86.405.623)	10.306	11.291.831	94.053.506
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(81.422.015)	1.950.077	(92.276.207)	(716.928)	(38.119.922)	(210.584.995)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	602.877	29.022.385	4.346.171	57.747.879	(29.629.330)	62.089.982
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	791.078	-	-	791.078
Imposto sobre o rendimento do exercício	(25.848.723)	(32.302.239)	(9.447.611)	(2.881.161)	(16.208.370)	(86.688.104)
Interesses não controlados	-	-	-	-	(3.121.790)	(3.282.252)
	169.959.970	99.828.617	18.661.340	11.201.773	(83.419.205)	216.232.495
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	135.187.761	38.691.147	336.858.483	57.789.386	-	568.526.777
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.713.213.998	200.329.472	1.237.396.436	356.403	(3.149.789.989)	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	37.070.438	9.676.130	20.548.386	-	(14.157.024)	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	367.588.330	147.715.559	291.844.687	405.121	-	807.553.697
Derivados de cobertura	10.668.392	4.254.200	13.255.785	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	9.068.104.938	1.677.178.670	558.183.656	24.150	(508.851.577)	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	834.060.082	102.031.819	465.574.497	597.397	(219.590.342)	1.182.673.453
Terrenos e edifícios	6.242.967	195.143.285	1.328.457.937	316.359.086	2.948.527	1.849.151.802
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.008.844	23.512.716	652.098	55.013.624	-	85.187.282
Goodwill	-	-	-	122.353.167	268.048.324	390.401.491
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	409.971.930	-	-	(74.087.410)	357.924.988
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	12.344.589	-	-	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.173.277	223.560.328	205.035.273	121.257.547	176.479.677	782.506.102
Ativos por impostos	139.078.407	100.477.406	23.810.208	9.593.911	(1.205.760)	271.754.172
Acréscimos e diferimentos	14.880.626	2.699.821	6.152.045	47.704.448	780.901	72.217.841
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	325.209.009	-	1.848.032	327.057.041
	12.410.318.528	3.135.242.483	4.825.323.088	731.454.240	(3.517.576.641)	17.584.761.698
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.378	291.423.650	-	-	(3.179.063)	289.786.965
Provisão matemática do ramo Vida	1.762.942.406	-	-	-	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	132.483.735	1.816.051.974	-	-	(83.545.023)	1.864.990.686
Provisão para participação nos resultados	110.749.827	313	-	-	-	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	-	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.630.188	-	-	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	-	49.222.515	-	-	-	49.222.515
Passivos financeiros	8.593.120.341	129.598.798	326.749.761	299.541.758	(14.945.056)	9.334.065.602
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	2.249	83.416	-	-	85.665
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.895.092	161.654.858	471.156.068	52.226.346	(26.477.274)	685.455.090
Passivos por impostos	166.679.173	87.218.506	32.926.908	24.039.401	(5.660.227)	305.203.761
Acréscimos e diferimentos	33.489.858	56.544.256	14.843.073	61.777.424	(465.483)	166.189.128
Outras provisões	-	70.884.510	133.529.870	9.998.610	-	214.412.990
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	26.888.083	-	-	26.888.083
	10.859.828.674	2.688.231.817	1.006.177.179	447.583.539	(134.272.126)	14.867.549.083
Total segmentos						2.500.980.121
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						2.500.980.121

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	175.764.791	254.872.381	-	430.637.172
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.943.122	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(95.015.027)	(198.294.320)	(106)	(293.309.453)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.654.181)	(495.560)	-	(3.149.741)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(848.988)	(77.419.922)	-	(78.268.910)
Custos e gastos de exploração líquidos	(24.994.078)	(9.482.328)	(45.289.985)	(79.766.391)
Rendimentos	9.179.074	46.222.854	190.022.475	245.424.403
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(622.654)	6.437.164	47.303.119	53.117.629
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2.573.094	(177.498)	(83.817.611)	(81.422.015)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	595.434	255	7.188	602.877
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(8.426.139)	(3.045.992)	(14.376.592)	(25.848.723)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	55.551.326	18.617.034	95.791.610	169.959.970
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.043.212	33.024.022	96.120.527	135.187.761
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.305.834	-	1.624.908.164	1.713.213.998
Ativos financeiros detidos para negociação	1.295.932	5.721.352	30.053.154	37.070.438
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.132.229	82.326.724	283.129.377	367.588.330
Derivados de cobertura	83.774	251.956	10.332.662	10.668.392
Ativos disponíveis para venda	283.780.824	1.314.712.978	7.469.611.136	9.068.104.938
Empréstimos e contas a receber	74.146.444	349.854.033	410.059.605	834.060.082
Terrenos e edifícios	6.113.733	129.234	-	6.242.967
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.781.057	625.483	2.602.304	6.008.844
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	-	-	22.040.468
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7.705.965	10.947.145	37.520.167	56.173.277
Ativos por impostos	10.539.636	5.872.921	122.665.850	139.078.407
Acréscimos e diferimentos	282.583	1.742.333	12.855.710	14.880.626
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	505.251.691	1.805.208.181	10.099.858.656	12.410.318.528
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.521.893	20.485	-	1.542.378
Provisão matemática do ramo Vida	210.342.988	1.552.599.418	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	111.028.598	21.455.137	-	132.483.735
Provisão para participação nos resultados	34.346.573	76.403.254	-	110.749.827
Provisão para compromissos de taxa	-	7.520.800	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.823.879	21	8.589.296.441	8.593.120.341
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.466.033	3.334.754	16.094.305	26.895.092
Passivos por impostos	4.501.822	2.945.647	159.231.704	166.679.173
Acréscimos e diferimentos	5.109.463	3.649.819	24.730.576	33.489.858
Outras provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	402.546.313	1.667.929.335	8.789.353.026	10.859.828.674

	Não Vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	177.264.786	27.039.046	172.137.113	450.445.270	8.908.720	26.751.346	21.657.900	884.204.181
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(185.031.061)	(21.297.150)	(125.818.363)	(347.208.518)	(2.684.846)	(9.847.177)	(14.663.609)	(706.550.724)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	10.169.540	(192.776)	(6.423.497)	(4.596.247)	(12.641)	(539.041)	(4.023)	(1.598.685)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	(190.792)	-	-	-	(14.487)	(205.279)
Custos e gastos de exploração líquidos	(38.571.223)	(13.943.973)	(58.940.443)	(128.501.235)	(3.012.360)	(9.919.528)	(8.136.399)	(261.025.161)
Rendimentos	27.091.481	4.268.752	11.116.022	22.557.971	489.342	3.847.330	923.801	70.294.699
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38.727.123	5.229.810	19.228.372	43.063.355	984.914	7.823.756	982.033	116.039.363
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(65.280)	1.300.324	(712.379)	2.707.072	(244.303)	(173.256)	(862.101)	1.950.077
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	282.082	227.980	3.298.630	25.222.729	(3.429)	(71.641)	66.034	29.022.385
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(6.331.618)	(2.175.592)	(6.349.491)	(13.356.518)	(588.777)	(2.453.697)	(1.046.546)	(32.302.239)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.535.830	456.421	7.345.172	50.333.879	3.836.620	15.418.092	(1.097.397)	99.828.617
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.744.056	750.659	7.036.219	3.354.806	36.739	153.543	22.615.125	38.691.147
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.079.127	8.748.711	24.801.400	65.395.629	1.425.244	9.640.749	2.238.612	200.329.472
Ativos financeiros detidos para negociação	3.617.944	419.395	1.731.823	3.146.913	68.277	513.507	178.271	9.676.130
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.405.613	8.389.162	25.425.834	63.551.810	1.367.328	9.424.975	2.150.837	147.715.559
Derivados de cobertura	1.671.760	201.276	570.589	1.504.486	32.790	221.798	51.501	4.254.200
Ativos disponíveis para venda	786.707.629	58.267.468	229.651.363	494.229.870	9.439.352	68.926.689	29.956.299	1.677.178.670
Empréstimos e contas a receber	21.450.676	6.835.455	31.763.564	34.103.995	395.765	3.367.739	4.114.625	102.031.819
Terrenos e edifícios	7.191.849	18.467.015	52.992.696	96.273.398	2.364.733	15.772.685	2.080.909	195.143.285
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.804.695	2.831.677	5.200.170	10.747.065	199.882	737.111	992.116	23.512.716
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.700.166	80.958.040	267.356.908	13.553.434	8.240.914	17.022.343	18.140.125	409.971.930
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.439.303	74.404.828	66.406.273	43.229.585	3.397.838	8.484.277	4.198.224	223.560.328
Ativos por impostos	17.946.462	6.619.365	18.957.044	46.077.020	1.335.705	7.322.421	2.219.389	100.477.406
Acréscimos e diferimentos	280.095	540.650	488.842	1.117.920	17.700	81.599	173.015	2.699.821
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-
	1.000.039.375	267.433.701	732.382.725	876.285.931	28.322.267	141.669.436	89.109.048	3.135.242.483

(continuação)

(valores em euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	12.318.654	33.072.357	82.331.516	145.363.621	1.756.142	9.029.805	7.551.555	291.423.650
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	836.637.300	61.335.009	322.616.630	453.808.494	12.761.071	100.247.978	28.645.492	1.816.051.974
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	313	313
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	25.510.356	58.151	-	61.681	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	6.113.713	192.776	7.696.953	34.142.713	13.085	950.506	112.769	49.222.515
Passivos financeiros	804.403	73.161.077	30.606.070	5.793.388	625.555	1.760.763	16.847.542	129.598.798
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	2.249	-	-	-	2.249
Outros credores por operações de seguros e outras operações	15.143.389	43.056.881	67.137.110	19.901.493	2.173.490	6.190.618	8.051.877	161.654.858
Passivos por impostos	27.996.989	4.984.319	14.917.393	33.482.102	617.231	3.834.306	1.386.166	87.218.506
Acréscimos e diferimentos	7.901.753	7.586.470	11.622.425	24.746.150	590.787	1.747.256	2.349.415	56.544.256
Outras provisões	70.775.507	-	-	109.003	-	-	-	70.884.510
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
	977.691.708	223.388.889	562.438.453	717.407.364	18.537.361	123.822.913	64.945.129	2.688.231.817

	Segmento seguradoras			Segmento Saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não Vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	320.974.184	817.100.569	-	-	266.829	1.138.341.582
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.551.811	-	-	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(257.103.250)	(597.048.635)	-	(39.643.456)	64.892.783	(828.902.558)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.122.570	10.131.088	-	-	-	12.253.658
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(13.935.835)	(29.784)	-	-	-	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87.487.586)	(252.390.526)	(88.476)	-	997.301	(338.969.287)
Rendimentos	260.301.479	59.374.613	86.317.579	4.070	(13.439.901)	392.557.840
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15.907.021)	37.589.358	52.395.239	(604.122)	(6.954.438)	66.519.016
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143.004.673)	(43.238.572)	(61.471.811)	(440.753)	67.280.660	(180.875.149)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	593.540	27.079.099	(3.589.510)	59.568.184	(53.798.639)	29.852.674
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13.243.303)	(28.643.354)	(19.536.921)	(4.371.062)	(817.338)	(66.611.978)
Interesses não controlados	-	-	-	402.649	(2.046.274)	(1.643.625)
	55.861.916	29.923.857	54.026.100	14.915.510	56.380.983	211.108.365
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	438.013.760	36.425.206	448.604.617	41.089.142	-	964.132.725
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.590.118.809	208.572.198	1.585.914.419	335.036	(3.267.933.645)	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	6.481.688	1.288.680	36.195.704	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	586.662.909	79.363.627	316.814	-	-	666.343.350
Derivados de cobertura	2.606.399	2.064.457	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.708.512.149	1.414.236.694	145.590.990	224.987	(128.771.152)	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	649.775.761	265.162.186	366.146.832	687.397	(270.601.486)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	2.450.551	362.412.959	1.525.508.742	296.112.133	(212.880)	2.186.271.505
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5.600.168	24.057.173	694.542	48.968.252	-	79.320.135
Goodwill	-	-	-	110.506.459	268.954.677	379.461.136
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	258.396.697	-	-	(9.266.124)	270.563.232
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8.739.168	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	167.501.577	189.920.701	231.350.160	111.466.695	95.077.865	795.316.998
Ativos por impostos	184.687.511	192.272.650	113.910.416	8.905.286	16.089.907	515.865.770
Acréscimos e diferimentos	14.540.685	5.264.014	5.451.919	43.481.869	(1.817.680)	66.920.807
	11.378.384.626	3.039.437.242	4.468.424.323	661.777.256	(3.316.578.370)	16.231.445.077
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.237	293.132.562	-	-	(2.876.114)	291.823.685
Provisão matemática do ramo Vida	1.648.505.455	-	-	-	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	121.052.056	1.620.864.773	-	-	(13.469.219)	1.728.447.610
Provisão para participação nos resultados	68.711.511	314	-	-	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.025.239	-	-	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24.056.289	-	-	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	-	49.238.127	-	-	-	49.238.127
Passivos financeiros	8.316.314.310	116.190.923	362.280.512	254.112.420	(18.840.406)	9.030.057.759
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	1.345	72.273	-	-	73.618
Outros credores por operações de seguros e outras operações	50.686.746	127.743.812	587.506.464	48.082.455	(169.871.740)	644.147.737
Passivos por impostos	60.776.502	111.335.477	118.488.090	24.861.346	14.560.494	330.021.909
Acréscimos e diferimentos	32.932.737	50.761.867	20.035.918	54.922.074	(318.771)	158.333.825
Outras provisões	-	71.382.955	60.232.075	8.427.083	-	140.042.113
	10.329.322.676	2.464.708.444	1.148.615.332	390.405.378	(190.815.756)	14.142.236.074
Total segmentos						1.878.100.638
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados						1.878.100.638

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	179.112.016	141.862.168	-	320.974.184
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2.551.811	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83.179.961)	(173.923.289)	-	(257.103.250)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.521.275	(1.398.705)	-	2.122.570
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(5.399.128)	(8.536.707)	-	(13.935.835)
Custos e gastos de exploração líquidos	(30.038.434)	(9.569.428)	(47.879.724)	(87.487.586)
Rendimentos	8.172.925	43.319.353	208.809.201	260.301.479
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5.336.396	7.303.677	(28.547.094)	(15.907.021)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(889.036)	(1.082.270)	(141.033.367)	(143.004.673)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	506.944	72.028	14.568	593.540
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10.486.947)	(676.530)	(2.079.826)	(13.243.303)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	66.656.050	(2.629.703)	(8.164.431)	55.861.916
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	40.508.699	162.606.708	234.898.353	438.013.760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94.995.235	-	1.495.123.574	1.590.118.809
Ativos financeiros detidos para negociação	333.966	1.928.725	4.218.997	6.481.688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.093.808	37.791.668	546.777.433	586.662.909
Derivados de cobertura	1.233	-	2.605.166	2.606.399
Ativos disponíveis para venda	272.675.837	1.421.306.145	6.014.530.167	7.708.512.149
Empréstimos e contas a receber	11.856.038	67.231.489	570.688.234	649.775.761
Terrenos e edifícios	1.878.875	571.676	-	2.450.551
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.478.258	782.703	2.339.207	5.600.168
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	-	-	21.432.659
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34.360.370	5.292.402	127.848.805	167.501.577
Ativos por impostos	31.356.216	2.918.379	150.412.916	184.687.511
Acréscimos e diferimentos	292.756	766.148	13.481.781	14.540.685
	514.263.950	1.701.196.043	9.162.924.633	11.378.384.626
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.549.119	18.118	-	1.567.237
Provisão matemática do ramo Vida	210.169.841	1.438.335.614	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	101.343.400	19.708.656	-	121.052.056
Provisão para participação nos resultados	32.164.348	36.547.163	-	68.711.511
Provisão para compromissos de taxa	-	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4.584.477	1.863.273	8.309.866.560	8.316.314.310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11.158.058	16.670.425	22.858.263	50.686.746
Passivos por impostos	3.574.954	3.867.054	53.334.494	60.776.502
Acréscimos e diferimentos	4.632.529	3.179.578	25.120.630	32.932.737
Outras provisões	-	-	-	-
	390.927.609	1.527.215.120	8.411.179.947	10.329.322.676

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	154.680.930	22.200.791	162.788.443	429.167.270	7.975.829	24.355.326	15.931.980	817.100.569
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(159.719.458)	(16.038.520)	(75.353.291)	(330.808.903)	(1.988.701)	(10.601.640)	(2.538.121)	(597.048.635)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8.830.841	3.669.909	(1.195.370)	(2.001.889)	38.842	624.791	163.964	10.131.088
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12.375)	(7.284)	(12.792)	(1.619)	-	7.656	(3.370)	(29.784)
Custos e gastos de exploração líquidos	(36.403.737)	(6.142.308)	(65.730.973)	(125.943.720)	(2.267.519)	(10.684.351)	(5.217.917)	(252.390.526)
Rendimentos	20.750.969	3.516.453	9.104.145	21.160.859	550.467	3.660.382	631.338	59.374.613
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(238.598)	3.186.809	9.427.759	21.131.442	614.687	4.015.238	(547.979)	37.589.358
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(10.674.800)	(3.142.778)	(6.692.649)	(19.348.346)	(273.962)	(2.796.491)	(309.546)	(43.238.572)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243.145	158.891	2.353.649	24.338.192	(585)	2.752	(16.945)	27.079.099
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.092.890)	(2.580.611)	(9.940.949)	(10.441.545)	(743.560)	(1.931.264)	(1.912.535)	(28.643.354)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(23.635.973)	4.821.352	24.747.972	7.251.741	3.905.498	6.652.399	6.180.869	29.923.857
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.442.282	5.908.252	6.412.302	16.540.975	146.227	1.322.462	652.706	36.425.206
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96.321.852	8.039.931	22.604.707	68.890.446	1.081.673	9.772.064	1.861.525	208.572.198
Ativos financeiros detidos para negociação	802.035	32.287	113.882	284.400	4.477	43.941	7.658	1.288.680
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	48.101.219	2.213.326	6.349.164	19.172.115	298.503	2.715.844	513.456	79.363.627
Derivados de cobertura	-	147.868	415.740	1.266.993	19.894	179.725	34.237	2.064.457
Ativos disponíveis para venda	671.418.523	46.550.370	155.011.662	460.451.755	6.372.217	60.707.405	13.724.762	1.414.236.694
Empréstimos e contas a receber	50.964.920	22.311.671	48.521.996	118.629.246	1.537.016	14.672.270	8.525.067	265.162.186
Terrenos e edifícios	87.613.490	18.831.856	54.126.846	172.008.275	2.854.991	24.150.974	2.826.527	362.412.959
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.714.887	2.289.263	4.958.191	11.563.737	137.367	1.194.478	1.199.250	24.057.173
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.805.621	71.803.087	115.575.045	29.407.559	4.344.920	19.564.305	15.896.160	258.396.697
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31.223.136	36.707.416	56.588.146	45.391.340	9.346.841	6.543.381	4.120.441	189.920.701
Ativos por impostos	58.060.628	11.303.691	37.407.688	66.625.353	2.406.615	10.157.643	6.311.032	192.272.650
Acréscimos e diferimentos	385.330	515.534	677.136	3.438.939	17.187	107.091	122.797	5.264.014
	1.054.853.923	226.654.552	508.762.505	1.013.671.133	28.567.928	151.131.583	55.795.618	3.039.437.242

(continuação)

(valores em euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11.854.408	29.425.652	84.747.149	148.928.971	1.617.922	8.981.931	7.576.529	293.132.562
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	801.563.413	52.561.984	156.141.980	476.177.896	9.608.886	102.869.169	21.941.445	1.620.864.773
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23.948.910	45.698	-	61.681	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	16.283.252	-	2.843.901	29.587.736	444	411.465	111.329	49.238.127
Passivos financeiros	1.451.213	69.592.526	21.338.668	5.906.289	1.156.657	1.694.377	15.051.193	116.190.923
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	1.345	-	-	-	1.345
Outros credores por operações								
de seguros e outras operações	12.507.282	34.707.069	28.737.845	28.291.036	11.507.086	7.653.830	4.339.664	127.743.812
Passivos por impostos	55.166.112	4.539.768	13.916.646	32.737.605	501.090	3.471.329	1.002.927	111.335.477
Acréscimos e diferimentos	7.675.522	4.651.694	11.743.332	22.541.201	475.558	1.955.496	1.719.064	50.761.867
Outras provisões	71.226.740	-	-	156.215	-	-	-	71.382.955
	977.727.942	195.478.693	343.418.431	744.373.992	24.867.643	127.099.278	51.742.465	2.464.708.444

Mercados geográficos

2017

(valores em euros)

	Segmento geográfico						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.189.789.794	53.060.509	57.097.208	14.893.842	-	70.634	1.314.911.987
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.898.555	44.567	-	-	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(949.194.282)	(41.434.893)	(34.724.715)	(17.348.616)	-	82.462.210	(960.240.296)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(5.664.685)	505.751	381.505	29.003	-	-	(4.748.426)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(79.793.933)	(6.862.679)	(1.495.168)	9.677.591	-	-	(78.474.189)
Custos e gastos de exploração líquidos	(294.507.136)	(19.913.592)	(23.859.783)	(2.628.004)	-	2.350.427	(338.558.088)
Rendimentos	398.536.604	84.266.480	2.891.702	25.757.183	6.082.096	(92.514.895)	425.019.170
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	127.145.126	(35.618.717)	(955.249)	(12.587.029)	4.777.544	11.291.831	94.053.506
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(142.148.004)	(34.109.475)	3.715.113	77.293	-	(38.119.922)	(210.584.995)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	96.410.549	(4.483.338)	(961.896)	422.392	331.605	(29.629.330)	62.089.982
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	(1.454.211)	-	9.936	-	-	2.235.353	791.078
Imposto sobre o rendimento do exercício	(87.332.036)	4.379.274	(871.217)	15.872.237	(2.527.992)	(16.208.370)	(86.688.104)
Interesses não controlados	(160.462)	-	-	-	-	(3.121.790)	(3.282.252)
	253.525.879	(166.113)	1.227.436	34.165.892	8.663.253	(81.183.852)	216.232.495
Ativos							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	358.166.232	93.463.746	8.917.284	55.856.534	52.122.981	-	568.526.777
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	2.790.522.857	271.962.149	716	88.756.388	54.198	(3.149.789.989)	1.506.319
Ativos financeiros detidos para negociação	65.341.175	1.953.779	-	-	-	(14.157.024)	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	522.656.695	284.897.002	-	-	-	-	807.553.697
Derivados de cobertura	26.845.487	1.332.890	-	-	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	10.250.871.907	1.048.878.235	3.741.272	-	-	(508.851.577)	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	1.214.500.309	95.298.121	35.121.621	57.343.744	-	(219.590.342)	1.182.673.453
Terrenos e edifícios	725.875.503	676.384.828	40.189.529	403.753.415	-	2.948.527	1.849.151.802
Outros ativos tangíveis e intangíveis	81.073.185	390.093	3.558.624	165.380	-	-	85.187.282
Goodwill	122.353.167	-	-	-	-	268.048.324	390.401.491
Provisões técnicas de resseguro cedido	268.967.670	75.579.120	48.048.403	39.417.205	-	(74.087.410)	357.924.988
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12.344.589	-	-	-	-	-	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	356.723.220	156.178.509	89.775.545	2.001.982	9.226	176.479.677	781.168.159
Ativos por impostos	274.425.963	(2.890.034)	57.331	-	-	(1.205.760)	270.387.500
Acréscimos e diferimentos	69.136.386	1.643.843	497.336	159.375	-	780.901	72.217.841
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	325.172.733	-	36.276	-	-	1.848.032	327.057.041
	17.464.977.078	2.705.072.281	229.943.937	647.454.023	52.186.405	(3.517.576.641)	17.582.057.083

(continuação)

(valores em euros)

	Segmento geográfico						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do mundo	Ajustes de consolidação	
Passivos							
Provisão para prémios não adquiridos	252.999.737	9.361.477	25.871.481	4.733.333	-	(3.179.063)	289.786.965
Provisão matemática do ramo Vida	1.401.724.831	335.317.345	3.311.176	22.589.054	-	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	1.755.321.068	85.684.786	61.055.170	46.474.685	-	(83.545.023)	1.864.990.686
Provisão para participação nos resultados	106.225.541	4.488.054	4.599	31.946	-	-	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	7.451.488	69.312	-	-	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	25.588.287	34.137	-	7.764	-	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	47.395.517	1.043.479	530.528	252.991	-	-	49.222.515
Passivos financeiros	8.960.549.393	95.057.398	3.205.419	290.198.448	-	(14.945.056)	9.334.065.602
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	85.665	-	-	-	-	-	85.665
Outros credores por operações de seguros e outras operações	239.390.840	340.543.566	102.171.522	27.517.607	970.887	(26.477.274)	684.117.148
Passivos por impostos	279.749.013	12.185.670	987.042	11.165.507	5.410.083	(5.660.227)	303.837.088
Acréscimos e diferimentos	155.013.321	7.761.245	3.479.228	377.488	23.329	(465.483)	166.189.128
Outras provisões	211.391.789	1.063.334	1.957.867	-	-	-	214.412.990
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	26.888.083	-	-	-	-	-	26.888.083
	13.494.179.636	892.609.803	202.574.032	403.348.823	6.404.299	(134.272.126)	14.864.844.467
Total Segmentos							2.500.980.121
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados							2.500.980.121

	Segmento geográfico						Total
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do mundo	Ajustes de consolidação	
Ganhos e Perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.013.770.489	55.810.454	50.681.897	17.811.913	-	266.829	1.138.341.582
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.508.587	43.224	-	-	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(822.509.164)	(36.601.325)	(28.915.389)	(5.769.463)	-	64.892.783	(828.902.558)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	11.311.969	(598.878)	1.584.732	(44.165)	-	-	12.253.658
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	11.559.073	(14.781.367)	(1.256.503)	(9.486.822)	-	-	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(299.217.428)	(17.523.987)	(20.594.795)	(2.630.378)	-	997.301	(338.969.287)
Rendimentos	329.478.645	44.011.861	2.303.427	30.203.808	-	(13.439.901)	392.557.840
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	24.354.118	18.725.770	1.739.205	6.670.213	21.984.148	(6.954.438)	66.519.016
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(226.924.416)	(2.643.982)	(2.573.779)	102.444	(16.116.076)	67.280.660	(180.875.149)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	73.166.368	8.312.540	(1.258.071)	2.262.526	1.167.950	(53.798.639)	29.852.674
Imposto sobre o rendimento do exercício	(35.339.929)	(17.547.595)	(1.126.767)	(10.344.119)	(1.436.230)	(817.338)	(66.611.978)
Interesses não controlados	402.649	-	-	-	-	(2.046.274)	(1.643.625)
	82.560.961	37.206.715	583.957	28.775.957	5.599.792	56.380.983	211.108.365
Ativos							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	593.161.257	117.263.029	17.011.674	236.590.578	106.187	-	964.132.725
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	2.673.625.085	471.529.100	-	129.149.847	110.636.430	(3.267.933.645)	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	43.824.824	141.248	-	-	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	660.106.942	6.236.408	-	-	-	-	666.343.350
Derivados de cobertura	4.670.856	-	-	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	8.770.162.341	494.899.518	3.502.961	-	-	(128.771.152)	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	1.089.210.443	37.696.210	86.362.265	68.503.258	-	(270.601.486)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	964.363.084	689.041.907	8.201.513	524.877.881	-	(212.880)	2.186.271.505
Outros ativos tangíveis e intangíveis	74.295.644	997.693	3.898.144	128.654	-	-	79.320.135
Goodwill	110.506.459	-	-	-	-	268.954.677	379.461.136
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.126.487	47.937.087	9.861.018	24.904.764	-	(9.266.124)	270.563.232
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8.739.168	-	-	-	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	457.993.739	158.153.442	51.760.582	9.035.822	-	95.077.865	772.021.450
Ativos por impostos	492.825.560	7.685.159	-	(7.798.234)	7.168.179	16.089.907	515.970.571
Acréscimos e diferimentos	66.994.146	451.578	730.707	562.056	-	(1.817.680)	66.920.807
	16.207.606.035	2.032.032.379	181.328.864	985.954.626	117.910.796	(3.316.578.370)	16.208.254.330
Passivos							
Provisão para prémios não adquiridos	257.153.342	12.152.476	19.953.433	5.440.548	-	(2.876.114)	291.823.685
Provisão matemática do ramo Vida	1.285.368.204	328.988.118	1.838.566	32.310.567	-	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	1.634.409.358	54.313.413	20.697.365	32.496.693	-	(13.469.219)	1.728.447.610
Provisão para participação nos resultados	64.798.795	3.872.094	-	40.936	-	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	6.799.165	226.074	-	-	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	24.013.252	34.137	-	8.900	-	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	46.612.371	1.392.468	912.033	321.255	-	-	49.238.127
Passivos financeiros	8.636.164.463	89.377.675	3.376.041	319.979.986	-	(18.840.406)	9.030.057.759
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	73.618	-	-	-	-	-	73.618
Outros credores por operações de seguros e outras operações	248.999.690	326.770.675	54.040.029	98.300.037	62.613.498	(169.871.740)	620.852.189
Passivos por impostos	263.393.104	19.720.582	1.305.582	17.225.060	13.921.888	14.560.494	330.126.710
Acréscimos e diferimentos	141.095.802	13.705.259	2.664.286	1.154.804	32.445	(318.771)	158.333.825
Outras provisões	138.843.484	114.509	1.084.120	-	-	-	140.042.113
	12.769.475.531	850.667.480	105.871.455	507.278.786	76.567.831	(190.815.756)	14.119.045.327
Total Segmentos							1.878.100.638
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados							1.878.100.638

As rubricas "Outros devedores e credores" e "Ativos e Passivos por Impostos" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

47. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo Fidelidade as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as demonstrações financeiras do Grupo incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão.

	(valores em euros)				
	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Xingtao Assets Limited (5)	Tom Tailor, GmbH (5)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	272.438.963	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	16.546	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor via ganhos e perdas	-	23.094.445	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	270.317.250	60.936.040
Empréstimos e contas a receber	-	257.087.255	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	101.749	-	79.486.525	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	526	185.264	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	21.854.651	-	1.865	-	-
Contas a receber por outras operações	189.756	15.296	195.049	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	18.597	-	-	-
Passivo					
Provisão para sinistros	-	-	2.126	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	5.654.647	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	21.450.000	73.221.213	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	3.301.899	7.533.676	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	8.826.758	-	12.062.526	-	-
Contas a pagar por outras operações	93.582	597	757.519	-	-
Acréscimos e diferimentos	22.270	15.704.253	48.274	-	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	(37.535)	12.149	-	-
Prémios de resseguro cedido	(27.292.091)	-	(266.816.983)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	(19.113.026)	-	1.891.416	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.057)	(273.160)	203.616.444	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	4.044.019	(37.168.195)	38.410.742	-	-
Rendimentos	266.760	5.524.538	566.885	9.328.853	-
Gastos financeiros	(7.537)	(3.422.752)	(1.021.221)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	247.551	-	3.795	336.940
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	3.228.574	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	(3.163.553)	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(407.798)
Outros rendimentos/gastos	(162.890)	6.785.325	(549)	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. (2)	Peak Reinsurance Company (5)	Audatex Portugal – Peritagens Inf. Deriv. de Acidentes, S.A. (3)	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A. (3)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.149.918	356.402
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	102.753.909	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	757.519	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	-	161	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para sinistros	-	101.626	55.972	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	1.506.253	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	2.149.198	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	3.744	97.498	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	(8.834.201)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	192.065	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	140.288	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	(7.145.199)	1.991.894	(1.073.898)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	-	(93)	1.928.063	(870)	-
Rendimentos	5.274.510	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	(3.842)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	(52.456.684)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	(362)	4.172	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (4)	Longrun Portugal SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	272.438.963
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	16.546
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	23.094.445
Ativos disponíveis para venda	14.400	-	-	434.021.599
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	257.087.255
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	80.345.793
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	185.790
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	21.856.516
Contas a receber por outras operações	-	5.103.617	71.502	5.575.381
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.597
Passivo				
Provisão para sinistros	-	-	119.500	279.224
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	5.654.647
Outros passivos financeiros	-	-	-	96.177.466
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	10.835.575
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	23.038.482
Contas a pagar por outras operações	-	35.155.310	22.427	36.130.677
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	15.774.797
Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	(25.386)
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(302.943.275)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	192.065
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	(17.081.322)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(683.529)	196.431.495
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(139.680)	7.073.986
Rendimentos	-	-	680.973	21.642.519
Gastos financeiros	-	-	-	(4.455.352)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados				
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	588.286
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados				
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	3.228.574
Diferenças de câmbio	-	-	-	(3.163.553)
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-	-	-	(52.864.482)
Outros rendimentos/gastos	-	1.563	609	6.627.868

	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Xingtao Assets Limited (5)	Tom Tailor, GmbH (5)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	207.618.958	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor via ganhos e perdas	-	49.920.435	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	23.728.405	-	302.242.500	30.991.171
Empréstimos e contas a receber	-	77.301.205	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	19.208.417	-	70.376.518	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	1.786.052	379.764	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	128.370	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	23.621	28.366	8.057	-	-
Acréscimos e diferimentos	28	18.497	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	-	-	208	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	7.164.396	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	21.750.000	69.574.312	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	4.610.738	4.209.184	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	3.003.010	-	6.717.534	-	-
Contas a pagar por outras operações	4.646	53.731	421.856	-	-
Acréscimos e diferimentos	22.347	16.692.030	47.071	-	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	(44.735.138)	-	(235.263.030)	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	617.240	-	957.093	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	1.158	(264.817)	174.616.003	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	3.471.165	(45.150.450)	36.898.089	-	-
Rendimentos	265.662	10.069.856	564.551	21.168.883	-
Gastos financeiros	(88)	(2.496.331)	(873.696)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	15.233.596	-	(10.197)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	294.120	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	2.348.377	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(10.856.680)
Outros rendimentos/gastos	(155.659)	(4.436.026)	(389.283)	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	HOLDING GAILLON II (5)	BHF (ex. RHJ International, SA) (5)	Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. (2)	Peak Reinsurance Company (5)	Audatex Portugal – Peritagens Inf. Deriv. de Acidentes, S.A. (3)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	914.394
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	149.936.082	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	148.379	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68.299	-
Contas a receber por outras operações	-	-	4.422	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192.065	-
Provisão para sinistros	-	-	135.217	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	604.002	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692.814	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	1.913	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	79.267
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254.596	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6.525.292)	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192.065)	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(7.590.124)	2.102.117	(956.839)
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	1.132.840	(669)
Rendimentos	7.731.074	-	-	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	11.090.496	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-

(continuação)

(valores em euros)

	Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, SA) (3)	HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (3)	Madison 30 31 JV LLC (4)	Longrun Portugal, SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	207.618.958
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	305.636	29.400	115.757.387	-	-	117.006.817
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor via ganhos e perdas	-	-	-	-	-	49.920.435
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	506.898.158
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30.100	77.331.305
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	89.733.314
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	2.165.816
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	196.669
Contas a receber por outras operações	-	-	-	10.236.467	101.394	10.402.327
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	18.525
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	192.065
Provisão para sinistros	-	-	-	-	80.331	215.756
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	7.164.396
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	91.928.314
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	8.819.922
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	10.413.358
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	64.229.223	3.893	64.715.262
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	16.840.715
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	254.596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	(286.523.460)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	(192.065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	1.574.333
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	(788.876)	167.118.622
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	-	-	(307.632)	(3.956.657)
Rendimentos	-	-	-	-	-	39.800.026
Gastos financeiros	-	-	-	-	(996)	(3.371.111)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	26.313.895
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	294.120
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	2.348.377
Perdas de imparidade (liquidas reversão)	-	-	-	-	-	(10.856.680)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	149	679.296	(4.301.523)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o ano de 2017 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável *	Subsídio Alimentação	Encargo Seguro Saúde	Encargo Seguro Vida
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	405.000	-	188.633	2.530	1.111	181
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	340.286	-	125.059	2.570	2.429	181
José Manuel Alvarez Quintero	323.786	-	125.059	2.630	1.989	181
António Manuel Marques de Sousa Noronha	323.786	-	125.059	2.610	1.162	181
Wai Lam William Mak	323.786	-	125.059	2.600	671	181
André Simões Cardoso	219.545	-	-	1.970	1.821	136
Jun Li	216.950	-	-	1.980	503	136

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg. Saúde	Encargo Seg. Vida
Pedro Nunes de Almeida	42.000	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	23.042	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	23.042	-	-	-	-
José António da Costa Figueiredo	10.442	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	10.442	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2016

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor oficial de Contas, e empresas da sua rede, relativos ao exercício de 2017, têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	Honorários
Auditoria e revisão legal das contas	1.068.994
Outros serviços relacionados com auditoria	60.000
Outros serviços de garantia de fiabilidade	182.264
Total	1.311.258

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente:

- Certificação do relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF (Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. e Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.);
- Emissão de Review scope interoffice engagement conclusion sobre a informação financeira contida no reporting package da Luz Saúde, S.A. preparado para efeitos de consolidação de contas da Fidelidade;
- Elaboração do relatório sobre o sistema Gestão de Risco e Controlo Interno da Garantia Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.; e
- Verificação do programa de monitorização e avaliação de resultados de natureza assistencial da subsidiária SGHL - Sociedade Gestora do Hospital de Loures S.A..

48. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2017		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	568.526.777	568.526.777
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	53.137.930	-	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial			
ao justo valor através de ganhos e perdas	807.553.697	-	807.553.697
Derivados de cobertura	28.178.377	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	10.791.684.925	2.954.912	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	-	1.182.673.453	1.182.673.453
Outros devedores	-	250.490.041	250.490.041
	11.680.554.929	2.006.151.503	13.686.706.432
Passivo			
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.528.417.490	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos			
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados			
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	175.593.366	8.408.046.374	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.656.794	-	5.656.794
Derivados de cobertura	4.011.186	-	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	132.600.318	132.600.318
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	608.157.564
Outros credores	-	174.288.418	174.288.418
	185.261.346	10.851.510.164	11.036.771.510

(valores em euros)

	2016		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	964.132.725	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos		117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	7.770.368	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	666.343.350	-	666.343.350
Derivados de cobertura	22.768.708	-	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	9.082.842.930	56.950.738	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	-	1.011.170.690	1.011.170.690
Outros devedores	-	197.159.648	197.159.648
	9.779.725.356	2.346.420.618	12.126.145.974
Passivo			
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.404.634.800	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	512.977.194	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	15.072.639	-	15.072.639
Derivados de cobertura	13.469.282	-	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	117.145.067	117.145.067
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	591.180.436
Outros credores	-	144.684.524	144.684.524
	541.519.115	10.037.857.968	10.579.377.083

O montante da rubrica "Provisão matemática do ramo Vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo Vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	248.314.329	-	248.314.329	132.867.849	-	132.867.849
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(185.012.922)	-	(185.012.922)	(171.989.519)	-	(171.989.519)
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	(94.696.704)	-	(94.696.704)	4.814.998	-	4.814.998
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1.531.456)	-	(1.531.456)	(1.492.381)	-	(1.492.381)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	23.277.673	-	23.277.673	24.460.945	-	24.460.945
de ativos disponíveis para venda	260.899.026	-	260.899.026	267.052.947	-	267.052.947
de empréstimos e contas a receber	12.268.235	-	12.268.235	10.875.524	-	10.875.524
de depósitos à ordem	326.853	-	326.853	94.839	-	94.839
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	285.886.745	658.697.962	944.584.707	211.495.437	(79.899.155)	131.596.282
de empréstimos e contas a receber	(369.852)		(369.852)	(83.484)		(83.484)
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(94.817.510)	-	(94.817.510)	(148.712.098)	-	(148.712.098)
de outros	(801.375)	-	(801.375)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	218.034.393	-	218.034.393	(76.920.281)	-	(76.920.281)
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento						
inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.801.089	-	2.801.089	228.195	-	228.195
de outros	(14.986.460)	-	(14.986.460)	(4.651.695)	-	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	(266.447.930)	-	(266.447.930)	41.161.722	-	41.161.722
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(132.769.986)	-	(132.769.986)	(185.719.193)	-	(185.719.193)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	621.572	-	621.572	199.651	-	199.651
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.901.026)	-	(1.901.026)	(2.387.194)	-	(2.387.194)
	258.972.987	658.697.962	917.670.949	101.296.262	(79.899.155)	21.397.107

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	218.522.757	247.770.292
Empréstimos e contas a receber	12.268.235	10.875.524
Depósitos à ordem	326.853	94.839
	231.117.845	258.740.655
Passivo		
Provisão matemática do ramo Vida	(32.551.180)	(29.945.814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(94.817.510)	(148.712.098)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.901.026)	(2.387.194)
	(129.269.716)	(181.045.106)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras do Grupo pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2017			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	568.526.777	568.526.777
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	52.663.740	474.190	-	-	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	225.593.302	581.861.000	99.395	-	807.553.697
Derivados de cobertura	19.400.968	8.777.409	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	9.890.427.929	266.727.612	634.529.384	2.954.912	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1.182.673.453	1.182.673.453
Outros devedores	-	-	-	250.490.041	250.490.041
	10.188.085.939	857.840.211	634.628.779	2.006.151.503	13.686.706.432
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	1.528.417.490	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	-	175.593.366	-	8.408.046.374	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	2.147	5.654.647	-	-	5.656.794
Derivados de cobertura	769.417	3.241.769	-	-	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	132.600.318	132.600.318
Outros passivos financeiros	-	-	-	608.157.564	608.157.564
Outros credores	-	-	-	174.288.418	174.288.418
	771.564	184.489.782	-	10.851.510.164	11.036.771.510
	10.187.314.375	673.350.429	634.628.779	(8.845.358.661)	2.649.934.922

(valores em euros)

	2016			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	964.132.725	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	7.770.368	-	-	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	372.148.596	294.124.365	70.389	-	666.343.350
Derivados de cobertura	5.726.395	17.042.313	-	-	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	6.795.307.746	1.453.461.397	834.073.787	56.950.738	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1.011.170.690	1.011.170.690
Outros devedores	-	-	-	197.159.648	197.159.648
	7.180.953.105	1.764.628.075	834.144.176	2.346.420.618	12.126.145.974
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	1.404.634.800	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	512.977.194	-	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	7.908.244	7.164.395	-	-	15.072.639
Derivados de cobertura	8.737.700	4.731.582	-	-	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	117.145.067	117.145.067
Outros passivos financeiros	-	-	-	591.180.436	591.180.436
Outros credores	-	-	-	144.684.524	144.684.524
	16.645.944	524.873.171	-	10.037.857.968	10.579.377.083
	7.164.307.161	1.239.754.904	834.144.176	(7.691.437.350)	1.546.768.891

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

Na formação do justo valor e a sua respetiva classificação a luz da norma IFRS 13 passou-se a considerar que os preços obtidos a partir de fontes executáveis tipo BGN junto de plataformas informais, como a Bloomberg, que já eram os locais de transação relevantes para os investidores institucionais, passaram agora a ser equiparados a preços comparáveis aos mercados das bolsas de valores. Com efeito a Bloomberg antecipou, ainda em 2017, o processo de evolução da sua plataforma de Multilateral Trading Facility para estar em conformidade com os requisitos do MiFid II.

Isto implicou um onboarding formal das entidades participantes, em que se inclui a Fidelidade, com a credenciação dos traders e a possibilidade de traceability das transações que estão sujeitas a um escrutínio em tudo similar às outras infraestruturas de mercado previstas no enquadramento regulatório europeu. Esta alteração ditou a reclassificação de uma componente muito significativa de obrigações anteriormente classificadas como nível 2 para nível 1.

O movimento ocorrido em 2016 e 2017, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.605.114.512	7.928.105
Aquisições	1.019.692	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18.762.342)	200.469
por contrapartida de capitais próprios	54.452.144	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3.676.512)	-
Transferências		
de nível 3 para custo histórico	(462.970)	-
Alienações	(803.610.737)	(8.058.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	834.073.787	70.389
Aquisições	30.334.195	46.377
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(7.417.442)	2.107
por contrapartida de capitais próprios	17.180.678	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(4.686.135)	-
Transferências		
de nível 3 para nível 2	(91.513.356)	
de nível 2 para nível 3	-	
Alienações	(146.277.330)	(19.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	634.529.384	99.395

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(valores em euros)

	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	568.526.777	568.526.777	-
Ativos disponíveis para venda	2.954.912	2.954.912	-
Empréstimos e contas a receber	1.182.673.453	1.182.673.453	-
Outros devedores	250.490.041	250.490.041	-
	2.004.645.183	2.004.645.183	-

(valores em euros)

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	964.132.725	964.132.725	-
Ativos disponíveis para venda	56.950.738	56.950.738	-
Empréstimos e contas a receber	1.011.170.690	1.011.170.690	-
Outros devedores	197.159.648	197.159.648	-
	2.229.413.801	2.229.413.801	-

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.
- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui:
 - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
 - ii) Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor, atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portefólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portefólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portefólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados, de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por controlar e monitorizar a alocação de ativos, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	556.864.094	-	556.864.094	960.405.785	-	960.405.785
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	516.562.921	-	516.562.921	649.104.646	-	649.104.646
Ativos disponíveis para venda	9.337.665.682	(136.729.609)	9.200.936.073	7.656.770.642	(156.661.009)	7.500.109.633
Empréstimos e contas a receber	1.183.290.845	(617.392)	1.182.673.453	1.012.409.654	(1.238.964)	1.011.170.690
Outros devedores	250.490.041	-	250.490.041	231.023.561	(33.863.913)	197.159.648
Exposição máxima a risco de crédito	11.844.873.583	(137.347.001)	11.707.526.582	10.509.714.288	(191.763.886)	10.317.950.402

Em 2017 e 2016, o valor líquido contabilístico dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 21.823 euros e 15.915 euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de "Outros instrumentos" (Nota 8).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em instituições de crédito					
AA- até AA+	-	-	-	52.122.981	52.122.981
A- até A+	25.628.892	237.393.377	15.978.302	153.821.699	432.822.270
BBB- até BBB+	299.059.151	206.678.628		-	505.737.779
BB- até BB+	544.667.190	24.821.477		5.828.700	575.317.367
B- até B+	-	-	-	57.343.745	57.343.745
Sem rating	12.783.650	39.568.776		17.173.546	69.525.972
	882.138.883	508.462.258	15.978.302	286.290.671	1.692.870.114
Depósitos junto de empresas cedentes					
Sem rating	167.023	-	-	-	167.023
	167.023	-	-	-	167.023
Total	882.305.906	508.462.258	15.978.302	286.290.671	1.693.037.137

(valores em euros)

Classe de ativo	2016			
	País de origem			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	
Depósitos em instituições de crédito				
AA- até AA+	-	-	7.972.823	7.972.823
A- até A+	2.401.603	518.496.018	205.237.725	726.135.346
BBB- até BBB+	306.666.981	80.251.303	-	386.918.284
BB- até BB+	161.274.036	47.434.547	-	208.708.583
B- até B+	462.263.698	22.048.823	70.986.804	555.299.325
Sem rating	11.331.057	-	18.446.044	29.777.101
	943.937.375	668.230.691	302.643.396	1.914.811.462
Depósitos junto de empresas cedentes				
Sem rating	875.620	-	-	875.620
	875.620	-	-	875.620
Total	944.812.995	668.230.691	302.643.396	1.915.687.082

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 1.136.006.020 euros e 954.405.677 euros, em 2017 e 2016, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	806.660	106.328	-	912.988
A- até A+	-	1.283.237	46.013.826	-	47.297.063
BBB- até BBB+	206.231	900.178	84.654.606	41.509.075	127.270.090
BB- até BB+	-	-	29.357.389	-	29.357.389
Sem rating	-	63.096.948	50.981.767	3.668.807	117.747.522
	206.231	66.087.023	211.113.916	45.177.882	322.585.052
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.466.718	-	-	2.466.718
AA- até AA+	-	3.310.451	-	-	3.310.451
BBB- até BBB+	-	2.665.930	-	-	2.665.930
BB- até BB+	89.467.753	-	-	-	89.467.753
	89.467.753	8.443.099	-	-	97.910.852
Instituições Financeiras					
AAA	-	199.430	-	-	199.430
AA- até AA+	-	150.842	-	-	150.842
A- até A+	103.384	33.847.817	303.200	-	34.254.401
BBB- até BBB+	102.855	969.023	37.344.034	55.028	38.470.940
BB- até BB+	-	-	-	-	-
	23.197.639	35.167.112	37.647.234	55.028	96.067.013
Total Ativos financeiros registados ao justo valor por Ganhos e Perdas	112.871.623	109.697.234	248.761.150	45.232.910	516.562.917

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	68.070	16.302.572	36.144.355	52.514.997
A- até A+	-	39.207.457	197.340.888	404.451.195	640.999.540
BBB- até BBB+	-	105.348.953	525.133.763	111.402.447	741.885.163
BB- até BB+	11.854.982	212.401.326	170.528.424	97.470.835	492.255.567
B- até B+	-	-	22.867.424	2.267.255	25.134.679
CCC- até CCC+	-	3.389.259	-	-	3.389.259
CC- até CC+	-	-	-	5.139.798	5.139.798
D	-	15.846.246	-	-	15.846.246
Sem rating	149.103.911	102.753.909	-	308.700.808	560.558.628
	160.958.893	479.015.220	932.173.071	965.576.693	2.537.723.877
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	20.854.370	-	-	20.854.370
AA- até AA+	-	22.393.481	-	-	22.393.481
BBB- até BBB+	-	1.686.885.337	-	-	1.686.885.337
BB- até BB+	3.843.705.233	-	-	74.461.353	3.918.166.586
Sem rating	-	-	-	719.252	719.252
	3.843.705.233	1.730.133.188	-	75.180.605	5.649.019.026
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.155.576	1.155.576
AA- até AA+	-	9.806.963	-	3.958.521	13.765.484
A- até A+	-	113.525.681	59.614.152	166.524.615	339.664.448
BBB- até BBB+	21.822	20.761.609	348.892.429	172.516.247	542.192.107
BB- até BB+	1.017.351	29.644.508	-	44.153.914	74.815.773
Sem rating	-	-	42.407.988	-	42.407.988
	1.039.173	173.738.761	450.914.569	388.308.873	1.014.001.376
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	191.789	191.789
	-	-	-	191.789	191.789
Total ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)	4.005.703.299	2.382.887.169	1.383.087.640	1.429.257.960	9.200.936.068

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1.680.353	106.914	-	1.787.267
A- até A+	-	1.221.073	304.438	-	1.525.511
BBB- até BBB+	198.468	1.766.637	506.974	-	2.472.079
BB- até BB+	-	106.531	-	83.955.509	84.062.040
Sem rating	-	66.326.470	-	52.155.838	118.482.308
	198.468	71.101.064	918.326	136.111.347	208.329.205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.022.121	-	-	3.022.121
AA- até AA+	-	4.430.571	-	-	4.430.571
BBB- até BBB+	-	5.194.071	-	-	5.194.071
BB- até BB+	340.390.253	-	-	-	340.390.253
	340.390.253	12.646.763	-	-	353.037.016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421.112	-	-	421.112
AA- até AA+	-	401.844	-	122.943	524.787
A- até A+	104.694	2.143.312	150.331	57.457	2.455.794
BBB- até BBB+	572.605	866.375	399.258	-	1.838.238
B- até B+	49.920.215	-	-	-	49.920.215
	50.597.514	3.832.643	549.589	180.400	55.160.146
Outros emitentes					
A- até A+	-	31.193.510	-	-	31.193.510
BBB- até BBB+	19.556	-	-	-	19.556
BB- até BB+	1.365.213	-	-	-	1.365.213
	1.384.769	31.193.510	-	-	32.578.279
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	392.571.004	118.773.980	1.467.915	136.291.747	649.104.646

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	78.760	-	-	78.760
A- até A+	-	26.187.786	17.282.756	11.959.433	55.429.975
BBB- até BBB+	-	51.489.376	9.670.137	60.960.826	122.120.339
BB- até BB+	11.007.422	76.446.234	33.669.233	262.293.225	383.416.114
B- até B+	-	41.994.341	80.786.109	15.903.776	138.684.226
CCC- até CCC+	-	74.678.857	58.814.938	13.286.098	146.779.893
CC- até CC+	-	-	-	4.865.122	4.865.122
C	-	19.804	-	-	19.804
D	-	15.185.698	-	8.343.684	23.529.382
Sem rating	147.932.976	95.896.563	17.369.544	490.949.614	752.148.697
	158.940.398	381.977.419	217.592.717	868.561.778	1.627.072.312
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23.721.984	-	-	23.721.984
AA- até AA+	-	24.335.399	-	-	24.335.399
BBB- até BBB+	-	47.389.010	-	-	47.389.010
BB- até BB+	5.148.945.413	-	-	136.032.610	5.284.978.023
B- até B+	80.059.005	-	-	-	80.059.005
Sem rating	-	-	-	469.547	469.547
	5.229.004.418	95.446.393	-	136.502.157	5.460.952.968
Instituições Financeiras					
AAA	-	5.216.881	-	9.386.706	14.603.587
AA- até AA+	-	22.370.501	-	10.447.169	32.817.670
A- até A+	-	86.532.182	10.830.139	-	97.362.321
BBB- até BBB+	51.989	37.304.363	41.668.978	-	79.025.330
BB- até BB+	15.915	20.738.441	-	52.362.986	73.117.342
B- até B+	17.229.223	27.400.743	-	-	44.629.966
CCC- até CCC+	8.940.208	-	-	-	8.940.208
Sem rating	-	-	30.035.950	7.783.752	37.819.702
	26.237.335	199.563.111	82.535.067	79.980.613	388.316.126
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17.368.807	17.368.807
BBB- até BBB+	1.461.690	-	-	-	1.461.690
BB- até BB+	-	-	4.937.730	-	4.937.730
	1.461.690	-	4.937.730	17.368.807	23.768.227
Total ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)	5.415.643.841	676.986.923	305.065.514	1.102.413.355	7.500.109.633

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 42). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo Vida							
Produtos de capitalização	8.552.338	287.739	374.282	35.751	33.996	(800)	9.283.306
Produtos vida risco	252.562	23.804	25.811	59.330	146.941	(282.582)	225.866
Ramo Não Vida							
Automóvel	12.274.942	1.453.966	682.448	400.269	258.154	(3.100.171)	11.969.608
Acidentes de trabalho	2.422.718	2.743.367	1.162.832	175.057	322.090	(2.250.676)	4.575.388
Doença	5.866.528	11.862.816	1.444.586	631.894	100.613	(1.177.164)	18.729.273
Incêndio e outros danos	11.131.490	6.107.222	2.311.291	2.705.347	283.739	(1.633.969)	20.905.120
Transportes	1.888.868	156.651	153.434	65.278	12.603	(315.645)	1.961.189
Responsabilidade civil	2.232.572	447.322	265.946	630.112	71.067	(556.524)	3.090.495
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3.431.999	6.108.756	776.445	428.403	1.079.453	(1.211.888)	10.613.168
	48.054.017	29.191.643	7.197.075	5.131.441	2.308.656	(10.529.419)	81.353.413

(valores em euros)

	2016						Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano	Perdas por imparidade	
Ramo Vida							
Produtos de capitalização	3.830.757	735.291	158.007	113.918	25.612	(57.199)	4.806.386
Produtos vida risco	12.298	462.401	501.376	1.152.489	2.854.325	(3.237.598)	1.745.291
Ramo Não Vida							
Automóvel	9.390.092	4.783.692	5.431.958	1.994.499	1.709.616	(6.236.708)	17.073.149
Acidentes de trabalho	3.782.002	2.025.471	2.227.543	1.085.211	484.502	(2.442.167)	7.162.562
Doença	8.456.525	8.781.077	3.732.534	2.581.267	714.770	(2.156.277)	22.109.896
Incêndio e outros danos	10.920.420	4.263.607	1.000.234	962.510	668.516	(1.686.686)	16.128.601
Transportes	852.589	193.412	172.438	99.207	130.787	(263.446)	1.184.987
Responsabilidade civil	1.524.885	432.343	185.614	53.489	63.629	(322.681)	1.937.279
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4.218.576	5.810.973	1.324.307	569.981	558.825	(706.737)	11.775.925
	42.988.144	27.488.267	14.734.011	8.612.571	7.210.582	(17.109.499)	83.924.076

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	568.526.777	-	-	-	-	-	-	-	-	568.526.777
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos										
para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	53.137.930	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor										
através de ganhos e perdas	3.163.674	4.030.843	98.414.525	65.649.384	181.257.098	117.776.052	52.156.160	79.763.472	-	602.211.208
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	133.680.455	294.665.887	478.141.575	214.638.995	1.541.394.314	2.357.567.074	5.117.782.714	74.555.162	-	10.212.426.176
Empréstimos e contas a receber	303.605.511	498.763.253	99.220.544	100.122.575	51.942.251	1.138.060	320.263	168.679	2.737	1.055.283.873
Outros devedores	250.490.041	-	-	-	-	-	-	-	-	250.490.041
	1.259.466.458	797.459.983	675.776.644	380.410.954	1.774.593.663	2.476.481.186	5.170.259.137	154.487.313	54.646.987	12.743.582.325
Passivo										
Provisão matemática do ramo Vida	16.118.899	20.456.927	21.845.516	91.820.119	318.862.387	328.131.364	294.501.597	326.902.664	-	1.418.639.473
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros										
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	185.082.773	238.043.191	456.863.322	684.798.436	2.236.895.366	2.593.884.254	1.764.471.864	797.274.447	-	8.957.313.653
Passivos financeiros detidos										
para negociação	-	760.537	(7.769)	980.153	3.831.737	1.929.073	17.139	-	-	7.510.870
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	35	1.949.121	2.985.553	18.260.852	30.494.912	394.334.643	212.338.917	2.284.510	-	662.648.543
Depósitos recebidos										
de resseguradores	138.125	276.251	414.376	133.429.070	-	-	-	-	-	134.257.822
Outros credores	174.288.418	-	-	-	-	-	-	-	-	174.288.418
	375.628.250	261.486.027	482.100.998	929.288.630	2.590.084.402	3.318.279.334	2.271.329.517	1.126.461.621	-	11.354.658.779

(valores em euros)

	2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	964.132.725	-	-	-	-	-	-	-	-	964.132.725
Investimentos em associadas										
e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos										
para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor										
através de ganhos e perdas	1.384.972	2.337.973	102.330.176	287.227.133	241.528.714	6.206.546	69.759.937	1.220.395	17.238.704	729.234.550
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	352.704.467	328.454.079	411.913.927	1.103.527.497	1.491.396.771	1.582.420.389	3.530.858.060	139.066.726	1.639.690.543	10.580.032.459
Empréstimos e contas a receber	238.571.148	543.844.075	54.367.003	91.109.592	68.193.848	23.077.761	1.848.064	168.679	30.100	1.021.210.270
Outros devedores	197.159.648	-	-	-	-	-	-	-	-	197.159.648
	1.753.952.960	874.636.127	568.611.106	1.481.864.222	1.801.119.333	1.611.704.696	3.602.466.061	140.455.800	1.804.505.240	13.639.315.545
Passivo										
Provisão matemática do ramo Vida	40.214.577	16.550.164	22.990.288	98.152.490	292.708.367	279.575.920	292.957.743	299.375.626	-	1.342.525.175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos										
de investimento	113.606.065	276.221.337	186.111.430	886.928.427	2.633.721.193	2.344.235.626	1.906.575.498	731.039.535	4.884.887	9.083.323.998
Passivos financeiros detidos										
para negociação	-	761.600	(7.350)	771.155	3.050.810	3.050.810	4.410	-	7.908.243	15.539.678
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	13.469.282	13.469.282
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	-	591.180.436	591.180.436
Depósitos recebidos										
de resseguradores	122.026	244.052	366.078	117.877.224	-	-	-	-	-	118.609.380
Outros credores	144.684.524	-	-	-	-	-	-	-	-	144.684.524
	298.627.192	293.777.153	209.460.446	1.103.729.296	2.929.480.370	2.626.862.356	2.199.537.651	1.030.415.161	617.442.848	11.309.332.473

Os valores apresentados nos quadros acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";
- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os "Derivados de Cobertura" foram classificados com maturidade "Indeterminado", por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;
- Para o cálculo dos cash-flows previsionais dos "Passivos financeiros detidos para negociação" foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo Vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2015.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2017			Total
	Taxa fixa	Exposição a Taxa variável	Não sujeito a risco de taxa de juro	
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	556.864.094	11.662.683	568.526.777
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	-	16.546	53.121.384	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	478.129.398	307.106.499	22.317.800	807.553.697
Derivados de cobertura	-	-	28.178.377	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	8.628.782.128	562.231.489	1.603.626.220	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber		1.182.670.716	2.737	1.182.673.453
Outros devedores	-	-	250.490.041	250.490.041
	9.106.911.526	2.608.889.344	1.970.905.562	13.686.706.432
Passivo				
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.528.417.490	-	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito				
de contratos de seguros e de contratos de seguro				
e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	8.408.046.374	175.593.366	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	-	2.147	5.656.794
Derivados de cobertura	3.109.947	-	901.239	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	132.600.318	-	132.600.318
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	-	608.157.564
Outros credores	-	-	174.288.418	174.288.418
	8.416.810.968	2.444.768.738	175.191.804	11.036.771.510

(valores em euros)

	2016			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	960.405.785	3.726.940	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	565.642.167	83.462.479	17.238.704	666.343.350
Derivados de cobertura	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.294.174.052	205.929.074	1.639.690.542	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber		1.011.140.590	30.100	1.011.170.690
Outros devedores	-	-	197.159.648	197.159.648
	7.859.816.219	2.260.937.928	2.005.391.827	12.126.145.974
Passivo				
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.404.634.800	-	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito				
de contratos de seguros e de contratos de seguro				
e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	7.780.213.141	512.977.194	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	119.643	7.044.752	7.908.244	15.072.639
Derivados de cobertura	4.731.582	-	8.737.700	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	117.145.067	-	117.145.067
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	-	591.180.436
Outros credores	-	-	144.684.524	144.684.524
	7.785.064.366	2.632.982.249	161.330.468	10.579.377.083

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bps), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2017					
	Variação +200 bps	Variação +100 bps	Variação +50 bps	Variação -50 bps	Variação -100 bps	Variação -200 bps
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.252.172)	(11.022.344)	(5.617.780)	5.848.237	11.946.170	24.979.779
Ativos disponíveis para venda	(795.219.112)	(411.504.603)	(209.380.877)	216.969.678	441.879.042	917.025.811
Empréstimos e contas a receber	(5.371.210)	(2.709.941)	(1.361.153)	1.373.722	2.760.221	5.572.407
	(821.842.494)	(425.236.888)	(216.359.810)	224.191.637	456.585.433	947.577.997
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	286.728	145.939	73.629	(74.980)	(151.346)	(308.370)
	286.728	145.939	73.629	(74.980)	(151.346)	(308.370)

(valores em euros)

	2016					
	Varição +200 bps	Varição +100 bps	Varição +50 bps	Varição -50 bps	Varição -100 bps	Varição -200 bps
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.004.035)	(4.582.707)	(2.312.036)	2.354.463	4.752.452	9.683.576
Ativos disponíveis para venda	(575.553.795)	(298.361.964)	(151.958.704)	157.799.342	321.744.379	669.403.105
Empréstimos e contas a receber	(2.727.470)	(1.374.565)	(690.032)	695.616	1.396.906	2.816.866
	(587.285.300)	(304.319.236)	(154.960.772)	160.849.421	327.893.737	681.903.547
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125
	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bps, nas respetivas yields.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2017				
	Euros	Dólares norte-americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	421.388.257	-	16.242.053	130.896.467	568.526.777
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.506.320	-	-	-	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	474.191	49.709.157	-	2.954.582	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	519.076.305	288.033.869	-	443.523	807.553.697
Derivados de cobertura	8.777.408	16.392.403	-	3.008.566	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	7.160.976.554	2.852.028.207	495.541.790	286.093.286	10.794.639.837
Empréstimos e contas a receber	1.009.458.254	77.154.916	26.452.790	69.607.493	1.182.673.453
Outros devedores	196.522.234	40.308.536	69.486	16.927.923	253.828.179
	9.318.179.523	3.307.234.685	538.306.119	509.931.840	13.690.044.570
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	1.524.341.184	-	-	4.076.306	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8.583.639.740	-	-	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	2.147	-	-	5.656.794
Derivados de cobertura	3.241.769	-	-	769.417	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	129.944.011	1.080.113	-	1.576.194	132.600.318
Outros passivos financeiros	317.959.116	-	-	290.198.448	608.157.564
Outros credores	119.825.606	13.385.067	2.374.856	42.041.027	177.626.556
	10.684.606.073	14.467.327	2.374.856	338.661.392	11.040.109.648

(valores em euros)

	2016				
	Euros	Dólares norte-americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	549.759.149	96.242.965	45.935.474	272.195.137	964.132.725
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.249.434	115.757.383	-	-	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	7.770.368	-	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	484.143.217	177.964.590	3.970.887	264.656	666.343.350
Derivados de cobertura	17.042.313	5.463.366	-	263.029	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	6.832.753.445	1.513.799.461	609.532.075	183.708.687	9.139.793.668
Empréstimos e contas a receber	784.708.173	108.618.341	22.366.313	95.477.863	1.011.170.690
Outros devedores	153.413.837	27.547.478	24.311	19.493.619	200.479.245
	8.823.069.568	2.047.700.586	681.829.060	571.402.991	12.129.465.571
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	1.400.822.448	-	-	3.812.352	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8.293.190.335	-	-	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	7.164.396	7.908.243	-	-	15.072.639
Derivados de cobertura	4.731.581	6.931.648	-	1.806.053	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	114.392.209	1.007.941	-	1.744.917	117.145.067
Outros passivos financeiros	271.200.450	-	-	319.979.986	591.180.436
Outros credores	105.453.392	4.512.481	2.664.181	35.374.067	148.004.121
	10.196.954.811	20.360.313	2.664.181	362.717.375	10.582.696.680

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

49. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

49.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

49.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

49.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo Automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira Não Vida – seguro direto

Seguro Direto

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	200.240.801	1,17	1,15	177.009.518	1,15	1,14
Doença	266.855.030	0,93	0,91	235.163.325	0,88	0,87
Incêndio e Outros Danos	236.074.982	1,09	1,07	232.500.910	0,88	0,87
Automóvel	387.006.789	1,04	1,03	364.502.656	1,01	1,00
Marítimo	4.440.089	0,43	0,42	4.215.745	0,32	0,31
Aéreo	6.852.250	0,80	0,79	6.086.809	-0,19	-0,21
Mercadorias transportadas	6.729.878	0,75	0,74	7.079.288	0,45	0,43
Responsabilidade Civil Geral	34.140.311	0,78	0,76	32.496.223	0,57	0,56
Outros ramos (Crédito e Caução + Diversos)	71.128.143	0,70	0,68	66.525.720	0,76	0,76

Nota: Rátios relativos aos anos de ocorrência de 2017 e 2016 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas o grupo de ramos Outros ramos registou um desagravamento do rácio em 10,4%.

Nos grupos de ramos Aéreo, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil, Marítimo, Incêndio e Outros Danos, Doença, Automóvel e Acidentes a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes, Incêndio e Outros Danos e Automóvel não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos Não Vida antes de impostos, em dezembro de 2017, foram positivos em aproximadamente 106 milhões de euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade, os prémios de seguro direto Não Vida, para o ramo Acidentes, Incêndio e Outros Danos e Automóvel, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 15,5%, 7,1% e 2,6% respetivamente, nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias Transportadas, os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2017, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente, foi constituída uma provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2016.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pelo Grupo.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,8% dos Prémios Brutos Adquiridos e 94,5% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, o Grupo possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos Não Vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores, que foi atualizado no final de dezembro de 2017.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2017	2016
A -	18,5%	14,3%
A	25,9%	25,0%
A +	22,2%	25,0%
AA -	25,9%	25,0%
AA	-	3,6%
AA+	3,7%	3,6%
Sem Rating	3,7%	3,6%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 euros e capacidade de 420.000.000 euros.

Na Fidelidade, 60,79% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 1.541 milhões de euros. Durante o exercício de 2017, para sinistros ocorridos em 2016 e anos anteriores, foram pagos 329.186.049 euros.

Em dezembro de 2017 resultaria do consumo natural um provisionamento de 1.212.064.347 euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 51 milhões de euros, sendo a provisão, no final de dezembro de 2017, no valor de 1.263.414.294 euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Transportes e Diversos, ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel, que ultrapassou os 47 milhões de euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(valores em euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2016 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2017* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(-1)
Acidentes e Doença	861.221.400	136.396.648	758.791.227	33.966.475
Incêndio e Outros Danos	120.793.836	50.062.807	129.922.724	59.191.695
Automóvel	437.622.477	115.871.854	273.903.326	(47.847.297)
Marítimo e Transportes	3.862.941	1.697.682	2.440.143	274.884
Aéreo	1.099.255	196.643	793.379	(109.233)
Mercadorias transportadas	4.562.304	2.766.264	1.715.887	(80.153)
Responsabilidade Civil Geral	101.770.550	8.525.120	86.735.070	(6.510.360)
Crédito e Caução	495.342	(95.422)	341.323	(249.441)
Proteção Jurídica	18.981	(553)	897	(18.637)
Assistência	98.616	0	7.615	(91.001)
Diversos	9.704.694	13.765.006	8.762.703	12.823.015
Total	1.541.250.396	329.186.049	1.263.414.294	51.349.947

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Riscos de Seguros

O Grupo subscreve contratos de todos os ramos Não Vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices do Grupo e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos Não Vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas, garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. O Grupo efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

O Grupo também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos, quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição, nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos Não Vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado, tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias da apólices, procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos, nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidades
Longevidade	+ 20%	5,33%
Despesa	+ 10%	0,64%
Revisão	4%	2,04%
Taxa de juro	-1%	12,10%

49.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação) e os ramos de tratamento mais casuístico, como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo e outras modalidades de resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação retenção/prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira, bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de caráter catastrófico nas retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador de um período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no mercado internacional, nomeadamente as divulgadas pelas agências de rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores a análise de rating atribuído, a cada Ressegurador, pela agência de rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

49.5. Ramo Vida

No ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Percentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2018	149.431.364	104.164.879	0	14.997.333	21.112.335	156.861.500
2019	127.979.657	88.020.733	0	14.153.768	19.121.920	171.715.932
2020	119.126.882	81.169.650	0	13.292.457	17.084.652	165.509.079

O quadro seguinte apresenta a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2018	145.903.655	102.046.121	0	14.997.333	20.576.038	212.770.678
2019	118.137.985	82.303.914	0	14.153.768	17.686.937	209.879.123
2020	104.060.331	72.529.828	0	13.292.457	15.000.426	187.892.171

50. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I – Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II – Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;

- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizado a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada, de modo a assegurar que seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações do Grupo para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta o Grupo na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, o Grupo, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposto, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, o Grupo opta por utilizar uma análise qualitativa, de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico do Grupo (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital do Grupo, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente a obrigação de divulgação anual do "Relatório sobre a solvência e a situação financeira", que permite dispor de informação detalhada sobre o Grupo relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no "Relatório sobre a solvência e situação financeira", importa referir que o Grupo cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, o Grupo implementou um adequado sistema de governação, envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções-chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Gabinete de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

51. Concessões de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. ("SGHL"), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português ("Contrato de PPP"). A HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre a Entidade Pública Contratante (neste caso a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) e a administração do hospital, nomeadamente com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que no final de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deve ser apurado até final do primeiro semestre do exercício seguinte, devendo o pagamento ocorrer dentro desse mesmo período.

52. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

		2017						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em patacas								
Caixa e depósitos	28.003.144	24.326.810	42.484.019	188.291	226.478	329.492	263.753	827.907
Instrumentos de dívida	114.934.707	469.029.419	-	5.193.808	3.372.269	6.533.339	3.476.160	-
Instrumentos de capital	23.576.635	219.047.187	-	1.754.443	5.165.134	9.355.561	6.233.622	-
Outros	(24.973)	(373.816)	(306.523)	(60.646)	(73.298)	(134.426)	(88.625)	(136)
	166.489.513	712.029.601	42.177.496	7.075.896	8.690.584	16.083.966	9.884.909	827.771
Valores expressos em euros								
Caixa e depósitos	2.900.918	2.520.077	4.401.030	19.506	23.461	34.133	27.323	85.765
Instrumentos de dívida	11.906.384	48.587.973	-	538.040	349.342	676.806	360.104	-
Instrumentos de capital	2.442.365	22.691.666	-	181.747	535.070	969.167	645.757	-
Outros	(2.587)	(38.725)	(31.754)	(6.282)	(7.593)	(13.926)	(9.181)	(14)
	17.247.080	73.760.991	4.369.276	733.011	900.280	1.666.180	1.024.003	85.751

Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,65320 patacas macaenses.

		2016						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	
Valores expressos em patacas								
Caixa e depósitos	24.399.235	32.857.477	34.154.957	392.968	180.119	688.283	360.681	
Instrumentos de dívida	112.727.740	387.450.630	-	3.593.161	2.363.705	4.460.539	2.931.578	
Instrumentos de capital	23.285.816	185.620.055	-	1.256.682	3.683.091	6.312.482	5.051.920	
Outros	(20.049)	(318.112)	(174.828)	(43.055)	(53.486)	(93.521)	(68.720)	
	160.392.742	605.610.050	33.980.129	5.199.756	6.173.429	11.367.783	8.275.459	
Valores expressos em euros								
Caixa e depósitos	2.897.634	3.902.128	4.056.216	46.669	21.391	81.740	42.834	
Instrumentos de dívida	13.387.457	46.013.328	-	426.721	280.712	529.730	348.152	
Instrumentos de capital	2.765.405	22.044.090	-	149.243	437.401	749.665	599.962	
Outros	(2.381)	(37.779)	(20.762)	(5.113)	(6.352)	(11.106)	(8.161)	
	19.048.115	71.921.767	4.035.454	617.520	733.152	1.350.029	982.787	

Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,4204 patacas macaenses.

53. Eventos Subsequentes

A Fidelidade concretizou, em 15 de janeiro de 2018, a venda de 49% das ações representativas do capital social da Luz Saúde, S.A. (46.815.704 ações) à Fosun International Limited, pelo valor de 267.317.670 euros, ficando a deter uma posição de 49,7881%.

RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS CONSOLIDADAS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a "Companhia"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 17.286.302.507 euros e um total de capital próprio e interesses não controlados de 2.717.212.616 euros, incluindo um resultado líquido de 216.232.495 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões técnicas do ramo vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado nas notas 21 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017, as provisões técnicas do ramo vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 2.040 e 8.584 milhões de euros ("m€"), respetivamente, representando cerca de 73% do total do Passivo.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e pelo facto de ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades para com os tomadores de seguros bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades. Conforme divulgado na nota 2.20, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em métodos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões técnicas vida e valorização dos Passivos Financeiros;

- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Mensuração das Provisões para sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 21 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.733 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e suas subsidiárias (e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17). Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.	responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; - Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Companhia (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e das suas subsidiárias (quando aplicável), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador; e - Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado na Nota 48, o Ativo e Passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 11.681 m€ e 10 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 67% do total do Ativo consolidado e 0,1% do total do Passivo consolidado. A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Companhia, ascendem a cerca de 1.492 m€ (9% do ativo) e 9m€ (0,1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no	A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: - Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor; - Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas; - Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 48).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector; e

- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Testes de imparidade sobre o Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 14, Goodwill decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 390 m€, representando cerca de 2% do ativo consolidado.

Em conformidade com o referencial contabilístico o Goodwill deve ser objeto de testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emittentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do Goodwill incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no Goodwill;
- Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre o Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A demonstração dos resultados consolidados da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", no montante de 133 m€ (detalhe divulgado na Nota 42). Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Companhia e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.	A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: - Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia e suas subsidiárias (quando aplicável); - Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade; - Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado; e - Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

6. Valorização dos Investimentos em imóveis

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 10 e 20 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como uso próprio, rendimento e inventários, no montante líquido de 467 m€, 1.677 m€ e 2 m€, respetivamente, os quais representam no total de cerca de 12% do ativo consolidado da Companhia. As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 10 às	A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos imóveis incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente: - Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis; - Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante. A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.	• Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos; • Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e • Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Em 29 de março de 2017, renunciámos ao mandato, compreendido entre 2015 e 2017, tendo sido nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março para o mandato compreendido entre 2017 e 2019.

- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 12 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da actividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

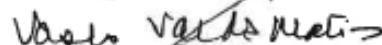
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;

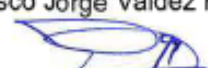
O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL


Pedro Antunes de Almeida – Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto – Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

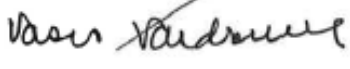
Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto – Vogal

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO CONTAS INDIVIDUAIS

ÓRGÃOS SOCIAIS





FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

Conselho de Administração

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidentes	Lan KANG José Manuel Alvarez Quintero
Vogais	Xiaodong YU Lingjiang XU José João Guilherme Francisco Ravara Cary João Eduardo de Noronha Gamito de Faria António Manuel Marques de Sousa Noronha Rogério Miguel Antunes Campos Henriques Wai Lam William MAK Jun Li André Simões Cardoso Tao Li

Comissão Executiva

Presidente	Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Vice-Presidente	Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Vogais	José Manuel Alvarez Quintero António Manuel Marques de Sousa Noronha Wai Lam William MAK Jun Li André Simões Cardoso

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores

Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.,
representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC

A FIDELIDADE



a. Principais Indicadores

**€3.651
milhões**

Total de prémios emitidos
(inclui montantes relativos a contratos
de investimento)

Vida: € 2.414 milhões
Não Vida: € 1.236 milhões

30,2%

Quota de mercado (PT)

Vida: 32,9%
Não Vida: 26,0%

2.612

Colaboradores

**€15,9 mil
milhões**

Ativo líquido

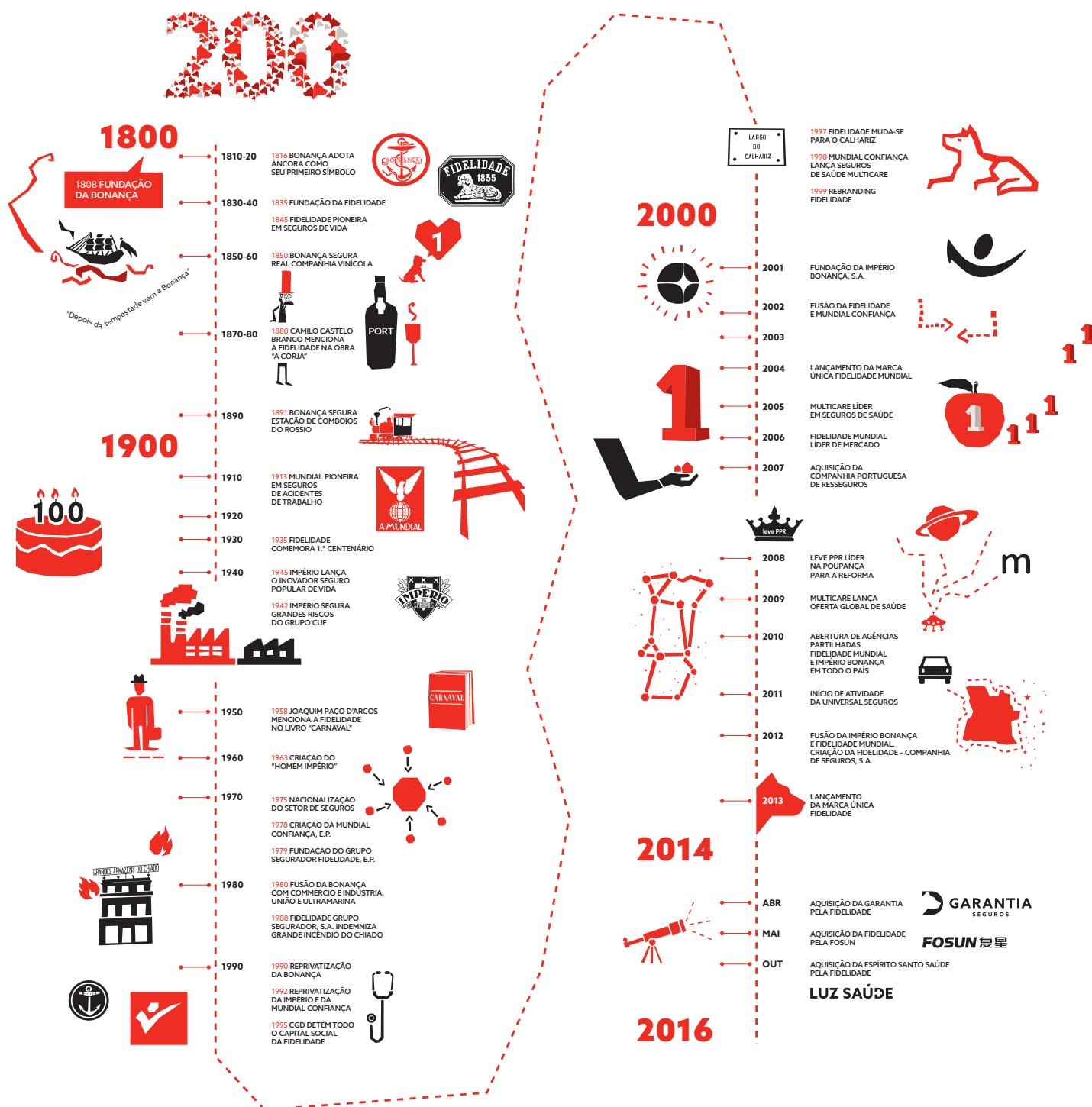
**€187,8
milhões**

Resultado líquido

101,7%

Rácio combinado
Não Vida

b. A Nossa História



Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez da Fidelidade.

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores players do setor: a Fidelidade Mundial (doravante “FM”) e a Império Bonança (doravante “IB”), detidas pelos dois maiores grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD – acionista único da Fidelidade Mundial – adquire também a Império Bonança, lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a Fidelidade entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

Descrição dos maiores Acionistas

Fosun

Conglomerado de investimento chinês de dimensão mundial, com enfoque na indústria seguradora e presença em diversos setores de atividade.

Caixa Geral de Depósitos

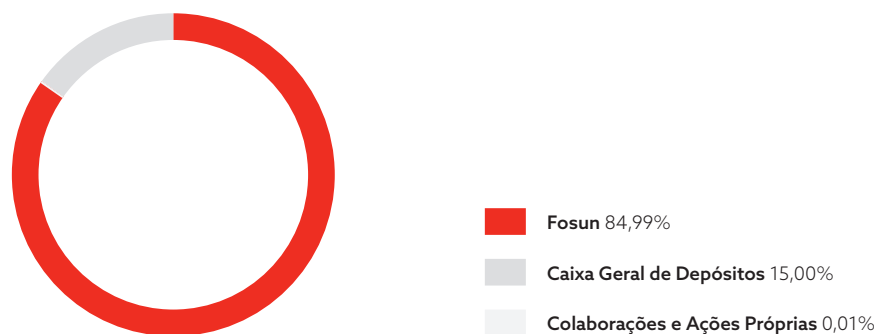
Banco estatal português, considerado a maior instituição financeira em Portugal, com aproximadamente 4 milhões de clientes e com presença em mais de 20 países.

c. Sobre a Fidelidade

i. Estrutura Acionista

A estrutura acionista da Fidelidade resulta do processo de privatização ocorrido em 2014. Atualmente, a Fosun é detentora de 84,99% do capital, sendo que a CGD detém uma participação de 15,00%. Estes dois acionistas de referência, pela sua complementaridade e ambição, são garante de estabilidade e dinamização das operações da Companhia.

Estrutura Acionista



ii. Missão e Valores

SER FIDELIDADE É ESTAR NO MUNDO DE UMA FORMA ESPECIAL.

É SABER ESTAR PRÓXIMO, IMPULSIONAR A MUDANÇA.

É REINVENTAR O FUTURO COM ORGULHO NO NOSSO PASSADO.

É SUPERAR DESAFIOS E LIMITES PARA CHEGAR CADA DIA MAIS LONGE.

A Fidelidade tem como missão apoiar o desenvolvimento e a construção de uma sociedade sustentável. Compromete-se a educar, servir, acompanhar e cuidar das pessoas ao longo da vida com produtos e serviços inovadores que efetivamente as protegem para que a vida não pare.

Desde a nossa origem que somos uma empresa humana feita de pessoas que pensam nas pessoas. Somos verdadeiros em tudo o que dizemos e fazemos. As pessoas sabem que podem confiar em nós. Este é o compromisso que alimenta a estabilidade das relações com todos os que são Fidelidade – clientes, colaboradores, parceiros, acionistas e a própria sociedade.

É ao partilhar os nossos valores que somos Fidelidade!

Be proud of our past, inspire our future.

Somos Fidelidade sempre que reinventamos o passado com o futuro. A nossa história orgulha-nos, desafia-nos, dá-nos força, responsabilidade e inspiração para reinventar o futuro. Honramos a nossa história partilhando o conhecimento.

Be innovative, chase the progress.

Somos Fidelidade sempre que impulsionamos a mudança. Acreditamos que é sempre possível encontrar melhores soluções para proteger a vida. É este espírito que nos impulsiona a mudar e a reinventar o que fazemos.

Be outstanding, overcome your limits.

Somos Fidelidade sempre que nos superamos. Queremos saber sempre mais e tentamos ir sempre mais além em tudo o que fazemos. Ousamos sonhar e superamo-nos para continuar a transformar a sociedade.

Be people driven, be there.

Somos Fidelidade sempre que estamos próximos. A Fidelidade é feita de pessoas que contribuem para proteger e cuidar de pessoas. Somos confiáveis, honrando os nossos compromissos. As pessoas sabem que podem contar com a nossa competência. Porque cada história é parte da nossa.

Grupo Fidelidade

Vida Risco **17,4%**
 Anuidades **28,6%**
 Vida Capitalização **26,7%**
 PPRs **50,0%**

Grupo Fidelidade

Automóvel **25,1%**
 Acidentes de Trabalho **24,4%**
 Acidentes Pessoais **13,7%**
 Saúde **35,2%**
 Multirriscos Habitação **23,0%**
 Multirriscos Comércio e Indústria **30,8%**
 Restantes Incêndios & Outros Danos **38,2%**
 Responsabilidade Civil **27,0%**
 Transportes **33,4%**

iii. Posicionamento

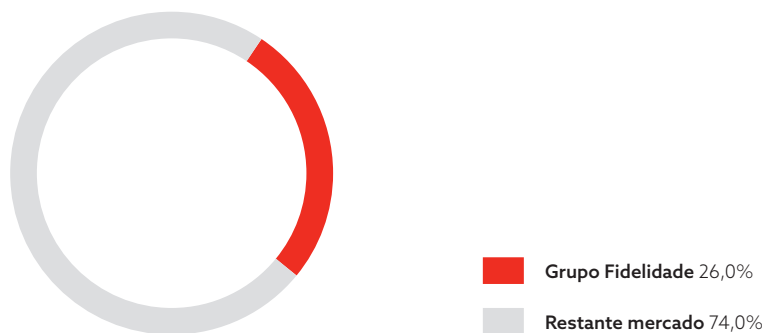
A Fidelidade atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2017, a Fidelidade manteve a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 30,2%, que correspondeu, no entanto, a um decréscimo de -1,5 pp face ao ano anterior.

Nos ramos Vida, a Fidelidade reforçou a sua quota de mercado ao nível dos produtos referentes a anuidades. No caso dos produtos para a reforma, e fruto da aposta continuada nessa vertente, a Fidelidade detém uma quota de 50%, traduzindo a elevada confiança dos clientes na solidez da Fidelidade.

Ramos Vida – Quota de Mercado

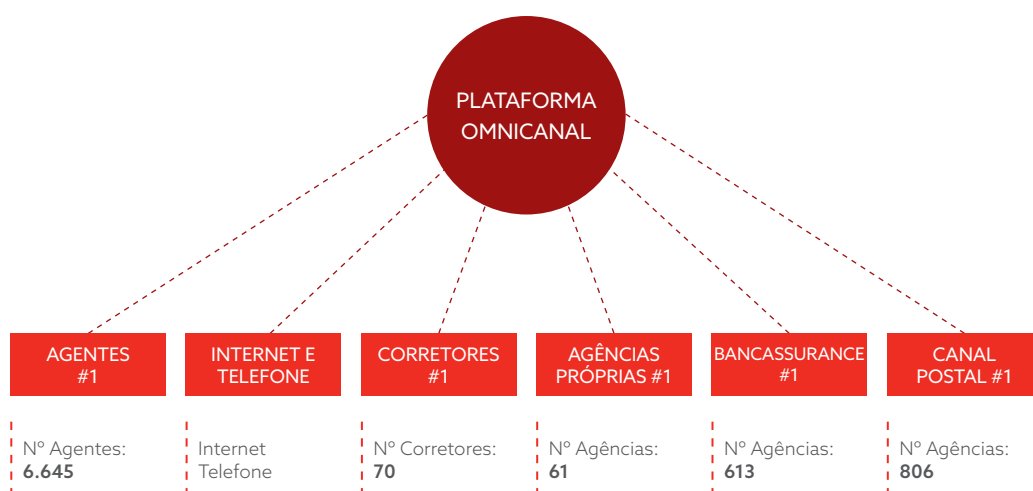
Ao nível dos ramos Não Vida, a Fidelidade cresceu acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,2 pp para 26,0%, sendo de destacar o incremento de 1,5 pp nos produtos de Saúde (quota de 35,2%).

Ramo Não Vida – Quota de Mercado

iv. Rede de Distribuição

A Fidelidade comercializa produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; balcões e bancos CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, a Fidelidade procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, a Fidelidade tem vindo a desenvolver uma estratégia omniscanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza.

v. A Oferta da Fidelidade

A Fidelidade tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta Fidelidade inclui seguros Vida (Risco, Anuidades e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multirriscos Habitação, entre muitos outros, sendo ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

Adicionalmente, a Fidelidade tem vindo a desenvolver um conjunto de novos produtos no sentido de disponibilizar tornar a sua oferta de seguros mais inovadora e abrangente, sendo de destacar os novos produtos Proteção Vital Família, com um conjunto de coberturas pessoais que se ajustam às necessidades do Cliente, e Seguro Casa, que incorpora uma amplitude de coberturas única no mercado nacional no conjunto dos produtos Multirriscos Habitação.

Há ainda a destacar o lançamento da aplicação de telemática Fidelidade Drive, que permite aos utilizadores conhecer melhor o risco associado ao seu estilo de condução, bem como o lançamento, em fase piloto, de novos produtos com uma forte componente tecnológica, quer no segmento Vida, quer no segmento Não Vida.

vi. Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade para a Fidelidade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. A Fidelidade destaca-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido perçecionadas e reconhecidas pelos clientes.

Ao longo dos últimos anos, a Fidelidade orgulha-se de ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.



ESCOLHA DO CONSUMIDOR 2017

Melhor nível de satisfação e intenção de compra por parte dos consumidores



MARCA DE CONFIANÇA 2017

Marca de Confiança dos portugueses na categoria de Companhia de Seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2017

Melhor Grande Seguradora Não Vida, na categoria da Banca e Seguros



BANCA E SEGUROS EXAME 2017

Melhor Grande Seguradora Vida, na categoria da Banca e Seguros



MARCA MAIS REPUTADA 2017

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros (Fidelidade)



MARCA MAIS REPUTADA 2017

Marca Mais Reputada na categoria de Seguros de Saúde (Multicare)

vii. Presença Internacional

A Fidelidade tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia).

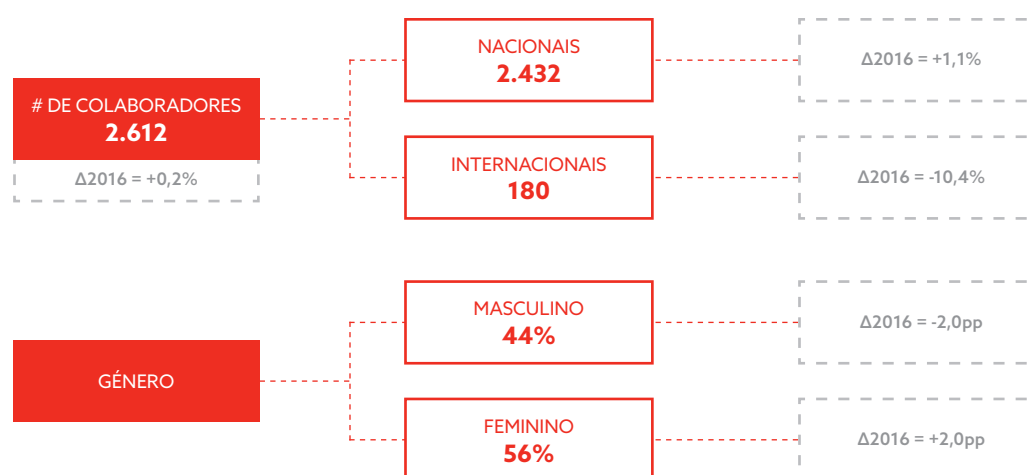
Numa fase inicial, o processo de internacionalização da Fidelidade visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a Fidelidade considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados, sempre conscientes da importância de garantir a sustentabilidade financeira e operacional de cada operação.

viii. A Equipa da Fidelidade

No final de 2017, o número total de colaboradores da Fidelidade foi de 2.612, estando 93% em Portugal e 7% nas operações internacionais que a Fidelidade desenvolve através das sucursais.

Face a 2016, o número de colaboradores aumentou em 0,2%, refletindo a evolução do quadro de pessoal em Portugal (+1,1%), fruto do incremento no volume de negócios.



Em 2017, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado, o que possibilitou a manutenção da idade média (contrariando assim o envelhecimento natural, de mais um ano, do quadro de colaboradores).

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2017 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e contou com um grande envolvimento por parte de todos os colaboradores.

Assim, para além do esforço de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas verificado, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia da Fidelidade

A Fidelidade é líder incontestada do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- Liderança destacada no mercado, materializada numa base superior a 2,1 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais online;
- Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão de sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, a Fidelidade assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Assim, a Fidelidade tem vindo a operar de acordo com os seguintes vetores estratégicos:

- Consolidação da posição no mercado nacional;
- Expansão do negócio internacional;
- Otimização da gestão de investimentos;
- Transformação digital e analytics.

PONTO DE PARTIDA FIDELIDADE

- Liderança no mercado nacional, com uma base de 2,1 milhões de clientes
- Marca única no mercado pelo seu valor e reconhecimento pelos clientes
- Competências técnicas de referência, ampla gama de produtos
- Qualidade na gestão de sinistros, reconhecida pela sua eficiência

VETORES ESTRATÉGICOS

- 1. Consolidação da posição no mercado nacional**
- 2. Expansão do negócio internacional**
- 3. Otimização da gestão de investimentos**
- 4. Transformação digital e analytics**

No decorrer do ano de 2017, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação da Fidelidade, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas da Companhia.

Consolidação da posição no mercado nacional

Apesar da posição de liderança detida pela Fidelidade, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado, sendo de destacar a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos.

Neste contexto, e preparando o futuro, a Fidelidade está a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português, razão pela qual tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição da Fidelidade no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os mercados internacionais em que está, ou pretende vir a estar presente.

Expansão do negócio internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização da Fidelidade visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A Fidelidade seguiu, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que este banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados francês e luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio.

Em África, e numa fase mais recente, a Fidelidade expandiu-se diretamente, através de duas sucursais, para Moçambique, um mercado onde, por razões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica para a Fidelidade, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo da Fidelidade passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, a Fidelidade tem vindo a analisar ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso da Fidelidade.

Otimização da gestão de investimentos

O objetivo da Fidelidade nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação da empresa.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, o que tem constituído um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja, garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portefólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto de que deverão ser adequadamente acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde Janeiro de 2016.

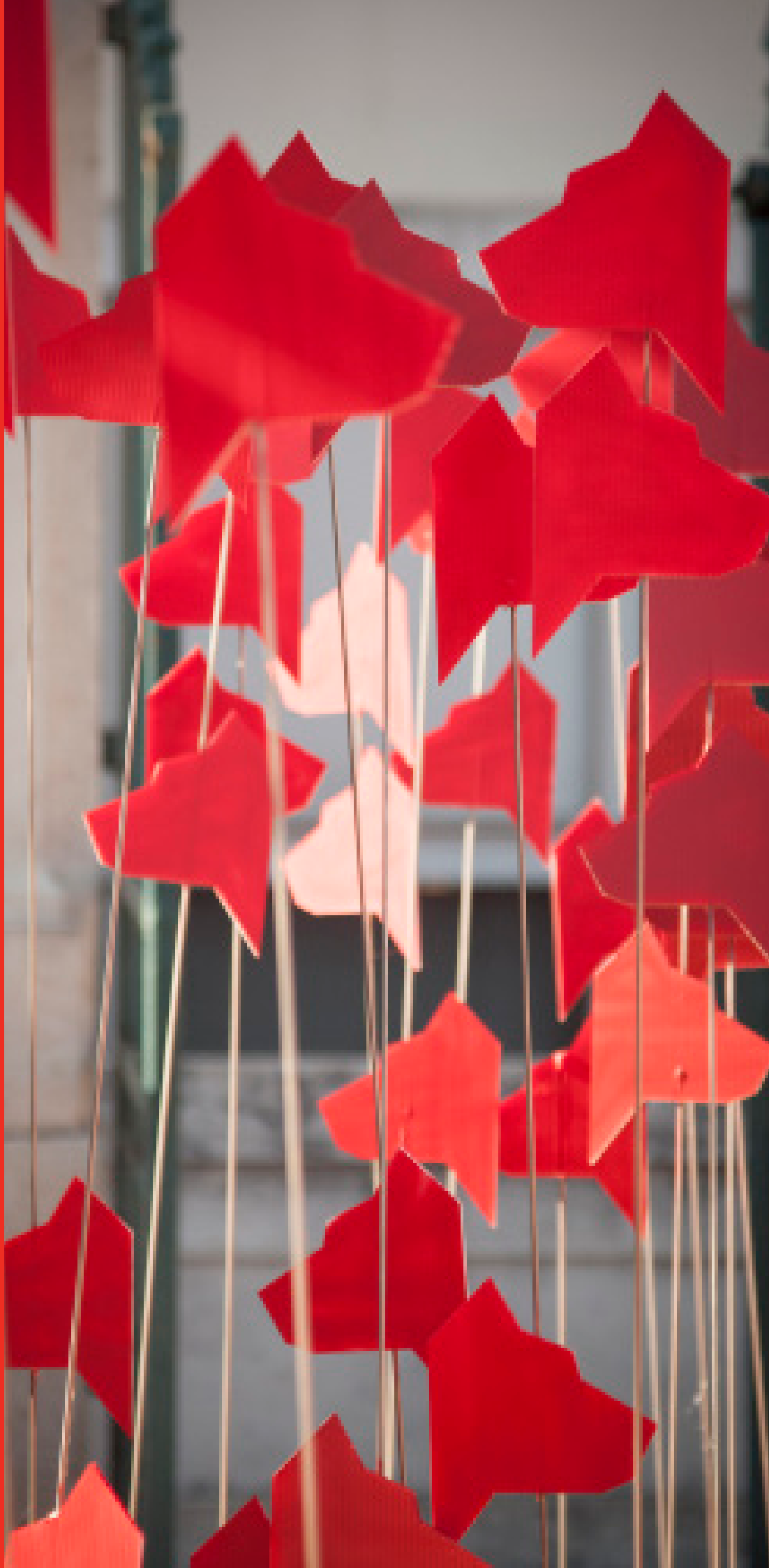
Transformação digital e analytics

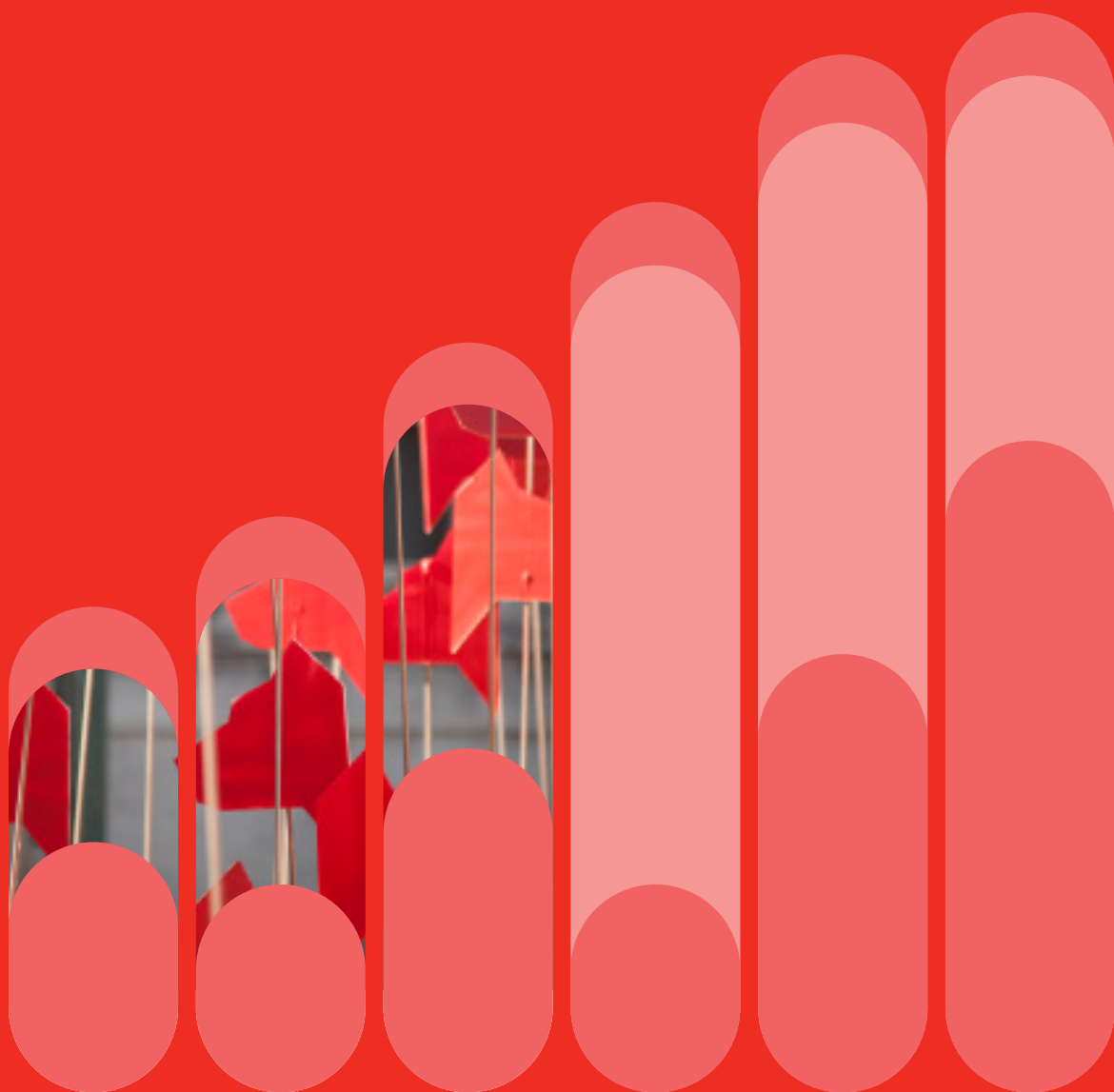
A Fidelidade tem também mantido um enfoque na vertente digital, com diversas iniciativas suscetíveis de responder ao potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, a Fidelidade tem vindo a desenvolver diversas iniciativas em várias áreas:

- Desenvolvimento do MyFidelidade e de novas App, que permitem a utilização da internet para a contratação de produtos, acompanhamento da carteira de seguros, participação de sinistros, etc;
- Novos produtos ligados à utilização de novas tecnologias, em particular no ramo Automóvel e Multirriscos Habitação;
- Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente.

A NOSSA PERFORMANCE





a. Síntese de Acontecimentos 2017

JANEIRO	Saúde – lançamento do novo serviço de Orientação Médica Online da Multicare, enquanto serviço inovador no mercado português. O serviço funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana, sendo o aconselhamento médico realizado via telefone ou email.
FEVEREIRO	Pensar Maior – realização de evento no MEO Arena com os stakeholders da Fidelidade, que serviu não só para olhar para os resultados de 2016, mas também para projetar os próximos anos, com um foco claro na inovação tecnológica, centrada nas pessoas. App "MyFidelidade" – lançamento de uma aplicação móvel que permite gerir os seguros dos ramos Automóvel, Saúde e Casa num só sítio. Permite também solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real.
MARÇO	Campanha "A Nova Fidelidade de Sempre" – nova campanha que assenta no reposicionamento da marca, através da adaptação ao mundo digital, construindo um caminho que pretende colocar a tecnologia ao serviço das pessoas e promover a inovação como forma de simplificar as interações. "Fidelidade Casa" – lançamento de um produto disruptivo que se caracteriza por uma maior simplicidade, disponibilizando novos planos e coberturas adicionais e, desta forma, uma melhor adequação às necessidades e disponibilidade dos clientes.
ABRIL	Fidelidade Challenge 2017 – iniciativa que potencia a inovação através da intervenção direta da sociedade com o Grupo Fidelidade. Consiste num concurso para alunos universitários que pretende destacar e premiar projetos inovadores que respondam a um determinado desafio.
MAIO	Digital Lab – criação, em parceria com a Deloitte Digital, de um laboratório digital com o objetivo de potenciar a criação e geração de novas ideias, onde são estudados e explorados conceitos com uma forte componente tecnológica, como são exemplos: IoT para Casas e a Assistência Sénior.
JUNHO	"Proteção Vital da Família" – lançamento de um seguro de vida inovador, que proporciona um acompanhamento durante o ciclo de vida da família, garantindo a proteção das diferentes necessidades que vão surgindo ao longo das várias etapas deste ciclo.
JULHO	Protechting 2.0 – realização da fase final da nova edição deste programa que promove a aceleração de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-i, promovendo a inovação nas áreas de saúde e assistência.
SETEMBRO	Prémio Fidelidade Comunidade – no âmbito do seu programa de responsabilidade social, a Fidelidade lançou este prémio com um valor global de €500.000 e que pretende apoiar projetos nas áreas de Empregabilidade e Apoio a deficiência, Estilos de vida saudável e Envelhecimento ativo.
OUTUBRO	"Fidelidade GO" – lançamento de um produto de Acidentes Pessoais, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro, nomeadamente no contexto da realização do programa Erasmus. Garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente.
NOVEMBRO	Campanha Multicare Medicina Online – Lançamento da nova imagem institucional da Multicare, renovada e mais associada ao Grupo Fidelidade, e do novo serviço Medicina Online, que permite aos clientes ter aconselhamento médico à distância 24h através de teleconsulta e videoconsulta.
DEZEMBRO	Acordo Bancassurance com CGD – conclusão das negociações para reformulação do atual acordo, reforçando as condições da parceria e alargando-a a novas geografias.

i. Evolução do Mercado Segurador Português

Em 2017 a produção de seguro direto totalizou cerca de 11.580 milhões de euros, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 6,5%. Este crescimento foi influenciado pela evolução positiva dos segmentos Não Vida e Vida.

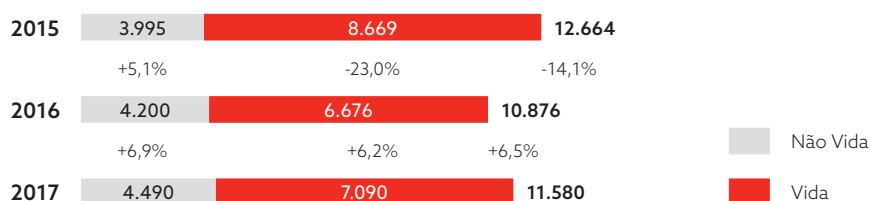
No segmento Vida, após a queda acentuada em 2016 (-23%), registou-se um crescimento significativo de 6,2% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 7.090 milhões de euros. O crescimento verificado no mercado contraria a tendência negativa registada nos últimos anos, e reflete o comportamento verificado ao nível dos produtos financeiros.

Por seu lado, o segmento Não Vida revelou também um progresso assinalável em 2017, com um crescimento de 6,9% para 4.490 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015. Com efeito, o crescimento verificado em 2017 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2004, quer em termos nominais, quer em termos reais.

Prémios Mercado Segurador

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

(milhões de euros)



O ano de 2017 ficou ainda marcado por acontecimentos relevantes na estrutura empresarial do mercado segurador português, tendo-se verificado várias operações de aquisição por parte de grupos internacionais que, em alguns casos, conduziram a um aumento dos níveis de concentração, com particular incidência nos ramos Não Vida.

ii. Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida apresentou em 2017 um volume de prémios de 7.090 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,2% face ao ano anterior. A evolução registada ao nível dos produtos financeiros foi o principal catalisador para o aumento do volume de produção do total do ramo, refletindo, igualmente, a volatilidade dos prémios associado a estes produtos.

Prémios do Segmento Vida

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

(milhões de euros)



Neste âmbito, merece particular destaque a evolução de produtos ligados a contribuições para Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%. Num contexto de baixas taxas de juro de longo prazo e de uma nova diminuição da taxa de poupança, esta evolução significativa revela a crescente apetência do mercado português por este tipo de produtos.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

Fonte: INE



Por outro lado, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Assim, e tendo em conta ainda o crescente dinamismo do mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito e, consequentemente, o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

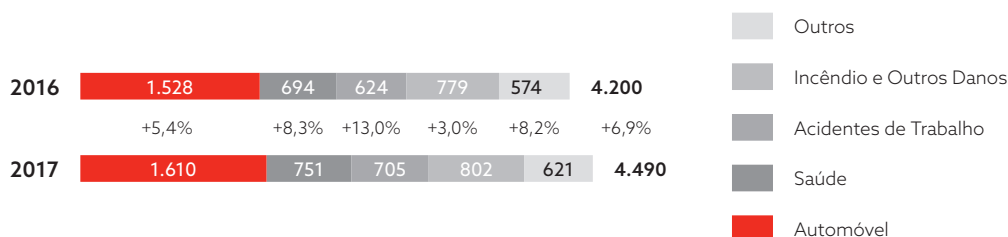
iii. Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento do ramo como um todo foram os ramos Acidentes de Trabalho (+13,0%) e Saúde (+8,3%).

Prémios do Segmento Não Vida

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

(milhões de euros)



Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2017, foi o ramo do segmento Não Vida que apresentou o maior crescimento, com um aumento de 13,0% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 705 milhões de euros.

Também o ramo Saúde registou um crescimento robusto (8,3%), atingindo um volume de prémios de 751 milhões de euros em 2017. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do prémio médio associado ao crescimento do parque automóvel, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 5,4% face ao ano anterior.

O ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multirriscos, registou um crescimento de 3,0% atingindo um montante de prémios de 802 milhões de euros em 2017. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português e pelo aumento dos níveis de investimento empresarial.

As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida também evidenciaram uma boa evolução, tendo, em 2017, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentado 8,2% face ao ano anterior, para 621 milhões de euros.

b. Atuação da Fidelidade

i. Principais Indicadores de Atividade

Num ano de 2017 marcado pelas tendências já referidas, a Fidelidade apresentou uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.651 milhões de euros.

Ao nível da atividade em Portugal, a Fidelidade contabilizou 3.511 milhões de euros, atingindo uma quota de mercado global de 30,2%. O negócio internacional evidenciou um crescimento de prémios de 0,9%, refletindo as estratégias definidas para as diferentes operações internacionais.

Total de Prémios Emitidos detalhe Vida e Não Vida

(em M€)

2016	2.450	1.151	3.601
	-1,5%	+7,4%	+1,4%
2017	2.414	1.236	3.651

■ Não Vida
■ Vida

Quota de Mercado Total em Portugal

(em %)

2016	31,8%
	-1,5 pp
2017	30,2%

Quota de Mercado Vida em Portugal

(em %)

2016	35,5%
	-2,6 pp
2017	32,9%

Quota de Mercado Não Vida em Portugal

(em %)

2016	25,8%
	+0,2 pp
2017	26,0%

ii. Principais Linhas de Atuação da Fidelidade

A performance robusta da Fidelidade ao longo do ano 2017 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- I. Produtos e Serviços;
- II. Distribuição;
- III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica da Fidelidade, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas uma seguradora.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos clientes, através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas da Fidelidade, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel, a Fidelidade preparou-se para o lançamento de produtos ligados à telemática, que visam, através da gravação em tempo real dos comportamentos de condução, contribuir para uma melhoria da qualidade e segurança da condução. Assim, o cliente poderá avaliar diversos parâmetros da sua condução, como sejam, o número de pausas em viagens de longa duração, velocidades praticadas, acelerações ou travagens bruscas, que são registados automaticamente numa aplicação que o informa sobre oportunidades de melhoria, incentiva a uma condução segura e diminui o risco de sofrer acidentes. A nível económico, a oferta deste novo serviço é também vantajosa para o cliente: por um lado, tende a diminuir o prémio de seguro automóvel e, por outro, incentiva à geração de poupança, através da oferta de diversas opções de descontos.

Ao nível da assistência em viagem, a aplicação da Fidelidade Assistance, disponível desde 2016, simplificou a realização de pedidos, permitindo a gestão por esta via, não só da assistência automóvel, mas também da assistência em viagem, assistência médica, ao lar ou informática.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento da Fidelidade, nomeadamente com o lançamento da "Orientação Médica Online", um serviço inovador no mercado português. Desenvolvido pela Multicare, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O cliente tem a oportunidade de escolher o serviço pretendido, efetuando um pedido online ou telefónico que lhe garante apoio e aconselhamento para melhorar o seu estado de saúde. Após identificação dos sinais e sintomas comunicados, os especialistas sugerem a utilização dos meios mais adequados ao tipo de situação, indicando a eventualidade de a mesma carecer de cuidados médicos presenciais ou outras medidas de salvaguarda. A resposta poderá ser dada, conforme opção do cliente, por telefone ou e-mail.

No ramo de Multirriscos Habitação, a Fidelidade lançou um novo produto – “Fidelidade Casa”. Esta inovação caracteriza-se por um plano de oferta mais alargado, disponibilizando um portefólio de coberturas que permite satisfazer as necessidades dos clientes em função da sua perceção do risco e da sua capacidade financeira. Por isso, este produto tem por trás um simulador multifunções com um processo de recomendação ajustado ao perfil dos seus clientes.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criadas, em colaboração com a Luz Saúde, unidades específicas de tratamentos médicos na área geográfica do Porto e Lisboa, o que tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes, bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

No ramo de Acidentes Pessoais, a Fidelidade lançou o “Fidelidade GO”, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro. Este produto garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente que ocorra durante o período da estadia.

No ramo Vida, a Fidelidade tem também vindo a disponibilizar novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, a Fidelidade tem vindo a consolidar a sua oferta em termos de produtos de capital e rentabilidades garantidas.

Em Vida Risco, a Fidelidade lançou o produto “Proteção Vital das Famílias”. Trata-se de um seguro de vida inovador dirigido às famílias, abrangente, que inclui na sua cobertura base, para além do serviço de funeral, novas coberturas de Saúde, Assistência e de Acidente, integradas num único contrato, coberturas essas que se vão ajustando ao longo do tempo ao ciclo de vida dos vários elementos da família.

Para além deste novo produto, a Fidelidade tem vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário português, que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo.

Finalmente, e ao nível do serviço prestado ao cliente, a Fidelidade lançou a aplicação móvel “MyFidelidade”. Através da app, os clientes podem gerir os seus seguros dos ramos Automóvel, Casa e Saúde num só sítio, de uma forma intuitiva e acessível. Adicionalmente, podem solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real, e ainda pesquisar a rede de prestadores de saúde da Multicare e oficinas da Fidelidade.

II. Distribuição

A Fidelidade tem nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, a Fidelidade tem promovido uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm também marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais online.

Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

III. Pessoas e Organização

Pensar nas pessoas e na organização da Fidelidade é ajudar a construir o futuro da Fidelidade.

Num mundo em constante transformação, com um grau de incerteza cada vez maior, a proteção das pessoas e a entrega de soluções mais ágeis e simples, que reflitam mais proximidade e apoio aos clientes e parceiros, só é possível se à tecnologia e inovação for aliado o mais importante: as pessoas Fidelidade fazem a diferença.

Seguindo as linhas de atuação definidas para a Gestão de Pessoas – Desenvolvimento de Pessoas, Transformação Organizacional, Gestão da Mudança, Parceria com o Negócio e Cultura Corporativa –, a Fidelidade tem vindo a implementar novos modelos e novas formas de trabalho, das quais se destacam:

- **Desenvolvimento de Pessoas** – com o intuito de garantir a preparação das pessoas para os novos desafios, a Fidelidade tem vindo a implementar, de forma faseada, um novo Modelo Integrado de Gestão de Pessoas, que visa apoiar a clarificação de objetivos e responsabilidades de cada função e também a identificação de competências necessárias a cada função, a configuração de percursos naturais de carreira e a tomada de decisões de sucessão, promoção/progressão e evolução profissional.

Adicionalmente, a Fidelidade tem vindo a manter a aposta no rejuvenescimento e na captação de novos talentos, bem como o desenvolvimento de competências essenciais ao negócio, através, por exemplo, da formação de líderes, da formação comercial e da formação em novos produtos e em nova regulamentação do sector.

- **Transformação Organizacional** – a Fidelidade tem vindo a adaptar a sua organização, através da revisão e construção de estruturas organizacionais que respondam de forma mais adequada aos desafios do negócio e que garantam a introdução de novas competências e formas de trabalho. Além disso, a Fidelidade tem procurado implementar processos de monitorização e planificação da força de trabalho, essenciais para garantir as pessoas certas para as estruturas e funções da Organização.

- **Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio** – com o objetivo de conhecer, de estar do lado do negócio de forma a apoiar os seus responsáveis na gestão das suas pessoas, a Fidelidade tem vindo a trabalhar no rejuvenescimento da sua estrutura, passagem de conhecimento, mobilidade e sucessão e preparação dos líderes para motivarem as suas equipas tendo como foco as pessoas Fidelidade, o mercado, a proximidade ao cliente e os resultados.

- **Cultura Corporativa** – como forma de promover uma cultura corporativa, que promova a identidade cultural da empresa (Visão; Valores), o compromisso e reconhecimento das pessoas que todos os dias contribuem para o sucesso da Fidelidade, a Fidelidade criou recentemente uma intranet moderna e ágil, que é atualmente o seu principal canal de comunicação interno.

iii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade – ramo Vida

Em 2017 a Fidelidade evidenciou um ligeiro decréscimo do montante de prémios do ramo Vida, refletindo quer as condições de mercado para os produtos financeiros, quer o facto de ter registado, em 2016, um montante de prémios consideravelmente elevado que possibilitou atingir uma quota de mercado superior a 35%.

A Fidelidade continua a deter a liderança destacada do mercado, detendo uma quota de 32,9%.



Evolução por ramo do segmento Vida

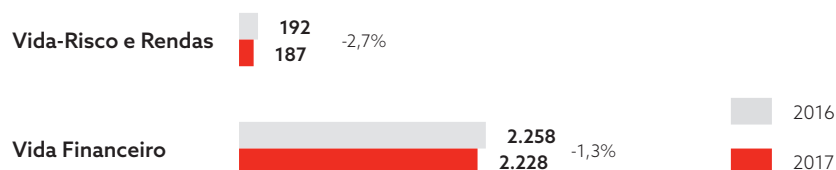
O segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 92% dos mesmos.

Na Fidelidade, os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma redução de 2,7% para um total de 187 milhões de euros, refletindo ainda um volume de novos contratos ligados ao crédito à habitação inferior ao nível de contratos que terminaram no ano em análise.

Os prémios de Vida Financeiro decresceram 1,3% para um total de 2.228 milhões de euros, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares.

Prémios do segmento Vida Fidelidade

(em M€)



Evolução por canal de distribuição do segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do segmento Vida, representando cerca de 81% do volume de vendas e tendo obtido um crescimento de cerca de 2,7% face a 2016, beneficiando sobretudo do canal bancário.

Por outro lado, os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) registaram um decréscimo do volume de vendas de 19,1%.

Segmento Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	375	464	-19,1%
Bancário e CTT	1.957	1.906	+2,7%
Estrangeiro	82	80	+2,3%
Fidelidade	2.414	2.450	-1,5%

iv. Segmento Não Vida

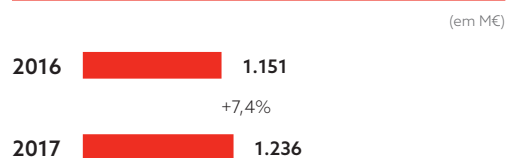
Principais indicadores de atividade – segmento Não Vida

A Fidelidade apresentou uma performance francamente positiva no segmento Não Vida, tendo os prémios emitidos aumentado 7,4% para um total de 1.236 milhões de euros.

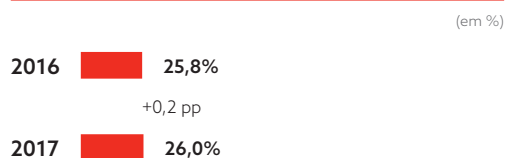
A performance comercial da Fidelidade suplantou a tendência positiva da generalidade do mercado, tendo a Fidelidade verificado um crescimento de 7,9% nos seus prémios provenientes da atividade em Portugal que compara com um aumento de 6,9% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição de liderança da Fidelidade, aumentando a sua quota de mercado para 26,0%, o que representa um acréscimo de 0,2 pp face ao ano 2016.

A contribuir para este desempenho positivo da Fidelidade no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical da Fidelidade, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.

Prémios Emitidos em Não Vida



Quota de Mercado Não Vida em Portugal



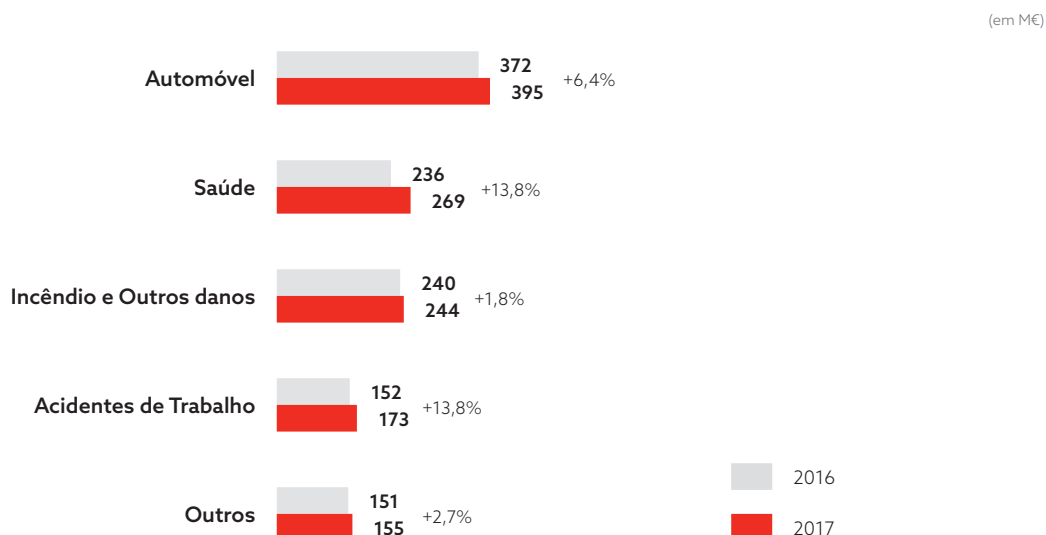
Evolução por ramo do segmento Não Vida

O segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos – Acidentes de Trabalho, Doença, Automóvel e Incêndio e Outros Danos, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2017, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde e Acidentes de Trabalho, com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare, com a inclusão de aconselhamento médico telefónico e online.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no segmento Não Vida, com um peso superior a 30% do total. A performance deste ramo foi bastante sólida, tendo os prémios aumentado 6,4% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade de a Fidelidade capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios emitidos no segmento Não Vida – Detalhe por ramo



Evolução por canal de distribuição do segmento Não Vida

A generalidade dos canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do segmento Não Vida no ano 2017 face ao ano 2016, com particular destaque para os canais tradicionais, que evidenciaram um crescimento de 8,4%.

Os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do segmento Não Vida, representando cerca de 90% do volume de vendas.

Segmento Não Vida

(milhões de euros)

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	1.075	992	+8,4%
Bancário e CTT	104	101	+2,7%
Estrangeiro	58	58	-1,0%
Fidelidade	1.236	1.151	+7,4%

v. Atividade Internacional

Atualmente, a Fidelidade está diretamente presente através das suas sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

O montante de prémios de seguro direto das sucursais da Fidelidade ascendeu, em 2017, a 139,7 milhões de euros, superior em 0,9% ao valor do ano anterior. Esta evolução beneficiou sobretudo da performance a nível do Vida Financeiro da Sucursal de Espanha, que compensou a queda de prémios na mesma linha de negócio em França, resultado da incerteza regulatória e fiscal em torno destes produtos naquele mercado. Adicionalmente, verificou-se um forte crescimento dos prémios Vida e Não Vida na Sucursal de Moçambique, embora o contributo para a atividade internacional total se mantenha reduzido.

O quadro seguinte evidencia a evolução recente dos prémios nas sucursais:

Atividade no Estrangeiro – Prémios de Seguro Direto

ATIVIDADE NO ESTRANGEIRO (Prémios de Seguro Direto)	2017		2016	
	Valor (em M€)	Valor (em %)	Valor (em M€)	Valor (em %)
SUCURSAL DE ESPANHA				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	47,6	39,6%	34,1	20,7%
Não Vida	15,7	-14,3%	18,4	24,8%
Total	63,3	20,8%	52,5	22,1%
SUCURSAL DE FRANÇA				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	26,5	-24,5%	35,1	16,8%
Não Vida	39,1	1,6%	38,5	32,1%
Total	65,6	-10,9%	73,6	24,3%
SUCURSAL DO LUXEMBURGO				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	0,2	-71,1%	0,5	-89,2%
Não Vida				
Total	0,2	-71,1%	0,5	-89,2%
SUCURSAL DE MACAU				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	7,7	-26,7%	10,5	44,4%
Não Vida				
Total	7,7	-26,7%	10,5	-43,5%
SUCURSAL DE MOÇAMBIQUE				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	0,2	279,0%	0,0	378,8%
Não Vida	2,8	103,7%	1,4	421,9%
Total	3,0	109,1%	1,4	418,9%
TOTAL ATIVIDADE NO ESTRANGEIRO				
Vida (Contratos de Seguro e de Investimentos)	82,1	2,3%	80,2	13,7%
Não Vida	57,7	-1,0%	58,3	5,1%
Total	139,7	0,9%	138,5	9,9%

No decorrer de 2017, importa assinalar o lançamento de um esforço importante de revisão do modelo de governance internacional da Fidelidade, tendo-se apostado no desenvolvimento de uma plataforma corporativa ágil que consiga potenciar os conhecimentos e experiência existentes na Fidelidade, através de um modelo de corporativização enfocado no apoio às operações internacionais. Este modelo envolve naturalmente tanto áreas técnicas como funcionais, e garante maior proximidade, mas sobretudo maior alinhamento, da atividade das sucursais com a estratégia definida pela Fidelidade.

c. Performance Operacional e Financeira

Principais indicadores da performance operacional e financeira

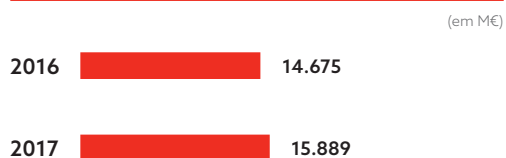
No ano de 2017 a Fidelidade apresentou uma rentabilidade sólida, tendo atingido um resultado líquido de 187,8 milhões de euros, o que representa um aumento significativo face ao ano de 2016.

A contribuir positivamente para este resultado líquido destaca-se a performance consistente na gestão dos investimentos.

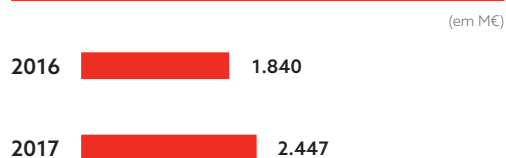
O rácio combinado atingiu os 101,7% em 2017, com um acréscimo de 3,9 pp face ao ano anterior, influenciado sobretudo pelo agravamento do rácio de sinistralidade, devido aos incêndios registados em Portugal nos meses de junho e de outubro.

O ativo líquido evidenciou igualmente um crescimento de 8,3%, para 15,9 mil milhões de euros, refletindo o aumento do nível de provisões técnicas e dos capitais próprios (que beneficiaram de uma valorização assinável da carteira de investimentos).

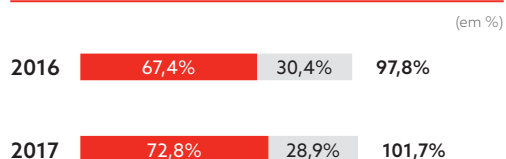
Ativo Líquido



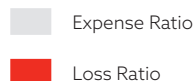
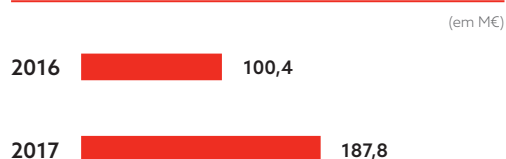
Capitais Próprios



Rácio Combinado Detalhado *



Resultado Líquido



i. Performance Operacional

A performance operacional teve uma evolução negativa no decorrer do ano 2017, tendo o rácio combinado aumentado de 97,8% para 101,7% (+3,9 pp). Como já referido anteriormente, este resultado foi influenciado por sinistros extraordinários, nomeadamente os incêndios registados em Portugal nos meses de junho e de outubro, que implicaram um acréscimo de 5,4 pp no rácio de sinistralidade, incluindo custos alocados à função sinistros, que atingiu 72,8% no ano 2017.

Por outro lado, relativamente ao rácio de despesas, verificou-se uma redução de 1,5 pp, passando de 30,4% para 28,9% no ano 2017. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional da Fidelidade, bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios Não Vida tem vindo a aumentar de forma expressiva.

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido da Fidelidade situou-se em 15,9 mil milhões de euros no ano 2017, o que representa um acréscimo de 8,3% face ao ano 2016.

A política de investimentos aplicada pela Fidelidade considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

- O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- A necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos da Fidelidade (incluindo Depósitos Bancários e Caixa) ascendeu a 15,0 mil milhões de euros.

Em 2017, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco.

Globalmente verificou-se uma boa performance na área dos investimentos, tendo sido atingido um investment income de 496 milhões de euros com um respetivo investment yield de 3,5%.

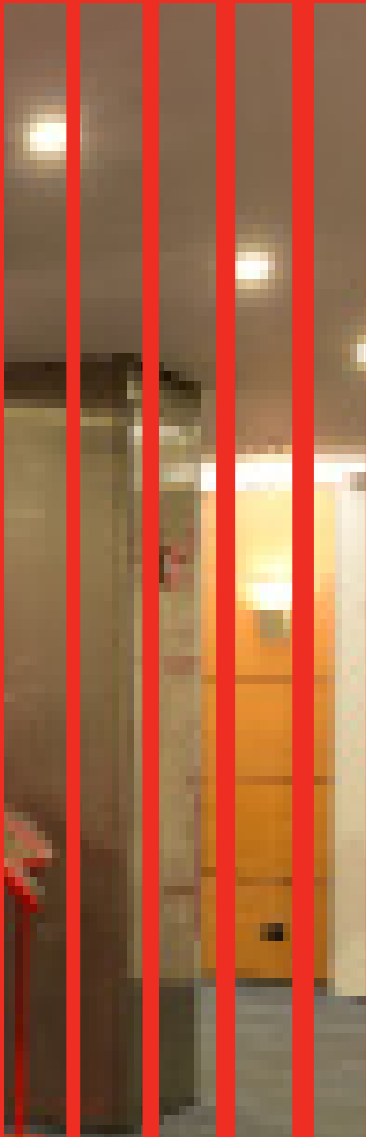
d. Outros

Principais indicadores da performance operacional e financeira

Nos termos do nr. 7 do art. 66º B do Código das Sociedades Comerciais ("CSC"), a Fidelidade fica isenta de apresentar a demonstração não financeira prevista no nr. 1 do referido art. 66ºB do CSC. A demonstração não financeira será apresentada no relatório de gestão consolidado da empresa mãe Longrun, SGPS, S.A.

PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO





a. Evolução Macroeconómica

A economia portuguesa evidenciou em 2017 um ritmo de crescimento da atividade superior ao observado nos últimos anos, mantendo, desta forma, a dinâmica de recuperação iniciada em 2013. Com efeito, a atividade económica em Portugal beneficiou de um enquadramento externo favorável, caracterizado pela aceleração da procura externa e pela melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras.

As estimativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB próximo de 2,5% em 2017, valor superior ao registado em 2016 (1,5%) e semelhante ao projetado para a média da área do euro. A evolução evidenciada pela economia portuguesa encontra-se assente no maior dinamismo das exportações e do investimento.

As exportações de bens e serviços apresentaram uma elevada dinâmica (crescimento anual bruto de 7,7% em 2017 face a 4,4% em 2016), destacando-se o crescimento das exportações de serviços. Em particular, as exportações de turismo evidenciaram um forte desempenho, registando a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

Por seu lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou-se como a componente mais dinâmica da procura interna. Com efeito, depois de um ligeiro aumento de 1,6% em 2016, a FBCF terá crescido 8,3% em 2017, impulsionada essencialmente pelo setor habitacional, mas também pela manutenção do forte crescimento da FBCF empresarial (cerca de 7%).

O consumo privado manteve, em 2017, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,2%), refletindo o comportamento do consumo de bens correntes e de serviços, que permitiu anular o efeito de alguma desaceleração do consumo de bens duradouros, nomeadamente de veículos automóveis.

No mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+3,1%) e, consequentemente, para uma redução da taxa de desemprego, atingindo cerca de 9% no final de 2017 (11,1% em 2016).

Neste contexto, a economia portuguesa deverá ter mantido, em 2017, uma capacidade de financiamento positiva, pese embora o saldo da balança corrente e de capital evidencie uma ligeira redução face ao ano anterior (1,5% do PIB em 2017 face a 1,7% em 2016).

Relativamente à inflação, verificou-se em 2017 um aumento do nível de preços em 1,6% (face a 0,6% em 2016), refletindo a evolução da componente energética (aumento de 4%) e da componente não energética (aumento de 1,4%), esta última decorrente do crescimento significativo dos preços dos serviços, em especial os relacionados com a atividade do turismo.

Para 2018, as projeções disponíveis apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um crescimento mais moderado do PIB (2,3%), refletindo um menor dinamismo das exportações e do investimento (crescimento esperado de 6,5% e 6%, respetivamente), e uma estabilização do consumo privado (crescimento de 2,1%).

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2018

O mercado segurador português, após dois anos consecutivos em queda, registou um crescimento de prémios de 6,5% face a 2016, impulsionado pela evolução positiva dos seus dois grandes segmentos de negócio: os ramos Vida (+6,2%), fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida (+6,9%), cuja evolução se encontra intimamente ligada à atividade económica.

Relativamente ao segmento Vida, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um crescimento próximo de 7%, contrariando a tendência de queda acentuada do volume de produção registada nos dois anos anteriores. Para tal, contribuiu fortemente a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento (6,9% em 2017 face a 5,1% em 2016), registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2004, sendo de destacar o contributo dos ramos Acidentes de Trabalho e Doença.

Em 2018, é expetável a manutenção da trajetória de crescimento da produção associada a produtos financeiros, beneficiando da maior apetência do mercado português por produtos complementares do rendimento na reforma (em face da menor taxa de substituição por parte do sistema público).

Relativamente ao segmento Não Vida, a tendência mantém-se igualmente de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando do contributo esperado de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirrisco e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1 pp).

c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, a Fidelidade tem vindo a preparar-se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- Envelhecimento da população;
- Novas necessidades no contexto digital;
- Alterações regulatórias;
- Incerteza nos mercados financeiros.

1. Envelhecimento da população

O **envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais impactos:

- Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

A Fidelidade pretende acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados às necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, long term care e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

A Fidelidade está consciente das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

A Fidelidade acredita que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

2. Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os clientes.

Principais impactos:

- Procura de novas soluções de proteção;
- Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias;
- Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O setor segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando de implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente customer centric, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado pela Fidelidade.

No âmbito da sua agenda digital, a Fidelidade tem em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (móvel, analytics, internet of things,...), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal, procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

3. Alterações regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicado a partir do dia 1 de janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais impactos:

- Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o setor segurador.

A Fidelidade fez uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de janeiro de 2016.

A Fidelidade rege-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

Consciente dos desafios macroeconómicos e da volatilidade nos mercados financeiros, a Fidelidade tem adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

4. Incerteza nos mercados financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do euro e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais depois de uma muito boa performance durante o ano de 2017, constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo enquadramento atual.

Principais impactos:

- Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- Impactos na posição de solvência das companhias.

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Neste âmbito, a Fidelidade tem levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um exetável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, a Fidelidade procedeu às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.

d. Posicionamento da Fidelidade no Futuro

Nos últimos anos, a Fidelidade prosseguiu a sua estratégia com um balanço globalmente muito positivo, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. A Fidelidade iniciou em 2014 um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2018 deverá ser, para a Fidelidade, um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável da Fidelidade.

A Fidelidade reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. A Fidelidade tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares à Fidelidade, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

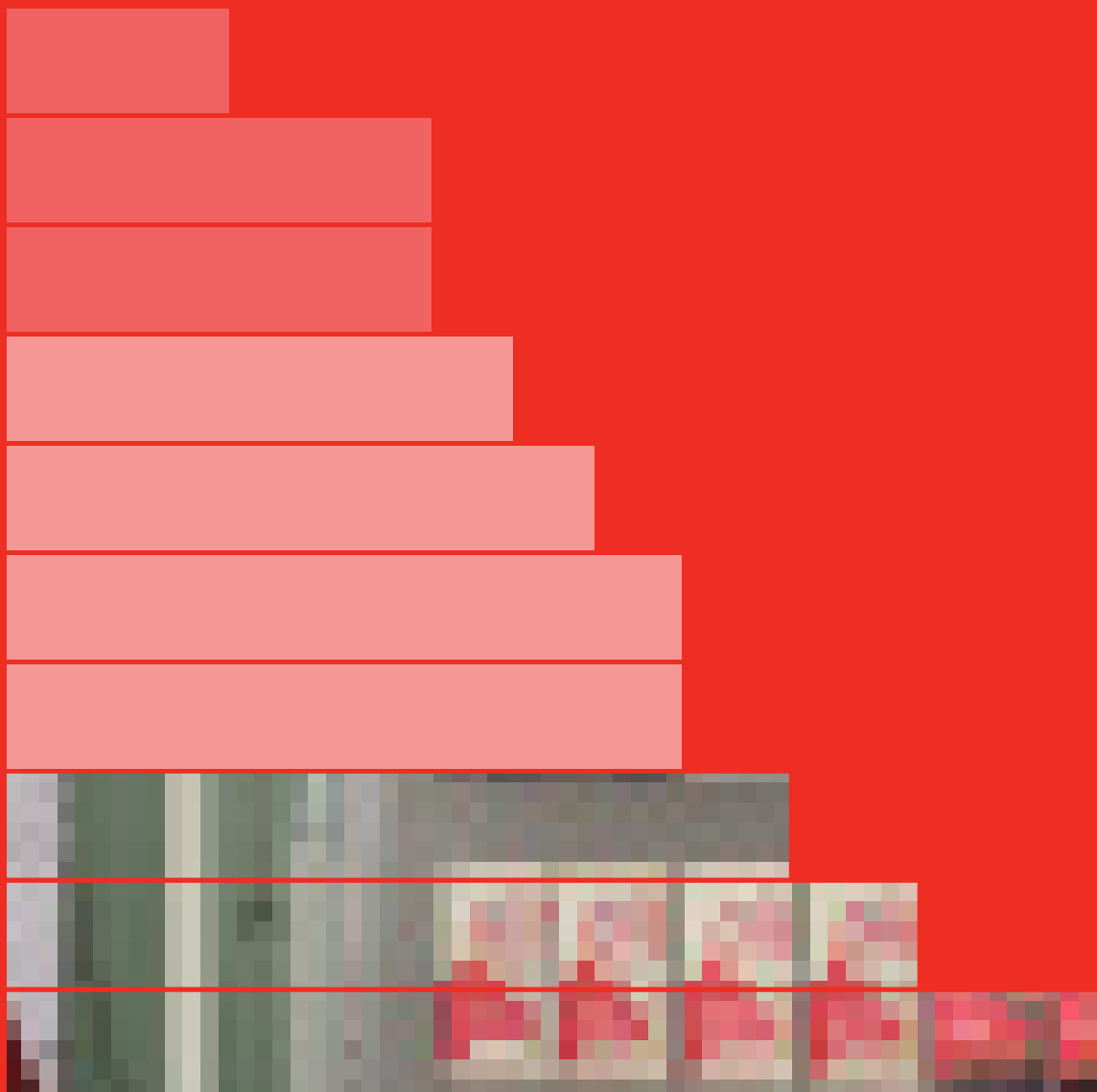
Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçada nas fortes competências que tem em Portugal, a Fidelidade pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Fidelidade, suportada no apoio dos seus acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa, está confiante no sucesso.

SUCURSAIS DA FIDELIDADE





Neste capítulo apresenta-se o resumo da atividade das sucursais da Fidelidade, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos chave do ano de 2017, principais indicadores e próximos passos.

ESPAÑHA

Volume de Negócios = 63,3M€

Número de Pessoas = 80

Em 1995 deu-se o primeiro passo de internacionalização da Fidelidade, com abertura da Sucursal de Espanha. Ao longo destes mais de vinte anos, a sucursal tem servido não só a comunidade portuguesa mas também clientes espanhóis através da sua oferta nos ramos Vida e Não Vida em diversos canais, dos quais sempre se destacou o Banco Caixa Geral como parceiro estratégico de bancaseguros.

A Fidelidade Espanha fechou o ano 2017 com uma receita de 63,3 milhões de euros em prémios emitidos, o que representou um crescimento de 21% face ao ano anterior, influenciado pelo comportamento positivo do ramo Vida. Ainda no decorrer de 2017, e devido ao posicionamento e escala da Sucursal de Espanha num mercado muito competitivo, foi lançado um programa de reestruturação tendo como principal objetivo garantir a sustentabilidade da operação. Em síntese, ficam os principais eixos de atuação lançados este ano e cuja implementação prosseguirá em 2018:

- Reenfoque estratégico no canal bancaseguros, no negócio bilateral com Portugal e na comunidade chinesa residente em Espanha;
- Reestruturação do canal de Mediadores e Brokers;
- Redefinição dos critérios de aceitação de risco, procurando maior alinhamento com a Sede e com a capacidade de retenção;
- Ajuste organizacional em linha com os pontos anteriores.

FRANÇA

Volume de Negócios = 65,6M€

Número de Pessoas = 56

A Sucursal da Fidelidade em França celebrou em 2017 os 20 anos de atividade. Desde o início da sua atividade, tem sido uma das operações com maior peso no volume de negócios internacional. Através de uma oferta diversificada nos ramos Vida e Não Vida e uma rede de distribuição sólida de bancaseguros e corretores, a sucursal tem sido a principal seguradora da comunidade portuguesa no país. Em 2017, o volume de negócios da Sucursal de França ascendeu a 65,6 milhões de euros, onde se destaca a evolução positiva dos ramos Não Vida (+1,6% face a 2016).

O ano 2017 foi um ano de reforço da presença da marca junto da comunidade luso-descendente, particulares e sobretudo empresas, e de início da colaboração com parceiros da comunidade chinesa para potenciar, através de acordos com mediadores exclusivos e do canal de bancaseguros, a distribuição de produtos da Fidelidade França junto desta importante comunidade.

MACAU – SUCURSAL VIDA

Volume de Negócios = 7,7M€

Número de Pessoas = 5

Desde 1999 que a Fidelidade desenvolve a atividade seguradora na Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, atuando em dois segmentos de mercado, os ramos Vida e gestão de Fundos de Pensões. A estratégia comercial da sucursal passa sobretudo pela parceria com o Banco Nacional Ultramarino (BNU), instituição financeira que conta com 115 anos de existência em Macau.

Em 2017, o volume de negócios da sucursal Vida em Macau ascendeu aos 7,7 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 26,7% face ao período homólogo. A performance comercial em 2017 viu-se afetada pelo elevado ambiente concorrencial.

Para 2018 perspetiva-se o reforço da parceria com o BNU, com uma renovada estratégia de dinamização comercial do canal e com enfoque no desenvolvimento de uma gama de produtos financeiros mais alargada, consolidando a estratégia definida e iniciada em anos anteriores.

MOÇAMBIQUE

Volume de Negócios = 3,0M€

Número de Pessoas = 37

As sucursais Vida e Não Vida da Fidelidade em Moçambique iniciaram a sua atividade comercial no ano de 2015, tendo alcançado um volume total de prémios em 2017 de 3 milhões de euros.

O ano de 2017 foi o ano da consolidação da operação da Fidelidade em Moçambique, merecendo particular destaque os seguintes factos:

- Aumento da notoriedade da marca Fidelidade, resultado do esforço na divulgação da marca, com particular destaque na presença da Companhia em eventos e em campanhas publicitárias;
- Alargamento da oferta, com o desenvolvimento do seguro de saúde, lançado em parceria com a Multicare;
- Lançamento das coberturas de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica, inovadoras neste mercado;
- Alargamento das parcerias comerciais (ex. Banco Terra).

Em 2018, irá manter-se o esforço de consolidação, reconhecimento e notoriedade da marca Fidelidade, bem como de crescimento do volume de negócios e da rentabilidade. As principais apostas passam pelo contínuo desenvolvimento das competências internas e pelo desenvolvimento dos canais de distribuição.

LUXEMBURGO

Volume de Negócios = 0,2M€

Número de Pessoas = 2

Em 2017, o volume de negócios da Sucursal do Luxemburgo ascendeu a 0,2 milhões de euros, valor proveniente dos ramos Vida, em particular da vertente financeira.

A Fidelidade mantém a sua presença neste país, onde existe uma relevante comunidade luso-descendente.

ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

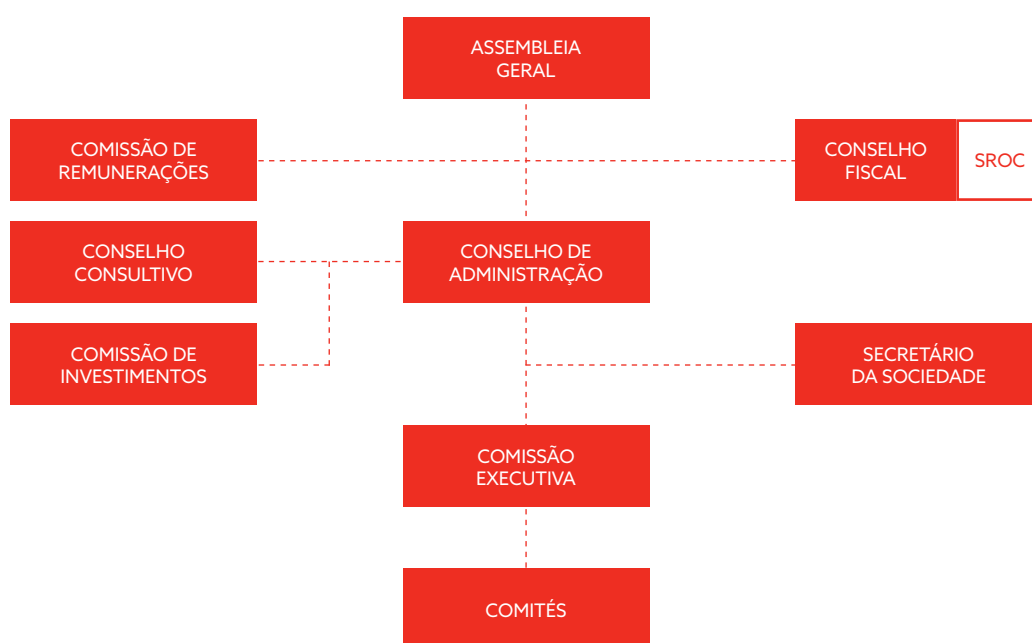


O presente capítulo incorpora uma breve síntese de informação sobre o governo da Sociedade, que é desenvolvida de forma mais detalhada no Relatório de Governo da Sociedade.

i. Síntese

ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A estrutura de governo societário da Fidelidade encontra-se esquematizada na figura seguinte, incluindo a Assembleia Geral, Órgãos de Administração e Órgãos de Fiscalização:



A Assembleia Geral é o órgão através do qual os acionistas expressam a sua visão para a empresa, através das suas deliberações. Tem igualmente a competência exclusiva de nomeação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade, tendo delegado na Comissão Executiva a gestão corrente da mesma nos termos legais.

Desta forma compete à Comissão Executiva a tomada de todas as decisões respeitantes à atividade corrente da empresa, com exceção das mantidas na competência exclusiva do Conselho de Administração, sendo de destacar as relativas a todas as operações de seguro e resseguro, representação da sociedade e gestão de recursos humanos.

O Conselho Consultivo, cujos membros são designados pelo Conselho de Administração, tem como principais competências analisar e refletir sobre a estratégia global do grupo segurador Fidelidade, cabendo-lhe pronunciar-se sobre as linhas gerais do plano de atividades e do orçamento anual e acompanhar a evolução da implementação da estratégia de internacionalização e de investimentos, apreciando os assuntos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

A Comissão de Investimento, cujos membros são igualmente designados pelo Conselho de Administração, tem como principais atribuições supervisionar todas as decisões de investimento da Fidelidade, bem como definir as diretrizes de investimento e quais as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

A fiscalização da sociedade compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei.

ii. Comissão Executiva

JORGE MAGALHÃES CORREIA (Presidente Comissão Executiva)

- Jorge Magalhães Correia é licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua vida profissional como docente de Direito na mesma faculdade, onde lecionou durante 9 anos.
- Trabalhou no Ministério das Finanças, enquanto quadro dirigente da Inspeção-Geral de Finanças, e posteriormente na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a cuja fundação esteve ligado.
- Possui uma longa experiência em seguros (18 anos): integrou a Fidelidade em 1994 e desde 1998 ocupa cargos executivos nos Conselhos de Administração das diferentes empresas do grupo.
- Exerce atualmente os cargos de vice-presidente do Conselho de Administração e de presidente da Comissão Executiva.
- Ocupa igualmente os cargos de vice-presidente da Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e de membro da The Geneve Association.

ROGÉRIO CAMPOS HENRIQUES (Áreas de Informática e Suporte Operacional)

- Rogério Henriques é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa e tem um MBA no INSEAD.
- Antes de integrar a Fidelidade, em 2008, foi diretor de Marketing na PT Investimentos Internacionais e na Africatel Holdings BV, diretor de Desenvolvimento de Negócio na PT SGPS e senior manager na Boston Consulting Group.
- Antes de ser nomeado membro da Comissão Executiva, foi diretor da área de TI da Fidelidade Mundial/Império Bonança e membro da Comissão Executiva da Multicare entre 2008 a 2012. Atualmente é responsável pelas áreas de Informática, Pessoas, Planeamento, Desenvolvimento de Negócio, Procurement e outras áreas de suporte.
- Ocupa igualmente o cargo de presidente da Comissão Técnica Segurnet na APS.

JOSÉ ALVAREZ QUINTERO (Áreas de Subscrição, Marketing e Operações)

- José Alvarez Quintero é licenciado em Economia pela Universidade de Santiago de Compostela.
- Mais de 30 anos de experiência no setor de Seguros. Antes de integrar a Fidelidade, em 1996, ocupou cargos em empresas de referência no setor de Seguros, como a Catalana Occidente, a Companhia Vitalicio Seguros e a Seguros Universal Asistencia.
- É atualmente responsável pelo marketing e por todas as áreas técnicas da Companhia.
- Ocupa igualmente o cargo de presidente da Comissão Técnica Automóvel & Acidentes na APS.

ANTÓNIO DE SOUSA NORONHA (Áreas Comerciais)

- António Noronha é licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade Livre de Lisboa e tem uma pós-graduação em Gestão ministrada pela Universidade Nova de Lisboa.
- Mais de 20 anos de experiência no setor segurador. Antes de integrar a Comissão Executiva, foi diretor da Rede de Agências da Mundial Confiança e, posteriormente, da Rede de Agências da Fidelidade Mundial.
- Antes de integrar a Fidelidade, ocupou cargos em empresas como a Chase Manhattan Bank e PWC. Foi membro do Conselho de Administração do Fundo de Investimentos Grupo Totta/Valores Ibéricos e do Fundo de Pensões TottaPensões.
- Atualmente, é responsável pelas áreas comerciais da Fidelidade.

WILLIAM MAK
(Áreas Financeiras
e Gestão de Risco)

- William Mak tirou um mestrado em Contabilidade Profissional pela Universidade Politécnica de Hong Kong e é revisor oficial de contas certificado pela Ordem de Revisores Oficiais de Contas de Hong Kong.
- Mais de 25 anos de experiência nas áreas de finanças, tesouraria, informática e operações no setor da banca e seguros.
- Antes de integrar a Fidelidade, ocupou o cargo de administrador da área de TI na Sun Life Financial Ltd., Hong Kong, de 2001 a 2003, e foi consultor na New York Life International LLC, de 2003 a 2005, tendo sido responsável pela gestão de projetos nas áreas de finanças, resseguro e atuariado. Entre 2005 e 2014, ocupou cargos de administrador financeiro na Ping An Insurance (Group) Company of China, Ltd. e na Ping An Life Company Ltd..
- Integrou a Fidelidade em 2014 para assumir o cargo de administrador financeiro e membro da Comissão Executiva. As suas áreas de responsabilidade são a contabilidade e reporte financeiro, juntamente com a gestão de risco e investimentos imobiliários.

JUN LI
(Áreas de
Investimentos)

- Jun Li é licenciado em Línguas e Literatura pela Universidade de Tsinghua e tem um mestrado em Ciências da Computação na Universidade de Rutgers.
- Antes de integrar a Fidelidade, em 2014, foi gestor de portefólio de investimentos na Fore Research & Management, LP; foi analista sénior no Crédit Suisse e gestor de investimentos na Fullgoal Fund Management.
- Integrou a Fidelidade em 2014 para assumir o cargo de administrador e membro da Comissão Executiva. A sua área de responsabilidade é a de investimentos financeiros.

ANDRÉ CARDOSO
(Áreas Internacionais
e de Desenvolvimento
de Negócio)

- André Cardoso é Licenciado em Engenharia Industrial pelo Instituto Superior Técnico e tem MBA no INSEAD.
- Antes de integrar a Fidelidade, em 2014, foi project leader na Boston Consulting Group.
- Antes de ser nomeado membro da Comissão Executiva em 2017, foi diretor da área de Desenvolvimento de Negócio da Fidelidade
- Atualmente é responsável pelas áreas internacionais da Fidelidade e pela área de Desenvolvimento de Negócio.

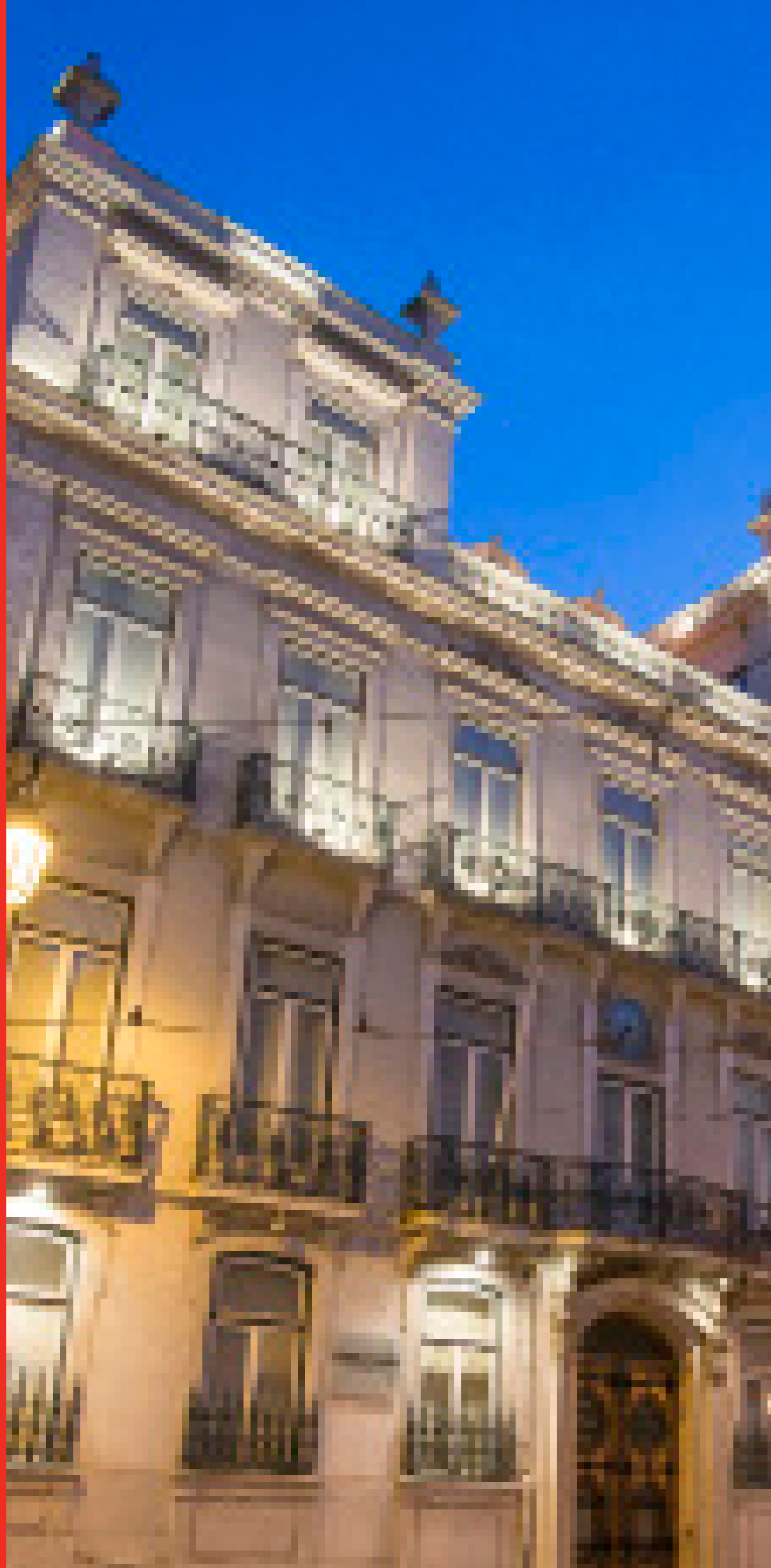
iii. Política de Remunerações

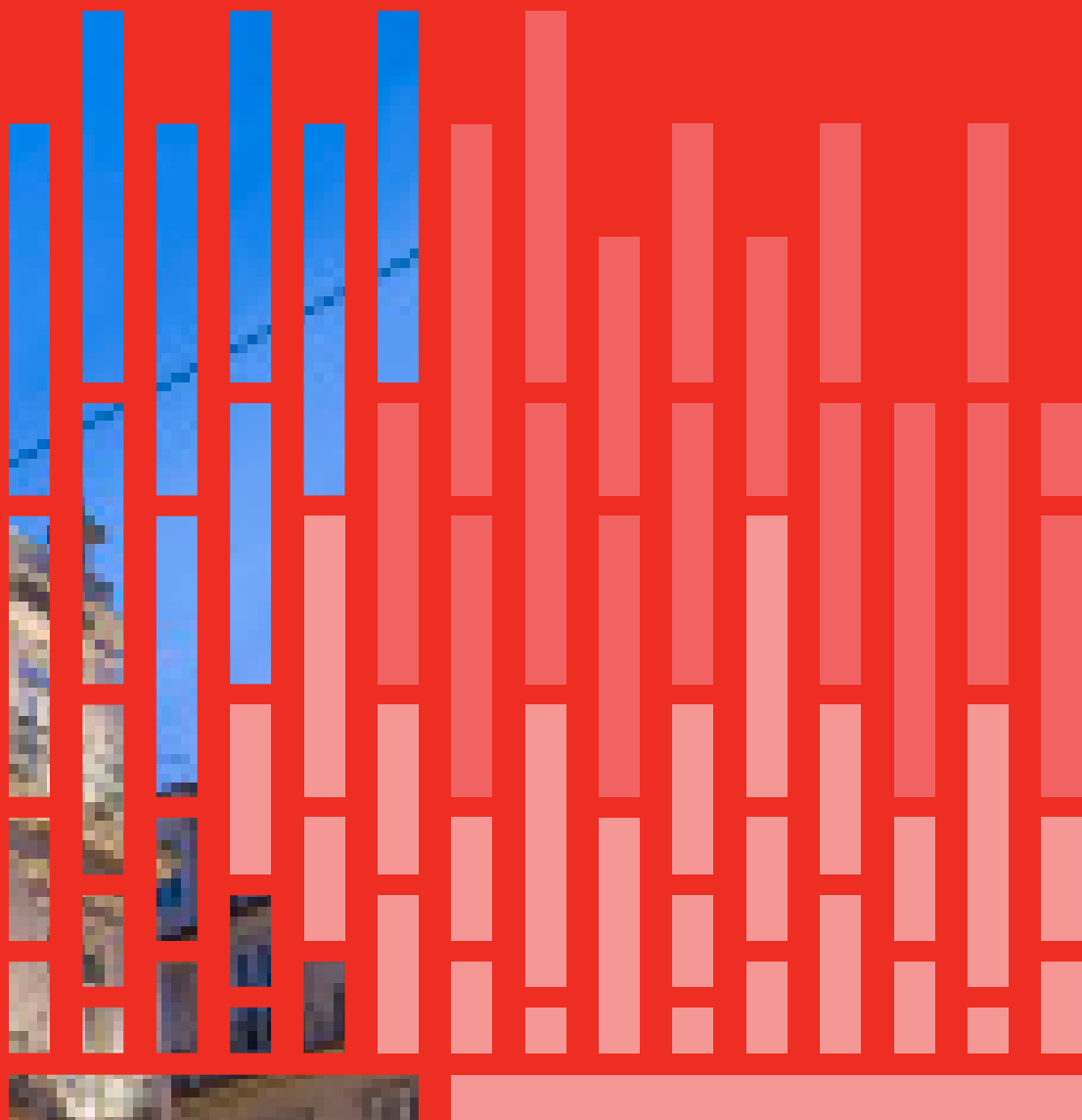
A competência para a fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações, sendo que esta assenta nos seguintes princípios:

- A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização é fixada pela Comissão de Remunerações à luz da política de remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da empresa e dos acionistas, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável;
- A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares;
- A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída individualizada e anualmente;
- Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável;
- Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa;
- Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade.

GESTÃO DE RISCOS





i. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, permitindo assegurar que os seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco da Companhia, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação, a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, a Companhia estabeleceu um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Companhia preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira", com referência a 31/12/2016, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

O rácio de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) aí apresentado era de 131,44% e 508,82%, respetivamente, o que representava um aumento considerável face aos valores em 1/1/2016.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2017, importa referir que a Companhia, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável, prevendo-se que os mesmos venham a ser reforçados face ao exercício de 2016.

ii. Gestão de Riscos Financeiros e Contabilidade de Cobertura

A Fidelidade realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Fidelidade a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, a Fidelidade prepara a necessária documentação formal, nos termos definidos pela IAS 39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A Fidelidade começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

RESPONSABILIDADE SOCIAL





Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade da Fidelidade, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para a Fidelidade, a Responsabilidade Social assenta antes de mais no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

A Fidelidade mantém-se empenhada num conjunto vasto de programas de inovação, em produtos, modelos de serviço e estrutura organizacional, que permitiram posicionar-se entre as empresas mais avançadas, sofisticadas e eficientes do setor segurador europeu. Assumindo como prioridade absoluta praticar um negócio responsável através do melhor serviço a clientes e lesados, parceiros, fornecedores, desenvolveu, em conjunto com os seus colaboradores, uma política de envolvimento com a comunidade focada em áreas relacionadas com as preocupações de negócio: Prevenção e promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Quando os sinistros ocorrem vamos além das obrigações legais através do compromisso WeCare. No apoio a organizações ou iniciativas estamos presentes através de donativos, patrocínios, seguros oferecidos ou Voluntariado, onde colocamos as competências dos nossos colaboradores ao serviço da comunidade.

Tudo isto é "Fidelidade Comunidade" - o Programa de Responsabilidade Social da Fidelidade cuja estratégia de atuação assenta na implementação de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a situações de desigualdade social.

Em 2017 a Fidelidade lançou o Prémio Fidelidade Comunidade que designa o modo como a empresa estrutura a sua resposta às problemáticas da sociedade. Com este Prémio, a Fidelidade visa construir um modo de atuação transparente, eficiente, com critérios de avaliação pré-definidos, criação de sinergias com outras vertentes, como o voluntariado, mas também parcerias com partes interessadas, que são stakeholders importantes para a Companhia.

O Prémio Fidelidade Comunidade tem como missão promover o fortalecimento do setor social, através do investimento na estrutura das instituições que atuem no âmbito da inclusão social e prevenção na saúde - as áreas de intervenção eleitas para esta edição - e que correspondem à essência dos impactos da atividade da seguradora, que visa a proteger as pessoas, o património e a atividade económica, no presente e numa perspetiva futura.

Com um valor global de 500.000€, o Prémio Fidelidade Comunidade destina-se a pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, com atividade em território nacional, legalmente constituídas e registadas e materializa o compromisso da Fidelidade com o desenvolvimento sustentável através do fortalecimento das entidades que respondem diretamente às necessidades da sociedade. Vamos dedicar especial atenção à promoção da sustentabilidade de longo prazo destas entidades em áreas específicas e em criar sinergias com a Fidelidade e os seus parceiros. Em 2018 o prémio Fidelidade Comunidade terá a sua 2ª edição.

O desempenho das seguradoras da Fidelidade em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade, que a partir de 2017 tem uma periodicidade anual. O relatório é certificado por uma entidade externa.

PROPOSTA E APLICAÇÃO DE RESULTADOS



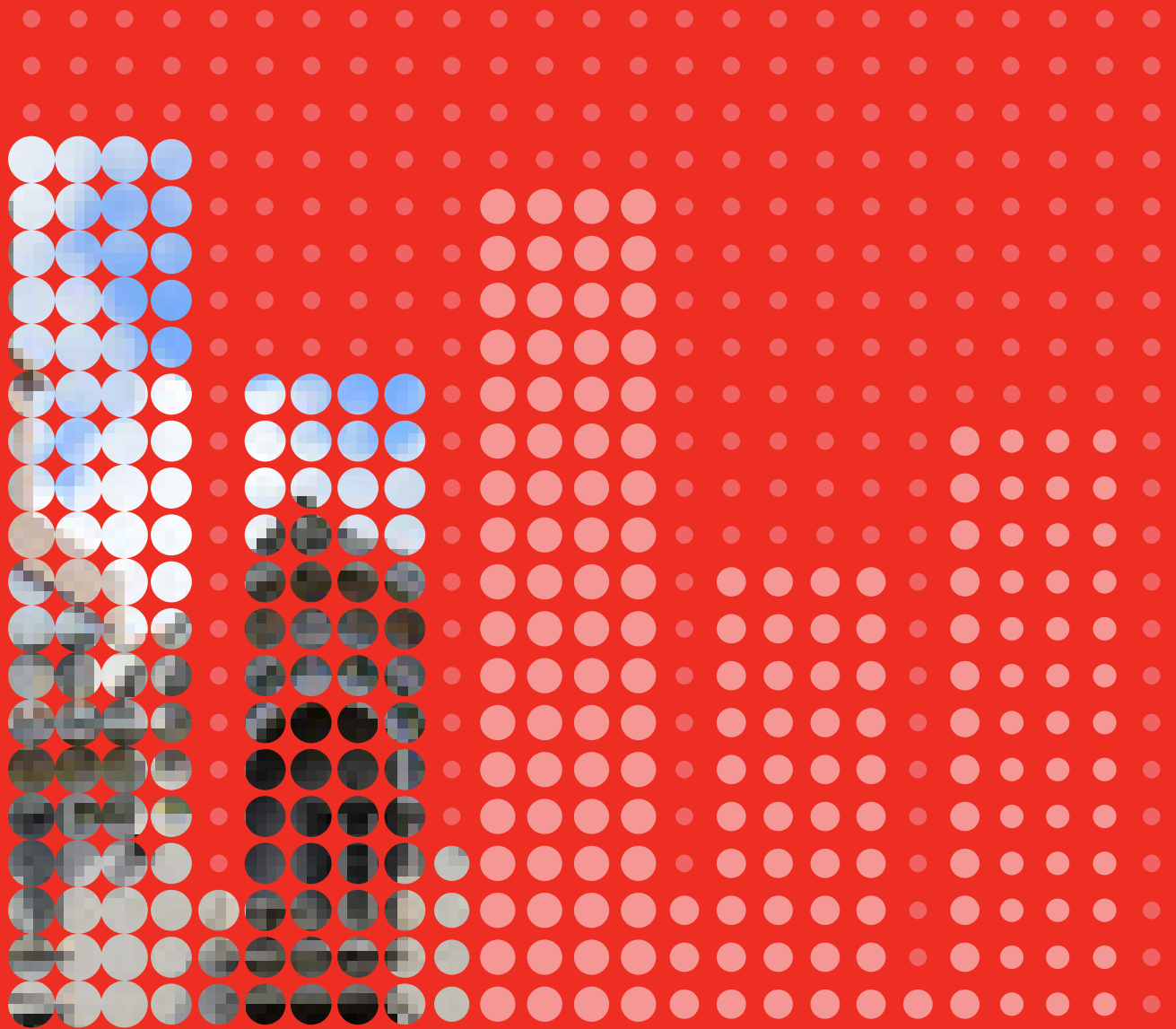
O resultado líquido individual do exercício de 2017 ascendeu a € 187.789.357,30.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

Reserva Legal	€ 25.001.921,54
Remanescente à disposição da Assembleia-geral	€ 162.787.435,76
	€ 187.789.357,30

CONSIDERAÇÕES FINAIS





Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- Os colaboradores, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- Os clientes, pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia
Lan KANG
José Manuel Alvarez Quintero
Xiaodong YU
Lingjiang XU
José João Guilherme
Francisco Ravara Cary
João Eduardo de Noronha Gamito de Faria
António Manuel Marques de Sousa Noronha
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques
Wai Lam William MAK
Jun LI
André Simões Cardoso
Tao LI

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º, Nº 4, DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

À data do encerramento do exercício de 2017, encontravam-se na situação prevista no artigo 448º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais as seguintes entidades:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A., titular de 102.833.140 ações representativas de 84,9861% do capital social e dos direitos de voto;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., titular de 18.150.000 ações representativas de 15% do capital social e dos direitos de voto.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

ATIVO	Notas	2017			2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustes	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3 e 10	199.378.975	-	199.378.975	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	4 e 10	1.964.534.956	-	1.964.534.956	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	5 e 10	67.050.687	-	67.050.687	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5 e 10	534.023.121	-	534.023.121	666.177.620
Derivados de cobertura	6 e 10	14.922.592	-	14.922.592	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	7 e 10	10.691.961.590	-	10.691.961.590	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	8 e 10	1.118.972.443	-	1.118.972.443	945.455.675
Depósitos junto de empresas cedentes	8	672.542	-	672.542	1.455.310
Outros depósitos	8	1.085.958.568	-	1.085.958.568	910.064.689
Empréstimos concedidos	8	32.341.333	-	32.341.333	33.905.576
Outros	8	-	-	-	30.100
Terrenos e edifícios	9 e 10	218.051.958	(34.435.614)	183.616.344	384.727.676
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	120.716.037	(34.435.614)	86.280.423	90.849.010
Terrenos e edifícios de rendimento	9	97.335.921	-	97.335.921	293.878.666
Outros ativos tangíveis	10 e 11	63.748.158	(54.356.481)	9.391.677	9.771.283
Inventários	11	169.132	-	169.132	159.770
Outros ativos intangíveis	12	63.361.472	(46.820.126)	16.541.346	15.141.758
Provisões técnicas de resseguro cedido		324.915.982	-	324.915.982	240.584.538
Provisão para prêmios não adquiridos	13	52.728.070	-	52.728.070	65.629.771
Provisão matemática do ramo Vida	13	11.119.820	-	11.119.820	10.921.720
Provisão para sinistros	13	261.067.020	-	261.067.020	164.033.047
Provisão para participação nos resultados	13	1.072	-	1.072	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	30	12.131.837	-	12.131.837	8.531.339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		269.935.869	(33.959.094)	235.976.775	334.761.802
Contas a receber por operações de seguro direto	14	176.388.153	(14.183.374)	162.204.779	138.352.349
Contas a receber por outras operações de resseguro	14	55.616.480	(6.390.243)	49.226.237	20.506.160
Contas a receber por outras operações	14	37.931.236	(13.385.477)	24.545.759	175.903.293
Ativos por impostos		250.893.330	-	250.893.330	477.882.783
Ativos por impostos correntes	15	10.928.637	-	10.928.637	74.012.230
Ativos por impostos diferidos	15	239.964.693	-	239.964.693	403.870.553
Acréscimos e diferimentos	16	21.364.568	-	21.364.568	21.081.437
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17	243.194.741	-	243.194.741	-
TOTAL ATIVO		16.058.611.411	(169.571.315)	15.889.040.096	14.674.807.178

Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
PASSIVO			
Provisões técnicas		4.019.870.163	3.725.528.780
Provisão para prémios não adquiridos	18	248.176.082	248.914.375
Provisão matemática do ramo Vida	18	1.759.742.499	1.646.693.482
Provisão para sinistros		1.796.134.524	1.662.220.536
De vida	18	132.387.593	120.970.140
De acidentes de trabalho	18	823.718.810	792.128.013
De outros ramos	18	840.028.121	749.122.383
Provisão para participação nos resultados	18	110.745.541	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	18	7.520.800	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	18	24.405.064	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	18	25.564.273	24.001.691
Provisão para riscos em curso	18	47.581.380	46.210.749
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	19	8.583.639.740	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	6 e 20	19.813.818	33.170.490
Outros passivos financeiros		130.052.666	123.154.317
Derivados de cobertura	20	-	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	20	130.052.666	114.416.616
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	31	83.416	72.273
Outros credores por operações de seguros e outras operações		166.879.052	212.503.444
Contas a pagar por operações de seguro direto	21	76.710.782	70.789.876
Contas a pagar por outras operações de resseguro	21	40.246.325	31.303.974
Contas a pagar por outras operações	21	49.921.945	110.409.594
Passivos por impostos		257.990.260	235.585.095
Passivos por impostos correntes	15	30.641.450	31.304.943
Passivos por impostos diferidos	15	227.348.810	204.280.152
Acréscimos e diferimentos	22	88.180.613	81.480.813
Outras provisões	23	152.128.762	130.154.695
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	17	23.428.483	-
TOTAL PASSIVO		13.442.066.973	12.834.840.242
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	24	381.150.000	381.150.000
(Ações Próprias)	24	(148.960)	(148.960)
Outros instrumentos de capital	24	521.530.514	521.530.514
Reservas de reavaliação	25	742.793.023	155.280.487
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	25	685.234.986	80.728.167
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	25	29.832.023	25.727.507
De diferenças de câmbio	25	27.726.014	48.824.813
Reserva por impostos diferidos	25	(187.059.036)	(11.689.711)
Outras reservas	25	658.224.914	555.151.646
Resultados transitados	25	142.693.311	138.272.457
Resultado do exercício	25	187.789.357	100.420.503
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.446.973.123	1.839.966.936
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		15.889.040.096	14.674.807.178

Demonstração de Resultados Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		427.842.884	783.700.785	-	1.211.543.669	1.041.848.192
Prêmios brutos emitidos	26	441.003.046	1.236.296.096	-	1.677.299.142	1.484.071.080
Prêmios de resseguro cedido	26	(13.177.787)	(427.296.812)	-	(440.474.599)	(430.453.864)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	18 e 26	24.859	(12.178.322)	-	(12.153.463)	(15.344.176)
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	13 e 26	(7.234)	(13.120.177)	-	(13.127.411)	3.575.152
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	27	1.943.122	-	-	1.943.122	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(292.900.418)	(612.605.721)	-	(905.506.139)	(769.289.656)
Montantes pagos		(282.185.787)	(581.851.784)	-	(864.037.571)	(807.351.474)
Montantes brutos	28 e 29	(288.470.322)	(851.142.880)	-	(1.139.613.202)	(1.054.810.062)
Parte dos resseguradores	28	6.284.535	269.291.096	-	275.575.631	247.458.588
Provisão para sinistros (variação)		(10.714.631)	(30.753.937)	-	(41.468.568)	38.061.818
Montante bruto	28	(11.439.077)	(121.596.816)	-	(133.035.893)	16.521.402
Parte dos resseguradores	28	724.446	90.842.879	-	91.567.325	21.540.416
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	28	(3.149.742)	(2.933.214)	-	(6.082.956)	13.109.155
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro		(82.643.051)	-	-	(82.643.051)	(3.058.924)
Montante bruto	18 e 28	(82.839.677)	-	-	(82.839.677)	(1.709.556)
Parte dos resseguradores	28	196.626	-	-	196.626	(1.349.368)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	18 e 28	5.774.654	(205.279)	-	5.569.375	(9.659.597)
Custos e gastos de exploração líquidos		(78.966.583)	(226.135.181)	-	(305.101.764)	(307.095.644)
Custos de aquisição	29	(65.542.949)	(233.682.408)	-	(299.225.357)	(297.183.643)
Custos de aquisição diferidos (variação)	18	74.358	12.891.756	-	12.966.114	3.318.291
Gastos administrativos	29	(20.975.771)	(65.290.186)	-	(86.265.957)	(82.068.258)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	29	7.477.779	59.945.657	-	67.423.436	68.837.966
Rendimentos		245.242.568	66.037.895	19.222.727	330.503.190	320.118.673
De juros de ativos financeiros não valorizados						
ao justo valor por via de ganhos e perdas	32	218.791.357	41.564.817	4.063.582	264.419.756	274.637.130
Outros	32	26.451.211	24.473.078	15.159.145	66.083.434	45.481.543
Gastos financeiros						
De outros	29 e 33	(9.865.195)	(6.910.578)	(6.951.564)	(23.727.337)	(15.521.394)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas		113.908.204	75.192.353	387.006	189.487.563	62.574.103
De ativos disponíveis para venda	34	208.771.424	75.192.353	674.062	284.637.839	211.369.685
De empréstimos e contas a receber	34	(45.710)	-	(287.056)	(332.766)	(83.484)
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	19 e 34	(94.817.510)	-	-	(94.817.510)	(148.712.098)
De outros	34	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas		156.246.737	43.187.205	5.205.935	204.639.877	(73.392.247)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros						
detidos para negociação	35	170.964.045	41.565.891	5.260.191	217.790.127	(68.959.500)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	35	(2.071.643)	6.919.376	(54.256)	4.793.477	218.948
De outros	6 e 35	(12.645.665)	(5.298.062)	-	(17.943.727)	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	36	(206.923.112)	(33.021.951)	(26.822.933)	(266.767.996)	39.406.487
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	37	-	18.228.336	(394.388)	17.833.948	11.652.003
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(81.141.989)	(2.244.813)	(27.029.684)	(110.416.486)	(172.897.107)
De ativos disponíveis para venda	38	(94.322.185)	(2.439.475)	(2.654.053)	(99.415.713)	(179.344.859)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	38	-	24.846	724.587	749.433	199.651
De outros	38	13.180.196	169.816	(25.100.218)	(11.750.206)	6.248.101
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	39	600.349	4.088.377	-	4.688.726	1.500.611
Outros rendimentos/gastos	40	-	-	(2.380.557)	(2.380.557)	(6.351.039)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	17	-	-	434.840	434.840	-
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		195.968.428	106.378.214	(38.328.618)	264.018.024	135.495.427
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	15	-	-	(62.239.254)	(62.239.254)	(80.455.445)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	15	-	-	(13.989.413)	(13.989.413)	45.380.521
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		195.968.428	106.378.214	(114.557.285)	187.789.357	100.420.503

Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada nos Exercícios de 2017 e 2016

(valores em euros)

	Capital, Ações próprias e Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas	
					Prêmios de emissão	Reserva Fusão
Saldos em 31 de dezembro de 2015	902.531.554	196.929.532	(40.993.314)	117.095.630	115.103.280	91.335.345
Aplicação do resultado	-	-	-	17.033.340	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(43.369.491)	13.904.330	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	1.720.446	4.404.738	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	3.128.923	-	-	-
Outros	-	-	7.865.612	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	902.531.554	155.280.487	(11.689.711)	134.128.970	115.103.280	91.335.345
Aplicação do resultado	-	-	-	9.842.748	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	583.408.020	(174.907.054)	-	-	-
Valorização de imóveis de uso próprio	-	6.532.343	560.987	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	60.592	-	-	-
Outros	-	-	(1.083.850)	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	902.531.554	742.793.023	(187.059.036)	143.971.718	115.103.280	91.335.345

(continuação)

(valores em euros)

	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	72.224.293	108.609.257	207.862.217	1.770.697.794
Aplicação do resultado	153.300.065	37.528.812	(207.862.217)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(29.465.161)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	6.125.184
Desvios atuariais	(10.940.307)	-	-	(7.811.384)
Outros	-	(7.865.612)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	100.420.503	100.420.503
Saldos em 31 de dezembro de 2016	214.584.051	138.272.457	100.420.503	1.839.966.936
Aplicação do resultado	88.584.728	1.993.027	(100.420.503)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	408.500.966
Valorização de imóveis de uso próprio	-	-	-	7.093.330
Desvios atuariais	4.645.792	-	-	4.706.384
Outros	-	-	-	(1.083.850)
Resultado líquido do exercício	-	-	187.789.357	187.789.357
Saldos em 31 de dezembro de 2017	307.814.571	142.693.311	187.789.357	2.446.973.123

Demonstração do Rendimento Integral Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	187.789.357	100.420.503
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	863.857.577	(20.685.037)
Imparidade	23.331.705	144.274.843
Alienação	(223.253.882)	(153.780.750)
Participação dos segurados – produtos Vida com participação	(59.428.581)	(2.591.419)
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(21.295.473)	(10.824.915)
Participação dos segurados – produtos Vida com participação	196.674	237.787
Imposto diferido	(167.215.755)	12.975.204
Imposto corrente – produtos Vida com participação	(7.691.299)	929.126
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	6.532.343	1.720.446
Imposto diferido	560.987	4.404.738
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	4.514.074	(8.777.702)
Benefícios de saúde	131.718	(2.162.605)
Imposto corrente	124.014	2.246.747
Imposto diferido	(63.422)	882.176
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	420.300.680	(31.151.361)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	608.090.037	69.269.142

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Separada para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(valores em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prêmios recebidos, líquidos de resseguro	1.236.824.542	1.053.617.216
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(755.842.595)	(732.310.200)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(121.435.016)	(117.101.271)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	5.887.614	(6.465.829)
Pagamentos a fornecedores	(112.911.235)	(98.121.647)
Pagamentos a empregados	(135.930.973)	(141.596.518)
Contribuições para fundos de pensões	(10.079.032)	(18.439.782)
Outros	(17.682.451)	(23.186.816)
	88.830.854	(83.604.847)
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(44.677.827)	(31.621.950)
Devedores por outras operações	151.489.618	(153.876.344)
Outros ativos	63.083.593	(73.901.174)
	169.895.384	(259.399.468)
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	217.189.367	72.231.425
Depósitos recebidos de resseguradores	13.157.449	5.993.216
Credores por operações de seguro direto e resseguro	14.863.257	(1.070.948)
Credores por outras operações	(13.853.311)	45.731.936
Outros passivos	226.886	82.895.836
	231.583.648	205.781.465
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	490.309.886	(137.222.850)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	(115.888.186)	(130.085.873)
Caixa líquida das atividades operacionais	374.421.700	(267.308.723)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	486.628.969	394.817.081
Ativos disponíveis para venda	4.369.289.333	3.018.021.414
Empréstimos e contas a receber	3.884.491.228	6.822.818.898
Propriedades de investimento	2.532.719	2.532.719
Ativos tangíveis e intangíveis	6.615.538	4.076.331
Rendimentos de ativos financeiros	827.866.386	168.189.828
Outros recebimentos	434.840	-
	9.577.859.013	10.410.456.271
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(378.955.228)	(151.186.880)
Ativos disponíveis para venda	(5.524.394.996)	(3.465.602.325)
Empréstimos e contas a receber	(3.900.948.754)	(7.091.381.912)
Propriedades de investimento	211.843.974	(5.789.770)
Ativos tangíveis e intangíveis	(7.376.095)	(5.445.290)
Outros	(360.755.232)	(48.887.734)
	(9.960.586.331)	(10.768.293.911)
Concentrações de atividades empresariais		
Aquisição de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(423.988.453)	(591.255.741)
Caixa líquida das atividades de investimento	(806.715.771)	(949.093.381)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos concedidos	1.564.243	12.302.302
Juros recebidos	1.945.086	1.387.230
Caixa líquida das atividades de financiamento	3.509.329	13.689.532
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(428.784.742)	(1.202.712.572)
Caixa e seus equivalentes no início do período	628.163.717	1.830.876.289
Caixa e seus equivalentes no fim do período	199.378.975	628.163.717
	(428.784.742)	(1.202.712.572)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

1. Nota Introdutória

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade” ou “Companhia”), com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou “ASF”) através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A. passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd..

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico Vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos Não Vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o Automóvel, Incêndio e Outros danos, Doença e Acidentes de trabalho, representando aproximadamente 87,5% e 86,9% dos prémios totais Não Vida emitidos durante os exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

As demonstrações financeiras da Fidelidade em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2018. Na data de emissão das demonstrações financeiras estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da ASF, e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2017, a Companhia adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2017. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.19. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos Vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

2.2. Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo Fidelidade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo

calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

2.3. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

2.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (trade date) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas "Gastos de investimentos diretos" e em "Comissões por operações de títulos e investimentos". Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial, estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (held for trading), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (Fair Value Option). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (accounting mismatch) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

- Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda incluem:

- Os ativos financeiros não derivativos em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros a seguir indicados são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com caráter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas" ou "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em "Rendimentos", da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos", quando é estabelecido o direito da Companhia ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de "Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas" e "Ativos disponíveis para venda" são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

A Companhia segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, a Companhia não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas".

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em "Outros credores por operações de seguros e outras operações".

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado, sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade da Companhia consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição da Companhia a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial). A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, a Companhia prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, a Companhia reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

A Companhia começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de trading.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de "Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas", com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em "Rendimentos". As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Ativos financeiros detidos para negociação" e "Outros passivos financeiros", respetivamente.

d) Imparidade de ativos financeiros

A Companhia efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogêneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogêneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.4. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada pela Companhia uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, a Companhia efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

2.5. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – "Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas" é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados "grupos de ativos e passivos a alienar").

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar, são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.6. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pela Companhia com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento, são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas "Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

2.7. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. A Companhia estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.8. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente, são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.9. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)", na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.10. Locações

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.11. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no desenvolvimento das atividades da Companhia.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

2.12. Impostos sobre lucros

A Companhia está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2017 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 euros e inferior a 35.000.000 euros e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Lei n.º 114/2017 publicada em 29 de dezembro de 2017 que aprovou o Orçamento de Estado para 2018 procedeu ao aumento da taxa da Derrama Estadual do 3º escalão em 2% quando o rendimento tributável é superior a 35.000.000 euros. Por este motivo a Companhia ajustou os impostos diferidos registados nas suas contas à data de 31 de Dezembro de 2017 com base na taxa agregada de 31,5%.

As contas das sucursais da Companhia, são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

A Companhia é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo à Companhia é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente à atividade da Companhia é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível da Companhia correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos valias potenciais em terrenos e edifícios.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Companhia foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.13. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As "Outras provisões" destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais e outras resultantes da atividade da Companhia.

2.14. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – Benefícios dos Trabalhadores. Os principais benefícios concedidos pela Companhia correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido – Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método Unit Credit Projected, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 30). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de “Gastos com pessoal”. O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica “Outras provisões” (Nota 23).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em “Gastos com pessoal”.

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma (“PIR”), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições da Companhia, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42ª do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.15. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pela Companhia é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro Não Vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro Não Vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo Vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método Pró-rata temporis aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro Não Vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pela Companhia não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- **Pensões homologadas** – pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- **Pensões definidas** – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;

- **Pensões presumíveis** – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remições deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas Companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2015 e 2016, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- **Provisão para assistência vitalícia declarada** - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- **Provisão para assistência vitalícia presumível** - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012
	por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo Vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica “Participação nos resultados a atribuir”, da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo Vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas da Companhia, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pela Companhia desde 2011;
- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados da Companhia pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados da Companhia até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo Vida em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite – risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros Não Vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos Unit-linked

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pela Companhia em que o risco é suportado pelo tomador (produtos Unit-linked) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos Unit-linked são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4, e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras a Companhia avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

2.16. Comissões

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

2.17. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.18. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Companhia. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.4. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Companhia com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

A Companhia considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, a Companhia valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.4. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.14, as responsabilidades da Companhia por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa da Companhia e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades da Companhia por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.15. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas da Companhia, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, a Companhia considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pela Companhia.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Companhia com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Companhia sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.19. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.19.1. Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2017, a Companhia adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. As alterações com relevância para a Companhia foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento (Emenda)	19-01-2016	2017/1989	01-01-2017
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Emenda)	29-01-2016	2017/1990	01-01-2017
IFRS 12 - Divulgação de Interesses de Outras Entidades			
(Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2017

2.19.2. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes	28-05-2014	2016/1905	01-01-2018
IFRS 15 - Rêdito de Contratos com Clientes (Emenda)	11-09-2015	2016/1905	01-01-2018
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2018
IFRS 16 - Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRS 4 - Contratos de Seguros (Aplicação da IFRS 9			
Instrumentos Financeiros com a IFRS 4)	12-09-2016	2017/1988	01-01-2018
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos			
Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

No sentido de se garantir a consistência no setor segurador entre a aplicação da IFRS 9 – instrumentos financeiros e a nova norma dos contratos de seguros (IFRS 17), o IASB emitiu uma emenda à IFRS 4 com efeitos a 1 de janeiro de 2018 que veio permitir às empresas de seguros diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos após 1 de janeiro de 2021, alinhando assim a data de eficácia da IFRS 9 e da IFRS 17.

Os passivos da Fidelidade relacionados com a atividade seguradora são superiores a 90 por cento do total dos seus passivos, considerando-se assim que a atividade da Companhia é predominantemente relacionada com seguros tal como definido nos termos da emenda à IFRS 4. Neste enquadramento e tendo em consideração as comunicações da ASF, a Fidelidade cumpre com os requisitos impostos pela referida emenda e opta por diferir a aplicação da IFRS 9 para os períodos posteriores a 1 de janeiro de 2021.

2.19.3. Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (endorsed) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 – Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2021
IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	08-12-2016	01-01-2018
IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-05-2017	01-01-2019
IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos baseados em Ações (Emenda)	20-06-2016	01-01-2018
IAS 40 – Transferência de Propriedades de Investimento (Emenda)	08-12-2016	01-01-2018
IFRS 9 – Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IAS 28 – Investimento de Longo Prazo em Associados e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IFRS 11 – Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 12 – Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 23 – Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019

Estas normas não foram ainda adotadas (endorsed) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

3. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Caixa e seus equivalentes		
Sede	3.225.985	1.645.803
Delegações	2.147.573	1.273.314
	5.373.558	2.919.117
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	174.512.715	479.105.180
Em moeda estrangeira	19.492.702	146.139.420
	194.005.417	625.244.600
	199.378.975	628.163.717

4. Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	% Participação efetiva	2017		
		Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor de Balanço
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	41.000.000	(1.199.880)	39.800.120
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	771.104.925	-	771.104.925
Fidelidade – Property International, S.A.	100,00%	423.664.012	-	423.664.012
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	14.315.928	(3.215.928)	11.100.000
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	2.717.053	-	2.717.053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	476.517.395	-	476.517.395
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	14.093.818	(86)	14.093.732
FID I (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
FID III (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	55,89%	6.260.184	(345.074)	5.915.110
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	100.000	-	100.000
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	49.880	-	49.880
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.	68,70%	10.967.358	-	10.967.358
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	80,00%	335	(335)	-
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda.	80,00%	335	(108)	227
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	190.000.000	-	190.000.000
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1
		1.968.680.276	(4.761.411)	1.963.918.865
Associadas				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33,67%	616.091	-	616.091
Highgrove – Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25,00%	2.568.693	(2.568.693)	-
		3.184.784	(2.568.693)	616.091
		1.971.865.060	(7.330.104)	1.964.534.956

(valores em euros)

	2016			
	% Participação efetiva	Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor de Balanço
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	41.000.000	(11.075.212)	29.924.788
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	751.231.363	-	751.231.363
Fidelidade – Property International, S.A.	100,00%	522.576.721	-	522.576.721
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	14.315.928	(3.830.928)	10.485.000
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	2.717.053	-	2.717.053
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	476.516.854	-	476.516.854
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	14.093.818	(8.764.142)	5.329.676
FID I (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
FID III (HK) LIMITED	100,00%	-	-	-
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	55,89%	6.260.184	-	6.260.184
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	100.000	-	100.000
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	49.880	-	49.880
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.	68,70%	10.967.358	-	10.967.358
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.	99,99%	17.889.052	-	17.889.052
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	80,00%	335	(335)	-
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda.	80,00%	335	(335)	-
		1.857.718.881	(23.670.952)	1.834.047.929
Associadas				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas				
Derivadas de Acidentes, S.A.	33,67%	616.091	-	616.091
Highgrove – Investimentos e Participações SGPS, S.A.	25,00%	2.526.943	(2.526.943)	-
		3.143.034	(2.526.943)	616.091
		1.860.861.915	(26.197.895)	1.834.664.020

Durante o exercício de 2017 ocorreram as seguintes alterações:

Durante o ano de 2017 a Companhia adquiriu ações da Luz Saúde, S.A., aumentando a participação no capital social de 98,7877% em 31 de dezembro de 2016 para 98,7881% no final do ano, no montante de 541 euros.

Em 24 de março de 2017 a Companhia concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 19.873.562 euros.

Em 20 de abril de 2017 houve uma redução da prestação suplementar da Fidelidade – Property Internacional, S.A., no montante de 98.912.709 euros.

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited com um capital social de 1 euro, detida a 100% pela Companhia. Até ao final do ano foram efetuados aumentos de capital no valor total de 189.999.999 euros, totalizando 190.000.000 euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 2 (Ireland) Limited com um capital social de 1 euro, detida a 100% pela Companhia.

Os dados financeiros das empresas subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

(valores em euros)

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	69.883.287	44.699.127	25.184.160	630.609	45.724.033
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	33.973.281	22.043.180	11.930.101	444.652	1.231.960
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (b)	68,70%	197.287.953	184.175.510	13.112.443	2.120.405	56.176.390
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26.339.506	15.756.946	10.582.560	1.105.911	10.184.963
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	75.507.159	55.095.432	20.411.727	1.608.097	9.915.228
Imobiliário						
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	835.534.189	67.247.384	768.286.805	(33.194.737)	32.215.227
Fidelidade – Property International, S.A.	100,00%	493.115.610	21.311.835	471.803.775	95.943.971	131.348.853
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	98,85%	157.218.112	22.755.631	134.462.481	15.281.046	19.898.791
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	12.435.567	85.802	12.349.765	965.531	1.420.442
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	660.178.348	424.999.730	235.178.618	16.994.860	483.895.179
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (f)	33,67%	4.912.866	1.497.509	3.415.357	699.506	4.647.330
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.161.813	1.066.684	5.095.129	222.736	7.218.276
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	1.519.906	1.262.549	257.357	72.453	2.929.556
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.538.968	3.107.663	431.305	93.420	22.462.636
Highgrove – Investimentos e Participações. SGPS, S.A.	25,00%	280.258	492.181	(211.923)	(84.444)	1.515
FCM Beteteiligungs GmbH	51,00%	17.299.917	346.309	16.953.608	(91.928)	376.940
FID I (HK) LIMITED (g)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (g)	100,00%	844	12.863	(12.019)	(3.850)	-
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (h)	80,00%	2.269	4.585	(2.316)	(1.330)	113
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. (h)	80,00%	9.344	7.086	2.258	2.513	121.080
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	319.415.380	129.295.749	190.119.631	119.631	2.701.985
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 185,400 kwanzas angolanas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 184,86617 kwanzas angolanas para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 110,265 escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,6532 patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 9,0653 patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores de março de 2017 (período contabilístico junho de 2016 a março de 2017).

(g) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,3720 dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,8045 dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 70,5700 meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 71,51167 meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(valores em euros)

	2016					
Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72.872.039	51.492.895	21.379.144	(3.792.950)	40.714.618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15.715.603	4.927.959	10.787.644	350.067	1.034.224
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (b)	68,70%	99.692.896	87.600.437	12.092.459	1.859.850	80.870.354
Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26.303.692	16.309.305	9.994.387	1.044.612	9.025.528
Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (d)	99,99%	62.555.881	40.887.005	21.668.876	1.880.563	9.890.127
Imobiliário						
Fidelidade – Property Europe, S.A.	100,00%	797.290.100	15.687.570	781.602.530	(2.958.151)	28.673.625
Fidelidade – Property International, S.A.	100,00%	484.299.611	9.527.099	474.772.512	(40.025.590)	40.174.103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	98,85%	142.521.246	23.339.811	119.181.435	10.809.608	15.085.888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11.467.335	83.101	11.384.234	(896.508)	1.374.371
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde SGPS)	98,79%	581.579.825	364.532.653	217.047.172	16.985.152	450.759.517
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (f)	33,67%	3.963.903	1.248.052	2.715.851	2.630	6.495.780
Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5.850.906	978.513	4.872.393	(37.078)	6.276.399
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855.536	601.631	253.905	72.736	1.793.741
GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4.032.714	3.588.828	443.886	112.211	21.162.866
Highgrove – Investimentos e Participações. SGPS, S.A.	25,00%	807.400	1.102.525	(295.125)	(125.538)	120.356
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10.508.705	40.238	10.468.467	(3.519.695)	714
FID I (HK) LIMITED (g)	100,00%	26.960.173	2.030.015	24.930.158	(3.801.405)	3.247.642
FID III (HK) LIMITED (g)	100,00%	-	9.797	(9.797)	(3.097)	-
Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (h)	80,00%	3.670	3.327	343	(758)	52.571
Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda. (h)	80,00%	12.031	14.150	(2.119)	(3.759)	134.412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 184,475 kwanzas angolanas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 182,32425 kwanzas angolanas para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 110,265 escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,4204 patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,81952 patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

(g) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,1751 dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 8,56263 dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 74,54000 meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 euro/ 69,82333 meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2017 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras da Companhia.

As empresas subsidiárias e associadas, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, n.º 13 - 4.º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros Não Vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz n.º 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.** (anterior Universal Seguros, S.A.), denominação atribuída no decorrer de 2017, com sede em Luanda, na Rua 1.º Congresso MPLA, n.º 11, 1.º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos Vida e Não Vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex-Instituto de Seguros e Providência Social, EP, ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei n.º 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.

A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, n.º 567, Edifício BNU, 14.º andar, Macau foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros Não Vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, n.º 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexas. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade - Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de “Sociedade Gestora de Participações Sociais”, ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa, onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal, e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 – 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá igualmente explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de companhias seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Cetra – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.

A **E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP – Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro nº 35 8º piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong, constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade – Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana, Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade – Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

A **FID Loans 1 (Ireland) Limited** e **FID Loans 2 (Ireland) Limited** são veículos especiais de investimento, com sede em 1st Floor, 118 Lower Baggot Street, Dublin 2, Irlanda, constituídas no dia 13 de junho de 2017.

5. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Detidos para negociação (Nota 6)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 6)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	11.752	124.182.665	124.194.417	-	431.342.214	431.342.214
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	22.991.400	22.991.400	-	1.365.213	1.365.213
De emissores estrangeiros	-	386.783.586	386.783.586	-	233.470.193	233.470.193
	-	409.774.986	409.774.986	-	234.835.406	234.835.406
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De emissores nacionais	-	65.470	65.470	-	-	-
	-	65.470	65.470	-	-	-
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Interest rate swaps	4.794	-	4.794	-	-	-
Futuros sobre divisas	57.911.533	-	57.911.533	9.140.004	-	9.140.004
Forwards cambiais	9.122.608	-	9.122.608	16.728.216	-	16.728.216
	67.038.935	-	67.038.935	25.868.220	-	25.868.220
	67.050.687	534.023.121	601.073.808	25.868.220	666.177.620	692.045.840

Os investimentos relativos a contratos Unit-linked correspondem a ativos geridos pela Companhia cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 409.774.986 euros e 234.835.406 euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emitentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 12.113.384 euros e de 14.784.742 euros, respetivamente.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os investimentos afetos aos contratos Unit-Linked apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	102.855	49.920.465
De dívida pública		
De emissores nacionais	89.467.752	340.390.253
De emissores estrangeiros	8.443.100	12.646.763
De outros emissores		
De emissores nacionais	309.615	895.071
De emissores estrangeiros	7.694.157	10.255.555
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	11.139.207	12.029.626
De emissores estrangeiros	7.564.290	7.177.090
Contas a receber	189	(31)
Transações a liquidar	(538.500)	(1.972.578)
	124.182.665	431.342.214
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados	11.752	-
Outros ativos		
Depósitos à ordem	42.440.826	41.786.452
Depósitos a prazo	9.040.139	39.851.839
	51.480.965	81.638.291
Total (Nota 19)	175.675.382	512.980.505

O total dos investimentos afetos a contratos Unit-linked apresenta em 31 de dezembro de 2017 e 2016, uma diferença de 82.015 euros e 3.312 euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 19), que corresponde ao justo valor negativo dos interest rate swaps que se encontra registado na rubrica "Outros passivos detidos para negociação" (Nota 20) e que estão afetos a Unit-linked.

6. Derivados

A Companhia realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

A Companhia controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.4.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

(valores em euros)

	2017			2017			
	Montante Nocional			Valor Contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de negociação		Derivados de cobertura	
				Ativo (Nota 5)	Passivo (Nota 20)	Ativo	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	16.546	(5.654.647)	-	(5.638.101)
Futuros sobre divisas	3.340.750.000	940.500.000	4.281.250.000	57.911.533	(5.249.941)	14.922.592	67.584.184
Forwards cambiais	181.510.271	-	181.510.271	9.122.607	(8.909.230)	-	213.377
	3.562.928.426	940.500.000	4.503.428.426	67.050.686	(19.813.818)	14.922.592	62.159.460

(valores em euros)

	2016			2016			
	Montante Nocional			Valor Contabilístico			
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de negociação		Derivados de cobertura	
				Ativo (Nota 5)	Passivo (Nota 20)	Ativo	Total
Cobertura de justo valor							
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	-	(7.164.395)	-	(7.164.395)
Futuros sobre divisas	1.937.750.000	1.024.375.000	2.962.125.000	9.140.004	(9.277.879)	4.356.758	(4.518.818)
Forwards cambiais	456.581.591	13.341.558	469.923.149	16.728.216	(16.728.216)	314.098	314.098
	2.434.999.746	1.037.716.558	3.472.716.304	25.868.220	(33.170.490)	4.670.856	(11.369.115)

Os interest rate swaps contratados pela Companhia e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo Vida, os quais, com exceção dos contratos Unit-linked, são valorizados ao custo amortizado (Nota 20).

Para mitigar o risco de variabilidade dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na Chicago Mercantile Exchange (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY e EUR/AUD os instrumentos contratados são forwards negociados em mercado de balcão.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017				Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	2.359.125.000	1.922.125.000	-	-	4.281.250.000
Forwards cambiais	48.125.386	133.384.885	-	-	181.510.271
	2.407.250.386	2.055.509.885	40.000.000	668.155	4.503.428.426

(valores em euros)

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	2.113.125.000	-	849.000.000	-	-	2.962.125.000
Forwards cambiais	263.738.140	71.554.940	134.630.069	-	-	469.923.149
	2.376.863.140	71.554.940	983.630.069	40.000.000	668.155	3.472.716.304

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de taxa de juro				
Instituições financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40.668.155	(5.638.101)	40.668.155	(7.164.395)
Futuros				
Futuros sobre divisas				
Em Bolsa				
Chicago	4.281.250.000	67.584.184	2.962.125.000	(4.518.818)
Forwards cambiais				
Instituições financeiras	181.510.271	213.377	469.923.149	314.098
	4.503.428.426	62.159.460	3.472.716.304	(11.369.115)

Nos exercícios de 2017 e 2016, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	129.641.807	(13.270.447)	116.371.360	336.597.725	(372.707.569)	(36.109.844)
Ativos cobertos	1.702.775	(136.017.862)	(134.315.087)	157.776.330	(126.318.181)	31.458.149
	131.344.582	(149.288.309)	(17.943.727)	494.374.055	(499.025.750)	(4.651.695)

A 30 de junho de 2016, a Companhia celebrou, com as subsidiárias Fidelidade – Property Europe, S.A., Fidelidade – Property International, S.A. e FPE (Lux) Holding S.à r.l., um contrato mandato.

Este contrato confere à Fidelidade poderes para, em nome das suas subsidiárias, identificar, negociar e celebrar todos e quaisquer acordos e mecanismos considerados adequados para cobrir o risco cambial a que estão sujeitas. Esta opção deriva das especificidades e complexidades das operações de cobertura que necessitam de competências técnicas não residentes nas filiais. Com esta opção, a Fidelidade protege riscos cambiais nas subsidiárias, sendo que os efeitos económicos desta cobertura são passados para estas entidades.

A 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia, tem na sua carteira os seguintes derivados negociados no âmbito do contrato mandato:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Futuros sobre divisas	578.750.000	3.708.960	511.625.000	16.728.216
Forwards cambiais	161.602.465	8.645.587	456.581.591	1.369.636
	740.352.465	12.354.547	968.206.591	18.097.852

Devido ao contrato celebrado, a Fidelidade passou os seguintes resultados para as subsidiárias:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Futuros sobre divisas	29.270.402	(124.984)	21.311.174	(56.115)
Forwards cambiais	14.975.135	-	14.441.565	-
	44.245.537	(124.984)	35.752.739	(56.115)

7. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017					Valor de balanço
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 38)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 25)	
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3.518.775.549	-	3.518.775.549	(1.096.495)	276.733.100	3.794.412.154
De emissores estrangeiros	1.779.829.204	-	1.779.829.204	(8.471.665)	19.725.965	1.791.083.504
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.170.935	-	3.170.935	-	246.679	3.417.614
De organismos financeiros internacionais	126.854	-	126.854	-	64.935	191.789
De outros emissores						
De emissores nacionais	208.599.496	(49.979.822)	158.619.674	-	3.356.570	161.976.244
De emissores estrangeiros	3.238.792.252	(84.412.309)	3.154.379.943	(178.049.987)	31.594.091	3.007.924.047
De empresas do Grupo	374.780.269	-	374.780.269	-	(1.709.110)	373.071.159
	9.124.074.559	(134.392.131)	8.989.682.428	(187.618.147)	330.012.230	9.132.076.511
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	107.099.688	(11.683.229)	95.416.459	-	276.121	95.692.580
De emissores estrangeiros	1.082.481.123	(257.703.164)	824.777.959	(24.695.762)	328.411.270	1.128.493.467
	1.189.580.811	(269.386.393)	920.194.418	(24.695.762)	328.687.391	1.224.186.047
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(5.611)	21.823
Unidades de participação						
De residentes	272.432.669	(36.042.504)	236.390.165	-	89.647.747	326.037.912
De não residentes	10.417.597	(4.612.771)	5.804.826	(67)	3.955.318	9.760.077
Outros	(120.780)	-	(120.780)	-	-	(120.780)
	282.756.920	(40.655.275)	242.101.645	(67)	93.597.454	335.699.032
	10.596.412.290	(444.433.799)	10.151.978.491	(212.313.976)	752.297.075	10.691.961.590

(valores em euros)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 38)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor (Nota 25)	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5.242.026.331	-	5.242.026.331	-	(61.635.378)	5.180.390.953
De emissores estrangeiros	222.085.597	-	222.085.597	3.458.577	2.601.487	228.145.661
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.170.107	-	3.170.107	-	353.158	3.523.265
De organismos financeiros internacionais	11.199.640	-	11.199.640	-	6.169.166	17.368.806
De outros emissores						
De emissores nacionais	213.679.769	(52.929.367)	160.750.402	-	515.146	161.265.548
De emissores estrangeiros	1.480.617.396	(101.136.336)	1.379.481.060	49.930.007	(3.225.045)	1.426.186.022
De empresas do Grupo	421.271.476	-	421.271.476	-	595.992	421.867.468
	7.594.050.316	(154.065.703)	7.439.984.613	53.388.584	(54.625.474)	7.438.747.723
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	96.339.024	(7.456.505)	88.882.519	-	(37.827)	88.844.692
De emissores estrangeiros	1.273.958.870	(267.476.233)	1.006.482.637	111.193.251	67.047.028	1.184.722.916
	1.370.297.894	(274.932.738)	1.095.365.156	111.193.251	67.009.201	1.273.567.608
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(11.519)	15.915
Unidades de participação						
De residentes	321.827.861	(44.211.795)	277.616.066	-	72.030.973	349.647.039
De não residentes	17.161.725	(5.867.238)	11.294.487	5	3.958.494	15.252.986
Outros	(66.587)	-	(66.587)	-	-	(66.587)
	338.950.433	(50.079.033)	288.871.400	5	75.977.948	364.849.353
	9.303.298.643	(479.077.474)	8.824.221.169	164.581.840	88.361.675	9.077.164.684

8. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 38)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	672.542	-	672.542	1.455.310	-	1.455.310
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	1.022.799.889	-	1.022.799.889	836.996.968	-	836.996.968
Contas margem	63.158.679	-	63.158.679	73.067.721	-	73.067.721
	1.085.958.568	-	1.085.958.568	910.064.689	-	910.064.689
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21.720.685	-	21.720.685	21.851.904	(29.803)	21.822.101
Empréstimos sobre apólices	1.592.222	(10.597)	1.581.625	1.328.653	(10.597)	1.318.056
Outros	9.409.228	(370.205)	9.039.023	11.855.254	(1.089.835)	10.765.419
	32.722.135	(380.802)	32.341.333	35.035.811	(1.130.235)	33.905.576
Outros	-	-	-	30.100	-	30.100
	1.119.353.245	(380.802)	1.118.972.443	946.585.910	(1.130.235)	945.455.675

9. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de "Terrenos e Edifícios" foi o seguinte:

(valores em euros)

	De uso próprio	De rendimento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015			
Valor bruto	131.527.588	278.969.612	410.497.200
Amortizações e imparidade acumuladas	(33.729.943)	-	(33.729.943)
	97.797.645	278.969.612	376.767.257
Adições			
Por dispêndios subsequentes	-	1.398.913	1.398.913
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 37)	-	11.659.152	11.659.152
Por contrapartida de capitais próprios	1.720.446	-	1.720.446
Reforços / reversões de Imparidade no exercício (Nota 38)	(2.314.039)	-	(2.314.039)
Amortizações do exercício	(1.971.334)	-	(1.971.334)
Transferências	(4.383.708)	4.383.708	-
Alienações e abates líquidos	-	(2.532.719)	(2.532.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2016			
Valor bruto	124.784.510	293.878.666	418.663.176
Amortizações e imparidade acumuladas	(33.935.500)	-	(33.935.500)
	90.849.010	293.878.666	384.727.676
Adições			
Por dispêndios subsequentes	-	1.656.942	1.656.942
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 37)	-	13.547.725	13.547.725
Por contrapartida de capitais próprios	3.996.814	107.702	4.104.517
Reforços / reversões de Imparidade no exercício (Nota 38)	697.719	-	697.719
Amortizações do exercício	(1.970.835)	-	(1.970.835)
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	(1.889.500)	(212.183.101)	(214.072.601)
Transferências	(411.962)	411.962	-
Alienações e abates líquidos	(4.990.824)	(83.977)	(5.074.801)
Saldos em 31 de dezembro de 2017			
Valor bruto	120.716.037	97.335.920	218.051.957
Amortizações e imparidade acumuladas	(34.435.614)	-	(34.435.614)
	86.280.423	97.335.920	183.616.343

Conforme referido na Nota 2.7. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. A Companhia considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação – Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento, a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a. Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b. Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;
- c. Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios da Companhia encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 29.832.023 euros e 25.727.507 euros, respetivamente (Nota 25).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

(valores em euros)		
	2017	2016
2017	65.342.988	-
2016	20.937.435	23.751.452
2015	-	67.097.558
	86.280.423	90.849.010

10. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

(valores em euros)						
	2017					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificados como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.187.550	1.459.203	61.009.337	(4.858.312)	126.581.197	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	88.305.834	1.624.908.164	200.328.353	50.992.605	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	5.977.151	1.040.133	30.053.154	9.676.131	20.304.118	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	83.168.405	1.290.547	283.129.377	146.951.617	19.483.175	534.023.121
Derivados de cobertura	251.956	83.774	10.332.662	4.254.200	-	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	1.398.842.619	199.426.144	7.469.611.136	1.609.856.995	14.224.696	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	411.299.802	9.644.618	410.059.605	36.618.665	251.349.753	1.118.972.443
Terrenos e edifícios	-	-	-	159.456.789	24.159.555	183.616.344
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	9.391.677	9.391.677
	1.914.727.483	301.250.253	9.889.103.435	2.162.284.438	516.486.776	14.783.852.385

(valores em euros)

	2016					
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.597.476	29.889.541	196.222.828	5.340.412	241.113.460	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	94.995.235	1.495.123.574	208.571.079	35.974.132	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	2.008.194	254.497	4.218.997	1.288.680	18.097.852	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	38.601.817	1.283.659	546.777.433	79.198.521	316.190	666.177.620
Derivados de cobertura	-	1.233	2.605.166	2.064.457	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	1.579.383.186	114.373.757	6.014.530.167	1.353.865.957	15.011.617	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	70.642.765	6.082.778	570.688.234	197.729.289	100.312.609	945.455.675
Terrenos e edifícios	-	-	-	354.263.260	30.464.416	384.727.676
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	9.771.283	9.771.283
	1.846.233.438	246.880.700	8.830.166.399	2.202.321.655	451.061.559	13.576.663.751

11. Outros Ativos Tangíveis e Inventários

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de “Outros ativos tangíveis e inventários” foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017								
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	18.068.441	(18.009.400)	513.070	-	(412.687)	-	18.018.771	(17.859.347)	159.424
Máquinas e ferramentas	6.750.877	(6.081.784)	238.086	-	(232.379)	(2.752)	6.232.307	(5.560.259)	672.048
Equipamento informático	9.406.708	(7.739.777)	569.274	173.332	(1.111.144)	-	10.006.706	(8.708.313)	1.298.393
Instalações interiores	21.560.253	(18.031.170)	1.283.032	204.338	(919.727)	-	23.047.623	(18.950.897)	4.096.726
Material de transporte	338.945	(161.538)	-	-	(84.116)	-	338.945	(245.654)	93.291
Equipamento hospitalar	6.542	(6.542)	9.422	-	(2.148)	-	15.964	(8.690)	7.274
Outro equipamento	4.543.723	(2.950.033)	57.567	-	(357.427)	(240.938)	4.042.939	(2.990.047)	1.052.892
Património artístico	1.926.254	-	7.501	-	-	-	1.933.755	-	1.933.755
Equipamento em locação financeira	114.043	(114.042)	-	-	-	-	33.275	(33.274)	1
Outros ativos	149.783	-	305.760	(377.670)	-	-	77.873	-	77.873
	62.865.569	(53.094.286)	2.983.712	-	(3.119.628)	(243.690)	63.748.158	(54.356.481)	9.391.677
Inventários	159.770	-	9.362	-	-	-	169.132	-	169.132
	63.025.339	(53.094.286)	2.993.074	-	(3.119.628)	(243.690)	63.917.290	(54.356.481)	9.560.809

(valores em euros)

	2016								
	Saldos iniciais		Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada					Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento									
Equipamento administrativo	18.794.184	(18.720.775)	328.346	-	(342.680)	(34)	18.068.441	(18.009.400)	59.041
Máquinas e ferramentas	7.022.536	(6.407.658)	264.126	-	(206.836)	(3.074)	6.750.877	(6.081.783)	669.094
Equipamento informático	9.008.787	(7.672.742)	2.417.095	-	(2.086.209)	-	9.406.708	(7.739.777)	1.666.931
Instalações interiores	21.495.393	(17.798.242)	570.894	191.726	(880.193)	(50.495)	21.560.253	(18.031.170)	3.529.083
Material de transporte	338.945	(77.422)	-	-	(84.116)	-	338.945	(161.538)	177.407
Equipamento hospitalar	6.542	(6.542)	-	-	-	-	6.542	(6.542)	-
Outro equipamento	4.499.364	(2.582.860)	44.359	-	(367.173)	-	4.543.723	(2.950.033)	1.593.690
Património artístico	1.565.522	-	364.421	-	-	(3.689)	1.926.254	-	1.926.254
Equipamento em locação financeira	6.915.140	(6.910.641)	-	-	-	(4.499)	114.043	(114.043)	-
Outros ativos	216.792	-	124.717	(191.726)	-	-	149.783	-	149.783
	69.863.205	(60.176.882)	4.113.958	-	(3.967.207)	(61.791)	62.865.569	(53.094.286)	9.771.283
Inventários	117.107	-	42.663	-	-	-	159.770	-	159.770
	69.980.312	(60.176.882)	4.156.621	-	(3.967.207)	(61.791)	63.025.339	(53.094.286)	9.931.053

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos tangíveis" inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 46.115.632 euros e 44.206.860 euros, respetivamente.

12. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de "Outros ativos intangíveis" foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017								
	Saldos iniciais			Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Alienações e abates líquidos	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	47.593.701	(42.172.558)	2.075.053	2.060.878	(4.667.193)	(305.067)	51.404.940	(46.820.126)	4.584.814
Outros ativos intangíveis	9.720.615	-	4.296.795	(2.060.878)	-	-	11.956.532	-	11.956.532
	57.314.316	(42.172.558)	6.371.848	-	(4.667.193)	(305.067)	63.361.472	(46.820.126)	16.541.346

(valores em euros)

	2016							
	Saldos iniciais		Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Saldos finais		
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada				Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	45.775.685	(36.406.864)	348.829	1.469.187	(5.765.694)	47.593.701	(42.172.558)	5.421.143
Ativos intangíveis em curso	7.524.091	-	3.665.711	(1.469.187)	-	9.720.615	-	9.720.615
	53.299.776	(36.406.864)	4.014.540	-	(5.765.694)	57.314.316	(42.172.558)	15.141.758

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (software).

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 19.952.553 euros e 15.634.897 euros, respetivamente.

13. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	129.360	52.598.710	52.728.070	136.594	65.493.177	65.629.771
Provisão matemática	11.119.820	-	11.119.820	10.921.720	-	10.921.720
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	8.085.106	232.955.621	241.040.727	7.324.643	143.693.449	151.018.092
Sinistros não declarados (IBNR)	2.638.421	17.387.872	20.026.293	2.674.438	10.340.517	13.014.955
	10.723.527	250.343.493	261.067.020	9.999.081	154.033.966	164.033.047
Provisão para participação nos resultados	-	1.072	1.072	-	-	-
	21.972.707	302.943.275	324.915.982	21.057.395	219.527.143	240.584.538

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros Vida	129.360	-	129.360	136.594	-	136.594
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	27.594	(5.519)	22.075	143.103	(5.678)	137.425
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.058.095	(1.412.136)	1.645.959	3.462.298	(1.537.108)	1.925.190
Doença	25.059.533	(54)	25.059.479	23.172.251	(148)	23.172.103
Incêndio e outros danos	23.507.920	(3.371.739)	20.136.181	21.931.410	(3.578.390)	18.353.020
Automóvel	247.809	(43.335)	204.474	393.268	(31.364)	361.904
Marítimo, aéreo e transportes	87.303	(13.566)	73.737	227.412	(17.138)	210.274
Responsabilidade civil geral	2.073.328	(118.477)	1.954.851	1.822.029	(98.915)	1.723.114
Crédito e cauções	57.772	(3.024)	54.748	67.356	(1.604)	65.752
Proteção jurídica	1.132	(117)	1.015	1.734.966	(84)	1.734.882
Assistência	39.477	(2.077)	37.400	13.866.260	(1.604)	13.864.656
Diversos	5.424.708	(2.015.917)	3.408.791	5.884.495	(1.939.638)	3.944.857
	59.584.671	(6.985.961)	52.598.710	72.704.848	(7.211.671)	65.493.177
	59.714.031	(6.985.961)	52.728.070	72.841.442	(7.211.671)	65.629.771

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros Vida			
Provisão para prémios não adquiridos	136.594	(7.234)	129.360
Seguros Não Vida			
Provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	143.103	(115.509)	27.594
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.462.298	(404.203)	3.058.095
Doença	23.172.251	1.887.282	25.059.533
Incêndio e outros danos	21.931.410	1.576.510	23.507.920
Automóvel	393.268	(145.459)	247.809
Marítimo, aéreo e transportes	227.412	(140.109)	87.303
Responsabilidade civil geral	1.822.029	251.299	2.073.328
Crédito e cauções	67.356	(9.584)	57.772
Proteção jurídica	1.734.966	(1.733.834)	1.132
Assistência	13.866.260	(13.826.783)	39.477
Diversos	5.884.495	(459.787)	5.424.708
	72.704.848	(13.120.177)	59.584.671
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(5.678)	159	(5.519)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.537.108)	124.972	(1.412.136)
Doença	(148)	94	(54)
Incêndio e outros danos	(3.578.390)	206.651	(3.371.739)
Automóvel	(31.364)	(11.971)	(43.335)
Marítimo, aéreo e transportes	(17.138)	3.572	(13.566)
Responsabilidade civil geral	(98.915)	(19.562)	(118.477)
Crédito e cauções	(1.604)	(1.420)	(3.024)
Proteção jurídica	(84)	(33)	(117)
Assistência	(1.604)	(473)	(2.077)
Diversos	(1.939.638)	(76.279)	(2.015.917)
	(7.211.671)	225.710	(6.985.961)
	65.493.177	(12.894.467)	52.598.710
	65.629.771	(12.901.701)	52.728.070

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros Vida			
Provisão para prémios não adquiridos	122.501	14.093	136.594
Seguros Não Vida			
Provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	124.500	18.603	143.103
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.834.467	(372.169)	3.462.298
Doença	22.222.518	949.733	23.172.251
Incêndio e outros danos	20.734.852	1.196.558	21.931.410
Automóvel	314.478	78.790	393.268
Marítimo, aéreo e transportes	245.011	(17.599)	227.412
Responsabilidade civil geral	1.662.577	159.452	1.822.029
Crédito e cauções	109.972	(42.616)	67.356
Proteção jurídica	1.675.780	59.186	1.734.966
Assistência	13.349.344	516.916	13.866.260
Diversos	4.870.290	1.014.205	5.884.495
	69.143.789	3.561.059	72.704.848
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(1.070)	(4.608)	(5.678)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.739.279)	202.171	(1.537.108)
Doença	(254)	106	(148)
Incêndio e outros danos	(3.084.693)	(493.697)	(3.578.390)
Automóvel	(11.017)	(20.347)	(31.364)
Marítimo, aéreo e transportes	(27.415)	10.277	(17.138)
Responsabilidade civil geral	(89.812)	(9.103)	(98.915)
Crédito e cauções	(3.881)	2.277	(1.604)
Proteção jurídica	(84)	-	(84)
Assistência	(1.396)	(208)	(1.604)
Diversos	(1.468.715)	(470.923)	(1.939.638)
	(6.427.616)	(784.055)	(7.211.671)
	62.716.173	2.777.004	65.493.177
	62.838.674	2.791.097	65.629.771

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Vida	8.085.106	2.638.421	10.723.527	7.324.643	2.674.438	9.999.081
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	1.916.549	1.143.742	3.060.291	579.480	54.226	633.706
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15.199.398	938.372	16.137.770	13.557.812	132.657	13.690.469
Doença	49.631.073	4.644.001	54.275.074	43.988.709	3.126.392	47.115.101
Incêndio e outros danos	130.474.553	6.001.501	136.476.054	52.751.264	4.565.835	57.317.099
Automóvel	7.695.990	2.061.293	9.757.283	6.127.617	1.618.479	7.746.096
Marítimo, aéreo e transportes	7.763.278	293.643	8.056.921	3.816.902	132.569	3.949.471
Responsabilidade civil geral	12.212.090	1.750.603	13.962.693	16.167.154	275.940	16.443.094
Crédito e cauções	396	10.510	10.906	550	17.270	17.820
Diversos	8.062.294	544.207	8.606.501	6.703.961	417.149	7.121.110
	232.955.621	17.387.872	250.343.493	143.693.449	10.340.517	154.033.966
	241.040.727	20.026.293	261.067.020	151.018.092	13.014.955	164.033.047

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros Vida	9.999.081	7.134.266	(6.409.820)	10.723.527
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	633.706	2.739.259	(312.674)	3.060.291
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.690.469	4.286.375	(1.839.074)	16.137.770
Doença	47.115.101	216.155.386	(208.995.413)	54.275.074
Incêndio e outros danos	57.317.099	123.297.852	(44.138.897)	136.476.054
Automóvel	7.746.096	10.234.932	(8.223.745)	9.757.283
Marítimo, aéreo e transportes	3.949.471	6.908.239	(2.800.789)	8.056.921
Responsabilidade civil geral	16.443.094	642.766	(3.123.167)	13.962.693
Crédito e cauções	17.820	(6.914)	-	10.906
Diversos	7.121.110	16.772.971	(15.287.580)	8.606.501
	154.033.966	381.030.866	(284.721.339)	250.343.493
	164.033.047	388.165.132	(291.131.159)	261.067.020

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros Vida	10.400.202	9.417.095	(9.818.216)	9.999.081
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	276.387	1.543.951	(1.186.632)	633.706
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.934.357	7.932.829	(2.176.717)	13.690.469
Doença	48.803.478	178.332.516	(180.020.893)	47.115.101
Incêndio e outros danos	35.347.682	65.647.732	(43.678.315)	57.317.099
Automóvel	5.146.978	4.836.413	(2.237.295)	7.746.096
Marítimo, aéreo e transportes	5.967.421	(777.500)	(1.240.450)	3.949.471
Responsabilidade civil geral	21.909.671	(2.434.819)	(3.031.758)	16.443.094
Crédito e cauções	27.837	34.461	(44.478)	17.820
Diversos	6.120.843	13.367.657	(12.367.390)	7.121.110
	131.534.654	268.483.240	(245.983.928)	154.033.966
	141.934.856	277.900.335	(255.802.144)	164.033.047

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

14. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	68.919.435	71.883.475
Reembolsos de sinistros	23.394.130	22.492.630
Mediadores	57.593.008	35.598.902
Co-seguradores	20.322.368	22.708.040
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3.483.966	3.711.125
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.043.999	2.132.479
Outros	631.247	547.757
	176.388.153	159.074.408
(Ajustamentos de recibos por cobrar – Nota 38)	(7.595.592)	(10.148.605)
(Ajustamentos IFAP – Nota 38)	(99.856)	(484.133)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 38)	(6.487.926)	(10.089.321)
	(14.183.374)	(20.722.059)
	162.204.779	138.352.349
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	44.000.339	18.436.208
Contas correntes de ressegurados	11.616.141	8.735.045
	55.616.480	27.171.253
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 38)	(6.390.243)	(6.665.093)
	49.226.237	20.506.160
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	1.567.513	1.676.702
Empresas associadas	-	686.709
Pessoal	297.845	470.878
Fundos de pensões	68.750	55.328
Clientes – contas correntes	7.262.813	4.673.655
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	7.944.013	4.442.829
Devedores por valores em depósito	304.385	251.840
Arrendamentos imobiliários	2.232.266	2.454.038
Transações a liquidar	5.034.475	125.516.922
Adiantamento a fornecedores	519.795	466.017
Outros	12.699.381	48.725.936
	37.931.236	189.420.854
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa – Nota 38)	(13.385.477)	(13.517.561)
	24.545.759	175.903.293
	235.976.775	334.761.802

A rubrica "Transações a liquidar" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2017.

15. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	10.652.994	73.929.009
Outros	275.643	83.221
	10.928.637	74.012.230
Passivos por impostos correntes		
Outros		
Imposto do selo	(8.069.006)	(8.029.748)
Fundo de garantia automóvel	(1.810.080)	(1.928.482)
Fundo de acidentes de trabalho	(4.265.702)	(4.159.250)
Taxa para a autoridade nacional para proteção civil	(1.714.606)	(1.861.103)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros		
e fundos de pensões	(2.083.963)	(1.897.054)
Instituto nacional de emergência médica	(2.503.211)	(2.628.006)
Segurança social	(2.274.131)	(2.161.725)
Retenções	(5.430.377)	(5.819.730)
Outros	(2.490.374)	(2.819.845)
	(30.641.450)	(31.304.943)
Ativos por impostos diferidos	239.964.693	403.870.553
Passivos por impostos diferidos	(227.348.810)	(204.280.152)
	12.615.883	199.590.401
Total	(7.096.930)	242.297.688

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(62.239.254)	(80.455.445)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(6.994.028)	3.953.604
Retenções na fonte	9.872.781	3.271.172
Pagamentos por conta	108.161	93.069.668
Outros	672.052	45.517
	(58.580.288)	19.884.516

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2017 e 2016, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo Vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017			
	Saldos iniciais	Variação em		Saldos finais
		Capital próprio	Resultados	
Ativo				
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	50.692.779	(38.218.307)	-	12.474.472
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	40.228.619	(22.913.499)	(9.069.537)	8.245.583
De rendimento	122.958.383	-	(91.157.048)	31.801.335
Provisões e imparidade temporariamente				
não aceites fiscalmente	175.795.807	(63.421)	(3.629.147)	172.103.239
Benefícios com trabalhadores	14.194.965	(573.257)	1.718.356	15.340.064
	403.870.553	(61.768.484)	(102.137.376)	239.964.693
Passivo				
Valorização de ativos disponíveis para venda	(88.719.655)	(128.997.449)	-	(217.717.104)
Terrenos e edifícios				
De uso próprio	(26.270.850)	22.171.642	(334.941)	(4.434.149)
De rendimento	(89.289.647)	(4.390.814)	88.482.904	(5.197.557)
	(204.280.152)	(111.216.621)	88.147.963	(227.348.810)
	199.590.401	(172.985.105)	(13.989.413)	12.615.883

(valores em euros)

	2016				
	Saldos iniciais	Variação em		Outros	Saldos finais
		Capital próprio	Resultados		
Ativo					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	61.968.825	(11.276.046)	-	-	50.692.779
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	14.076.307	26.152.312	-	-	40.228.619
De rendimento	35.527.156	-	87.431.227	-	122.958.383
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	130.327.960	882.176	44.585.671	-	175.795.807
Benefícios com trabalhadores	12.328.256	3.932.807	2.653.270	(4.719.368)	14.194.965
	254.228.504	19.691.249	134.670.168	(4.719.368)	403.870.553
Passivo					
Valorização de ativos disponíveis para venda	(112.970.905)	24.251.250	-	-	(88.719.655)
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	(4.523.276)	(21.747.574)	-	-	(26.270.850)
De rendimento	-	-	(89.289.647)	-	(89.289.647)
	(117.494.181)	2.503.676	(89.289.647)	-	(204.280.152)
	136.734.323	22.194.925	45.380.521	(4.719.368)	199.590.401

No exercício de 2017, a taxa de imposto diferido ascende a 31,5%, exceto na parte que corresponde aos prejuízos fiscais em que a taxa de imposto diferido corresponde a 21% (quando aplicável).

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

(valores em euros)

	2017	2016
Impostos correntes		
Do exercício	45.820.028	58.182.404
Derrama municipal e estadual	15.434.626	21.373.122
Tributação autónoma	1.227.496	888.782
	62.482.150	80.444.308
Outros (Sucursais)	242.896	11.137
	62.239.254	80.455.445
Impostos diferidos	13.989.413	(45.380.521)
Total de impostos em resultados	76.228.667	35.074.924
Lucro antes de impostos	264.018.024	135.495.427
Carga fiscal	28,87%	25,89%

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

(valores em euros)

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		264.018.024		135.495.427
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,16%	76.990.317	28,84%	39.076.151
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(0,63%)	(1.666.619)	(2,02%)	(2.741.493)
Mais e menos-valias potenciais imóveis	0,00%	-	(1,17%)	(1.581.031)
Mais e menos-valias contabilísticas	(28,12%)	(74.249.309)	(29,39%)	(39.824.057)
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	0,00%	-	(6,12%)	(4.991.734)
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego				
ou a longo prazos dos empregados	0,00%	-	(0,58%)	(788.548)
Correções relativas a exercícios anteriores	(0,05%)	(138.312)	0,00%	-
Outras	(0,08%)	(215.412)	0,00%	-
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	3,30%	8.700.632	0,00%	-
Imparidades não dedutíveis	4,37%	11.544.301	3,85%	5.215.478
Mais e menos-valias potenciais imóveis	5,51%	14.541.186	0,00%	-
Mais e menos-valias fiscais	17,40%	45.940.707	29,02%	39.323.752
Insuficiência de estimativa de IRC	0,02%	49.548	0,21%	281.922

(continuação)

(valores em euros)

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Gastos de benefícios de cessação de emprego,				
benefícios de reforma e outros benefícios pós-emprego				
ou a longo prazos dos empregados	0,02%	64.097	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,25%	335.073
Outras	0,00%	-	0,18%	244.386
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,23%)	(606.375)	(0,04%)	(57.037)
Outros	0,00%	-	(0,23%)	(306.719)
Tributação autónoma	0,19%	513.028	0,66%	888.781
Ativos e passivos por impostos				
diferidos - Efeito de alteração de taxa	(1,98%)	(5.239.122)	0,00%	-
	28,87%	76.228.667	25,89%	35.074.924

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Companhia, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

16. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Acréscimos de rendimentos	3.629.933	3.238.475
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	14.000.665	13.779.734
Seguros	678.636	421.841
Rendas e alugueres	568.671	311.168
Assistência equipamento informático	631.013	1.596.382
Publicidade	288.503	372.964
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	282.665	496.645
Licenças de software	834.525	350.188
Outros	449.957	514.040
	21.364.568	21.081.437

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui a estimativa das profit commissions a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 3.580.000 euros e 3.070.819 euros, relativas aos exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

17. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

A Fidelidade está a efetuar uma reconfiguração do perfil do seu património imobiliário nacional. Para este efeito foram selecionados essencialmente ativos residenciais e ativos considerados não estratégicos, dado o seu estado de ocupação e localização dispersa e custos de operação significativos, os quais se encontram desadequados à atual estratégia de investimento da Companhia. Esta nova estratégia pretende dar maior enfoque a projetos mais emblemáticos, de maior dimensão e rentabilidade, conseguindo uma renovação e otimização da carteira imobiliária da Fidelidade.

O processo de venda iniciou-se em novembro com a colocação no mercado dos ativos imobiliários, acessíveis a qualquer investidor nacional ou internacional, que permitiu, até ao final do ano, uma avaliação preliminar das carteiras e entrega de ofertas de compra não vinculativas pelos investidores. Seguidamente, foi selecionado, tendo por base as propostas não vinculativas, um grupo de investidores mais restrito, aos quais foi concedido acesso a informação mais detalhada sobre os ativos, bem como a possibilidade de realização de visitas técnicas aos diversos imóveis, para poderem avançar com as suas ofertas finais. Terminada essa fase apresentarão as suas ofertas finais e vinculativas, havendo a expectativa de que este processo possa estar concluído até ao final de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017
Ativos não correntes detidos para venda	
Terrenos e edifícios de uso próprio	1.889.500
Terrenos e edifícios de rendimento	212.183.100
Ativos por impostos diferidos	29.122.141
	243.194.741
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	
Passivos por impostos diferidos	23.428.483
	23.428.483
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda	
Ganhos	
Rendas	659.789
Ganhos realizados	
	659.789
Perdas	
Gastos com pessoal	(6.281)
Fornecimentos e Serviços Externos	
Eletricidade	(10.812)
Água	(2.424)
Conservação e reparação	(80.837)
Seguros	(15.282)
Honorários	(2.370)
Limpeza, higiene e conforto	(14.358)
Vigilância	(5.905)
Consultoria	(43.925)
Condomínios	(11.697)
Outros	(491)
Impostos e taxas	(30.567)
	(224.949)
	434.840

18. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.377	246.633.705	248.176.082	1.567.236	247.347.139	248.914.375
Provisão matemática do ramo Vida	1.759.742.499	-	1.759.742.499	1.646.693.482	-	1.646.693.482
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	108.677.162	1.593.696.164	1.702.373.326	97.168.545	1.481.614.726	1.578.783.271
Sinistros não declarados (IBNR)	23.710.431	70.050.767	93.761.198	23.801.595	59.635.670	83.437.265
	132.387.593	1.663.746.931	1.796.134.524	120.970.140	1.541.250.396	1.662.220.536
Provisão para participação nos resultados	110.745.227	314	110.745.541	68.711.511	314	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	7.520.800	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	24.405.064	21.750.883	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.564.273	25.564.273	-	24.001.691	24.001.691
Provisão para riscos em curso	-	47.581.380	47.581.380	-	46.210.749	46.210.749
	2.036.343.560	1.983.526.603	4.019.870.163	1.866.718.491	1.858.810.289	3.725.528.780

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros Vida	1.542.377	-	1.542.377	1.567.236	-	1.567.236
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho	13.622.416	(2.535.093)	11.087.323	12.576.577	(2.062.019)	10.514.558
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.279.052	(2.081.726)	7.197.326	8.950.472	(1.593.165)	7.357.307
Doença	25.335.709	(3.167.902)	22.167.807	23.172.778	(2.778.612)	20.394.166
Incêndio e outros danos	86.989.647	(20.829.354)	66.160.293	86.238.030	(15.373.098)	70.864.932
Automóvel	141.954.205	(29.475.306)	112.478.899	135.244.707	(26.927.652)	108.317.055
Marítimo, aéreo e transportes	1.619.086	(305.430)	1.313.656	1.690.049	(264.925)	1.425.124
Responsabilidade civil geral	10.333.352	(2.771.054)	7.562.298	9.683.268	(1.779.605)	7.903.663
Crédito e cauções	139.131	(11.164)	127.967	143.458	(12.030)	131.428
Proteção jurídica	1.892.769	(838.442)	1.054.327	2.110.552	(422.004)	1.688.548
Assistência	12.031.003	(2.642.687)	9.388.316	11.207.505	(2.232.727)	8.974.778
Diversos	12.085.377	(3.989.884)	8.095.493	12.086.029	(2.310.449)	9.775.580
	315.281.747	(68.648.042)	246.633.705	303.103.425	(55.756.286)	247.347.139
	316.824.124	(68.648.042)	248.176.082	304.670.661	(55.756.286)	248.914.375

O movimento ocorrido nas provisões para prêmios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros Vida			
Provisão para prêmios não adquiridos	1.567.236	(24.859)	1.542.377
Seguros Não Vida			
Provisão para prêmios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	12.576.577	1.045.839	13.622.416
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	8.950.472	328.580	9.279.052
Doença	23.172.778	2.162.931	25.335.709
Incêndio e outros danos	86.238.030	751.617	86.989.647
Automóvel	135.244.707	6.709.498	141.954.205
Marítimo, aéreo e transportes	1.690.049	(70.963)	1.619.086
Responsabilidade civil geral	9.683.268	650.084	10.333.352
Crédito e cauções	143.458	(4.327)	139.131
Proteção jurídica	2.110.552	(217.783)	1.892.769
Assistência	11.207.505	823.498	12.031.003
Diversos	12.086.029	(652)	12.085.377
	303.103.425	12.178.322	315.281.747
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(2.062.019)	(473.074)	(2.535.093)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.593.165)	(488.561)	(2.081.726)
Doença	(2.778.612)	(389.290)	(3.167.902)
Incêndio e outros danos	(15.373.098)	(5.456.256)	(20.829.354)
Automóvel	(26.927.652)	(2.547.654)	(29.475.306)
Marítimo, aéreo e transportes	(264.925)	(40.505)	(305.430)
Responsabilidade civil geral	(1.779.605)	(991.449)	(2.771.054)
Crédito e cauções	(12.030)	866	(11.164)
Proteção jurídica	(422.004)	(416.438)	(838.442)
Assistência	(2.232.727)	(409.960)	(2.642.687)
Diversos	(2.310.449)	(1.679.435)	(3.989.884)
	(55.756.286)	(12.891.756)	(68.648.042)
	247.347.139	(713.434)	246.633.705
	248.914.375	(738.293)	248.176.082

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Saldo final
Seguros Vida			
Provisão para prémios não adquiridos	1.796.858	(229.622)	1.567.236
Seguros Não Vida			
Provisão para prémios não adquiridos			
Acidentes de trabalho	12.117.531	459.046	12.576.577
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.416.088	1.534.384	8.950.472
Doença	22.261.877	910.901	23.172.778
Incêndio e outros danos	84.782.141	1.455.889	86.238.030
Automóvel	129.443.179	5.801.528	135.244.707
Marítimo, aéreo e transportes	1.990.065	(300.016)	1.690.049
Responsabilidade civil geral	8.859.573	823.695	9.683.268
Crédito e cauções	191.325	(47.867)	143.458
Proteção jurídica	2.105.806	4.746	2.110.552
Assistência	9.912.352	1.295.153	11.207.505
Diversos	8.449.690	3.636.339	12.086.029
	287.529.627	15.573.798	303.103.425
Custos de aquisição diferidos			
Acidentes de trabalho	(2.148.713)	86.694	(2.062.019)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.285.995)	(307.170)	(1.593.165)
Doença	(2.767.169)	(11.443)	(2.778.612)
Incêndio e outros danos	(15.100.771)	(272.327)	(15.373.098)
Automóvel	(25.429.902)	(1.497.750)	(26.927.652)
Marítimo, aéreo e transportes	(339.722)	74.797	(264.925)
Responsabilidade civil geral	(1.405.416)	(374.189)	(1.779.605)
Crédito e cauções	(16.684)	4.654	(12.030)
Proteção jurídica	(421.100)	(904)	(422.004)
Assistência	(1.974.500)	(258.227)	(2.232.727)
Diversos	(1.609.743)	(700.706)	(2.310.449)
	(52.499.715)	(3.256.571)	(55.756.286)
	235.029.912	12.317.227	247.347.139
	236.826.770	12.087.605	248.914.375

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros Vida	108.677.162	23.710.431	132.387.593	97.168.545	23.801.595	120.970.140
Seguros Não Vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	597.850.268	1.076.149	598.926.417	573.330.355	1.010.934	574.341.289
Provisão para assistência vitalícia	169.605.546	7.948.876	177.554.422	163.207.398	7.950.714	171.158.112
Provisão para assistência temporária	44.718.392	2.519.579	47.237.971	44.102.252	2.526.360	46.628.612
	812.174.206	11.544.604	823.718.810	780.640.005	11.488.008	792.128.013
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	25.429.664	2.360.242	27.789.906	21.389.338	401.084	21.790.422
Doença	49.748.732	4.902.733	54.651.465	44.000.718	3.302.247	47.302.965
Incêndio e outros danos	201.202.274	15.971.169	217.173.443	107.518.037	13.275.799	120.793.836
Automóvel	400.039.426	15.839.187	415.878.613	422.184.686	15.437.791	437.622.477
Marítimo, aéreo e transportes	11.007.820	1.709.862	12.717.682	8.532.984	991.516	9.524.500
Responsabilidade civil geral	82.545.122	16.454.574	98.999.696	87.924.474	13.846.076	101.770.550
Crédito e cauções	368.296	77.662	445.958	431.202	64.140	495.342
Proteção jurídica	15.110	8.453	23.563	12.402	6.579	18.981
Assistência	98.046	54.179	152.225	61.462	37.154	98.616
Diversos	11.067.468	1.128.102	12.195.570	8.919.418	785.276	9.704.694
	781.521.958	58.506.163	840.028.121	700.974.721	48.147.662	749.122.383
	1.593.696.164	70.050.767	1.663.746.931	1.481.614.726	59.635.670	1.541.250.396
	1.702.373.326	93.761.198	1.796.134.524	1.578.783.271	83.437.265	1.662.220.536

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros Vida	120.970.140	295.738.385	(284.320.932)	132.387.593
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	792.128.013	176.328.271	(144.737.474)	823.718.810
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.790.422	15.967.109	(9.967.625)	27.789.906
Doença	47.302.965	218.038.969	(210.690.469)	54.651.465
Incêndio e outros danos	120.793.836	228.654.981	(132.275.374)	217.173.443
Automóvel	437.622.477	317.174.664	(338.918.528)	415.878.613
Marítimo, aéreo e transportes	9.524.500	9.467.498	(6.274.316)	12.717.682
Responsabilidade civil geral	101.770.550	10.502.647	(13.273.501)	98.999.696
Crédito e cauções	495.342	(43.122)	(6.262)	445.958
Proteção jurídica	18.981	4.836	(254)	23.563
Assistência	98.616	54.101	(492)	152.225
Diversos	9.704.694	24.723.232	(22.232.356)	12.195.570
	1.541.250.396	1.000.873.186	(878.376.651)	1.663.746.931
	1.662.220.536	1.296.611.571	(1.162.697.583)	1.796.134.524

(valores em euros)

	2016			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Saldo final
Seguros Vida	124.609.448	263.457.446	(267.096.754)	120.970.140
Seguros Não Vida				
Acidentes de trabalho	782.022.044	151.665.893	(141.559.924)	792.128.013
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22.584.876	7.839.029	(8.633.483)	21.790.422
Doença	49.050.841	179.431.986	(181.179.862)	47.302.965
Incêndio e outros danos	104.331.630	128.595.612	(112.133.406)	120.793.836
Automóvel	461.484.693	296.323.509	(320.185.725)	437.622.477
Marítimo, aéreo e transportes	12.307.182	803.401	(3.586.083)	9.524.500
Responsabilidade civil geral	108.073.081	6.936.186	(13.238.717)	101.770.550
Crédito e cauções	584.138	72.646	(161.442)	495.342
Proteção jurídica	23.863	(3.177)	(1.705)	18.981
Assistência	102.821	(1.687)	(2.518)	98.616
Diversos	8.128.317	20.325.934	(18.749.557)	9.704.694
	1.548.693.486	791.989.332	(799.432.422)	1.541.250.396
	1.673.302.934	1.055.446.778	(1.066.529.176)	1.662.220.536

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidos dos reembolsos processados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Seguros Não Vida		
Acidentes de trabalho	6.113.713	16.279.028
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	191.581	223.197
Doença	192.776	-
Incêndio e outros danos	7.487.753	2.748.136
Automóvel	27.887.196	21.024.402
Marítimo, aéreo e transportes	12.672	416
Responsabilidade civil geral	950.506	411.465
Crédito e cauções	61.889	15.823
Proteção jurídica	384	-
Assistência	4.682.786	5.467.544
Diversos	124	40.738
	47.581.380	46.210.749

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros Não Vida			
Acidentes de trabalho	16.279.028	(10.165.315)	6.113.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	223.197	(31.616)	191.581
Doença	-	192.776	192.776
Incêndio e outros danos	2.748.136	4.739.617	7.487.753
Automóvel	21.024.402	6.862.794	27.887.196
Marítimo, aéreo e transportes	416	12.256	12.672
Responsabilidade civil geral	411.465	539.041	950.506
Crédito e cauções	15.823	46.066	61.889
Proteção jurídica	-	384	384
Assistência	5.467.544	(784.758)	4.682.786
Diversos	40.738	(40.614)	124
	46.210.749	1.370.631	47.581.380

(valores em euros)

	2016		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros Não Vida			
Acidentes de trabalho	25.113.465	(8.834.437)	16.279.028
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	352.326	(129.129)	223.197
Doença	3.669.909	(3.669.909)	-
Incêndio e outros danos	3.130.461	(382.325)	2.748.136
Automóvel	19.331.931	1.692.471	21.024.402
Marítimo, aéreo e transportes	39.286	(38.870)	416
Responsabilidade civil geral	1.036.256	(624.791)	411.465
Crédito e cauções	55.297	(39.474)	15.823
Assistência	6.008.104	(540.560)	5.467.544
Diversos	36.428	4.310	40.738
	58.773.463	(12.562.714)	46.210.749

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo Vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	68.227.093	(194.702)	68.032.391	17.623.212	85.655.603
Vida risco grupo	140.031.819	-	140.031.819	16.723.361	156.755.180
Vida capitalização individual	21.137.628	(14.794)	21.122.834	145.172	21.268.006
Vida capitalização grupo	3.059.094	-	3.059.094	-	3.059.094
	232.455.634	(209.496)	232.246.138	34.491.745	266.737.883
De contratos de investimento com participação					
nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	211.509.978	(9.151)	211.500.827	20.562.261	232.063.088
Vida capitalização grupo	312.340.437	-	312.340.437	5.990.684	318.331.121
Vida PPR individual	1.003.678.850	(23.753)	1.003.655.097	49.700.537	1.053.355.634
	1.527.529.265	(32.904)	1.527.496.361	76.253.482	1.603.749.843
	1.759.984.899	(242.400)	1.759.742.499	110.745.227	1.870.487.726

(valores em euros)

			2016		
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	60.851.119	(77.110)	60.774.009	15.722.480	76.496.489
Vida risco grupo	148.113.688	-	148.113.688	16.441.868	164.555.556
Vida capitalização individual	30.781.307	(50.415)	30.730.892	40.937	30.771.829
Vida capitalização grupo	2.969.919	-	2.969.919	-	2.969.919
	242.716.033	(127.525)	242.588.508	32.205.285	274.793.793
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259.827.922	(11.462)	259.816.460	17.325.095	277.141.555
Vida capitalização grupo	301.373.036	-	301.373.036	4.585.661	305.958.697
Vida PPR individual	842.944.534	(29.056)	842.915.478	14.595.470	857.510.948
	1.404.145.492	(40.518)	1.404.104.974	36.506.226	1.440.611.200
	1.646.861.525	(168.043)	1.646.693.482	68.711.511	1.715.404.993

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo Vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

			2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	242.588.508	(11.465.724)	-	(81.972)	-	1.205.326	232.246.138
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.404.104.974	94.305.401	-	7.614	21.557.472	7.520.900	1.527.496.361
	1.646.693.482	82.839.677	-	(74.358)	21.557.472	8.726.226	1.759.742.499
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	32.205.285	1.935.342	4.253.758	-	-	(3.902.640)	34.491.745
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	36.506.226	(7.709.996)	54.978.149	-	-	(7.520.897)	76.253.482
	68.711.511	(5.774.654)	59.231.907	-	-	(11.423.537)	110.745.227
	1.715.404.993	77.065.023	59.231.907	(74.358)	21.557.472	(2.697.311)	1.870.487.726

(valores em euros)

	2016						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	235.609.699	6.830.602	-	(72.598)	-	220.805	242.588.508
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	1.396.993.861	(5.121.046)	-	10.878	3.396.418	8.824.863	1.404.104.974
	1.632.603.560	1.709.556	-	(61.720)	3.396.418	9.045.668	1.646.693.482
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	30.915.804	4.941.827	(475.398)	-	-	(3.176.948)	32.205.285
De contratos de investimento com participação							
nos resultados com componente discricionária	37.847.871	4.687.983	2.829.030	-	-	(8.858.658)	36.506.226
	68.763.675	9.629.810	2.353.632	-	-	(12.035.606)	68.711.511
	1.701.367.235	11.339.366	2.353.632	(61.720)	3.396.418	(2.989.938)	1.715.404.993

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.15.f).

19. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	485.306.767	1.970.476	(341.853.652)	3.778.132	-	149.201.723
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	26.949.181	208.501	(1.622.669)	192.428	(57.042)	25.670.399
	512.977.193	2.178.977	(343.476.321)	3.970.560	(57.042)	175.593.367
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.869.587.183	909.190.396	(686.292.227)	43.008.759	(21.500.430)	5.113.993.681
Vida Taxa Fixa individual	2.905.250.224	1.062.185.291	(730.237.269)	51.778.068	-	3.288.976.314
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.375.735	-	(330.040)	30.683	-	5.076.378
	7.780.213.142	1.971.375.687	(1.416.859.536)	94.817.510	(21.500.430)	8.408.046.373
	8.293.190.335	1.973.554.664	(1.760.335.857)	98.788.070	(21.557.472)	8.583.639.740

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544.300.085	35.932.004	(94.527.512)	(397.810)	-	485.306.767
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	28.028.092	222.154	(1.367.109)	176.882	(110.838)	26.949.181
	573.049.422	36.154.158	(95.894.621)	(220.928)	(110.838)	512.977.193
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.517.190.923	869.171.791	(594.650.712)	81.160.761	(3.285.580)	4.869.587.183
Vida Taxa Fixa individual	2.979.955.085	1.211.410.102	(1.353.631.014)	67.516.051	-	2.905.250.224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.447.800	-	(107.351)	35.286	-	5.375.735
	7.502.593.808	2.080.581.893	(1.948.389.077)	148.712.098	(3.285.580)	7.780.213.142
	8.075.643.230	2.116.736.051	(2.044.283.698)	148.491.170	(3.396.418)	8.293.190.335

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

20. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 6)	19.813.818	33.170.490
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 6)	-	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	3.823.879	4.438.349
Não Vida	126.228.787	109.978.267
	130.052.666	123.154.317
	149.866.484	156.324.807

21. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	33.798.300	33.283.681
Tomadores de seguro	29.143.747	25.497.377
Co-seguradoras	13.768.735	12.008.818
	76.710.782	70.789.876
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	38.726.995	29.485.681
Contas correntes de ressegurados	1.519.330	1.818.293
	40.246.325	31.303.974
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	2.395.331	1.320.520
Imposto agregado	7.374.967	54.044.492
Fornecedores de ativos tangíveis	498.027	678.316
Fornecedores conta corrente	11.066.769	10.089.790
Fundos de pensões	384.785	385.614
Contas de regularização interna	7.024.058	9.604.819
Credores diversos	21.178.008	34.286.043
	49.921.945	110.409.594
	166.879.052	212.503.444

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica "Imposto agregado" corresponde ao valor de imposto a pagar pela Companhia à Longrun Portugal, SGPS, S.A. resultante da aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS).

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

22. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	1.030.259	1.056.644
	1.030.259	1.056.644
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	260.000	-
Férias e subsídios a pagar	14.146.920	13.228.881
Seguros	2.883.380	1.717.020
Remunerações variáveis, incluindo encargos	1.448.017	1.478.875
Prémios de desempenho da empresa	10.011.835	9.894.764
Prémio de permanência	691.532	595.503
Outros custos com pessoal	287.639	21.449
Comissões a pagar	40.701.919	39.812.261
Pagamentos diferidos – Marketing	5.083.669	4.879.121
Imposto municipal de imóveis	791.600	760.816
Auditoria	527.239	213.848
Publicidade	134.399	5.301
Faturas em conferência	5.462.884	4.300.996
Outros	4.719.321	3.515.334
	87.150.354	80.424.169
	88.180.613	81.480.813

23. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Desvios atuariais por capital Próprio	Outros	
Provisões para impostos	3.850.000	-	(3.801.797)	-	-	48.203
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 31)						
Benefícios de saúde	23.637.281	-	(541.533)	(131.718)	-	22.964.030
Encargos com pensões	3.304.903	-	(185.133)	(537.326)	-	2.582.444
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	48.536.302	1.500.000	-	-	-	50.036.302
Provisão para reestruturação	35.424.918	-	(14.247.472)	-	-	21.177.446
Outras	15.401.291	39.907.267	-	-	11.779	55.320.337
	130.154.695	41.407.267	(18.775.935)	(669.044)	11.779	152.128.762

(valores em euros)

	2016					Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Reposições e anulações	Desvios atuariais por capital Próprio	Outros	
Provisões para impostos	20.520.772	3.000.000	(19.670.772)	-	-	3.850.000
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 31)						
Benefícios de saúde	22.191.389	-	(716.713)	2.162.605	-	23.637.281
Encargos com pensões	3.017.807	-	(65.318)	352.414	-	3.304.903
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	47.036.302	1.500.000	-	-	-	48.536.302
Provisão para reestruturação	60.524.302	-	(25.099.384)	-	-	35.424.918
Outras	1.253.296	14.147.995	-	-	-	15.401.291
	154.543.868	18.647.995	(45.552.187)	2.515.019		130.154.695

A Fidelidade tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores, que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 a Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.299.163 euros. No desenvolvimento deste plano, em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7.038.236 euros. Em 31 de dezembro, para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.153.927 euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

Em 2015 a Fidelidade reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo, para o período 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25.100.000 euros. No desenvolvimento deste plano, em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16.729.625 euros. Em 31 de dezembro, para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60.524.302 euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25.099.384 euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 35.424.918 euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2017 saíram 98 colaboradores, o que originou a utilização de 14.247.472 euros. Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 21.177.446 euros. No mesmo período foram contratados 247 colaboradores.

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses, para as reformas com efeito em 2017. Em 2018, o custo efetivo é calculado tendo por base a idade legal de reforma de 66 anos e 4 meses.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade da Companhia.

Em 2017 e 2016, as rubricas "Outras Provisões" inclui constituições de 38.214.363 euros e utilizações de 5.374.533 euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)".

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pela Companhia decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pela Companhia para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 31).

24. Capital

O capital social, no valor de 381.150.000 euros, é constituído por 121 milhões de ações com o valor nominal unitário de 3,15 euros e encontra-se integralmente realizado.

Em dezembro de 2015 foram realizadas, pelos acionistas prestações suplementares por forma a construírem um reforço dos capitais próprios da Fidelidade no montante global de 521.530.515 euros nos seguintes termos:

- Longrun Portugal, SGPS, S.A. pelo montante de 500.000.000 euros;
- Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. pelo montante de 21.530.515 euros.

No exercício de 2015 foram adquiridas, em cumprimento do deliberado no ponto 9 da ordem de trabalhos da assembleia geral de 31 de março de 2015, 13.300 ações próprias, ao preço unitário de 11,20 euros, perfazendo o valor total de 148.960 euros. A liquidação desta aquisição foi feita em 22 de dezembro de 2015.

A estrutura acionista da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016, tem a seguinte composição:

(valores em euros)

Acionistas	2017		2016	
	Número de Ações	% Participação	Número de Ações	% Participação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102.833.140	84,9861%	102.833.140	84,9861%
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18.150.000	15,0000%	18.150.000	15,0000%
Colaboradores e antigos colaboradores da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	3.560	0,00290%	3.560	0,00290%
Ações Próprias	13.300	0,01100%	13.300	0,01100%
	121.000.000	100%	121.000.000	100%

Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição de 80% do capital social da Fidelidade, via Longrun Portugal SGPS, S.A. a Companhia passou a integrar o Grupo Fosun.

Os resultados dos exercícios de 2016 e de 2015 foram aplicados conforme indicado:

(valores em euros)

	2016	2015
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	9.842.748	17.033.340
Reservas livres	88.584.728	153.300.064
Resultados transitados	1.993.027	37.528.813
	100.420.503	207.862.217

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	187.789.354	100.420.503
Número de ações (no final do exercício)	121.000.000	121.000.000
Resultado por ação	1,55	0,83

25. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas (Nota 7)	752.297.075	88.361.675
Montante atribuível aos segurados	(67.062.089)	(7.633.508)
	685.234.986	80.728.167
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio (Nota 9)	29.832.023	25.727.507
	715.067.009	106.455.674
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	27.529.340	48.824.813
Montante atribuível aos segurados	196.674	-
	27.726.014	48.824.813
	742.793.023	155.280.487
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(205.242.631)	(38.026.876)
De terrenos e edifícios de uso próprio	6.070.489	5.509.502
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	24.721.343	24.747.576
Benefícios de saúde	1.979.487	2.976.512
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14.587.724)	(6.896.425)
	(187.059.036)	(11.689.711)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	555.733.987	143.590.776
Outras reservas		
Reserva legal	143.971.718	134.128.970
Prémios de emissão	115.103.280	115.103.280
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(50.782.055)	(55.296.129)
Benefícios de saúde	(6.284.085)	(6.415.803)
Outras reservas	456.216.056	367.631.328
	658.224.914	555.151.646
Resultados transitados	142.693.311	138.272.457
Resultado do exercício	187.789.357	100.420.503
	1.544.441.569	937.435.382

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As “Reservas de reavaliação” refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

A variação de “Outras reservas” corresponde à aplicação do resultado distribuível do ano anterior reconhecida em Reservas Livres.

26. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	159.360.987	(12.058.192)	147.302.795	159.818.165	(13.345.085)	146.473.080
Contrato seguro com participação nos resultados	33.753.886	(1.119.595)	32.634.291	40.955.826	(1.228.286)	39.727.540
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	247.888.173	-	247.888.173	132.569.311	-	132.569.311
	441.003.046	(13.177.787)	427.825.259	333.343.302	(14.573.371)	318.769.931
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	172.666.008	(5.269.801)	167.396.207	151.693.550	(5.450.072)	146.243.478
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	29.682.429	(8.589.369)	21.093.060	27.947.171	(11.367.269)	16.579.902
Doença	269.024.231	(266.756.565)	2.267.666	236.441.704	(234.505.517)	1.936.187
Incêndio e outros danos	244.201.069	(93.916.784)	150.284.285	239.829.977	(92.504.600)	147.325.377
Automóvel	395.485.640	(3.060.824)	392.424.816	371.866.729	(2.050.893)	369.815.836
Marítimo, aéreo e transportes	18.270.972	(10.387.866)	7.883.106	17.536.243	(10.147.350)	7.388.893
Responsabilidade civil geral	35.218.761	(9.532.524)	25.686.237	33.964.902	(9.450.320)	24.514.582
Crédito e cauções	652.801	(432.633)	220.168	612.631	(447.616)	165.015
Proteção jurídica	4.916.427	(1.797.517)	3.118.910	5.113.947	(3.459.955)	1.653.992
Assistência	31.949.180	(15.747.085)	16.202.095	28.495.775	(28.156.925)	338.850
Diversos	34.228.578	(11.805.844)	22.422.734	37.225.149	(18.339.976)	18.885.173
	1.236.296.096	(427.296.812)	808.999.284	1.150.727.778	(415.880.493)	734.847.285
	1.677.299.142	(440.474.599)	1.236.824.543	1.484.071.080	(430.453.864)	1.053.617.216
Variação da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	(34.046)	7.150	(26.896)	246.544	18.840	265.384
Contrato seguro com participação nos resultados	61.272	(14.384)	46.888	(10.765)	(4.747)	(15.512)
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(2.367)	-	(2.367)	(6.157)	-	(6.157)
	24.859	(7.234)	17.625	229.622	14.093	243.715

(continuação)

(valores em euros)

		2017			2016	
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	(1.045.839)	(115.509)	(1.161.348)	(459.046)	18.603	(440.443)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(328.580)	(404.203)	(732.783)	(1.534.384)	(372.169)	(1.906.553)
Doença	(2.162.931)	1.887.282	(275.649)	(910.901)	949.733	38.832
Incêndio e outros danos	(751.617)	1.576.510	824.893	(1.455.889)	1.196.558	(259.331)
Automóvel	(6.709.498)	(145.459)	(6.854.957)	(5.801.528)	78.790	(5.722.738)
Marítimo, aéreo e transportes	70.963	(140.109)	(69.146)	300.016	(17.599)	282.417
Responsabilidade civil geral	(650.084)	251.299	(398.785)	(823.695)	159.452	(664.243)
Crédito e cauções	4.327	(9.584)	(5.257)	47.867	(42.616)	5.251
Proteção jurídica	217.783	(1.733.834)	(1.516.051)	(4.746)	59.186	54.440
Assistência	(823.498)	(13.826.783)	(14.650.281)	(1.295.153)	516.916	(778.237)
Diversos	652	(459.787)	(459.135)	(3.636.339)	1.014.205	(2.622.134)
	(12.178.322)	(13.120.177)	(25.298.499)	(15.573.798)	3.561.059	(12.012.739)
	(12.153.463)	(13.127.411)	(25.280.874)	(15.344.176)	3.575.152	(11.769.024)
Prémios adquiridos						
Ramo Vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	159.326.941	(12.051.042)	147.275.899	160.064.709	(13.326.245)	146.738.464
Contrato seguro com participação nos resultados	33.815.158	(1.133.979)	32.681.179	40.945.061	(1.233.033)	39.712.028
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	247.885.806	-	247.885.806	132.563.154	-	132.563.154
	441.027.905	(13.185.021)	427.842.884	333.572.924	(14.559.278)	319.013.646
Ramo Não Vida						
Acidentes de trabalho	171.620.169	(5.385.310)	166.234.859	151.234.504	(5.431.469)	145.803.035
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	29.353.849	(8.993.572)	20.360.277	26.412.787	(11.739.438)	14.673.349
Doença	266.861.300	(264.869.283)	1.992.017	235.530.803	(233.555.784)	1.975.019
Incêndio e outros danos	243.449.452	(92.340.274)	151.109.178	238.374.088	(91.308.042)	147.066.046
Automóvel	388.776.142	(3.206.283)	385.569.859	366.065.201	(1.972.103)	364.093.098
Marítimo, aéreo e transportes	18.341.935	(10.527.975)	7.813.960	17.836.259	(10.164.949)	7.671.310
Responsabilidade civil geral	34.568.677	(9.281.225)	25.287.452	33.141.207	(9.290.868)	23.850.339
Crédito e cauções	657.128	(442.217)	214.911	660.498	(490.232)	170.266
Proteção jurídica	5.134.210	(3.531.351)	1.602.859	5.109.201	(3.400.769)	1.708.432
Assistência	31.125.682	(29.573.868)	1.551.814	27.200.622	(27.640.009)	(439.387)
Diversos	34.229.230	(12.265.631)	21.963.599	33.588.810	(17.325.771)	16.263.039
	1.224.117.774	(440.416.989)	783.700.785	1.135.153.980	(412.319.434)	722.834.546
	1.665.145.679	(453.602.010)	1.211.543.669	1.468.726.904	(426.878.712)	1.041.848.192

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios de contratos de seguro do ramo Vida podem ser decompostos da seguinte forma:

(valores em euros)

	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto	440.932.317	333.282.291
Contratos individuais	259.615.916	135.977.388
Contratos de grupo	181.316.401	197.304.903
	440.932.317	333.282.291
Periódicos	211.577.182	270.325.214
Não periódicos	229.355.135	62.957.077
	440.932.317	333.282.291
Contratos sem participação nos resultados	159.415.122	159.834.765
Contratos com participação nos resultados	281.517.195	173.447.526
	440.932.317	333.282.291
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	70.729	61.011
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	441.003.046	333.343.302
Saldo de resseguro	1.498.365	(5.330.819)

27. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2017 e 2016 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.943.122 euros e a 2.551.811 euros, respetivamente.

28. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Total
Ramo Vida						
Seguro direto e resseguro aceite	288.470.322	11.439.077	299.909.399	268.891.603	(3.638.510)	265.253.093
Resseguro cedido	(6.284.535)	(724.446)	(7.008.981)	(8.673.625)	401.122	(8.272.503)
	282.185.787	10.714.631	292.900.418	260.217.978	(3.237.388)	256.980.590
Ramo Não Vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	148.182.469	32.370.282	180.552.751	146.353.272	10.009.221	156.362.493
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	11.918.419	5.998.740	17.917.159	10.564.468	(805.322)	9.759.146
Doença	203.766.281	1.938.933	205.705.214	178.026.806	(2.295.651)	175.731.155
Incêndio e outros danos	137.350.067	97.450.190	234.800.257	118.836.719	15.318.401	134.155.120
Automóvel	307.176.098	(19.108.157)	288.067.941	294.698.298	(27.623.610)	267.074.688
Marítimo, aéreo e transportes	6.207.829	3.197.390	9.405.219	3.633.674	(2.782.210)	851.464
Responsabilidade civil geral	12.348.211	(2.754.640)	9.593.571	13.531.159	(6.176.893)	7.354.266
Crédito e cauções	480.862	(49.385)	431.477	314.750	(88.428)	226.322
Protecção Jurídica	110.096	4.581	114.677	89.106	(4.881)	84.225
Assistência	708.468	53.609	762.077	488.943	(4.205)	484.738
Diversos	22.894.080	2.495.273	25.389.353	19.381.264	1.570.686	20.951.950
	851.142.880	121.596.816	972.739.696	785.918.459	(12.882.892)	773.035.567
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(236.071)	(2.426.585)	(2.662.656)	(801.405)	(357.318)	(1.158.723)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.768.691)	(2.447.300)	(4.215.991)	(1.678.033)	(5.756.111)	(7.434.144)
Doença	(201.894.563)	(1.752.213)	(203.646.776)	(176.790.769)	2.236.152	(174.554.617)
Incêndio e outros danos	(39.124.325)	(79.116.574)	(118.240.899)	(42.768.843)	(22.003.460)	(64.772.303)
Automóvel	(6.699.028)	(2.011.341)	(8.710.369)	(971.548)	(2.599.118)	(3.570.666)
Marítimo, aéreo e transportes	(2.734.173)	(4.107.450)	(6.841.623)	(941.300)	2.015.562	1.074.262
Responsabilidade civil geral	(2.601.471)	2.497.062	(104.409)	(2.509.125)	5.513.008	3.003.883
Crédito e cauções	1.846	6.914	8.760	(35.272)	10.017	(25.255)
Assistência	-	(2)	(2)	(185)	-	(185)
Diversos	(14.234.620)	(1.485.390)	(15.720.010)	(12.288.483)	(1.000.270)	(13.288.753)
	(269.291.096)	(90.842.879)	(360.133.975)	(238.784.963)	(21.941.538)	(260.726.501)
	581.851.784	30.753.937	612.605.721	547.133.496	(34.824.430)	512.309.066
	864.037.571	41.468.568	905.506.139	807.351.474	(38.061.818)	769.289.656

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pela Companhia.

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo Vida apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017						Total
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	105.183.117	9.763.384	114.946.501	2.654.182	(11.465.724)	1.935.342	108.070.301
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	183.287.205	1.675.693	184.962.898	495.560	94.305.401	(7.709.996)	272.053.863
	288.470.322	11.439.077	299.909.399	3.149.742	82.839.677	(5.774.654)	380.124.164
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(6.284.535)	(724.446)	(7.008.981)	-	(196.626)	-	(7.205.607)
	(6.284.535)	(724.446)	(7.008.981)	-	(196.626)	-	(7.205.607)
Líquido							
De contratos de seguro	98.898.582	9.038.938	107.937.520	2.654.182	(11.662.350)	1.935.342	100.864.694
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	183.287.205	1.675.693	184.962.898	495.560	94.305.401	(7.709.996)	272.053.863
	282.185.787	10.714.631	292.900.418	3.149.742	82.643.051	(5.774.654)	372.918.557

(valores em euros)

	2016						Total
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Subtotal	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96.504.550	(3.236.393)	93.268.157	(3.521.275)	6.830.602	4.941.827	101.519.311
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	172.387.053	(402.117)	171.984.936	1.398.705	(5.121.046)	4.687.983	172.950.578
	268.891.603	(3.638.510)	265.253.093	(2.122.570)	1.709.556	9.629.810	274.469.889
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8.673.625)	401.122	(8.272.503)	-	1.349.368	-	(6.923.135)
	(8.673.625)	401.122	(8.272.503)	-	1.349.368	-	(6.923.135)
Líquido							
De contratos de seguro	87.830.925	(2.835.271)	84.995.654	(3.521.275)	8.179.970	4.941.827	94.596.176
De contratos de investimento							
com participação discricionária nos resultados	172.387.053	(402.117)	171.984.936	1.398.705	(5.121.046)	4.687.983	172.950.578
	260.217.978	(3.237.388)	256.980.590	(2.122.570)	3.058.924	9.629.810	267.546.754

Nos exercícios de 2017 e 2016, a variação das outras provisões técnicas inclui a dotação da provisão para estabilização de carteira, no montante de 2.654.182 euros, e a reversão de 3.521.275 euros, respetivamente. Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica inclui ainda a dotação de 495.560 euros e de 1.398.705 euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

29. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos de exploração incorridos pela Companhia apresentam a seguinte composição por natureza:

(valores em euros)

	2017	2016
Custos com pessoal (Nota 30)	148.930.230	156.545.613
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	1.668.983	2.093.518
Combustível	550.562	446.786
Água	205.965	186.909
Impressos	327.948	360.240
Material de escritório	208.944	246.823
Conservação e reparação	5.908.802	5.165.012
Rendas e alugueres	16.216.416	16.166.801
Despesas de representação	1.385.709	1.515.757
Comunicação	6.571.129	6.147.426
Deslocações e estadas	4.069.874	3.957.065
Seguros	606.861	648.469
Gastos com trabalho independente	584.694	509.798
Publicidade e propaganda	11.912.683	10.018.846
Contencioso e notariado	191.797	202.789
Vigilância e segurança	1.307.377	1.233.654
Trabalhos especializados	49.350.573	37.423.292
Quotizações	2.158.471	1.179.910
Limpeza, higiene e conforto	1.520.748	1.603.643
Gastos com cobrança de prémios	1.648.927	1.631.890
Licenças de software	5.838.042	5.262.096
Outros	3.415.041	2.714.822
	115.649.546	98.715.546
Impostos e taxas	12.104.839	11.957.054
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 9, 11 e 12)	9.757.656	11.704.235
Outras provisões	(15.583.031)	(21.529.659)
Comissões	7.245.052	6.229.783
Juros suportados	1.858.537	2.365.968
	279.962.829	265.988.540

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos Vida	1.210.416	6.267.363	7.477.779
Relativos aos ramos Não Vida	56.899.740	3.045.917	59.945.657
	58.110.156	9.313.280	67.423.436

(valores em euros)

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos Vida	582.825	1.722.499	2.305.324
Relativos aos ramos Não Vida	60.442.879	6.089.763	66.532.642
	61.025.704	7.812.262	68.837.966

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017			
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	7.719.008	51.187.094	-	58.906.102
Custos técnicos	280.751.314	799.955.786	-	1.080.707.100
	288.470.322	851.142.880	-	1.139.613.202
Custos de aquisição				
Custos imputados	29.529.009	88.857.418	-	118.386.427
Comissões de mediação	35.953.766	143.442.970	-	179.396.736
Outros	60.174	1.382.020	-	1.442.194
	65.542.949	233.682.408	-	299.225.357
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.911.784	58.635.339	-	79.547.123
Remunerações de mediação	63.872	6.641.489	-	6.705.361
Outros	115	13.358	-	13.473
	20.975.771	65.290.186	-	86.265.957
Gastos financeiros (Nota 33)				
Custos imputados	9.446.930	6.762.534	6.913.713	23.123.177
Outros	418.265	148.044	37.851	604.160
	9.865.195	6.910.578	6.951.564	23.727.337
Total dos custos de exploração imputados	67.606.731	205.442.385	6.913.713	279.962.829

(valores em euros)

	2016			Total
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6.097.280	49.164.887	-	55.262.167
Custos técnicos	262.794.323	736.753.572	-	999.547.895
	268.891.603	785.918.459	-	1.054.810.062
Custos de aquisição				
Custos imputados	28.816.184	91.856.306	-	120.672.490
Comissões de mediação	40.466.369	136.131.315	-	176.597.684
Outros	(279.898)	193.367	-	(86.531)
	69.002.655	228.180.988	-	297.183.643
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.325.135	55.156.339	-	75.481.474
Remunerações de mediação	63.666	6.569.846	-	6.633.512
Outros	(464)	(46.264)	-	(46.728)
	20.388.337	61.679.921	-	82.068.258
Gastos financeiros (Nota 33)				
Custos imputados	2.667.227	9.625.577	2.279.605	14.572.409
Outros	728.156	195.920	24.909	948.985
	6.507.981	7.255.937	2.183.366	15.947.284
Total dos custos de exploração imputados	57.905.826	205.803.109	2.279.605	265.988.540

30. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos sociais	4.277.406	2.769.876
Pessoal	90.659.613	91.944.075
Encargos sobre remunerações	21.304.642	21.618.674
Benefícios pós-emprego	12.363.662	16.961.450
Benefícios de cessação de emprego	4.506.608	10.329.741
Seguros obrigatórios	1.748.847	1.693.887
Gastos de ação social	10.719.669	9.741.337
Outros gastos com pessoal	3.349.783	1.486.573
	148.930.230	156.545.613

A existência de estruturas transversais a algumas empresas do Grupo conduz à necessidade de efetuar a alocação de custos comuns entre as várias empresas, baseada em chaves de repartição subordinadas ao princípio custo-benefício. Consequentemente, nos exercícios de 2017 e 2016, os gastos com pessoal incluem o impacto decorrente dos seguintes movimentos com entidades relacionadas:

(valores em euros)

	2017	2016
Gastos com pessoal da Companhia a desempenhar funções para a		
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	(2.856.336)	(1.777.215)
Fidelidade – Property Europe, S.A.	748.393	708.108
Sogrupa – Sistemas de Informação, S.A.	(590.662)	(802.583)
Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.	(575.052)	190.868
E.A.P.S. – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	144.813	245.584
Outras	(519.824)	(494.104)
	(3.648.668)	(1.929.342)

Nos exercícios de 2017 e 2016, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 31)	10.466.424	15.144.847
Plano individual de reforma	1.178.871	1.076.204
Cedência de pessoal	(43.107)	(23.239)
Outros encargos	761.474	763.638
	12.363.662	16.961.450

Em 2017 e 2016, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores da Companhia que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2017 e 2016, o número de trabalhadores ao serviço na Companhia, por categorias, é o seguinte:

	2017	2016
Dirigentes	41	39
Gestores	227	187
Técnicos	882	836
Operacionais	1.277	1.339
Apoio	5	5
	2.432	2.406

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia registou uma constituição da estimativa para prémios de permanência no montante de 234.959 euros e uma reversão no montante de 17.744 euros, respetivamente. A rubrica “Acréscimos e diferimentos” inclui 691.532 euros relativos ao prémio de permanência.

31. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas "Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" e "Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo" apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativo		
Plano de benefício definido	12.131.837	8.531.339
Passivo		
Plano de contribuição definida	(83.416)	(72.273)
	12.048.421	8.459.066

Relativamente ao exercício de 2017, no "Plano de contribuição definida" a Companhia teve um custo de 1.166.960 euros, ficando pendente de pagamento o montante de 83.416 euros, que corresponde às contribuições de dezembro de 2016 e que foi pago em janeiro de 2018.

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pela Companhia e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições da Companhia para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual da Companhia para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades e ativos do plano individual de reforma da Fidelidade ascendiam a:

(valores em euros)

Responsabilidade em 31 de dezembro de 2016	22.769.492
Gastos de ano	1.166.960
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2017	23.936.452
Ativo em 31 de dezembro de 2016	22.697.218
Contribuições para o fundo	1.155.817
Ativo em 31 de dezembro de 2017	23.853.035
Diferencial	1,00
Nível de financiamento	99,65%

Plano de Benefício definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, a Fidelidade concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado, alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com "níveis salariais internos XVII", oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram determinadas pelo departamento de atuariado Vida da Fidelidade.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2017	2016
Método atuarial	Projected	Projected
	Unit Credit	Unit Credit
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	1,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2017 e 2016 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2017		2016	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,53%	2,00%	1,12%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,28%	0,75%	0,24%

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

(valores em euros)

	2017	2016
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	7.218.484	10.217.625
Reformados e pré-reformados	173.886.543	182.184.965
	181.105.027	192.402.590
Fundos de pensões autónomos	148.777.396	153.835.385
Provisões matemáticas	44.459.468	47.098.544
	193.236.864	200.933.929
Diferencial	12.131.837	8.531.339
Nível de financiamento	106,70%	104,43%

Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- a) O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- b) O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados da Fidelidade encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da Segurança Social, sendo financiado pelo fundo de pensões da Companhia.

Os fundos de pensões de benefício definido da Companhia apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.:	
Fundo de Pensões da Fidelidade	8,21 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,04 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,06 anos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de beneficiários era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	1.007	1.117
Reformados e pré-reformados	2.100	2.115
Rendeiros	508	541
	3.615	3.773

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

Saldos em 31 de dezembro de 2015	201.837.142
Contribuições	18.421.934
Variação nas provisões matemáticas	(3.546.435)
Pensões pagas	(18.556.669)
(Pagamentos) / Recebimentos relativos a outros benefícios	(581.429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3.359.386
Saldos em 31 de dezembro de 2016	200.933.929
Contribuições	10.090.175
Variação nas provisões matemáticas	(2.639.075)
Pensões pagas	(19.277.840)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(599.149)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4.728.824
Saldos em 31 de dezembro de 2017	193.236.864

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os fundos de pensões da Fidelidade eram geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Preço de mercado	Outros	Valor de carteira	Preço de mercado	Outros	Valor de carteira
Caixa e equivalentes de caixa	16.817.556	-	16.817.556	25.177.330	-	25.177.330
Instrumentos de dívida						
De dívida pública	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
Fundos de investimento						
Ações nacionais	717.289	-	717.289	663.286	-	663.286
Ações europeias	5.409.819	-	5.409.819	5.627.802	-	5.627.802
Outras ações	-	-	-	97.814	-	97.814
Imóveis	16.289.386	-	16.289.386	12.731.703	2.281.180	15.012.883
Obrigações						
De dívida pública	16.791.265	-	16.791.265	17.424.477	-	17.424.477
De outros emissores	91.899.098	-	91.899.098	85.373.345	-	85.373.345
Hedge funds	849.723	-	849.723	636.026	-	636.026
	131.956.581	-	131.956.581	122.554.453	2.281.180	124.835.634
Outros	3.259	-	3.259	11.033	-	11.033
	148.777.396	-	148.777.396	151.554.204	2.281.180	153.835.385

Nestas datas, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

(valores em euros)

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	8.616.998	24.603.410
Fundos de investimento		
Ações nacionais	710.956	657.727
Imóveis	2.306.702	2.281.180
Obrigações		
De outros emissores	6.796.324	14.626.113
	9.813.982	17.565.020
	18.430.980	42.168.431

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados da Companhia e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, pode ser demonstrado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Responsabilidades	Cobertura	Diferencial
Situação em 31 de dezembro de 2015	188.157.605	201.837.142	13.679.537
Custo do serviço corrente	100.714	-	(100.714)
Juro líquido de benefício definido	2.885.271	3.193.061	307.790
Custo do exercício	2.985.985	3.193.061	207.076
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	14.770.494	-	(14.770.494)
Outras variações em resultados	-	(581.429)	(581.429)
Variações com impacto em resultados (Nota 30)	17.756.479	2.611.632	(15.144.847)
Ganhos e perdas atuariais			
Retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	166.327	166.327
Resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	5.397.670	-	(5.397.670)
Resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	3.193.944	-	(3.193.944)
Variações com impacto em capitais próprios	8.591.614	166.327	(8.425.287)
Contribuições para o plano:			
Efetuada pela Companhia	-	18.421.936	18.421.936
Variação das provisões matemáticas	(3.546.434)	(3.546.434)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
Pensões pagas	(18.556.674)	(18.556.674)	-
Situação em 31 de dezembro de 2016	192.402.590	200.933.929	8.531.339
Custo do serviço corrente	269.286	-	(269.286)
Juro líquido de benefício definido	2.441.973	2.595.537	153.564
Custo do exercício	2.711.259	2.595.537	(115.722)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	9.751.552	-	(9.751.552)
Outras variações em resultados	-	(599.149)	(599.149)
Variações com impacto em resultados (Nota 30)	12.462.811	1.996.388	(10.466.423)
Ganhos e perdas atuariais			
Retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros	-	2.133.288	2.133.288
Resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(1.843.460)	-	1.843.460
Variações com impacto em capitais próprios	(1.843.460)	2.133.288	3.976.748
Contribuições para o plano			
Efetuada pela Companhia	-	10.090.173	10.090.173
Variação das provisões matemáticas	(2.639.074)	(2.639.074)	-
Pagamentos efetuados pelo plano:			
Pensões pagas	(19.277.840)	(19.277.840)	-
Situação em 31 de dezembro de 2017	181.105.027	193.236.864	12.131.837

Assistência médica

A Companhia comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas responsabilidades ascendem a 22.964.031 euros e a 23.637.281 euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 23). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referentes a este benefício ascenderam a (669.044) euros e 2.515.019 euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado Vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Companhia, face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários	2017	A	B	C
Pressupostos Financeiros				
Taxa de desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
Taxa de crescimento salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento salarial pré-reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
Taxa de crescimento de pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos				
Tábua de mortalidade				
> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
Idade de reforma	0	0	0	0

(valores em euros)

Responsabilidades em 31 de dezembro 2017		2017	A	B	C
Cenários					
Reformados	Velhice	56.449.914	57.604.202	55.335.889	60.782.940
	Antecipação	14.473.747	14.801.382	14.157.771	15.597.766
	Invalidez	10.156.307	10.499.963	9.829.970	10.450.948
Pensionistas	Viuvez	4.255.461	4.348.408	4.166.078	4.271.104
	Orfandade	153.463	160.351	147.033	154.501
Pré-Reformados	Pensão até INR	34.324.385	34.567.201	34.084.897	34.378.629
	Encargos até INR	6.067.433	6.113.129	6.022.384	6.091.210
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3.272.866	3.384.874	3.166.037	3.478.646
	> Plano Complementar	273.500	284.860	262.734	278.493
Ativos	Plano CCT	3.681.627	3.898.301	3.479.750	3.872.810
	Plano Complementar	3.536.856	3.783.947	3.308.309	3.731.517
Totais		136.645.559	139.446.618	133.960.852	143.088.564

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas no valor de 44.459.468 euros.

32. Rendimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017				2016			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida								
Partes de capital em filiais, associadas								
e empreendimentos conjuntos	-	1.237.186	-	1.237.186	-	54.169	-	54.169
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	939.149	-	-	939.149	497.344	-	-	497.344
Ativos disponíveis para venda	44.822.272	7.334.074	-	52.156.346	46.081.793	977.796	-	47.059.589
Empréstimos e contas a receber	886.521	-	-	886.521	3.749.353	-	-	3.749.353
Depósitos à ordem	892	-	-	892	27.148	-	-	27.148
	46.648.834	8.571.260	-	55.220.094	50.355.638	1.031.965	-	51.387.603

(continuação)

(valores em euros)

	2017				2016			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos relativos a contratos								
considerados para efeitos								
contabilísticos como contratos								
de investimento								
Partes de capital em filiais, associadas								
e empreendimentos conjuntos	-	8.885.797	-	8.885.797	-	1.241.295	-	1.241.295
Ativos financeiros detidos								
para negociação	(1.534.347)	-	-	(1.534.347)	(1.491.921)	-	-	(1.491.921)
Ativos financeiros classificados no r								
e reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	16.776.034	147.393	-	16.923.427	22.264.680	155.370	-	22.420.050
Ativos disponíveis para venda	146.129.543	17.614.675	-	163.744.218	174.077.687	9.298.064	-	183.375.751
Empréstimos e contas a receber	2.003.133	-	-	2.003.133	3.144.985	-	-	3.144.985
Depósitos à ordem	246	-	-	246	119.041	-	-	119.041
	163.374.609	26.647.865	-	190.022.474	198.114.472	10.694.729	-	208.809.201
	210.023.443	35.219.125	-	245.242.568	248.470.110	11.726.694	-	260.196.804
Investimentos afetos às provisões								
técnicas dos ramos Não Vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18.061.367	18.061.367	-	-	18.709.499	18.709.499
Partes de capital em filiais, associadas								
e empreendimentos conjuntos	-	3.464.120	-	3.464.120	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	2.947.591	-	-	2.947.591	1.533.312	-	-	1.533.312
Ativos disponíveis para venda	24.464.300	16.552.572	-	41.016.872	26.074.809	8.821.457	-	34.896.266
Empréstimos e contas a receber	546.206	-	-	546.206	736.133	-	-	736.133
Depósitos à ordem	1.739	-	-	1.739	-	-	-	-
	27.959.836	20.016.692	18.061.367	66.037.895	28.344.254	8.821.457	18.709.499	55.875.210
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	2.676.119	2.676.119	-	-	2.504.415	2.504.415
Partes de capital em filiais, associadas								
e empreendimentos conjuntos	-	12.440.856	-	12.440.856	-	13.624	-	13.624
Ativos financeiros detidos								
para negociação	2.891	-	-	2.891	(460)	-	-	(460)
Ativos financeiros classificados no								
reconhecimento inicial ao justo valor								
através de ganhos e perdas	39.280	-	-	39.280	215	-	-	215
Ativos disponíveis para venda	1.613.861	49.903	-	1.663.764	416.422	3.164	-	419.586
Empréstimos e contas a receber	2.224.340	-	-	2.224.340	1.160.628	-	-	1.160.628
Depósitos à ordem	175.477	-	-	175.477	(51.349)	-	-	(51.349)
	4.055.849	12.490.759	2.676.119	19.222.727	1.525.456	16.788	2.504.415	4.046.659
	242.039.128	67.726.576	20.737.486	330.503.190	278.339.820	20.564.939	21.213.914	320.118.673

33. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017				2016			
	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica Vida	Conta técnica Não Vida	Conta não técnica	Total
Gastos de investimentos (Nota 29)								
Custos imputados	9.446.930	6.762.534	6.913.713	23.123.177	2.667.227	9.625.577	2.279.605	14.572.409
Outros gastos de investimentos	418.265	148.044	37.851	604.160	728.156	195.920	24.909	948.985
	9.865.195	6.910.578	6.951.564	23.727.337	3.395.383	9.821.497	2.304.514	15.521.394

34. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos disponíveis para venda	22.507.213	(2.010.414)	20.496.799	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414
	22.507.213	(2.010.414)	20.496.799	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	205.785.259	(17.510.634)	188.274.625	152.637.370	(15.115.795)	137.521.575
Empréstimos e contas a receber	-	(45.710)	(45.710)	-	(83.484)	(83.484)
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22.380	(94.839.890)	(94.817.510)	342	(148.712.440)	(148.712.098)
	205.807.639	(112.396.234)	93.411.405	152.637.712	(163.911.719)	(11.274.007)
	228.314.852	114.406.648	113.908.204	184.307.315	(176.380.908)	7.926.407
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos disponíveis para venda	78.105.280	(2.912.927)	75.192.353	51.465.858	(3.126.142)	48.339.716
	78.105.280	(2.912.927)	75.192.353	51.465.858	(3.126.142)	48.339.716
Investimentos não afetos						
Ativos disponíveis para venda	859.762	(185.700)	674.062	7.804.113	(1.496.133)	6.307.980
Empréstimos e contas a receber	-	(287.056)	(287.056)	-	-	-
	859.762	(472.756)	387.006	7.804.113	(1.496.133)	6.307.980
	307.279.894	(117.792.331)	189.487.563	243.577.286	(181.003.183)	62.574.103

35. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(508.775)	(508.775)	-	(26.311.206)	(26.311.206)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	1.072.269	(2.487.957)	(1.415.688)	1.182.238	(525.056)	657.182
	1.072.269	(2.996.732)	(1.924.463)	1.182.238	(26.836.262)	(25.654.024)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	135.354	(885.016)	(749.662)	83.278	(74.903.075)	(74.819.797)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	11.077.266	(10.265.012)	812.254	38.470.125	(3.031.295)	35.438.830
Outros	1.463.241	(2.121.802)	(658.561)	-	-	-
	12.675.861	(13.271.830)	(595.969)	38.553.403	(77.934.370)	(39.380.967)
	13.748.130	(16.268.562)	(2.520.432)	39.735.641	(104.770.632)	(65.034.991)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(253.538)	(253.538)	-	(13.384.794)	(13.384.794)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	2.685.393	(1.294.229)	1.391.164	3.068.718	(6.958.200)	(3.889.482)
Outros	5.041	(49.257)	(44.216)	-	-	-
	2.690.434	(1.597.024)	1.093.410	3.068.718	(20.342.994)	(17.274.276)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	29.772.313	(51.247.425)	(21.475.112)	1.890.958	(13.232.440)	(11.341.482)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(2.614)	(2.614)	12.292	(19.359)	(7.067)
	29.772.313	(51.250.039)	(21.477.726)	1.903.250	(13.251.799)	(11.348.549)
	46.210.877	(69.115.625)	(22.904.748)	44.707.609	(138.365.425)	(93.657.816)

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(7.858.465)	51.797.957	106.677.897	(98.715.172)	7.962.725
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	3.762.152	(380.948)	3.381.204	1.134.621	(1.915.217)	(780.596)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.621	(5.731.918)	(1.137.297)
	65.141.089	(9.716.044)	55.425.045	112.407.139	(106.362.307)	6.044.832
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.104.772	(26.680.247)	120.424.525	271.117.079	(233.451.677)	37.665.402
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	13.755.089	(18.604.502)	(4.849.413)	9.216.071	(37.080.944)	(27.864.873)
Outros	88.993.892	(101.226.880)	(12.232.988)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	249.853.753	(146.511.629)	103.342.124	639.721.988	(628.491.615)	11.230.373
	314.994.842	(156.227.673)	158.767.169	752.129.127	(734.853.922)	17.275.205
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.478.185)	41.819.429	69.445.695	(73.444.296)	(3.998.601)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	6.758.071	(1.229.859)	5.528.212	3.069.945	(6.422.841)	(3.352.896)
Outros	39.159.894	(44.413.740)	(5.253.846)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	95.215.579	(53.121.784)	42.093.795	202.906.235	(215.201.974)	(12.295.739)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	52.667.891	(25.932.588)	26.735.303	167.801.517	(152.533.264)	15.268.253
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	112.479	(164.121)	(51.642)	43.441	(25.591)	17.850
	52.780.370	(26.096.709)	26.683.661	167.844.958	(152.558.855)	15.286.103
	462.990.791	(235.446.166)	227.544.625	1.122.880.320	(1.102.614.751)	20.265.569

(valores em euros)

Total	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(8.367.240)	51.289.182	106.677.897	(125.026.378)	(18.348.481)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4.834.421	(2.868.905)	1.965.516	2.316.859	(2.440.273)	(123.414)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.621	(5.731.918)	(1.137.297)
	66.213.358	(12.712.776)	53.500.582	113.589.377	(133.198.569)	(19.609.192)
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.240.126	(27.565.263)	119.674.863	271.200.357	(308.354.752)	(37.154.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24.832.355	(28.869.514)	(4.037.159)	47.686.196	(40.112.239)	7.573.957
Outros	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	262.529.614	(159.783.459)	102.746.155	678.275.391	(706.425.985)	(28.150.594)
	328.742.972	(172.496.235)	156.246.737	791.864.768	(839.624.554)	(47.759.786)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.731.723)	41.565.891	69.445.695	(86.829.090)	(17.383.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9.443.464	(2.524.088)	6.919.376	6.138.663	(13.381.041)	(7.242.378)
Outros	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	97.906.013	(54.718.808)	43.187.205	205.974.953	(235.544.968)	(29.570.015)
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	82.440.204	(77.180.013)	5.260.191	169.692.475	(165.765.704)	3.926.771
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	112.479	(166.735)	(54.256)	55.733	(44.950)	10.783
	82.552.683	(77.346.748)	5.205.935	169.748.208	(165.810.654)	3.937.554
	509.201.668	(304.561.791)	204.639.877	1.167.587.929	(1.240.980.176)	(73.392.247)

36. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo Vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.721.685)	(1.735.182)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.665.476)	1.446.002
Ativos disponíveis para venda	(56.797.985)	14.290.983
Empréstimos e contas a receber	(5.325.997)	1.530.103
Depósitos à ordem	495.999	(1.256.939)
Outros	6.647	(44.556)
	(66.008.497)	14.230.411
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.974.818)	(3.968.620)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(6.894.025)	716.302
Ativos disponíveis para venda	(127.830.385)	19.590.088
Empréstimos e contas a receber	(4.071.592)	795.172
Depósitos à ordem	4.321.062	(432.336)
Outros	(2.464.857)	(3.580.467)
	(140.914.615)	13.120.139
	(206.923.112)	27.350.550
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.362.854)	(1.096.369)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.363.989)	5.311.591
Ativos disponíveis para venda	(26.207.079)	539.464
Empréstimos e contas a receber	(1.792.450)	674.892
Depósitos à ordem	9.598.939	4.562.981
Outros	(894.518)	(1.315.738)
	(33.021.951)	8.676.821
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	418.292	891.127
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial		
ao justo valor através de ganhos e perdas	(64.457)	(1.332)
Ativos disponíveis para venda	(3.611.272)	804
Empréstimos e contas a receber	(4.450.713)	(731.131)
Depósitos à ordem	(19.114.770)	3.219.646
Outros	(13)	2
	(26.822.933)	3.379.116
	(266.767.996)	39.406.487

37. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	21.023	-	21.023	55.493	(62.642)	(7.149)
	4.286.223	-	4.286.223	55.493	(62.642)	(7.149)

(valores em euros)

Ganhos e perdas não realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)	Ganhos	Perdas	Líquido (Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	37.853.267	(23.911.154)	13.942.113	21.220.121	(8.796.229)	12.423.892
	37.853.267	(23.911.154)	13.942.113	21.220.121	(8.796.229)	12.423.892
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.208.786	(1.603.174)	(394.388)	2.201.098	(2.965.838)	(764.740)
	1.208.786	(1.603.174)	(394.388)	2.201.098	(2.965.838)	(764.740)
	39.062.053	(25.514.328)	13.547.725	23.421.219	(11.762.067)	11.659.152

(valores em euros)

Total	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos Não Vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	37.874.290	(23.911.154)	13.963.136	21.275.614	(8.858.871)	12.416.743
	42.139.490	(23.911.154)	18.228.336	21.275.614	(8.858.871)	12.416.743
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	1.208.786	(1.603.174)	(394.388)	2.201.098	(2.965.838)	(764.740)
	1.208.786	(1.603.174)	(394.388)	2.201.098	(2.965.838)	(764.740)
	43.348.276	(25.514.328)	17.833.948	23.476.712	(11.824.709)	11.652.003

38. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

(valores em euros)

	2017				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	23.670.952	345.074	(19.254.615)	-	4.761.411
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	2.526.943	41.750	-	-	2.568.693
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)					
Instrumentos de dívida	154.065.703	23.046.204	(914.070)	(41.805.706)	134.392.131
Instrumentos de capital	274.932.738	72.458.867	-	(78.005.212)	269.386.393
Outros instrumentos	50.079.033	4.824.712	-	(14.248.470)	40.655.275
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 8)	1.130.235	17.950	(767.383)	-	380.802
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	8.639.580	454.641	(1.152.360)	(185.474)	7.756.387
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	10.148.605	-	(2.553.013)	-	7.595.592
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	484.133	-	(384.277)	-	99.856
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	30.271.975	-	(3.961.357)	(46.972)	26.263.646
	555.949.897	101.189.198	(28.987.075)	(134.291.834)	493.860.186

(valores em euros)

	2016				
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Saldos finais
Imparidade de investimentos em filiais (Nota 4)	23.816.647	917.455	(1.063.150)	-	23.670.952
Imparidade de investimentos em associadas (Nota 4)	2.526.943	-	-	-	2.526.943
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 7)					
Instrumentos de dívida	118.739.319	43.429.562	(8.103.178)	-	154.065.703
Instrumentos de capital	141.807.191	140.049.097	-	(6.923.550)	274.932.738
Outros Instrumentos	66.317.254	3.969.378	-	(20.207.599)	50.079.033
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 8)	1.329.886	141.117	(340.768)	-	1.130.235
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 9)	8.418.939	2.676.292	(362.253)	(2.093.398)	8.639.580
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 14)	9.426.553	722.052	-	-	10.148.605
Ajustamentos IFAP (Nota 14)	424.635	59.498	-	-	484.133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 14)	34.095.436	-	(3.823.461)	-	30.271.975
	406.902.803	191.964.451	(13.692.810)	(29.224.547)	555.949.897

No exercício de 2017, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui constituições de "Outras provisões" (Nota 23) no montante de 38.214.363 euros. No exercício 2016, a rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)" inclui utilizações de "Outras provisões" (Nota 23) no montante de 5.374.533 euros.

39. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo Vida						
Comissões de gestão de co-seguro	13.808	(16.752)	(2.944)	12.610	(21.730)	(9.120)
Comissões de gestão de fundos de pensões	559.421	-	559.421	516.728	-	516.728
Outros	53.034	(9.162)	43.872	18.141	(4.900)	13.241
	626.263	(25.914)	600.349	547.479	(26.630)	520.849
Relativos ao ramo Não Vida						
Comissões de gestão de co-seguro	722.930	(176.948)	545.982	718.734	(195.586)	523.148
Outros	3.701.077	(158.682)	3.542.395	467.169	(10.555)	456.614
	4.424.007	(335.630)	4.088.377	1.185.903	(206.141)	979.762
	5.050.270	(361.544)	4.688.726	1.733.382	(232.771)	1.500.611

40. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017	2016
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	1.927.254	154.538
Outros	512.874	65.644
	2.440.128	220.182
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	893.818	276.817
Diferenças de câmbio favoráveis	3.774.423	6.610.752
Descontos de pronto pagamento	2.344	618
Outros	229.490	887.475
	4.900.075	7.775.662
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	-	50
	-	50

(continuação)

(valores em euros)

	2017	2016
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	11.880	13.388
	11.880	13.388
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	172.738	16.957
Prestação de serviços	334.802	545.646
	507.540	562.603
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(316.583)	(20.199)
Mecenato	(681.967)	(549.529)
Ofertas a clientes	(63.120)	(6.994)
Multas e penalidades	(29.190)	(41.231)
Quotizações diversas	(85.344)	(86.117)
Insuficiência estimativa impostos	(479.161)	(955.667)
Correções a exercícios anteriores	(11.657)	(661.379)
Dívidas incobráveis	(1.159.997)	(4.118.765)
Regularização de saldos	(305.196)	(454.208)
Outros	(392.775)	(59.189)
	(3.524.990)	(6.953.278)
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(22.511)	(17.082)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(5.945.442)	(5.848.795)
Serviços bancários	(127.703)	(269.601)
Outros	(31.097)	(1.773.376)
	(6.126.753)	(7.908.854)
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(344.748)	-
Perdas em outros ativos tangíveis	(243.689)	(60.792)
	(588.437)	(60.792)
	(2.380.557)	(6.351.039)

41. Relato por Segmentos

A Companhia apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

Para efeito de relato por segmentos de negócio, a Companhia elegeu os seguintes subsegmentos:

Subsegmento:	Ramos do subsegmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de trabalho	Acidentes de trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos
	Crédito
	Caução
	Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas
	Veículos terrestres
	Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor
	Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel
	Proteção jurídica automóvel
	Assistência automóvel
Mercadorias transportadas	Mercadorias transportadas
	Marítimo e transportes
	Aéreo
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil
Diversos	Acidentes pessoais
	Proteção jurídica - outras
	Assistência - outras
	Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, a Companhia elegeu os seguintes:

- Portugal
- União Europeia
- África
- Ásia
- Resto do mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

2017

(valores em euros)

	Segmento seguradoras			Total
	Vida	Não Vida	Não afetos	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	427.842.884	783.700.785	-	1.211.543.669
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.943.122	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(292.900.418)	(612.605.721)	-	(905.506.139)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3.149.741)	(2.933.215)	-	(6.082.956)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(76.868.398)	(205.278)	-	(77.073.676)
Custos e gastos de exploração líquidos	(78.966.583)	(226.135.181)	-	(305.101.764)
Rendimentos	245.242.568	66.037.895	19.222.727	330.503.190
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	53.366.634	116.453.216	(48.353.795)	121.466.055
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(81.141.979)	(2.244.812)	(27.029.695)	(110.416.486)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	602.879	4.102.175	(2.396.885)	2.308.169
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	434.840	434.840
Imposto sobre o rendimento do exercício	(25.837.934)	(30.932.948)	(19.457.785)	(76.228.667)
	170.133.034	95.236.916	(77.580.593)	187.789.357
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	134.822.174	5.905.038	58.651.763	199.378.975
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.713.213.998	200.328.354	50.992.604	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	37.070.438	9.676.130	20.304.119	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	367.588.330	146.951.616	19.483.175	534.023.121
Derivados de cobertura	10.668.392	4.254.200	-	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	9.067.879.899	1.609.856.995	14.224.696	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	831.004.026	36.618.666	251.349.751	1.118.972.443
Terrenos e edifícios	-	159.456.789	24.159.555	183.616.344
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5.894.960	19.710.705	496.490	26.102.155
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.972.707	302.943.275	-	324.915.982
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	12.131.837	12.131.837
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	55.032.503	163.777.424	18.938.305	237.748.232
Ativos por impostos	139.106.336	99.913.833	12.252.131	251.272.300
Acréscimos e diferimentos	14.865.934	2.136.080	4.362.554	21.364.568
	12.399.119.697	2.761.529.105	730.541.721	15.891.190.523
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.378	246.633.704	-	248.176.082
Provisão matemática do ramo Vida	1.759.742.499	-	-	1.759.742.499
Provisão para sinistros	132.387.593	1.663.746.931	-	1.796.134.524
Provisão para participação nos resultados	110.745.228	313	-	110.745.541
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.564.273	-	25.564.273
Provisão para riscos em curso	-	47.581.380	-	47.581.380
Passivos financeiros	8.593.120.341	126.228.859	14.157.024	8.733.506.224
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	83.416	83.416
Outros credores por operações de seguros e outras operações	25.770.157	92.958.406	49.921.947	168.650.510
Passivos por impostos	166.655.440	84.009.286	7.704.503	258.369.229
Acréscimos e diferimentos	33.401.665	50.601.060	4.177.888	88.180.613
Outras provisões	-	50.036.302	102.092.460	152.128.762
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	23.428.483	23.428.483
	10.855.291.165	2.387.360.514	201.565.721	13.444.217.400
Total segmentos				2.259.183.766
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				2.259.183.766

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	173.399.026	254.443.858	-	427.842.884
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.943.122	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(94.667.518)	(198.232.794)	(106)	(292.900.418)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.654.181)	(495.560)	-	(3.149.741)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	155.623	(77.024.021)	-	(76.868.398)
Custos e gastos de exploração líquidos	(24.218.808)	(9.457.790)	(45.289.985)	(78.966.583)
Rendimentos	9.106.991	46.113.102	190.022.475	245.242.568
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(399.792)	6.463.307	47.303.119	53.366.634
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2.849.842	(174.210)	(83.817.611)	(81.141.979)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	595.436	255	7.188	602.879
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(8.415.350)	(3.045.992)	(14.376.592)	(25.837.934)
	55.751.269	18.590.155	95.791.610	170.133.034
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.815.972	32.885.675	96.120.527	134.822.174
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.305.834	-	1.624.908.164	1.713.213.998
Ativos financeiros detidos para negociação	1.295.932	5.721.352	30.053.154	37.070.438
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.132.229	82.326.724	283.129.377	367.588.330
Derivados de cobertura	83.774	251.956	10.332.662	10.668.392
Ativos disponíveis para venda	283.780.824	1.314.487.939	7.469.611.136	9.067.879.899
Empréstimos e contas a receber	72.955.544	347.988.877	410.059.605	831.004.026
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.672.848	619.808	2.602.304	5.894.960
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.972.707	-	-	21.972.707
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.595.331	10.917.005	37.520.167	55.032.503
Ativos por impostos	10.567.565	5.872.921	122.665.850	139.106.336
Acréscimos e diferimentos	268.208	1.742.016	12.855.710	14.865.934
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	496.446.768	1.802.814.273	10.099.858.656	12.399.119.697
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.521.893	20.485	-	1.542.378
Provisão matemática do ramo Vida	208.064.209	1.551.678.290	-	1.759.742.499
Provisão para sinistros	110.932.456	21.455.137	-	132.387.593
Provisão para participação nos resultados	34.346.573	76.398.655	-	110.745.228
Provisão para compromissos de taxa	-	7.520.800	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.823.879	21	8.589.296.441	8.593.120.341
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.344.538	3.331.314	16.094.305	25.770.157
Passivos por impostos	4.493.775	2.929.961	159.231.704	166.655.440
Acréscimos e diferimentos	5.024.647	3.646.442	24.730.576	33.401.665
Outras provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	398.957.034	1.666.981.105	8.789.353.026	10.855.291.165

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	166.234.860	1.992.014	166.102.155	395.343.181	7.817.814	25.287.452	20.923.309	783.700.785
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(177.890.094)	(2.058.438)	(124.071.353)	(282.841.345)	(2.563.087)	(9.489.163)	(13.692.241)	(612.605.721)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	10.165.315	(192.776)	(6.307.652)	(6.085.068)	(12.370)	(539.041)	38.377	(2.933.215)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	(190.792)	-	-	-	(14.486)	(205.278)
Custos e gastos de exploração líquidos	(34.117.631)	(3.199.873)	(54.722.085)	(113.321.381)	(2.923.069)	(9.852.251)	(7.998.891)	(226.135.181)
Rendimentos	27.001.740	3.122.734	10.512.399	20.245.364	476.183	3.781.984	897.491	66.037.895
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38.873.305	5.571.504	19.518.410	42.659.535	990.886	7.846.233	993.343	116.453.216
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(461.770)	231.549	(787.415)	(465.899)	(69.030)	(257.168)	(435.079)	(2.244.812)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	282.057	227.980	3.590.425	9.614	(3.429)	(69.969)	65.497	4.102.175
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(5.977.218)	(2.152.401)	(5.986.964)	(12.918.011)	(552.646)	(2.342.637)	(1.003.071)	(30.932.948)
	24.110.564	3.542.293	7.657.128	42.625.990	3.161.252	14.365.440	(225.751)	95.236.916
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.698.253	187.661	1.387.686	(185.987)	(9.360)	(43.197)	869.982	5.905.038
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.079.127	8.748.711	24.801.400	65.394.511	1.425.244	9.640.749	2.238.612	200.328.354
Ativos financeiros detidos para negociação	3.617.944	419.395	1.731.823	3.146.913	68.277	513.507	178.271	9.676.130
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.405.613	8.389.162	25.425.834	62.787.868	1.367.328	9.424.975	2.150.836	146.951.616
Derivados de cobertura	1.671.760	201.276	570.589	1.504.486	32.790	221.798	51.501	4.254.200
Ativos disponíveis para venda	784.286.296	58.267.400	224.585.241	434.502.030	9.438.990	68.827.083	29.949.955	1.609.856.995
Empréstimos e contas a receber	18.156.376	1.384.950	5.801.551	8.970.669	243.388	1.486.669	575.063	36.618.666
Terrenos e edifícios	7.220.574	11.160.973	31.607.555	91.016.539	2.054.561	14.558.723	1.837.864	159.456.789
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.388.482	1.734.683	4.944.239	8.832.817	154.437	698.786	957.261	19.710.705
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.082.366	79.334.553	168.693.181	9.962.307	8.130.658	15.917.544	17.822.666	302.943.275
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	18.793.452	54.537.164	48.924.782	29.094.066	2.051.722	6.732.275	3.643.963	163.777.424
Ativos por impostos	17.664.069	6.623.742	19.218.434	45.553.437	1.314.791	7.296.593	2.242.767	99.913.833
Acréscimos e diferimentos	217.201	334.621	454.257	921.131	12.885	77.940	118.045	2.136.080
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-	-	-	-
	986.281.513	231.324.291	558.146.572	761.500.787	26.285.711	135.353.445	62.636.786	2.761.529.105

(continuação)

(valores em euros)

	Não Vida							Total
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11.087.323	22.167.808	72.179.588	125.104.805	1.311.869	7.562.298	7.220.013	246.633.704
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	823.718.810	54.651.466	229.222.495	416.660.067	12.717.751	98.999.697	27.776.645	1.663.746.931
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	313	313
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	25.502.592	-	-	61.681	-	25.564.273
Provisão para riscos em curso	6.113.713	192.776	7.549.766	32.688.882	12.786	950.506	72.951	47.581.380
Passivos financeiros	804.403	73.161.077	29.120.410	4.155.341	531.344	1.645.790	16.810.494	126.228.859
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores por operações								
de seguros e outras operações	10.113.021	27.185.209	33.321.850	12.063.619	1.439.024	5.112.045	3.723.638	92.958.406
Passivos por impostos	27.963.207	4.946.242	14.665.438	30.727.207	610.829	3.791.531	1.304.832	84.009.286
Acréscimos e diferimentos	7.508.100	6.456.215	11.340.262	21.013.918	555.111	1.712.232	2.015.222	50.601.060
Outras provisões	50.036.302	-	-	-	-	-	-	50.036.302
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
	937.344.879	188.760.793	422.902.401	642.413.839	17.178.714	119.835.780	58.924.108	2.387.360.514

	Segmento seguradoras			Total
	Vida	Não Vida	Não afetos	
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	319.013.646	722.834.546	-	1.041.848.192
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.551.811	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(256.980.590)	(512.309.066)	-	(769.289.656)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.122.570	10.986.585	-	13.109.155
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12.688.735)	(29.786)	-	(12.718.521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87.023.948)	(220.071.696)	-	(307.095.644)
Rendimentos	260.196.805	55.875.209	4.046.659	320.118.673
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15.878.212)	35.690.424	4.906.740	24.718.952
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143.182.995)	(38.934.252)	9.220.140	(172.897.107)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	590.634	962.935	(6.403.997)	(4.850.428)
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13.140.691)	(28.060.004)	6.125.771	(35.074.924)
	55.580.295	26.944.895	17.895.313	100.420.503
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	437.388.309	15.744.250	175.031.158	628.163.717
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.590.118.809	208.571.079	35.974.132	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	6.481.688	1.288.680	18.097.852	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	586.662.909	79.198.521	316.190	666.177.620
Derivados de cobertura	2.606.399	2.064.457	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	7.708.287.110	1.353.865.957	15.011.617	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	647.413.777	197.729.289	100.312.609	945.455.675
Terrenos e edifícios	-	354.260.496	30.467.180	384.727.676
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5.509.082	19.300.380	263.349	25.072.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.057.394	219.527.144	-	240.584.538
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8.531.339	8.531.339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	165.454.722	131.623.786	39.931.640	337.010.148
Ativos por impostos	183.909.583	183.023.126	111.132.699	478.065.408
Acréscimos e diferimentos	14.526.019	2.306.259	4.249.159	21.081.437
	11.369.415.801	2.768.503.424	539.318.924	14.677.238.149
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.237	247.347.138	-	248.914.375
Provisão matemática do ramo Vida	1.646.693.482	-	-	1.646.693.482
Provisão para sinistros	120.970.140	1.541.250.396	-	1.662.220.536
Provisão para participação nos resultados	68.711.511	314	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.025.239	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24.001.691	-	24.001.691
Provisão para riscos em curso	-	46.210.749	-	46.210.749
Passivos financeiros	8.316.314.310	112.719.917	20.480.915	8.449.515.142
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	72.273	72.273
Outros credores por operações de seguros e outras operações	45.344.341	75.557.815	93.849.635	214.751.791
Passivos por impostos	59.853.347	107.436.994	68.477.378	235.767.719
Acréscimos e diferimentos	32.876.354	45.489.767	3.114.692	81.480.813
Outras provisões	-	48.536.302	81.618.393	130.154.695
	10.321.106.844	2.248.551.083	267.613.286	12.837.271.213
Total segmentos				1.739.546.433
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados				1.739.546.433

	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	177.456.172	141.557.474	-	319.013.646
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2.551.811	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83.062.265)	(173.918.325)	-	(256.980.590)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.521.275	(1.398.705)	-	2.122.570
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(4.458.075)	(8.230.660)	-	(12.688.735)
Custos e gastos de exploração líquidos	(29.594.458)	(9.549.766)	(47.879.724)	(87.023.948)
Rendimentos	8.121.115	43.266.489	208.809.201	260.196.805
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5.351.539	7.317.343	(28.547.094)	(15.878.212)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.085.100)	(1.064.528)	(141.033.367)	(143.182.995)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	504.038	72.028	14.568	590.634
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10.384.335)	(676.530)	(2.079.826)	(13.140.691)
	66.369.906	(2.625.180)	(8.164.431)	55.580.295
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	39.938.418	162.551.538	234.898.353	437.388.309
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94.995.235	-	1.495.123.574	1.590.118.809
Ativos financeiros detidos para negociação	333.966	1.928.725	4.218.997	6.481.688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.093.808	37.791.668	546.777.433	586.662.909
Derivados de cobertura	1.233	-	2.605.166	2.606.399
Ativos disponíveis para venda	272.543.245	1.421.213.698	6.014.530.167	7.708.287.110
Empréstimos e contas a receber	10.736.328	65.989.215	570.688.234	647.413.777
Terrenos e edifícios	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.392.203	777.672	2.339.207	5.509.082
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.057.394	-	-	21.057.394
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	32.316.355	5.289.562	127.848.805	165.454.722
Ativos por impostos	31.366.730	2.129.937	150.412.916	183.909.583
Acréscimos e diferimentos	278.346	765.892	13.481.781	14.526.019
	508.053.261	1.698.437.907	9.162.924.633	11.369.415.801
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.549.119	18.118	-	1.567.237
Provisão matemática do ramo Vida	208.887.693	1.437.805.789	-	1.646.693.482
Provisão para sinistros	101.262.397	19.707.743	-	120.970.140
Provisão para participação nos resultados	32.164.348	36.547.163	-	68.711.511
Provisão para compromissos de taxa	-	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4.584.477	1.863.273	8.309.866.560	8.316.314.310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	5.816.763	16.669.315	22.858.263	45.344.341
Passivos por impostos	3.565.986	2.952.867	53.334.494	59.853.347
Acréscimos e diferimentos	4.578.518	3.177.206	25.120.630	32.876.354
Outras provisões	-	-	-	-
	384.160.184	1.525.766.713	8.411.179.947	10.321.106.844

	Não Vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias Transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	145.803.035	1.975.019	156.865.338	371.567.677	7.653.297	23.850.338	15.119.842	722.834.546
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(155.203.770)	(1.176.535)	(74.797.432)	(266.493.703)	(1.918.664)	(10.358.148)	(2.360.814)	(512.309.066)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8.834.437	3.669.909	(1.158.639)	(1.178.045)	38.869	624.791	155.263	10.986.585
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12.375)	(7.284)	(12.792)	(1.623)	-	7.656	(3.368)	(29.786)
Custos e gastos de exploração líquidos	(33.078.811)	2.361.098	(63.435.874)	(107.591.861)	(2.383.531)	(10.852.665)	(5.090.052)	(220.071.696)
Rendimentos	20.699.521	2.625.497	8.681.531	19.071.822	544.990	3.631.612	620.236	55.875.209
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(136.671)	1.990.418	9.586.450	20.165.461	612.061	4.023.491	(550.786)	35.690.424
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(11.933.623)	(2.320.491)	(6.107.487)	(15.280.138)	(344.411)	(2.677.756)	(270.346)	(38.934.252)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243.104	158.891	633.352	(49.535)	(585)	2.752	(25.044)	962.935
Imposto sobre o rendimento do exercício	(761.574)	(2.574.146)	(9.314.093)	(11.021.429)	(664.897)	(1.895.541)	(1.828.324)	(28.060.004)
	(25.546.727)	6.702.376	20.940.354	9.188.626	3.537.129	6.356.530	5.766.607	26.944.895
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.807.473	536.914	3.831.483	5.892.837	81.386	994.582	599.575	15.744.250
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96.321.852	8.039.931	22.604.707	68.889.328	1.081.673	9.772.064	1.861.524	208.571.079
Ativos financeiros detidos para negociação	802.035	32.287	113.882	284.400	4.477	43.941	7.658	1.288.680
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	48.101.219	2.213.326	6.349.164	19.007.009	298.503	2.715.844	513.456	79.198.521
Derivados de cobertura	-	147.868	415.740	1.266.993	19.894	179.725	34.237	2.064.457
Ativos disponíveis para venda	669.017.720	46.550.370	152.823.396	405.046.980	6.363.514	60.380.149	13.683.828	1.353.865.957
Empréstimos e contas a receber	47.070.787	9.926.863	34.330.762	85.267.592	1.390.180	12.238.236	7.504.869	197.729.289
Terrenos e edifícios	87.583.315	18.881.238	52.119.874	166.532.089	2.685.350	23.699.208	2.759.422	354.260.496
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.316.232	1.242.902	4.612.455	8.702.412	100.915	1.152.662	1.172.802	19.300.380
Provisões técnicas de resseguro cedido	771.130	70.287.205	86.819.655	23.703.252	4.159.745	18.166.208	15.619.949	219.527.144
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	26.566.043	15.055.984	48.894.839	25.809.747	6.025.041	6.266.722	3.005.410	131.623.786
Ativos por impostos	49.767.395	11.304.145	37.692.621	65.423.520	2.417.221	10.174.337	6.243.887	183.023.126
Acréscimos e diferimentos	302.711	221.961	563.347	982.108	14.176	102.735	119.221	2.306.259
	1.032.427.912	184.440.994	451.171.925	876.808.267	24.642.075	145.886.413	53.125.838	2.768.503.424
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	10.514.558	20.394.166	78.515.480	121.305.371	1.426.785	7.903.663	7.287.115	247.347.138
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	792.128.013	47.302.965	130.239.070	438.532.197	9.525.078	101.770.550	21.752.523	1.541.250.396
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23.940.009	-	-	61.682	-	24.001.691
Provisão para riscos em curso	16.279.028	-	2.804.697	26.603.814	416	411.465	111.329	46.210.749
Passivos financeiros	1.451.213	69.592.511	20.092.179	4.235.335	954.050	1.395.799	14.998.830	112.719.917
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	8.394.725	14.773.729	26.831.909	15.145.008	2.726.864	5.688.560	1.997.020	75.557.815
Passivos por impostos	54.858.428	4.499.593	13.553.518	29.769.739	475.967	3.416.618	863.131	107.436.994
Acréscimos e diferimentos	7.342.243	3.755.892	11.238.963	19.095.662	452.759	1.919.716	1.684.532	45.489.767
Outras provisões	48.536.302	-	-	-	-	-	-	48.536.302
	939.504.510	160.318.856	307.215.825	654.687.126	15.561.919	122.568.053	48.694.794	2.248.551.083

Mercados geográficos

2017

(valores em euros)

	Segmento geográfico				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.149.461.063	53.060.509	1.419.462	7.602.635	1.211.543.669
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.898.555	44.567	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(848.806.189)	(41.434.893)	(1.546.973)	(13.718.084)	(905.506.139)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(6.970.212)	505.751	381.505	-	(6.082.956)
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(79.793.933)	(6.862.679)	(94.655)	9.677.591	(77.073.676)
Custos e gastos de exploração líquidos	(282.605.102)	(19.913.592)	(2.122.969)	(460.101)	(305.101.764)
Rendimentos	317.127.724	12.315.037	330.029	730.400	330.503.190
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	121.024.817	5.020.062	(166.084)	(4.412.740)	121.466.055
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(109.188.419)	(1.072.092)	(155.375)	(600)	(110.416.486)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	2.632.304	(750.485)	(45.614)	471.964	2.308.169
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	434.840	-	-	-	434.840
Imposto sobre o rendimento do exercício	(75.087.118)	(1.119.364)	-	(22.185)	(76.228.667)
	190.128.330	(207.179)	(2.000.674)	(131.120)	187.789.357
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	177.743.367	19.187.439	2.088.613	359.556	199.378.975
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.964.534.956	-	-	-	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	65.341.174	1.709.513	-	-	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	521.467.901	12.555.220	-	-	534.023.121
Derivados de cobertura	14.859.133	63.459	-	-	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	10.195.745.295	495.497.039	719.256	-	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	997.341.193	95.298.121	1.331.077	25.002.052	1.118.972.443
Terrenos e edifícios	183.616.344	-	-	-	183.616.344
Outros ativos tangíveis e intangíveis	24.813.311	390.093	898.751	-	26.102.155
Provisões técnicas de resseguro cedido	248.707.621	75.579.120	605.776	23.465	324.915.982
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12.131.837	-	-	-	12.131.837
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	213.517.048	21.785.984	635.362	153.611	236.092.005
Ativos por impostos	249.361.743	1.415.308	64.529	-	250.841.580
Acréscimos e diferimentos	21.055.536	264.797	44.079	156	21.364.568
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	243.194.741	-	-	-	243.194.741
	15.133.431.199	723.746.093	6.387.443	25.538.840	15.889.103.575
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	238.241.268	9.361.477	573.337	-	248.176.082
Provisão matemática do ramo Vida	1.401.724.831	335.317.345	111.269	22.589.054	1.759.742.499
Provisão para sinistros	1.709.645.929	85.684.786	802.501	1.308	1.796.134.524
Provisão para participação nos resultados	106.225.541	4.488.054	-	31.946	110.745.541
Provisão para compromissos de taxa	7.451.488	69.312	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	25.530.136	34.137	-	-	25.564.273
Provisão para riscos em curso	46.007.373	1.043.479	530.528	-	47.581.380
Passivos financeiros	8.638.448.826	95.057.398	-	-	8.733.506.224
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	83.416	-	-	-	83.416
Outros credores por operações de seguros e outras operações	150.302.638	15.918.034	481.502	292.109	166.994.283
Passivos por impostos	251.101.130	6.781.384	29.039	26.956	257.938.509
Acréscimos e diferimentos	86.522.680	1.442.038	185.254	30.642	88.180.614
Outras provisões	151.070.283	1.058.479	-	-	152.128.762
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	23.428.483	-	-	-	23.428.483
	12.860.189.085	556.255.923	2.713.430	22.972.015	13.442.130.453
Total segmentos					2.259.183.766
Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados					2.259.183.766

	Segmento geográfico				
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Total
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	975.046.402	55.810.454	573.686	10.417.650	1.041.848.192
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.508.587	43.224	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(729.217.975)	(36.601.325)	(922.384)	(2.547.972)	(769.289.656)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	12.123.301	(598.878)	1.584.732	-	13.109.155
Provisão matemática do ramo Vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	11.559.074	(14.781.367)	(9.406)	(9.486.822)	(12.718.521)
Custos e gastos de exploração líquidos	(286.952.254)	(17.523.987)	(2.220.081)	(399.322)	(307.095.644)
Rendimentos	308.525.917	10.750.600	39.805	802.351	320.118.673
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	25.357.036	(1.366.913)	(178.770)	907.599	24.718.952
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(173.692.660)	869.640	(74.425)	338	(172.897.107)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	(5.482.886)	529.329	(553.850)	656.979	(4.850.428)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(34.759.793)	(303.994)	-	(11.137)	(35.074.924)
	105.014.749	(3.173.217)	(1.760.693)	339.664	100.420.503
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	535.723.585	89.870.704	1.786.319	783.109	628.163.717
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.834.664.020	-	-	-	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	25.813.330	54.890	-	-	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	659.941.212	6.236.408	-	-	666.177.620
Derivados de cobertura	4.670.856	-	-	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	8.704.742.877	371.952.260	469.547	-	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	872.520.985	37.696.210	1.027.924	34.210.556	945.455.675
Terrenos e edifícios	384.727.676	-	-	-	384.727.676
Outros ativos tangíveis e intangíveis	22.964.231	997.693	1.110.887	-	25.072.811
Provisões técnicas de resseguro cedido	192.318.297	47.937.087	314.670	14.484	240.584.538
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8.531.339	-	-	-	8.531.339
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	298.622.645	16.349.406	338.257	223.238	315.533.546
Ativos por impostos	475.643.034	2.671.515	9.537	-	478.324.086
Acréscimos e diferimentos	20.705.460	326.390	49.587	-	21.081.437
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-	-
	14.041.589.547	574.092.563	5.106.728	35.231.387	14.656.020.225
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	236.388.910	12.152.476	372.989	-	248.914.375
Provisão matemática do ramo Vida	1.285.368.204	328.988.118	26.593	32.310.567	1.646.693.482
Provisão para sinistros	1.607.676.218	54.313.413	229.404	1.501	1.662.220.536
Provisão para participação nos resultados	64.798.795	3.872.094	-	40.936	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	6.799.165	226.074	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	23.967.554	34.137	-	-	24.001.691
Provisão para riscos em curso	43.906.248	1.392.468	912.033	-	46.210.749
Passivos financeiros	8.360.137.467	89.377.675	-	-	8.449.515.142
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	72.273	-	-	-	72.273
Outros credores por operações de seguros e outras operações	172.687.117	20.096.794	314.579	176.699	193.275.189
Passivos por impostos	230.698.623	5.254.829	60.299	12.646	236.026.397
Acréscimos e diferimentos	80.160.017	1.200.025	87.674	33.097	81.480.813
Outras provisões	130.080.186	74.509	-	-	130.154.695
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-	-
	12.264.491.660	516.982.612	2.003.571	32.575.446	12.816.053.289

As rubricas "Outros devedores e credores" e "Ativos e Passivos por Impostos" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

42. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Companhia as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão.

2017

(valores em euros)

	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (2)	Fidelidade Angola (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	103.842.510	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	39.800.120	10.967.358	-	5.915.110
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	16.546	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	23.094.445	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	464.187	253.374.023	84.925
Provisões técnicas de resseguro cedido	12.470	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	43.907	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	20.539.643	-	10.604.456	-	233.311
Contas a receber por outras operações	4.818	29.598	7.335.879	7.575	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.597	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	(12)	1.390.612	-	128.046
Provisão para sinistros	-	611.531	30.468.829	-	469.512
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	5.654.647	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	3.301.899	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	7.026.302	31.617	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	398	13	2.625.943	314	45.714
Acréscimos e diferimentos	22.270	-	-	15.505.170	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	1.682.592	4.318.663	(37.535)	1.439.235
Prémios de resseguro cedido	(23.788.779)	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	12	(38.611)	-	(92.042)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	(16.928.541)	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(6.197)	(571.244)	(30.201.223)	(270.117)	130.764
Custos e gastos de exploração líquidos	3.383.970	199.229	85.809	(37.128.871)	(323.855)
Rendimentos	266.760	271.596	522.532	5.107.781	354.227
Gastos financeiros	-	-	(1.233.300)	(2.851.395)	(21.985)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	(63.868)	(3.071.172)	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	9.875.332	-	-	(345.074)
Outros rendimentos/gastos	428	(1)	(1.570.654)	(90.818)	-

(continuação)

(valores em euros)

	Fidelidade Property Europe, S.A. (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	771.104.925	-	-	-	11.100.000
Ativos financeiros detidos para negociação	769.417	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	132.255.732	11.548.849	-	-
Empréstimos e contas a receber	9.039.022	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	79.266.216	19.643.193
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	178.849	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	343.835
Contas a receber por outras operações	91	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	224.501	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	806.922
Provisão para sinistros	-	-	-	-	18.711.368
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	73.090.948	238.919
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	7.533.676	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	9.299.331	-
Contas a pagar por outras operações	2.441.529	-	-	404.557	2.627.913
Acréscimos e diferimentos	506	-	-	48.274	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	2.527.157
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(266.036.312)	(2.823.841)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	(40.950)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	1.887.426	73.979
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(740.662)	-	-	203.166.104	(1.477.980)
Custos e gastos de exploração líquidos	(1.419.409)	-	-	38.316.929	(3.534)
Rendimentos	527.916	-	-	566.885	-
Gastos financeiros	(1.203.093)	-	-	(1.021.222)	(207)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(5.964.029)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	72.121	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	(138.556)	-	615.000
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(250)	30.385

(continuação)

(valores em euros)

	FCM Beteiligungs GmbH (2)	Tom Tailor, GmbH (2)	Luz Saúde, S.A. (2)	Fidelidade – Property International, S.A. (2)	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (2)	FPE (Lux) Holding Sarl
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	14.093.732	-	476.517.395	423.664.012	-	17.889.052	-
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	131.822	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	43.898.906	-	-	102.753.909	-	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	9.036	-
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-
Passivo							
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	13.968	-
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	239.573	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	11.986.354	-	-	1.269.431
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	1.532	3.072.001	-	-	13.037.421
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas							
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	165.955	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	19.007	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	(293.314)	-
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(79.084)	-	-	(52.564)	-
Rendimentos	-	-	-	-	5.274.510	-	-
Gastos financeiros	-	-	-	45.137	-	-	31.625
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	(32.610.917)	-	-	(5.670.591)
Diferenças de câmbio	-	-	-	(974.350)	-	-	206.525
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	8.764.056	-	-	-	(52.456.684)	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(11.204)	-

(continuação)

(valores em euros)

	FID Loans 1 Ireland	Xingtao Assets Limited (5)	Peak Reinsurance Company (5)	Longrun Portugal, SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	103.842.510
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	190.000.000	-	-	-	3.483.252	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	917.785
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	23.094.445
Ativos disponíveis para venda	-	270.317.250	-	-	-	560.774.646
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	262.962.157
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	757.519	-	-	99.679.398
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	222.756
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	31.730.281
Contas a receber por outras operações	-	-	-	-	508.577	7.886.538
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	243.098
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	2.339.536
Provisão para sinistros	-	-	55.972	-	885.201	51.441.986
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	18.910.432
Outros passivos financeiros	-	-	1.506.253	-	-	74.836.120
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	10.835.575
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	2.149.198	-	-	18.506.448
Contas a pagar por outras operações	-	-	3.744	7.374.967	2.065.777	33.701.823
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	15.576.220
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	10.096.067
Prémios de resseguro cedido	-	-	(8.834.201)	-	-	(301.483.133)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	192.065	-	-	39.481
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	140.288	-	-	(14.826.848)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	1.991.894	-	(2.508.260)	169.219.765
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	1.928.063	-	(823.562)	4.083.121
Rendimentos	-	9.328.853	-	-	25.320.216	47.541.276
Gastos financeiros	-	-	(3.842)	-	(41.557)	(6.299.839)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	3.795	-	-	-	288.432
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados						
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	(41.016.963)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	(3.830.744)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(54.515)	(33.740.441)
Outros rendimentos/gastos	-	-	4.172	-	(44.601)	(1.682.543)

	Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (2)	Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (2)	Universal Seguros, S.A. (2)	Caixa Geral de Depósitos, S.A. (5)	Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	173.393.334	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	29.924.788	10.967.358	-	6.260.184
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	49.920.435	-
Ativos disponíveis para venda	-	-	-	23.728.405	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	507.804	73.890.684	141.795
Provisões técnicas de resseguro cedido	16.939.939	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	1.786.052	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	53.197	8.273.448	-	37.321
Contas a receber por outras operações	17.872	-	5.417.201	16.187	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.497	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	1.311.423	-	50.997
Provisão para sinistros	-	459.906	725.368	-	773.978
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	7.164.396	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4.610.738	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	545.876	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	3.311	1.263.661	53.731	43.230
Acréscimos e diferimentos	22.150	-	-	16.389.822	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	1.708.413	4.146.371	-	1.262.545
Prémios de resseguro cedido	(39.131.126)	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	(297.596)	-	(73.886)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	601.526	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.467)	(485.660)	74.526	(261.298)	(309.001)
Custos e gastos de exploração líquidos	3.023.068	176.028	(386.921)	(45.082.657)	(303.719)
Rendimentos	265.662	240.256	14.452	10.069.844	328.212
Gastos financeiros	-	-	(247.163)	(2.492.973)	(46.370)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	35.793	2.376.017	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	290	1.207.872	(55.945)	-

(continuação)

(valores em euros)

	Fidelidade Property Europe, S.A. (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (2)	Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (2)	Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (2)	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (2)
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	751.231.363	-	-	-	10.485.000
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	117.156.094	11.615.058	-	-
Empréstimos e contas a receber	9.039.022	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	70.246.856	3.601.708
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	379.764	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	71.943
Contas a receber por outras operações	4.807	-	-	-	33.619
Acréscimos e diferimentos	17.147	-	-	-	-
Passivo					
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	776.446
Provisão para sinistros	-	-	-	-	1.289.197
Passivos financeiros detidos para negociação	130.865	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	69.479.349	119.371
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4.209.184	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	4.188.777	190.812
Contas a pagar por outras operações	13.186.846	-	-	333.503	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	47.071	-
Ganhos e Perdas					
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	2.011.885
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(233.725.837)	(2.252.438)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	(856.862)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	949.896	856.862
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	43.629	-	-	174.224.177	1.656.962
Custos e gastos de exploração líquidos	39.673	-	-	36.766.637	(5.414)
Rendimentos	1.343.380	-	-	564.551	-
Gastos financeiros	(1.069.517)	-	-	(873.696)	(2.114)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	(40.525)	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados					
ao justo valor através de ganhos e perdas	(13.380.717)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	44.692	-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	192.000
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	(73.396)	48.101

(continuação)

(valores em euros)

	FCM Beteiligungs GmbH (2)	Tom Tailor, GmbH (2)	Luz Saúde, S.A. (2)	Fidelidade - Property International, S.A. (2)	HOLDING GAILLON II (5)	Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (2)
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	5.329.676	-	476.516.854	522.576.721	-	17.889.052
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	20.675.880	-	-	149.936.082	-
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	32.802
Contas a receber por outras operações	-	-	4.905	5.410.134	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	-	-	29.036
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	17.880.630	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	-	-	-
Contas a pagar por outras operações	-	-	4.905	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	-
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	-	-	-	207.728
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	-	-	(35.330)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(90)	-	-	(38.946)
Rendimentos	-	-	-	-	7.731.074	-
Gastos financeiros	-	-	-	17.605	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	(13.452.137)	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	783.324	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(45.636)	(7.282.173)	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	(202.486)

(continuação)

(valores em euros)

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, SA)	Peak Reinsurance Company (5)	Longrun Portugal, SGPS, S.A. (1)	Outros	TOTAL
Ativo						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	173.393.334
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	3.483.024	1.834.664.020
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	49.920.435
Ativos disponíveis para venda	302.242.500	-	-	-	-	625.354.019
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	-	30.100	83.609.405
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	148.379	-	-	90.936.882
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	-	526.304	2.692.120
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	68.299	-	-	8.537.010
Contas a receber por outras operações	-	-	-	151.113	504.663	11.560.501
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	-	35.644
Passivo						
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	192.065	-	-	2.359.967
Provisão para sinistros	-	-	-	-	-	3.248.449
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	25.175.891
Outros passivos financeiros	-	-	604.002	-	-	70.202.722
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	-	-	8.819.922
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	692.814	-	-	5.618.279
Contas a pagar por outras operações	-	-	1.913	54.063.821	1.198.194	70.153.115
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	-	9.453	16.468.496
Ganhos e Perdas						
Prémios brutos emitidos	-	-	254.596	-	-	9.591.538
Prémios de resseguro cedido	-	-	(6.525.292)	-	-	(281.634.693)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	(192.065)	-	-	(1.455.739)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	-	-	2.408.284
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	2.102.117	-	(648.870)	176.395.115
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	1.132.840	-	(1.170.641)	(5.850.142)
Rendimentos	21.168.883	-	-	-	260.828	41.987.142
Gastos financeiros	-	-	-	-	(42.420)	(4.756.648)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.197)	11.090.496	-	-	-	26.273.370
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-	(26.538.734)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	3.239.826
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	(670)	(7.136.479)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	149	3.881	928.466

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2017 têm a seguinte composição:

(valores em euros)

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável *	Subsídio de Alimentação	Encargo Seguro Saúde	Encargo Seguro Vida
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	405.000	-	188.633	2.530	1.111	181
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	340.286	-	125.059	2.570	2.429	181
José Manuel Alvarez Quintero	323.786	-	125.059	2.630	1.989	181
António Manuel Marques de Sousa Noronha	323.786	-	125.059	2.610	1.162	181
Wai Lam William Mak	323.786	-	125.059	2.600	671	181
André Simões Cardoso	219.545	-	-	1.970	1.821	136
Jun Li	216.950	-	-	1.980	503	136

(valores em euros)

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio de Alimentação	Encargo Seguro Saúde	Encargo Seguro Vida
Pedro Nunes de Almeida	42.000	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	23.042	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	23.042	-	-	-	-
José António da Costa Figueiredo	10.442	-	-	-	-
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	10.442	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2016

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativos ao exercício de 2017, ascendem a 529.668 euros, dos quais 431.140 euros relativos à Auditoria e revisão legal de contas e 98.528 euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade.

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem essencialmente a certificação do relatório e o relatório anual sobre a solvência e a situação financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da ASF.

43. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

(valores em euros)

	2017		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	199.378.975	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.964.534.956	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	67.050.687	-	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	534.023.121	-	534.023.121
Derivados de cobertura	14.922.592	-	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	10.689.629.232	2.332.358	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	-	1.118.972.443	1.118.972.443
Outros devedores	-	205.371.660	205.371.660
	11.305.625.632	3.490.590.392	14.796.216.024
Passivo			
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.527.496.361	1.527.496.361
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	175.593.367	8.408.046.373	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	19.813.818	-	19.813.818
Depósitos recebidos de resseguradores	-	130.052.666	130.052.666
Outros credores	-	116.957.107	116.957.107
	195.407.185	10.182.552.507	10.377.959.692

(valores em euros)

	2016		Valor de balanço
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	628.163.717	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.834.664.020	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	25.868.220	-	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	666.177.620	-	666.177.620
Derivados de cobertura	4.670.856	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	9.021.042.515	56.122.169	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	-	945.455.675	945.455.675
Outros devedores	-	152.951.281	152.951.281
	9.717.759.211	3.617.356.862	13.335.116.073
Passivo			
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.404.104.974	1.404.104.974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	512.977.194	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	33.170.490	-	33.170.490
Derivados de cobertura	8.737.701	-	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	114.416.616	114.416.616
Outros credores	-	102.093.850	102.093.850
	554.885.385	9.400.828.581	9.955.713.966

O montante da rubrica "Provisão matemática do ramo Vida" corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo Vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	247.885.806	-	247.885.806	132.563.154	-	132.563.154
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(184.962.898)	-	(184.962.898)	(171.984.936)	-	(171.984.936)
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro	(94.305.401)	-	(94.305.401)	5.121.046	-	5.121.046
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1.531.456)	-	(1.531.456)	(1.492.381)	-	(1.492.381)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	20.849.447	-	20.849.447	24.450.921	-	24.450.921
de ativos disponíveis para venda	258.581.200	-	258.581.200	265.751.192	-	265.751.192
de empréstimos e contas a receber	5.660.200	-	5.660.200	8.791.099	-	8.791.099
de depósitos à ordem	178.354	-	178.354	94.840	-	94.840
de outros ativos financeiros	26.027.959	-	26.027.959	1.309.088	-	1.309.088
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros						
não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	284.637.839	583.408.021	868.045.860	211.369.685	(43.369.491)	168.000.194
de empréstimos e contas a receber	(332.766)	-	(332.766)	(83.484)	-	(83.484)
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(94.817.510)	-	(94.817.510)	(148.712.098)	-	(148.712.098)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros						
valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	217.790.127	-	217.790.127	(68.959.500)	-	(68.959.500)
de ativos e passivos financeiros classificados no						
reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	4.793.477	-	4.793.477	218.948	-	218.948
de outros	(17.943.727)	-	(17.943.727)	(4.651.695)	-	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	(266.767.996)	-	(266.767.996)	39.406.487	-	39.406.487
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(99.415.713)	-	(99.415.713)	(179.344.859)	-	(179.344.859)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	749.433	-	749.433	199.651	-	199.651
de outros	18.867.791	-	18.867.791	145.695	-	145.695
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(1.833.601)	-	(1.833.601)	(2.334.984)	-	(2.334.984)
	324.110.565	583.408.021	907.518.586	111.857.869	(43.369.491)	68.488.378

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017	2016
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	217.029.976	246.650.711
Empréstimos e contas a receber	5.660.200	8.791.099
Depósitos à ordem	178.354	94.840
	222.868.530	255.536.650
Passivo		
Provisão matemática do ramo Vida	(32.517.521)	(29.945.814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos		
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados		
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(94.817.510)	(148.712.098)
Depósitos recebidos de resseguradores	(1.833.601)	(2.334.984)
	(129.168.632)	(180.992.896)

OUTRAS DIVULGAÇÕES

Justo valor de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia pode ser resumida como se segue:

(valores em euros)

	2017			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	199.378.975	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.964.534.956	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	57.911.534	9.139.153	-	-	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	225.581.225	308.342.501	99.395	-	534.023.121
Derivados de cobertura	14.922.592	-	-	-	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	9.649.444.543	263.145.671	777.039.018	2.332.358	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	1.118.972.443	1.118.972.443
Outros devedores	-	-	-	205.371.660	205.371.660
	9.947.859.894	580.627.325	777.138.413	3.490.590.392	14.796.216.024
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	1.527.496.361	1.527.496.361
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos					
de seguros e de contratos de seguro e operações considerados					
para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	175.593.367	-	8.408.046.373	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.249.940	14.563.878	-	-	19.813.818
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	130.052.666	130.052.666
Outros credores	-	-	-	116.957.107	116.957.107
	5.249.940	190.157.245	-	10.182.552.507	10.377.959.692
	9.942.609.954	390.470.080	777.138.413	(6.691.962.115)	4.418.256.332

(valores em euros)

	2016			Não valorizados ao justo valor	Total
	Metodologia de apuramento do justo valor Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	628.163.717	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	1.834.664.020	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	9.140.005	16.728.215	-	-	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	372.148.596	293.958.635	70.389	-	666.177.620
Derivados de cobertura	4.356.758	314.098	-	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	6.620.979.199	1.438.520.031	961.543.285	56.122.169	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	945.455.675	945.455.675
Outros devedores	-	-	-	152.951.281	152.951.281
	7.006.624.558	1.749.520.979	961.613.674	3.617.356.862	13.335.116.073
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	-	-	-	1.404.104.974	1.404.104.974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	512.977.194	-	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	9.277.880	23.892.610	-	-	33.170.490
Derivados de cobertura	8.737.701	-	-	-	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	-	-	114.416.616	114.416.616
Outros credores	-	-	-	102.093.850	102.093.850
	18.015.581	536.869.804	-	9.400.828.581	9.955.713.966
	6.988.608.977	1.212.651.175	961.613.674	(5.783.471.719)	3.379.402.107

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 2016 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que a Companhia tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas;
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base bids fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

Na formação do justo valor e a sua respetiva classificação a luz da norma IFRS 13 passou-se a considerar que os preços obtidos a partir de fontes executáveis tipo BGN junto de plataformas informais, como a Bloomberg, que já eram os locais de transação relevantes para os investidores institucionais, passaram agora a ser equiparados a preços comparáveis aos mercados das bolsas de valores. Com efeito a Bloomberg antecipou, ainda em 2017, o processo de evolução da sua plataforma de Multilateral Trading Facility para estar em conformidade com os requisitos do MiFid II.

Isto implicou um onboarding formal das entidades participantes, em que se inclui a Fidelidade, com a credenciação dos traders e a possibilidade de traceability das transações que estão sujeitas a um escrutínio em tudo similar às outras infraestruturas de mercado previstas no enquadramento regulatório europeu. Esta alteração ditou a reclassificação de uma componente muito significativa de obrigações anteriormente classificadas como nível 2 para nível 1.

O movimento ocorrido em 2016 e 2017, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor, pode ser detalhado da seguinte forma:

(valores em euros)

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.724.818.822	7.928.105
Aquisições	1.019.692	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18.757.025)	200.469
por contrapartida de capitais próprios	64.272.276	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3.659.236)	-
Alienações	(806.151.244)	(8.058.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	961.543.285	70.389
Aquisições	30.334.188	46.373
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(7.411.216)	2.107
por contrapartida de capitais próprios	32.353.151	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(4.824.691)	-
Transferências		
de nível 3 para nível 2	(91.513.356)	-
de nível 2 para nível 3	2.834.987	-
Alienações	(146.277.330)	(19.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	777.039.018	99.395

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

(valores em euros)

	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	199.378.975	199.378.975	-
Ativos disponíveis para venda	2.332.358	2.332.358	-
Empréstimos e contas a receber	1.118.972.443	1.118.972.443	-
Outros devedores	205.371.660	205.371.660	-
	1.526.055.436	1.526.055.436	-

(valores em euros)

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	628.163.717	628.163.717	-
Ativos disponíveis para venda	56.122.169	56.122.169	-
Empréstimos e contas a receber	945.455.675	945.455.675	-
Outros devedores	152.951.281	152.951.281	-
	1.782.692.842	1.782.692.842	

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica "Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem" é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo.

- A rubrica "Empréstimos e contas a receber" inclui:

- Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;

- Empréstimos hipotecários – não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Fidelidade

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento da empresa e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

A composição de um adequado portefólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pela Companhia e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de reporting;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portefólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento da Companhia são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos da Companhia é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portefólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco da Companhia e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos da Companhia são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pela Companhia, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados, de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um cash return regular, permitindo, assim, à Companhia uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira da Companhia é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pela Companhia são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (swaps, forwards, futuros, etc.), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir à Companhia, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de targets e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por controlar e monitorizar a alocação de ativos, face aos targets e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos targets e/ou limites estabelecidos.

Quanto aos mecanismos de controlo de perdas nos ativos, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da time weighted return TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um processo de reporte regular para os vários níveis da Companhia envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição ao risco de crédito da Companhia apresenta a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017			2016		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Depósitos à ordem	194.005.417	-	194.005.417	625.244.600	-	625.244.600
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	515.792.465	-	515.792.465	648.943.513	-	648.943.513
Ativos disponíveis para venda	9.266.490.465	(134.392.131)	9.132.098.334	7.592.829.341	(154.065.703)	7.438.763.638
Empréstimos e contas a receber	1.119.353.245	(380.802)	1.118.972.443	946.585.910	(1.130.235)	945.455.675
Outros devedores	225.845.421	(20.473.761)	205.371.660	179.854.300	(26.903.019)	152.951.281
Exposição máxima a risco de crédito	11.321.487.013	(155.246.694)	11.166.240.319	9.993.457.664	(182.098.957)	9.811.358.707

Em 2017 e 2016, o valor líquido contabilístico dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 21.823 euros e 15.915 euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de "Outros instrumentos" (Nota 7).

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em instituições de crédito					
A- até A+	342.397	237.393.377		100.005.280	337.741.054
BBB- até BBB+	293.018.211	200.591.713		-	493.609.924
BB- até BB+	393.551.120	24.821.477		3.345.092	421.717.689
B- até B+	-	-		25.002.054	25.002.054
Sem rating	1.441.000	23.417		428.847	1.893.264
	688.352.728	462.829.984	-	128.781.273	1.279.963.985
Depósitos junto de empresas cedentes					
Sem rating	-	97.096	9.628	565.818	672.542
	-	97.096	9.628	565.818	672.542
Total	688.352.728	462.927.080	9.628	129.347.091	1.280.636.527

(valores em euros)

Classe de ativo	2016			
	País de origem			Total
	Portugal	Resto da União Europeia	Outros	
Depósitos em instituições de crédito				
A- até A+	2.350.713	518.496.012	5.432.620	526.279.345
BBB- até BBB+	275.151.897	80.251.303	-	355.403.200
BB- até BB+	153.112.041	47.434.547	-	200.546.588
B- até B+	390.610.110	22.048.823	36.686.693	449.345.626
Sem rating	3.605.521	-	129.009	3.734.530
	824.830.282	668.230.685	42.248.322	1.535.309.289
Depósitos junto de empresas cedentes				
Sem rating	805.710	-	649.600	1.455.310
	805.710	-	649.600	1.455.310
Total	825.635.992	668.230.685	42.897.922	1.536.764.599

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 910.064.689 euros e 618.229.346 euros, em 2016 e 2015, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por rating da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	806.660	106.328	-	912.988
A- até A+	-	1.283.237	46.013.826	-	47.297.063
BBB- até BBB+	206.231	900.178	84.063.636	41.509.075	126.679.120
BB- até BB+	-	-	29.357.389	-	29.357.389
Sem rating	-	63.084.866	50.981.767	3.668.807	117.735.440
	206.231	66.074.941	210.522.946	45.177.882	321.982.000
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.466.718	-	-	2.466.718
AA- até AA+	-	3.310.451	-	-	3.310.451
BBB- até BBB+	-	2.665.931	-	-	2.665.931
BB- até BB+	89.467.752	-	-	-	89.467.752
	89.467.752	8.443.100	-	-	97.910.852
Instituições Financeiras					
AAA	-	199.430	-	-	199.430
AA- até AA+	-	150.842	-	-	150.842
A- até A+	103.384	33.680.412	303.200	-	34.086.996
BBB- até BBB+	102.855	969.023	37.344.039	55.028	38.470.945
CCC- até CCC+	22.991.400	-	-	-	22.991.400
	23.197.639	34.999.707	37.647.239	55.028	95.899.613
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	112.871.622	109.517.748	248.170.185	45.232.910	515.792.465

(valores em euros)

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	68.070	16.302.572	36.144.355	52.514.997
A- até A+	-	39.207.457	197.340.888	403.392.716	639.941.061
BBB- até BBB+	-	103.307.282	524.629.613	111.402.447	739.339.342
BB- até BB+	11.854.982	208.968.265	169.935.666	97.470.835	488.229.748
B- até B+	-	-	22.867.424	2.267.255	25.134.679
CCC- até CCC+	-	3.389.259	-	-	3.389.259
CC- até CC+	-	-	-	5.139.798	5.139.798
D	-	14.744.377	-	-	14.744.377
Sem rating	149.103.911	102.753.909	-	308.700.808	560.558.628
	160.958.893	472.438.619	931.076.163	964.518.214	2.528.991.889
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	20.854.370	-	-	20.854.370
AA- até AA+	-	22.393.481	-	-	22.393.481
BBB- até BBB+	-	1.676.072.664	-	-	1.676.072.664
BB- até BB+	3.794.412.154	-	-	75.180.603	3.869.592.757
	3.794.412.154	1.719.320.515	-	75.180.603	5.588.913.272
Instituições Financeiras					
AAA	-	-	-	1.155.576	1.155.576
AA- até AA+	-	9.806.963	-	3.958.521	13.765.484
A- até A+	-	113.525.681	59.614.152	166.524.615	339.664.448
BBB- até BBB+	21.822	20.761.609	348.892.429	172.516.247	542.192.107
BB- até BB+	1.017.351	29.644.508	-	44.153.914	74.815.773
Sem rating	-	-	42.407.988	-	42.407.988
	1.039.173	173.738.761	450.914.569	388.308.873	1.014.001.376
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	191.797	191.797
	-	-	-	191.797	191.797
Total ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)	3.956.410.220	2.365.497.895	1.381.990.732	1.428.199.487	9.132.098.334

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1.680.353	106.914	-	1.787.267
A- até A+	-	1.221.073	304.438	-	1.525.511
BBB- até BBB+	198.468	1.766.637	506.974	-	2.472.079
BB- até BB+	-	106.531	-	83.955.509	84.062.040
Sem rating	-	66.326.470	-	52.155.838	118.482.308
	198.468	71.101.064	918.326	136.111.347	208.329.205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.022.121	-	-	3.022.121
AA- até AA+	-	4.430.571	-	-	4.430.571
BBB- até BBB+	-	5.194.071	-	-	5.194.071
BB- até BB+	340.390.253	-	-	-	340.390.253
	340.390.253	12.646.763	-	-	353.037.016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421.112	-	-	421.112
AA- até AA+	-	401.844	-	122.943	524.787
A- até A+	104.694	2.143.312	150.331	57.457	2.455.794
BBB- até BBB+	572.605	866.375	399.258	-	1.838.238
B- até B+	49.920.216	-	-	-	49.920.216
	50.597.515	3.832.643	549.589	180.400	55.160.147
Outros emitentes					
A- até A+	-	31.032.376	-	-	31.032.376
BBB- até BBB+	19.556	-	-	-	19.556
BB- até BB+	1.365.213	-	-	-	1.365.213
	1.384.769	31.032.376	-	-	32.417.145
Total ativos financeiros registados ao justo valor por ganhos e perdas	392.571.005	118.612.846	1.467.915	136.291.747	648.943.513

(valores em euros)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto da União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AA- até AA+	-	78.760	-	-	78.760
A- até A+	-	26.083.116	17.282.756	11.959.433	55.325.305
BBB- até BBB+	-	49.173.392	9.670.137	60.960.826	119.804.355
BB- até BB+	11.007.422	72.254.210	33.669.233	262.293.225	379.224.090
B- até B+	-	41.994.341	79.985.564	15.903.776	137.883.681
CCC- até CCC+	-	74.678.857	58.814.938	13.286.098	146.779.893
CC- até CC+	-	-	-	4.865.122	4.865.122
D	-	13.980.385	-	8.343.684	22.324.069
Sem rating	147.932.976	95.896.563	17.369.544	490.949.614	752.148.697
	158.940.398	374.139.624	216.792.172	868.561.778	1.618.433.972
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	23.721.984	-	-	23.721.984
AA- até AA+	-	24.335.399	-	-	24.335.399
BBB- até BBB+	-	47.109.386	-	-	47.109.386
BB- até BB+	5.100.331.948	-	-	136.032.610	5.236.364.558
B- até B+	80.059.005	-	-	-	80.059.005
Sem rating	-	-	-	469.547	469.547
	5.180.390.953	95.166.769	-	136.502.157	5.412.059.879
Instituições Financeiras					
AAA	-	4.648.425	-	9.386.706	14.035.131
AA- até AA+	-	22.017.804	-	10.447.169	32.464.973
A- até A+	-	85.458.868	10.830.139	-	96.289.007
BBB- até BBB+	51.988	37.113.821	41.668.978	-	78.834.787
BB- até BB+	15.915	20.738.441	-	52.362.986	73.117.342
B- até B+	15.599.667	27.400.743	-	-	43.000.410
CCC- até CCC+	8.940.208	-	-	-	8.940.208
Sem rating	-	-	30.035.950	7.783.752	37.819.702
	24.607.778	197.378.102	82.535.067	79.980.613	384.501.560
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17.368.807	17.368.807
BBB- até BBB+	1.461.690	-	-	-	1.461.690
BB- até BB+	-	-	4.937.730	-	4.937.730
	1.461.690	-	4.937.730	17.368.807	23.768.227
Total ativos disponíveis para venda (líquido de imparidade)	5.365.400.819	666.684.495	304.264.969	1.102.413.355	7.438.763.638

Periodicamente, a Companhia efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como “Ajustamentos de recibos por cobrar” (Nota 38). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

(valores em euros)

	2017						Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano			
Ramo Vida								
Produtos de capitalização	8.548.099	283.635	369.897	29.525	23.159	(800)		9.253.515
Produtos vida risco	(1.797.045)	836.680	123.231	407.338	681.725	(237.134)		14.795
Ramo Não Vida								
Automóvel	10.293.371	1.219.249	572.279	335.653	216.479	(2.526.810)		10.110.221
Acidentes de trabalho	1.881.405	2.130.411	903.019	135.944	250.126	(1.820.158)		3.480.747
Doença	3.613.911	7.307.757	889.897	389.261	61.980	(363.648)		11.899.158
Incêndio e outros danos	7.348.670	4.031.802	1.525.844	1.785.988	187.316	(1.060.261)		13.819.359
Transportes	1.114.354	92.417	90.520	38.511	7.436	(171.794)		1.171.444
Responsabilidade civil	1.527.048	305.962	181.903	430.988	48.608	(306.304)		2.188.205
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3.046.000	5.421.701	689.117	380.218	958.046	(1.108.683)		9.386.399
	35.575.813	21.629.614	5.345.707	3.933.426	2.434.875	(7.595.592)		61.323.843

(valores em euros)

	2016						Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano			
Ramo Vida								
Produtos de capitalização	3.826.993	731.568	155.223	107.538	21.957	(39.457)		4.803.822
Produtos vida risco	492.382	462.034	501.367	1.152.489	2.849.246	(3.233.415)		2.224.103
Ramo Não Vida								
Automóvel	7.785.472	1.585.453	1.063.429	473.150	748.747	(2.735.556)		8.920.695
Acidentes de trabalho	3.526.553	1.427.244	1.386.203	364.183	292.216	(1.869.322)		5.127.077
Doença	7.116.633	4.931.550	988.207	284.951	196.078	(698.886)		12.818.533
Incêndio e outros danos	10.106.110	3.821.642	732.255	648.473	347.357	(700.832)		14.955.005
Transportes	756.803	186.432	167.391	89.376	37.593	(118.759)		1.118.836
Responsabilidade civil	1.488.238	409.882	69.481	40.420	52.041	(173.192)		1.886.870
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4.420.513	5.061.179	228.751	217.479	531.193	(579.186)		9.879.929
	39.519.697	18.616.984	5.292.307	3.378.059	5.076.428	(10.148.605)		61.734.870

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os cash-flows previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

(valores em euros)

	2017									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	199.378.975	-	-	-	-	-	-	-	-	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.964.534.956	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	67.050.687	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor										
através de ganhos e perdas	3.163.674	4.021.636	98.282.579	65.056.031	181.253.891	117.771.927	52.035.274	79.763.472	8.492	601.356.976
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	14.922.592	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	133.690.647	294.124.473	472.254.059	211.393.599	1.524.929.525	2.347.450.319	5.082.982.863	74.555.162	18.515.680	10.159.896.327
Empréstimos e contas a receber	300.817.122	498.769.191	99.221.857	100.628.094	51.942.251	1.138.060	320.263	168.679	2.065.706	1.055.071.223
Outros devedores	205.371.660	-	-	-	-	-	-	-	-	205.371.660
	842.422.078	796.915.300	669.758.495	377.077.724	1.758.125.667	2.466.360.306	5.135.338.400	154.487.313	2.067.098.113	14.267.583.396
Passivo										
Provisão matemática do ramo Vida	17.312.817	20.460.030	22.192.947	92.013.225	323.030.533	328.975.139	297.688.145	327.519.842	23.809.493	1.453.002.171
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	185.342.648	246.915.721	467.923.399	707.406.887	2.266.309.898	2.593.884.254	1.764.471.864	797.276.066	5.719.379	9.035.250.116
Passivos financeiros detidos para negociação	-	760.537	(7.769)	980.153	3.831.737	1.929.073	17.139	-	4.299	7.515.169
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos recebidos de resseguradores	135.472	270.943	406.415	130.865.495	-	-	-	-	-	131.678.325
Outros credores	116.957.107	-	-	-	-	-	-	-	-	116.957.107
	319.748.044	268.407.231	490.514.992	931.265.760	2.593.172.168	2.924.788.466	2.062.177.148	1.124.795.908	29.533.171	10.744.402.888

(valores em euros)

	2016									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes										
e depósitos à ordem	628.163.717	-	-	-	-	-	-	-	-	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	1.834.664.020	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	25.868.220	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.384.972	2.337.973	102.330.176	287.227.133	241.383.564	6.206.546	69.759.937	1.220.395	17.234.107	729.084.803
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4.670.856	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	351.406.155	321.015.812	410.815.972	1.102.175.510	1.483.939.429	1.556.594.314	3.501.575.810	137.958.826	1.638.401.046	10.503.882.874
Empréstimos e contas a receber	224.836.976	536.960.218	39.836.603	71.234.980	49.519.634	23.601.503	12.022.463	168.679	30.100	958.211.156
Outros devedores	152.951.281	-	-	-	-	-	-	-	-	152.951.281
	1.358.743.101	860.314.003	552.982.751	1.460.637.623	1.774.842.627	1.586.402.363	3.583.358.210	139.347.900	3.520.868.349	14.837.496.927
Passivo										
Provisão matemática do ramo Vida	40.214.577	16.550.164	22.990.288	98.152.490	292.708.367	279.575.920	292.957.743	299.375.626	-	1.342.525.175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	113.606.065	276.221.337	186.111.430	886.928.427	2.633.721.193	2.344.235.626	1.906.575.498	731.039.535	4.884.887	9.083.323.998
Passivos financeiros detidos para negociação	-	761.600	(7.350)	771.155	3.050.810	3.050.810	4.410	-	26.006.095	33.637.530
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	8.737.701	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	119.184	238.368	357.552	115.131.720	-	-	-	-	-	115.846.824
Outros credores	102.093.850	-	-	-	-	-	-	-	-	102.093.850
	256.033.676	293.771.469	209.451.920	1.100.983.792	2.929.480.370	2.626.862.356	2.199.537.651	1.030.415.161	39.628.683	10.686.165.078

Os valores apresentados nos quadros acima não são comparáveis com os saldos contabilísticos, uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos cash-flows previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pela Fidelidade na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade "Até 1 mês";

- O valor de "Empréstimos e contas a receber", classificado com maturidade "Indeterminado", diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de "Outros devedores" e "Outros credores" são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade "Até 1 mês";
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade "Indeterminado";
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: call, put ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica "Depósitos recebidos de resseguradores" correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os "Derivados de Cobertura" foram classificados com maturidade "Indeterminado", por se tratar de contratos de futuros e forwards cambiais;
- Para o cálculo dos cash-flows previsionais dos "Passivos financeiros detidos para negociação" foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;
- No apuramento dos cash-flows previsionais da provisão matemática do ramo Vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2015.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

(valores em euros)

	2017		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Exposição a Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	194.005.417	5.373.558	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.964.534.956	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	-	16.546	67.034.141	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial				
ao justo valor através de ganhos e perdas	477.526.351	34.597.307	21.899.463	534.023.121
Derivados de cobertura	-	-	14.922.592	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	8.565.160.958	557.014.919	1.569.785.713	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	-	1.118.972.443	-	1.118.972.443
Outros devedores	-	-	205.371.660	205.371.660
	18.085.374.618	2.496.235.404	5.522.563.992	26.104.174.014
Passivo				
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.527.496.361	-	1.527.496.361
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos				
como contratos de investimento	8.408.046.373	175.593.367	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	-	14.159.171	19.813.818
Depósitos recebidos de resseguradores	-	130.052.666	-	130.052.666
Outros credores	-	-	116.957.107	116.957.107
	8.413.701.020	1.833.142.394	131.116.278	10.377.959.692

(valores em euros)

	2016			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	625.244.600	2.919.117	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.834.664.020	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	25.868.220	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	565.541.526	83.401.987	17.234.107	666.177.620
Derivados de cobertura	-	-	4.670.856	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	7.232.834.564	205.929.074	1.638.401.046	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	-	945.425.575	30.100	945.455.675
Outros devedores	-	-	152.951.281	152.951.281
	7.798.376.090	1.860.001.236	3.676.738.747	13.335.116.073
Passivo				
Provisão matemática do ramo Vida	-	1.404.104.974	-	1.404.104.974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.780.213.141	512.977.194	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	119.643	7.044.752	26.006.095	33.170.490
Derivados de cobertura	-	-	8.737.701	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	-	114.416.616	-	114.416.616
Outros credores	-	-	102.093.850	102.093.850
	7.780.332.784	2.038.543.536	136.837.646	9.955.713.966

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 basis points (bps), respetivamente, corresponde a:

(valores em euros)

	2017					
	Variação +200 bps	Variação +100 bps	Variação +50 bps	Variação -50 bps	Variação -100 bps	Variação -200 bps
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.243.814)	(11.018.129)	(5.615.664)	5.846.102	11.941.881	24.971.127
Ativos disponíveis para venda	(789.679.567)	(408.640.205)	(207.924.011)	215.461.333	438.808.617	910.660.421
Empréstimos e contas a receber	(5.368.901)	(2.708.780)	(1.360.571)	1.373.137	2.759.048	5.570.049
	(816.292.282)	(422.367.114)	(214.900.246)	222.680.572	453.509.546	941.201.597
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(286.728)	(145.939)	(73.629)	74.980	151.346	308.370
	(286.728)	(145.939)	(73.629)	74.980	151.346	308.370

(valores em euros)

	2016					
	Variação +200 bps	Variação +100 bps	Variação +50 bps	Variação -50 bps	Variação -100 bps	Variação -200 bps
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.003.039)	(4.582.206)	(2.311.785)	2.354.210	4.751.944	9.682.552
Ativos disponíveis para venda	(570.219.634)	(295.589.945)	(150.545.138)	156.327.822	318.740.368	663.138.179
Empréstimos e contas a receber	(2.727.470)	(1.374.565)	(690.032)	695.616	1.396.906	2.816.866
	(581.950.143)	(301.546.716)	(153.546.955)	159.377.648	324.889.218	675.637.597
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125
	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os cash-flows futuros atualizados considerando a respetiva YTM, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 bps, nas respetivas yields.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

(valores em euros)

	2017				
	Euros	Dólares norte-americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	179.883.193	-	14.942.022	4.553.760	199.378.975
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1.929.763.210	-	-	34.771.746	1.964.534.956
Ativos financeiros detidos para negociação	9.139.153	51.564.438	-	6.347.096	67.050.687
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	246.136.699	287.442.899	-	443.523	534.023.121
Derivados de cobertura	-	14.537.123	-	385.469	14.922.592
Ativos disponíveis para venda	7.216.082.755	2.850.983.036	495.541.790	129.354.009	10.691.961.590
Empréstimos e contas a receber	1.011.340.319	72.416.766	6.525.153	28.690.205	1.118.972.443
Outros devedores	194.184.191	10.057.244	49.502	1.176.489	205.467.426
	10.786.529.520	3.272.464.383	517.058.467	205.722.297	14.796.311.790
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	1.524.341.184	-	-	3.155.177	1.527.496.361
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8.583.639.740	-	-	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	14.563.877	1.857.427	-	3.392.514	19.813.818
Depósitos recebidos de resseguradores	130.052.666	-	-	-	130.052.666
Outros credores	115.282.096	1.306.065	96.791	367.921	117.052.873
	10.367.879.563	3.163.492	96.791	6.915.612	10.378.055.458

(valores em euros)

	2016				
	Euros	Dólares norte-americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	482.021.083	94.264.108	18.351.424	33.527.102	628.163.717
Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	1.799.547.427	-	-	35.116.593	1.834.664.020
Ativos financeiros detidos para negociação	16.728.215	8.876.976	-	263.029	25.868.220
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial					
ao justo valor através de ganhos e perdas	483.977.487	177.964.590	3.970.887	264.656	666.177.620
Derivados de cobertura	314.098	4.356.758	-	-	4.670.856
Ativos disponíveis para venda	6.887.063.570	1.512.525.734	609.532.075	68.043.305	9.077.164.684
Empréstimos e contas a receber	789.249.966	107.130.829	10.749.597	38.325.283	945.455.675
Outros devedores	144.951.748	7.581.013	56.750	461.500	153.051.011
	10.603.853.594	1.908.343.250	642.660.733	176.001.468	13.335.215.803
Passivo					
Provisão matemática do ramo Vida	1.400.822.441	-	-	3.282.533	1.404.104.974
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros					
e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos					
como contratos de investimento	8.293.190.335	-	-	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	23.892.611	9.014.850	-	263.029	33.170.490
Derivados de cobertura	-	6.931.648	-	1.806.053	8.737.701
Depósitos recebidos de resseguradores	114.416.616	-	-	-	114.416.616
Outros credores	100.344.132	1.602.698	110.962	135.788	102.193.580
	9.932.666.135	17.549.196	110.962	5.487.403	9.955.813.696

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

44. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

44.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogêneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarificação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de Underwriting dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado identificadas na Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

44.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cúmulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

44.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

Nos casos específicos do ramo Automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira Não Vida – seguro direto

Seguro Direto

(valores em euros)

	2017			2016		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest.
Acidentes	200.240.801	1,17	1,15	177.009.518	1,15	1,14
Doença	266.855.030	0,93	0,91	235.163.325	0,88	0,87
Incêndio e Outros Danos	236.074.982	1,09	1,07	232.500.910	0,88	0,87
Automóvel	387.006.789	1,04	1,03	364.502.656	1,01	1,00
Marítimo	4.440.089	0,43	0,42	4.215.745	0,32	0,31
Aéreo	6.852.250	0,80	0,79	6.086.809	-0,19	-0,21
Mercadorias transportadas	6.729.878	0,75	0,74	7.079.288	0,45	0,43
Responsabilidade Civil Geral	34.140.311	0,78	0,76	32.496.223	0,57	0,56
Outros ramos (Crédito e Caução + Diversos)	71.128.143	0,70	0,68	66.525.720	0,76	0,76

Nota: Rátios relativos aos anos de ocorrência de 2017 e 2016.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas o grupo de ramos Outros Ramos registou um desagravamento do rácio em 10,4%.

Nos grupos de ramos Aéreo, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil, Marítimo, Incêndio e Outros Danos, Doença, Automóvel e Acidentes a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes, Incêndio e Outros Danos e Automóvel não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade, os resultados técnicos Não Vida antes de impostos, em dezembro de 2017, foram positivos em aproximadamente 106 milhões de euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade, os prémios de seguro direto Não Vida, para o ramo Acidentes, Incêndio e Outros Danos e Automóvel, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 15,5%, 7,1% e 2,6%, respetivamente, nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2017, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente, foi constituída uma provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta um aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2016.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos cash-flows futuros associados às responsabilidades assumidas.

Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,9% dos Prémios Brutos Adquiridos e 94,5% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos Não Vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o rating dos principais resseguradores, que foi atualizado no final de dezembro de 2017.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2017	2016
A -	18,5%	14,3%
A	25,9%	25,0%
A +	22,2%	25,0%
AA -	25,9%	25,0%
AA	-	3,6%
AA+	3,7%	3,6%
Sem Rating	3,7%	3,6%

Existe um tratado específico do tipo Excess of Loss para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 euros e capacidade de 420.000.000 euros.

Na Fidelidade 60,79% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 1.541 milhões de euros. Durante o exercício de 2017, para sinistros ocorridos em 2016 e anos anteriores, foram pagos 329.186.049 euros.

Em dezembro de 2017 resultaria do consumo natural um provisionamento de 1.212.064.347 euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 51 milhões de euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2017, no valor de 1.263.414.294 euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Transportes e Diversos, ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel, que ultrapassou os 47 milhões de euros.

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

(valores em euros)

Rubricas	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2016 (1)	Montantes Pagos no Exercício* (2)	Provisão para Sinistros em 31 de dezembro de 2017* (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Acidentes e Doença	861.221.400	136.396.648	758.791.227	33.966.475
Incêndio e Outros Danos	120.793.836	50.062.807	129.922.724	59.191.695
Automóvel	437.622.477	115.871.854	273.903.326	(47.847.297)
Marítimo e Transportes	3.862.941	1.697.682	2.440.143	274.884
Aéreo	1.099.255	196.643	793.379	(109.233)
Mercadorias transportadas	4.562.304	2.766.264	1.715.887	(80.153)
Responsabilidade Civil Geral	101.770.550	8.525.120	86.735.070	(6.510.360)
Crédito e Caução	495.342	(95.422)	341.323	(249.441)
Proteção Jurídica	18.981	(553)	897	(18.637)
Assistência	98.616	0	7.615	(91.001)
Diversos	9.704.694	13.765.006	8.762.703	12.823.015
Total	1.541.250.396	329.186.049	1.263.414.294	51.349.947

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos Não Vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da seguradora e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos Não Vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas, garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado. Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A seguradora efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com caráter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

A Seguradora também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos, quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição, nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos Não Vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado, tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias das apólices, procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos, nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,33%
Despesa	+ 10%	0,64%
Revisão	4%	2,04%
Taxa de juro	-1%	12,10%

44.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multirriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico, como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

A Companhia tem pautado a sua política de resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo e outras modalidades de resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, a Companhia opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação retenção/prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira da Companhia, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira da Companhia. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a retenção determinada pela capacidade financeira da Companhia.

Na determinação da retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais da Companhia e na absorção da mesma ao longo de um período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no mercado internacional, nomeadamente as divulgadas pelas agências de rating, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores a análise de rating atribuído, a cada ressegurador, pela agência de rating S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O rating mínimo exigido a um ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

44.5. Ramo Vida

No ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnica/financeira do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade da Companhia.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2018	149.431.364	104.164.879	0	14.997.333	21.112.335	156.861.500
2019	127.979.657	88.020.733	0	14.153.768	19.121.920	171.715.932
2020	119.126.882	81.169.650	0	13.292.457	17.084.652	165.509.079

O quadro seguinte apresenta a alteração destes cash inflows e outflows, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

(valores em euros)

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow	Inflow	Outflow
2018	145.903.655	102.046.121	0	14.997.333	20.576.038	212.770.678
2019	118.137.985	82.303.914	0	14.153.768	17.686.937	209.879.123
2020	104.060.331	72.529.828	0	13.292.457	15.000.426	187.892.171

45. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I – Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II – Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III – Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital na Fidelidade obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que a Fidelidade está obrigada;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que a Fidelidade está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, a Fidelidade definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada, de modo a assegurar que seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus stakeholders.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa, de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre a Companhia relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que a Companhia cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, a Companhia implementou um adequado sistema de governação, envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Gabinete de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

46. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2017							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em patacas								
Caixa e depósitos	28.003.144	24.326.810	42.484.019	188.291	226.478	329.492	263.753	827.907
Instrumentos de dívida	114.934.707	469.029.419	-	5.193.808	3.372.269	6.533.339	3.476.160	-
Instrumentos de capital	23.576.635	219.047.187	-	1.754.443	5.165.134	9.355.561	6.233.622	-
Outros	(24.973)	(373.816)	(306.523)	(60.646)	(73.298)	(134.426)	(88.625)	(136)
	166.489.513	712.029.601	42.177.496	7.075.896	8.690.584	16.083.966	9.884.909	827.771
Valores expressos em euros								
Caixa e depósitos	2.900.918	2.520.077	4.401.030	19.506	23.461	34.133	27.323	85.765
Instrumentos de dívida	11.906.384	48.587.973	-	538.040	349.342	676.806	360.104	-
Instrumentos de capital	2.442.365	22.691.666	-	181.747	535.070	969.167	645.757	-
Outros	(2.587)	(38.725)	(31.754)	(6.282)	(7.593)	(13.926)	(9.181)	(14)
	17.247.080	73.760.991	4.369.276	733.011	900.280	1.666.180	1.024.003	85.751

Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 euro/ 9,65320 patacas macaenses.

	2016							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões Golden-Age Retirement	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	
Valores expressos em patacas								
Caixa e depósitos	24.399.235	32.857.477	34.154.957	392.968	180.119	688.283	360.681	
Instrumentos de dívida	112.727.740	387.450.630	-	3.593.161	2.363.705	4.460.539	2.931.578	
Instrumentos de capital	23.285.816	185.620.055	-	1.256.682	3.683.091	6.312.482	5.051.920	
Outros	(20.049)	(318.112)	(174.828)	(43.055)	(53.486)	(93.521)	(68.720)	
	160.392.742	605.610.050	33.980.129	5.199.756	6.173.429	11.367.783	8.275.459	
Valores expressos em euros								
Caixa e depósitos	2.897.634	3.902.128	4.056.216	46.669	21.391	81.740	42.834	
Instrumentos de dívida	13.387.457	46.013.328	-	426.721	280.712	529.730	348.152	
Instrumentos de capital	2.765.405	22.044.090	-	149.243	437.401	749.665	599.962	
Outros	(2.381)	(37.779)	(20.762)	(5.113)	(6.352)	(11.106)	(8.161)	
	19.048.115	71.921.767	4.035.454	617.520	733.152	1.350.029	982.787	

Valores expressos em euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 euro/ 8,4204 patacas macaenses.

47. Eventos Subsequentes

A Fidelidade concretizou, em 15 de janeiro de 2018, a venda de 49% das ações representativas do capital social da Luz Saúde, S.A. (46.815.704 ações) à Fosun International Limited, pelo valor de 267.317.670 euros, ficando a deter uma posição de 49,7881%.

RELATÓRIO E PARECERES ÀS CONTAS INDIVIDUAIS

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. (a "Companhia"), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Separada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 15.889.040.096 euros e um total de capital próprio de 2.446.973.123 euros, incluindo um resultado líquido de 187.789.357 euros), a Demonstração de Resultados Separada, a Demonstração do Rendimento Integral Separada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Separada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Separada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões técnicas do ramo vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado nas notas 18 e 19 às demonstrações financeiras separadas, em 31 de dezembro de 2017, as provisões técnicas do ramo vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 2.036 e 8.584	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: • Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

milhões de euros ("m€"), respetivamente, representando cerca de 79% do total do Passivo.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e pelo facto de ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades para com os tomadores de seguros bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades. Conforme divulgado na nota 2.15, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em métodos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

Identificados como relevantes na determinação das provisões técnicas vida e valorização dos Passivos Financeiros;

- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras separadas sobre Provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Mensuração das Provisões para sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 18 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.664 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Companhia por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Companhia para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.15).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras separadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Companhia, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;

- Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Companhia (Automóvel e Acidentes de Trabalho), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras separadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 43, o Ativo e Passivo da Companhia incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 11.306 m€ e 20 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 71% do total do Ativo e 0,1% do total do Passivo.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo da Companhia, ascendem a cerca de 1.358 m€ (9% do ativo) e 15m€ (0,1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como "nível 2" e "nível 3" (Nota 43).

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Companhia e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Companhia com as observadas em fontes de informação externas;
- Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Companhia na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Reconhecimento e mensuração de imparidade em Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos conjuntos

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2017 incluem na sua demonstração da posição financeira separada e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias e associadas, no montante de 1.965 m€, representando 12% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração da imparidade em Investimentos em Subsidiárias, Associadas e Empreendimentos conjuntos incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A demonstração dos resultados da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, inclui perdas por imparidade associadas a instrumentos financeiros detidos, classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", no montante de 99 m€ (detalhe divulgado na Nota 38).

Em conformidade com o referencial contábilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.4, alínea d), a Companhia reconhece perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras separadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Companhia, tendo por base o referencial contábilístico e as práticas de mercado; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras separadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contábilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

6. Valorização dos investimentos em imóveis

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras separadas da Companhia em 31 de dezembro de 2017 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 9 e 17 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como uso próprio e rendimento, no montante líquido de 88 m€ e 310 m€, respetivamente, os quais representam no total de cerca de 3% do ativo da Companhia.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 9 às demonstrações financeiras separadas e pressupostos cuja influência da conjuntura

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos imóveis incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras separadas;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras separadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;
- Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras separadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de maio de 2014 para a revisão legal das contas de 2014. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015 para o mandato compreendido entre 2015 e 2017. Em 29 de março de 2017, renunciámos ao mandato, compreendido entre 2015 e 2017, tendo sido nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março para o mandato compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revíssores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 12 de março de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revíssores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

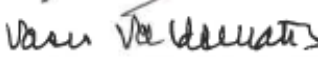
- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão;

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL


Pedro Antunes de Almeida – Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias – Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto – Vogal

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
FIDELIDADE – COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

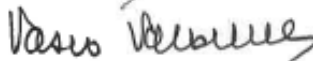
Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 12 de março de 2018.

O CONSELHO FISCAL



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias — Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto — Vogal

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO

INTRODUÇÃO

A Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., (doravante “Sociedade”, “Companhia” ou “Fidelidade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade, de forma clara e transparente, à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade, respeitante ao exercício de 2017, foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de Agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital

O capital social da Fidelidade, no montante de 381.150.000,00 euros, é representado por 121.000.000 ações nominativas, com o valor nominal de 3,15 euros cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

De acordo com os seus estatutos, a Fidelidade, para além das ações ordinárias, pode emitir ações preferenciais sem voto, até ao montante de 20% do capital social. A Fidelidade apenas emitiu ações ordinárias.

A estrutura acionista da companhia é a seguinte:

Acionista	% de Capital	N.º de ações
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	84,9861%	102.833.140
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	15,0000%	18.150.000
Trabalhadores	0,0029%	3.560
Ações Próprias	0,0110%	13.300
TOTAL	100%	121.000.000

2. Restrições à transmissibilidade das ações

Nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 80/2013, de 12 de junho, que aprovou o processo de alienação do capital social da Fidelidade, e dos n.ºs 4 e 5 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2013, de 9 de dezembro, as ações representativas do capital social adquiridas no âmbito da Venda Direta de Referência feita no quadro do processo de privatização e respetivos direitos de voto, estão sujeitas ao regime de indisponibilidade por um período de quatro anos.

Ao abrigo do Acordo Parassocial subscrito em 7 de fevereiro de 2014, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A., doravante “CSS”, e a Longrun Portugal, SGPS, S.A., doravante “Longrun”, assumiram a obrigação, no que respeita à transmissibilidade das ações, de, durante um período de 4 (quatro) anos a contar da data da conclusão da VDR, não alienar, prometer alienar, onerar ou prometer onerar quaisquer ações representativas do capital social da Fidelidade e em geral a não celebrarem negócios jurídicos que visem a oneração ou transmissão da respetiva titularidade, ainda que sujeita a eficácia futura, ou que permitam o exercício de direitos de voto por interposta pessoa, incluindo indiretamente através da transmissão de ações representativas do capital social da Longrun, sem prejuízo de situações específicas contempladas no referido Acordo Parassocial.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias

Em 31 de dezembro de 2017, a Fidelidade detinha 13.300 ações próprias, que correspondem a 0,0110% do capital social e percentagem de votos.

4. Regime a que se encontre sujeita a renovação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto

Ver ponto n.º 2 supra.

II. Participações Sociais detidas

6. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que são titulares de participações qualificadas, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2017, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Acionista	N.º de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	102.833.140	84,9861%	84,9861%	Aquisição
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A.	18.150.000	15%	15%	Aquisição

7. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização

Em 31 de dezembro de 2017, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. Identificação e cargo dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandado

A Mesa da Assembleia Geral tinha, em 31 de dezembro de 2017, a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Nuno Azevedo Neves
Secretário	Paula Rodrigues Morais

b) Exercício do direito de voto

9. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial

Nos termos do artigo 10º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto. Os acionistas possuidores de um número de ações que não atinja esse número mínimo podem agrupar-se de forma a, em conjunto, e fazendo-se representar por um dos agrupados, reunirem entre si o número necessário ao exercício do voto.

Os acionistas da Fidelidade apenas podem participar, discutir e votar na Assembleia Geral, pessoalmente ou através de representante, se, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia Geral, forem titulares de ações que lhes confirmam, segundo a lei e os Estatutos, pelo menos um voto e que cumpra as formalidades legais aplicáveis, nos termos descritos na correspondente convocatória.

Nenhum acionista se pode fazer representar por duas ou mais pessoas.

Não é permitido o voto por correspondência.

10. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º1 do Artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 2 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.

II. Administração

Conselho de Administração

Composição

12. Identificação do modelo de governo adotado

A Fidelidade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva.

13. Regras estatutárias sobre nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral. O presidente e os vice-presidentes do Conselho de Administração são escolhidos pelo próprio Conselho de Administração, salvo quando sejam designados pela Assembleia Geral de acionistas que eleja o Conselho de Administração.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

14. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da designação e duração do mandato de cada membro

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, a 31 de dezembro de 2017, é composto por catorze membros, designados para exercer funções no triénio 2017-2019, dos quais sete são membros não executivos e sete são executivos, situação que se espelha no Quadro seguinte:

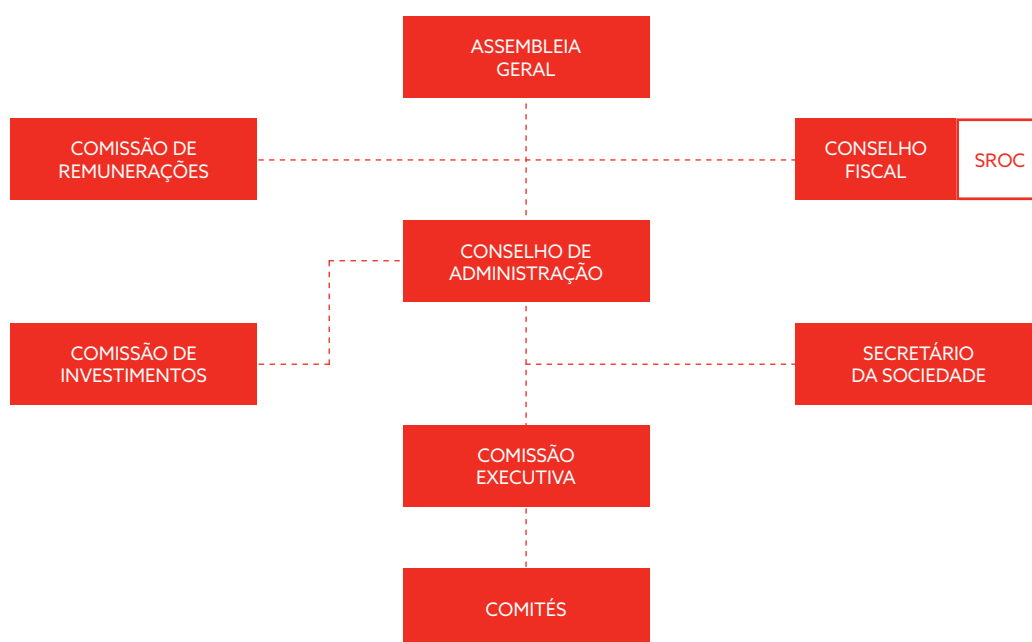
Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Lan Kang	Vice-Presidente	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
José Manuel Alvarez Quintero	Vice-Presidente	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Xiaodong Yu	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
Lingjiang Xu	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
José João Guilherme	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
Francisco Ravara Cary	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
João Eduardo de Noronha Gamito de Faria	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Não executivo
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Wai Lam William Mak	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Jun Li	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Executivo
André Simões Cardoso	Vogal	31-03-2017	2017/2019	Executivo
Tao Li	Vogal	07-09-2017	2017/2019	Não executivo

A Comissão Executiva tem, em 31 de dezembro de 2017, a seguinte composição:

Comissão Executiva (CE)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	Presidente	31-03-2017	2017/2019
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	Vice-Presidente	31-03-2017	2017/2019
José Manuel Alvarez Quintero	Vogal	31-03-2017	2017/2019
António Manuel Marques de Sousa Noronha	Vogal	31-03-2017	2017/2019
Wai Lam William Mak	Vogal	31-03-2017	2017/2019
Jun Li	Vogal	31-03-2017	2017/2019
André Simões Cardoso	Vogal	31-03-2017	2017/2019

15. Organograma relativo à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, incluindo informação sobre delegações de competências

O quadro seguinte representa a estrutura de governo societário da Fidelidade durante o exercício de 2017:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15º dos Estatutos da Sociedade, ao Conselho de Administração compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;
- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

As deliberações do Conselho de Administração que versem sobre as seguintes matérias só podem ser tomadas por uma maioria de 6/7 dos seus membros:

- Alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da sociedade;

b) Celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a sociedade e qualquer acionista, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista;

c) Definição do sentido de voto a ser adotado pelos representantes da sociedade nas assembleias gerais e no conselho de administração das sociedades comerciais nas quais a sociedade detenha a maioria dos direitos de voto ou o direito a nomear a maioria dos membros do órgão de administração, quando esteja em causa deliberação sobre as seguintes matérias:

- i. alterações aos Estatutos, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade;
- ii. supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas em aumentos de capital;
- iii. amortização de ações representativas do capital social;
- iv. suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social;
- v. autorização para a compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata;
- vi. nomeação do órgão de fiscalização e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria;
- vii. alteração material do negócio, incluindo a disposição da totalidade, ou de parte substancial, dos ativos da sociedade em causa;
- viii. celebração, alteração ou cessação de qualquer contrato entre a sociedade em causa e qualquer acionista da sociedade, bem como com sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários com qualquer acionista da sociedade.

Ao Presidente do Conselho de Administração encontram-se atribuídas competências próprias, cabendo-lhe, nos termos do disposto no artigo 16º dos Estatutos:

- a) Representar o Conselho de Administração em juízo e fora dele;
- b) Coordenar a atividade do Conselho de Administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
- c) Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração.

Comissão Executiva

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- a) Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- b) Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- c) Aquisição de serviços;
- d) Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- e) Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- f) Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- g) Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- h) Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- i) Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;

- j) Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- k) Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- l) Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na Comissão Executiva não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do CA.

Comissão de Investimento

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a Comissão Executiva reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

Compete à Comissão de Investimento definir as diretrizes de investimento e as decisões que carecerem da sua aprovação prévia.

Os membros da Comissão de Investimento são designados pelo Conselho de Administração, coincidindo o respetivo mandato com o mandato do Conselho de Administração.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

Composição

16. Identificação do órgão de fiscalização e competências

A fiscalização da sociedade compete, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2017-2019.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

17. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do cargo de cada membro, data de nomeação e duração estatutária do mandato

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo, em 31 de dezembro de 2017, a seguinte composição:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Antunes de Almeida	Presidente	31-03-2017	2017/2019
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal	31-03-2017	2017/2019
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	31-03-2017	2017/2019
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-03-2017	2017/2019

Os membros do Conselho Fiscal cumprem os requisitos de independência previstos no n.º 5 do artigo 414º do Código das Sociedades Comerciais, pois não estão associados a qualquer grupo de interesses específicos na Sociedade, nem se encontram em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

IV. Revisor Oficial de Contas

18. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa

O Revisor Oficial de Contas, em 31 de dezembro de 2017, é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230 e registada na CMVM com o n.º 20160841.

19. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções desde 15 de maio de 2014, tendo sido reconduzido em 31.03.2017 para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019.

20. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à Sociedade

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei 140/2015, de 7 de setembro.

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

21. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade

Qualquer alteração dos Estatutos da Sociedade carece de deliberação da Assembleia Geral com o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de votos representativos da totalidade do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

22. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade

A Fidelidade tem uma cultura de responsabilidade e de compliance, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Companhia;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Companhia ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

23. Órgãos responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, a Companhia implementou um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade do grupo segurador, onde a Fidelidade se insere.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela Companhia.

Relativamente ao sistema de governação, a Companhia possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Em termos de estrutura organizativa, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Gabinete de Compliance, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a empreender.

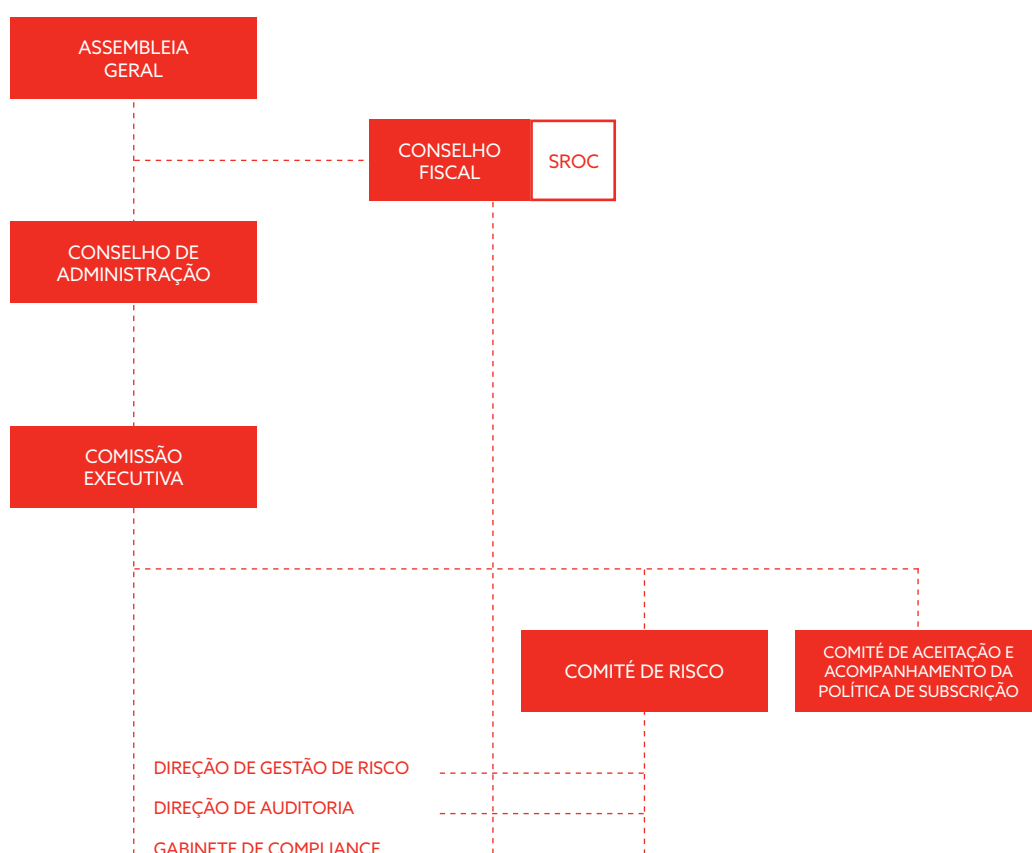
Quanto às obrigações de informação ao público, a Companhia, em 2017, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2016” contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2016. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2017, a Companhia efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime Solvência II, bem como a sua consolidação ao longo destes dois primeiros anos da sua vigência, colocam a Fidelidade num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

24. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade

A dependência hierárquica e/ou funcional da Direção de Gestão de Risco, da Direção de Auditoria e do Gabinete de Compliance, face a outros órgãos ou comissões da Sociedade, encontra-se espelhada no quadro seguinte:



25. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos

A par das áreas com funções-chave no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, e do controlo do risco legal levado a cabo pela Direção de Assuntos Jurídicos, existe um sistema de informação e comunicação que suporta as tomadas de decisão e processos de controlo, tanto a nível interno, como externo, da competência da Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa e da Direção de Contabilidade e Informação Financeira que garantem a existência de informação substantiva, atual, coerente, tempestiva e fiável, permitindo uma visão global e abrangente sobre a situação financeira, o desenvolvimento da atividade, o cumprimento da estratégia e dos objetivos definidos, a identificação do perfil de risco da Companhia e o comportamento e perspetivas de evolução do mercado.

O processo de informação financeira e de gestão é apoiado pelos sistemas contabilísticos e de suporte à gestão, que registam, classificam, associam e arquivam de forma, sistematizada, atempada, fiável, completa e consistente, todas as operações realizadas pela instituição e subsidiárias, de acordo com as determinações e políticas emanadas da Comissão Executiva.

Assim, a Direção de Gestão de Risco, o Gabinete de Compliance, a Direção de Auditoria, a Direção de Contabilidade e Informação Financeira e a Direção de Planeamento Estratégico e Performance Corporativa asseguram a implementação dos procedimentos e meios necessários à obtenção de toda a informação relevante para o processo de consolidação e de informação ao nível da Sociedade – tanto de natureza contabilística, como de apoio à gestão e ao acompanhamento e controlo dos riscos – que devem contemplar, designadamente:

- A definição do conteúdo e formato da informação a reportar pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, de acordo com as políticas contabilísticas e orientações definidas pelo órgão de gestão, bem como as datas em que são requeridos os reportes;
- A identificação e controlo das operações intra-Companhia; e
- A garantia de que a informação de gestão é coerente entre as várias entidades, de modo a que seja possível medir e acompanhar a evolução e rentabilidade de cada negócio e verificar o cumprimento dos objetivos estabelecidos, bem como avaliar e controlar os riscos em que cada entidade incorre, tanto em termos absolutos como relativos.

26. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade

Remete-se, neste ponto, para as Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Notas 43, 44 e 45) e Consolidadas (Notas 48, 49 e 50).

27. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos

O sistema de gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

V. Sítio de Internet

28. Endereço(s)

O endereço da Fidelidade na Internet é o seguinte:

www.fidelidade.pt

29. Local onde se encontra informação sobre a Sociedade, órgãos sociais e documentos de prestação de contas

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas, encontra-se disponível no sítio da Companhia, no endereço da Internet, atrás indicado.

30. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e comissões estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

31. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada

As convocatórias para as reuniões da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

32. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes, estão disponíveis na Sede da Sociedade – Secretário da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

33. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Comissão de Remunerações.

II. Comissão de remunerações

34. Composição da Comissão de Remunerações

A Comissão de Remunerações em exercício de funções em 31 de dezembro de 2017 foi nomeada em 31 de março de 2017 e tem a seguinte composição:

Cargo	Nome
Presidente	Lan Kang
	Yongqing Zhang

35. Conhecimentos e experiência dos membros da Comissão de Remunerações em matéria de política de remunerações

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

36. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2017, em cumprimento do estabelecido no artigo 2º da Lei 28/2009, de 19 de junho, uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada pela totalidade dos acionistas presentes ou representados.

De acordo com a referida declaração, a política de remuneração assentava nos seguintes princípios:

"A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade é fixada pela Comissão de Remunerações à luz da Política de Remuneração em vigor, a qual tem como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

Com vista a assegurar o alinhamento com os interesses da Sociedade, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é definida tendo como referência os valores praticados em empresas de dimensão, natureza e complexidade similares.

A remuneração fixa é paga em 14 prestações mensais, nelas se incluindo os correspondentes subsídios de férias e de Natal, nos termos da legislação em vigor.

A componente variável é determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas.

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal apenas auferem remuneração fixa.

Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade."

A informação sobre o montante anual da remuneração auferida pelos membros dos órgãos sociais é a que consta neste Relatório do Governo da sociedade.

Em face do exposto, é possível fazer a seguinte avaliação sobre o grau de cumprimento das recomendações contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de Abril, do então Instituto de Seguros de Portugal, agora Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, em matéria de política de remuneração:

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
I. Princípios Gerais	I.1. As instituições devem adotar uma política de remuneração consistente com uma gestão e controlo de riscos eficaz que evite uma excessiva exposição ao risco, que evite potenciais conflitos de interesses e que seja coerente com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da instituição, designadamente com as perspetivas de crescimento e rentabilidade sustentáveis e a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes.	Cumprida	
	I.2. A política de remuneração deve ser adequada à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida ou a desenvolver pela instituição e, em especial, no que se refere aos riscos assumidos ou a assumir.	Cumprida	
	I.3. As instituições devem adotar uma estrutura clara, transparente e adequada relativamente à definição, implementação e monitorização da política de remuneração, que identifique, de forma objetiva, os colaboradores envolvidos em cada processo, bem como as respetivas responsabilidades e competências.	Cumprida	
II. Aprovação da política de remuneração	II.1. Sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, no que se refere à remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, a política de remuneração deve ser aprovada por uma comissão de remuneração ou, no caso de a sua existência não ser exequível ou apropriada face à dimensão, natureza e complexidade da instituição em causa, pela assembleia geral ou pelo conselho geral e de supervisão, consoante aplicável.	Cumprida	
	II.2. No que se refere à remuneração dos restantes colaboradores abrangidos pela Circular, a política de remuneração deve ser aprovada pelo órgão de administração.	Cumprida	
	II.3. Na definição da política de remuneração devem participar pessoas com independência funcional e capacidade técnica adequada, incluindo pessoas que integrem as unidades de estrutura responsáveis pelas funções-chave e, sempre que necessário, de recursos humanos, assim como peritos externos, de forma a evitar conflitos de interesses e a permitir a formação de um juízo de valor independente sobre a adequação da política de remuneração, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	II.4. A política de remuneração deve ser transparente e acessível a todos os colaboradores da instituição. A política de remuneração deve ainda ser objeto de revisão periódica e estar formalizada em documento(s) autónomo(s), devidamente atualizado(s), com indicação da data das alterações introduzidas e respetiva justificação, devendo ser mantido um arquivo das versões anteriores.	Cumprida	
	II.5. O processo de avaliação, incluindo os critérios utilizados para determinar a remuneração variável, deve ser comunicado aos colaboradores, previamente ao período de tempo abrangido pelo processo de avaliação.	Cumprida	
		Cumprida	
III. Comissão de remuneração	III.1. A comissão de remuneração, caso exista, deve efetuar uma revisão, com uma periodicidade mínima anual, da política de remuneração da instituição e da sua implementação, em particular no que se refere à remuneração dos membros executivos do órgão de administração, incluindo a respetiva remuneração com base em ações ou opções, de forma a permitir a formulação de um juízo de valor fundamentado e independente sobre a adequação da política de remuneração, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	III.2. Os membros da comissão de remuneração devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e cumprir com requisitos de idoneidade e qualificação profissional adequados ao exercício das suas funções, em particular possuir conhecimentos e/ou experiência profissional em matéria de política de remuneração.	Cumprida	
	III.3. No caso de a comissão de remuneração recorrer, no exercício das suas funções, à prestação de serviços externos em matéria de remunerações, não deve contratar pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos três anos anteriores, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração ou que tenha relação atual com consultora da instituição, sendo esta recomendação igualmente aplicável a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aqueles se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Cumprida	

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
IV. Remuneração dos membros do órgão de administração	III.4. A comissão de remuneração deve informar anualmente os acionistas sobre o exercício das suas funções e deve estar presente nas assembleias gerais em que a política de remuneração conste da ordem de trabalhos.	Cumprida	
	III.5. A comissão de remuneração deve reunir-se com uma periodicidade mínima anual, devendo elaborar atas de todas as reuniões que realize.	Cumprida	
	IV.1. A remuneração dos administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável, cuja determinação dependa de uma avaliação do desempenho, realizada pelos órgãos competentes da instituição, de acordo com critérios mensuráveis predeterminados, incluindo critérios não financeiros, que considere, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição.	Cumprida	
	IV.2. As componentes fixa e variável da remuneração total devem estar adequadamente equilibradas. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	IV.3. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazos da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Cumprida	Através de mecanismo equivalente a instrumentos financeiros emitidos pela instituição.
	IV.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da instituição ao longo desse período.	Cumprida	
	IV.5. A parte da componente variável sujeita a diferimento deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração.	Cumprida	
	IV.6. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a instituição, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela instituição.	Cumprida	
	IV.7. Até ao termo do seu mandato, devem os membros executivos do órgão de administração manter as ações da instituição a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem de ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Cumprida	Através de mecanismo equivalente a instrumentos financeiros emitidos pela instituição.
	IV.8. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.
	IV.9. Após o exercício referido no ponto anterior, os membros executivos do órgão de administração devem conservar um certo número de ações, até ao fim do seu mandato, sujeito à necessidade de financiar quaisquer custos relacionados com a aquisição de ações, sendo que o número de ações a conservar deve ser fixado.	Não aplicável	Não houve lugar a atribuição de opções.
Membros não executivos	IV.10. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da instituição.	Não aplicável	Os membros não executivos não auferem remuneração.
Indemnizações em caso de destituição	IV.11. Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de um membro do órgão de administração não seja paga se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho do membro do órgão de administração.	Não aplicável	Não existem compensações estabelecidas.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
V. Remuneração dos colaboradores Relação entre a remuneração fixa e a remuneração variável	V.1. Se a remuneração dos colaboradores da instituição incluir uma componente variável, esta deve ser adequadamente equilibrada face à componente fixa da remuneração, atendendo, designadamente, ao desempenho, às responsabilidades e às funções de cada colaborador, bem como à atividade exercida pela instituição. A componente fixa deve representar uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade de não pagamento de qualquer componente variável da remuneração. A componente variável deve estar sujeita a um limite máximo.	Cumprida	
	V.2. Uma parte substancial da componente variável da remuneração deve ser paga em instrumentos financeiros emitidos pela instituição e cuja valorização dependa do desempenho de médio e longo prazo da instituição. Esses instrumentos financeiros devem estar sujeitos a uma política de retenção adequada destinada a alinhar os incentivos pelos interesses a longo prazo da instituição e ser, quando não cotados em bolsa, avaliados, para o efeito, pelo seu justo valor.	Não cumprida	Não houve lugar à emissão de instrumentos financeiros pela própria instituição para atribuição aos seus colaboradores.
Critérios de atribuição da remuneração variável	V.3. A avaliação de desempenho deve atender não apenas ao desempenho individual mas também ao desempenho coletivo da unidade de estrutura onde o colaborador se integra e da própria instituição, devendo incluir critérios não financeiros relevantes, como o respeito pelas regras e procedimentos aplicáveis à atividade desenvolvida, designadamente as regras de controlo interno e as relativas às relações com tomadores de seguros, segurados, participantes, beneficiários e contribuintes, de modo a promover a sustentabilidade da instituição e a criação de valor a longo prazo.	Cumprida	
	V.4. Os critérios de atribuição da remuneração variável em função do desempenho devem ser predeterminados e mensuráveis, devendo ter por referência um quadro plurianual, de três a cinco anos, a fim de assegurar que o processo de avaliação se baseia num desempenho de longo prazo.	Cumprida parcialmente	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
Diferimento da remuneração variável	V.5. A remuneração variável, incluindo a parte diferida dessa remuneração, só deve ser paga ou constituir um direito adquirido se for sustentável à luz da situação financeira da instituição no seu todo e se se justificar à luz do desempenho do colaborador em causa e da unidade de estrutura onde este se integra. O total da remuneração variável deve, de um modo geral, ser fortemente reduzido em caso de regressão do desempenho ou desempenho negativo da instituição.	Cumprida	Não existe parte diferida da remuneração variável.
	V.6. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos e o seu pagamento deve ficar dependente de critérios de desempenho futuro, medidos com base em critérios ajustados ao risco, que atendam aos riscos associados à atividade da qual resulta a sua atribuição.	Não cumprida	A política de remuneração dos colaboradores do Grupo tem por referência um quadro anual, sendo que não se considera oportuno aplicar aos colaboradores sujeitos à Norma Regulamentar 5/2010 regras distintas face aos restantes colaboradores.
	V.7. A parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior deve ser determinada em função crescente do seu peso relativo face à componente fixa da remuneração, devendo a percentagem diferida aumentar significativamente em função do nível hierárquico ou responsabilidade do colaborador.	Não aplicável	Não existe parte da remuneração variável sujeita a diferimento nos termos do número anterior.

Item	Recomendação	Grau de Cumprimento	Observações
Remuneração dos colaboradores que exerçam funções-chave	V.8. Os colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave devem ser remunerados em função da prossecução dos objetivos associados às respetivas funções, independentemente do desempenho das áreas sob o seu controlo, devendo a remuneração proporcionar uma recompensa adequada à relevância do exercício das suas funções.	Cumprida	
	V.9. Em particular, a função atuarial e o atuário responsável devem ser remunerados de forma consentânea com o seu papel na instituição e não em relação ao desempenho desta.	Parcialmente cumprida	Sendo a remuneração consentânea com o seu papel na instituição ela não é alheia ao desempenho da mesma.
VI. Avaliação da política de remuneração	VI.1. A política de remuneração deve ser submetida a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, executada pelas funções-chave da instituição, em articulação entre si.	Cumprida	
	VI.2. A avaliação prevista no número anterior deve incluir, designadamente, uma análise da política de remuneração da instituição e da sua implementação, à luz das recomendações da presente Circular, em especial sobre o respetivo efeito na gestão de riscos e de capital da instituição.	Cumprida	
	VI.3. As funções-chave devem apresentar ao órgão de administração e à assembleia geral ou, caso exista, à comissão de remuneração, um relatório com os resultados da análise a que se refere o número VI.1., que, designadamente, identifique as medidas necessárias para corrigir eventuais insuficiências à luz das presentes recomendações.	Cumprida	

IV. Divulgação das remunerações

37. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros executivos do órgão de administração da Sociedade, consta do quadro seguinte:

Membros executivos do Conselho de Administração	Remuneração Fixa (€)	Remuneração Variável (€) *	Observações
Jorge Manuel Baptista Magalhães Correia	405.000	188.633	01.01.2017 a 31.12.2017
Rogério Miguel Antunes Campos Henriques	340.286	125.059	01.01.2017 a 31.12.2017
José Manuel Alvarez Quintero	323.786	125.059	01.01.2017 a 31.12.2017
António Manuel Marques de Sousa Noronha	323.786	125.059	01.01.2017 a 31.12.2017
Wai Lam William Mak	323.786	125.059	01.01.2017 a 31.12.2017
Jun Li	216.950	0	01.04.2017 a 31.12.2017
André Simões Cardoso	219.545	0	01.04.2017 a 31.12.2017
TOTAL	2.153.137	688.868	

* Relativa ao exercício de 2016.

38. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Nenhum administrador executivo cessou funções durante o exercício de 2017.

39. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	(€)	Observações
Pedro Antunes de Almeida	42.000	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	23.042	
João Filipe Gonçalves Pinto	23.042	
José António da Costa Figueiredo	10.442	
Luís Manuel Machado Vilhena da Cunha	10.442	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
TOTAL	108.968	

40. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da Mesa da Assembleia Geral

O presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma remuneração bruta anual de € 3.000.

V. Acordos com implicações remuneratórias

37. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade (artigo 245.º-A, n.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')

42. Identificação do plano e dos respetivos destinatários

Não existem planos com estas características.

43. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa

Não existem direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações de que sejam beneficiários os trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

44. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

45. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

46. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

II. Elementos relativos às transações

47. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Nota 42) e Consolidadas (Nota 47).

